HABERMAS, DISCURSO E ORGANIZAÇÕES

VOLUME 7

INFORMAÇÃO

CLÓVIS RICARDO MONTENEGRO DE LIMA
ORGANIZADOR

SALUTE

Escultura: Marinela Goulart

CLÓVIS RICARDO MONTENEGRO DE LIMA

(Organizador)

HABERMAS, DISCURSO E ORGANIZAÇÕES

Volume 7

INFORMAÇÃO

Rio de Janeiro – 2024

SALUTE

© 2024 EDITORA Salute

Este trabalho está licençiado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Organizador: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.
Diagramação: Andreza dos Santos.
Capa: Ligia Moura.
Escultura da capa: Marinela Goulart.
Revisão: Dos autores.

I33i

Informação / Organizador Clóvis Ricardo Montenegro de Lima. — Rio de Janeiro: Salute, 2024. (Habermas, discurso e organizações, v. 7).
280 p.

ISBN: 978-65-89784-10-4

1. Habermas, Jurgen. 2. Informação. I. Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de. II. Série.

CDD 193 (22ª Ed.)

Ficha catalográfica elabora na fonte por Andreza dos Santos – CRB 14/866.

Agradeço a Maria Nélida González de Gomez

e Flávio Beno Siebeneichler, por me

apresentar e orientar os estudos de Habermas.

Dedico este trabalho aos meus pais,

Clóvis e Regina (em memória),

meus irmãos, Cássio, Carlos e Célia e

meus filhos, Eduardo e Nicolas.

APRESENTAÇÃO

A publicação destas coletâneas visa mostrar de modo organizado os resultados de 10 anos de pesquisas para uma teorização crítica da informação, a partir da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, investigando e discutindo suas aplicações, principalmente na administração de organizações complexas como institutos de pesquisa, universidades e hospitais. Espera-se contribuir para a administração das organizações, particularmente no que se refere à melhoria de processos e a inovação. Este trabalho faz parte das atividades desenvolvidas como pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT a partir de abril de 2009.

A investigação parte do pressuposto de que as organizações se constituem e funcionam reduzindo a complexidade das relações sociais, particularmente no que se refere à redução das dinâmicas de comunicação, em combinação com a racionalização estratégica dos seus processos. Uma das formas privilegiadas de redução da complexidade da comunicação é através da estruturação dos fluxos de informação, que reduz a comunicação à perspectiva do observador externo.

A redução da complexidade pode ser adequada para organizações e processos produtivos simples. Os fluxos estruturados de informação funcionam para a repetição de funções, como em procedimentos operacionais. Entretanto, eles parecem ser insuficientes e inadequados para melhoria de processos e inovações tecnológicas em organizações complexas.

Organizações mais complexas precisam de grande autonomia dos seus trabalhadores e os seus usuários participam ativamente dos processos produtivos. Isto é particularmente relevante em organizações focadas na produção e no uso intensivo de saberes e tecnologias. Nestes casos parece ser necessário ampliar as dinâmicas complexas das organizações, de modo a que se fortaleçam a solidariedade e a colaboração.

É a partir destes pressupostos que são investigadas, analisadas e discutidas as melhorias de processos e a inovação, relacionando-as com as dinâmicas de informação e comunicação. A Teoria do Agir Comunicativo abre possibilidades éticas e políticas de ir além da reprodução das formas hegemônicas da economia capitalista, constituindo processos éticos e políticos em que os sujeitos se singularizam, conquistam autonomia e podem colaborar.

Espera-se contribuir para melhor compreensão crítica dos novos paradigmas de informação e comunicação, particularmente no contexto das organizações complexas,

contextualizando-a no processo de construção da sociedade de bem-estar. Ao mesmo tempo a melhor compreensão da melhoria de processos e da inovação pode contribuir para maximizar resultados substantivos nos esforços para reduzir desigualdades sociais e econômicas no país e para promoção do bem-estar social.

Este trabalho evidencia que a mudança de perspectiva da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem, especialmente com o uso das Teorias do Agir Comunicativo e do Discurso de Habermas, constitui-se em poderoso instrumento de crítica do trabalho com informação e da administração da informação em organizações. O abandono da visão funcionalista e instrumental pode ser compensado por uma reconstrução dos modos de ação nos contextos organizacionais a partir dos recursos dos mundos da vida dos seus participantes, mais amplos e mais complexos do que a visão do observador não participante e do participante não crítico.

A abordagem discursiva crítica pode contribuir para uma abordagem racional ampliada das organizações. A primeira grande questão sobre o uso da Teoria do Agir Comunicativo é exatamente a possibilidade real desta abordagem racional comunicativa dentro das organizações. Cabe recordar que no agir comunicativo em sentido fraco o entendimento mútuo significa apenas que o ouvinte compreende o conteúdo da declaração de intenção ou da solicitação e não duvida de sua seriedade. A base do entendimento mútuo eficaz para a coordenação de ação é a aceitação da pretensão de veracidade levantada para declaração de intenção ou solicitação, pretensão autenticada pela racionalidade reconhecível de uma decisão.

O discurso e as argumentações são como ilhas ameaçadas de se verem submersas pelas ondas no oceano de uma prática onde o modelo da solução consensual dos conflitos de ação não é de modo algum dominante. Os meios de entendimento mútuo não cessam de se verem desalojados pelos instrumentos da violência. Assim, o agir que se guia por princípios éticos tem que se arranjar com os imperativos resultantes das imposições estratégicas. É nesta espécie de restrições ao discurso que o poder da história se faz valer em face das pretensões e interesses transcendentes da razão.

Outra questão relevante parece ser como é que os participantes de uma interação podem coordenar seus planos de ação, evitando conflitos e o risco de uma ruptura da interação. Na ação orientada para o sucesso a coordenação das ações de sujeitos que se relacionam depende do modo como se dão os cálculos de ganhos egocêntricos. O grau de cooperação e a estabilidade resultam das faixas de interesses dos participantes. No agir

comunicativo são harmonizados os planos de ação sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas.

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

Rio de Janeiro, 2024.

PREFÁCIO

Conheci a Clovis Ricardo Montenegro de Lima como um jovem médico e pesquisador, num dos momentos álgidos de enfrentamento ao vírus HIV, as zonas de imprecisão entre os limites do conhecimento sobre a doença, na perspectiva biológica e sanitarista, e as prospecções culturais e humanistas sobre o adoecer e do doente. Nosso pesquisador era um médico, e suas perguntas movimentavam-se entre a atmosfera cooperativa da pesquisa e o chão pragmático da clínica, sem intervalo entre a observação e o prognóstico.

Conversando com este jovem médico, leitor tenaz de intelecto aguçado, compartimos por um breve tempo as leituras de Habermas. Seria em torno dos anos 80, após deixar Argentina pela segunda vez, agora no Brasil, com minhas leituras concentradas nas filosofias da linguagem, um texto de Habermas despertou meu interesse, e fez da Teoria da Ação Comunicativa minha leitura preferida, reunindo três questões inquietantes: a questão social e a questão da linguagem, junto às questões ético-normativas.

Clovis Montenegro de Lima, que partilhava de um ambiente filosófico atualizado e ativo, em Florianópolis, rapidamente se conectou com o principal tradutor de Habermas no Brasil, Flávio Beno Siebeneichler, com quem manteve uma longa e bela amizade. Montenegro de Lima trabalhava na fenda entre o mundo de vida e os sistemas, abrindo espaço para o *Discourse* nas organizações. Seus textos informados e reflexivos exploram de maneira instigante essas possibilidades.

As questões surgiam assim centradas nas formas de coordenação da ação, em coletivos de deliberação e tomadas de decisão, revisitadas nos contextos da organização e o diálogo, a forma imediata do discurso enquadrada nos marcos normativo de uma pragmática duplamente ética e epistemológica. A equidade e a legitimidade da tomada de decisão ou resolução de um processo argumentativo implicam normas de autonomia e concertação de interesses dos participantes: tal seria a substituição da *communio* desejada, desejo impossível sobre a qual se assentam as ambições pragmáticas e epistêmicas das configurações mundanas da comunicação.

O uso do discurso é uma forma especial de agir comunicativo com o fim de construir entendimento subjetivo. Ou seja, o discurso é o meio utilizado para a resolução de conflitos sobre algo no mundo, além de construir acordos teóricos e práticos. O discurso entre sujeitos

tem ainda a função de validação pragmática de expressões e representações do mundo da vida.

Maldonado Torres lembra que Levinas, o tinha despertado de seu sonho ontológico, entendendo que a ética, entendida como relação fundamental entre um eu e outro, era a origem da filosofia primeira. Em nosso caso, vivemos uma experiência semelhante, no encontro com a Teoria da Ação Comunicativa, lida pela primeira vez em sua versão em inglês.

Se a tecnologia desenha a busca das melhores mediações entre o homem e a natureza, a filosofia da linguagem, na versão otimista e habermasiana de nosso autor, reflexionam sobre as melhores mediações entre os usos da linguagem e a ação coordenada de coletivos democráticos e inovadores. A falta de exterioridade, a brecha de alteridade da que nos falava Enrique Dussel, como condição do controle epistêmico e ontológico de nossas premissas, nos tem levado a abrir o mapa geopolítico de nossas pesquisas epistêmicas, com leituras, entre outros, de Maldonado Torres a Grosfoguel. Ao mesmo tempo, um novo *agon,* nos vestígios agonísticos da filosofia grega, aconteceria hoje entre o discurso e as organizações, mas entre a pragmática discursiva e os algoritmos maquínicos. A pesquisa está aberta para novas cartografias.

Maria Nelida González de Gomez
Pesquisadora Aposentada
IBICT/MCT

SUMÁRIO

INFORMAÇÃO, ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E REGULAÇÃO DO MERCADO DE SAÚDE SUPLEMENTAR 13
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

COMISSÃO DA VERDADE: OS DOCUMENTOS E A VALIDEZ DO DISCURSO..... 29
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

PRETENSÕES DE VALIDADE DA INFORMAÇÃO DIANTE DA AUTORIDADE DO ARGUMENTO NA WIKIPÉDIA 138
Marcio Gonçalves; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO..... 152
Marcio Gonçalves; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

CONTROVÉRSIA E ARGUMENTO NO AMBIENTE DISCURSIVO DA WIKIPÉDIA . 171
Marcio Gonçalves; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UMA TEORIA CRÍTICA DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO..... 193
Marcio Gonçalves; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Mariângela Rebelo Maia.

LINGUAGEM, DISCURSO E HUMANISMO NAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE..... 208
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Traduzido por Carolina Freitas.

INFORMAÇÃO DE QUALIDADE PARA LIDAR COM A PANDEMIA DE COVID-19: AS INICIATIVAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA 223
Clovis Ricardo Montenegro de Lima; Jorge Calmón de Almeida Biolchini; Mariangela Rebelo Maia; Eliane Azevedo Gomes; Daniela Capri.

CORONAWIKI: EXPERIÊNCIA INOVADORA DE VALIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO IBICT..... 238
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Bárbara Coelho Neves; Bruna Lessa; Daniela Capri.

ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA INFORMAÇÃO..... 253
Clovis Ricardo Montenegro de Lima; Ana Gabriela Clipes Ferreira; Tirza Rodrigues; Nelson Alfredo Salomão Neto.

A REGULAÇÃO DEMOCRÁTICA DA INTERNET: AS MUDANÇAS DA ESFERA PÚBLICA E AS NOTÍCIAS FRAUDULENTAS NA PANDEMIA DA COVID-19 270
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Cássia Gabriele de Mello Angiolis; Lígia Moura Simões de Souza.

UMA ABORDAGEM HABERMASIANA CRÍTICA DA DESINFORMAÇÃO.....284
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Ana Gabriela Clipes Ferreira; Letícia Souza; Cássia Gabriele de Mello Angiolis.

A QUESTÃO PRAGMÁTICA NA VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS 296
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Ana Gabriela Clipes Ferreira; Nelson Alfredo Salomão Neto; Felipe Teixeira Lourenço Garrido.

Capítulo 1

INFORMAÇÃO, ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E REGULAÇÃO DO MERCADO DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: A informação é condição para a democracia. As redes sociais são relevantes nas formações culturais atuais, sendo modo privilegiado de produção e disseminação de informação. As novas tecnologias facilitam registro, publicação e difusão de documentos e informações, especialmente através da internet. A ética da discussão orientada para o entendimento implica no agir comunicativo com base em argumentos racionais. A assimetria de informações entre atores nos mercados requer regulação do Estado. O mercado funciona geralmente de modo imperfeito, sendo muitas vezes incapaz de apresentar preço e outras condições de oferta socialmente aceitáveis. No mercado de saúde suplementar existem, aproximadamente, 2.200 operadoras que incluem 40 milhões de beneficiários. A Agência Nacional de Saúde Suplementar regula o setor a partir dos marcos estabelecidos nas Leis n. 9656/98 e n. 9961/00. A produção, o processamento e o compartilhamento de informações podem ser importantes ferramentas de regulação.

INTRODUÇÃO

Castells (2001) observa que cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo de produção. No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade se encontra na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos de produção e de circulação. Na sociedade da informação a fonte de produtividade se encontra na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos.

O conhecimento e a informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo de produção sempre está baseado em algum grau de conhecimento e no processamento de informação. O que é específico do modo informacional de desenvolvimento é a ação dos conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como

principal fonte de produtividade. O processamento de informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um ciclo de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimento e o processamento de informação (Castells, 2001).

As formas de ação do Estado com relação aos elementos estruturais da sociedade da informação são cruciais, destaca Miranda (2000), uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação entre pessoas, organizações e instituições públicas e privadas. O desenvolvimento da sociedade da informação requer esforço nacional para aumentar, por um lado, a penetrabilidade da Internet e, por outro, o volume de conteúdos brasileiros.

As tecnologias e as relações de produção difundem-se por todas as relações e estruturas sociais, penetrando nas relações de poder e nas experiências, e produzindo mudanças. O modo de desenvolvimento modela todas as esferas de comportamento social, inclusive a comunicação simbólica. Há uma íntima relação entre cultura e forças produtivas. Castells (2001) afirma que se deve esperar novas formas históricas de interação, controle e transformação social. A formação de redes sociais ganha vida nova atualmente, transformando-se em redes de informações potencializadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude da flexibilidade e adaptabilidade que lhe são inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação, como é o caso nas sociedades atuais.

As redes sociais são uma forma específica de ligação entre grupos de pessoas. Entretanto, os laços que formam uma rede social não precisam necessariamente ser compostos por indivíduos: os laços podem ser outros, mais amplos, formados por outras unidades sociais. Uma rede é um conjunto de nós interconectados. Barnes (1987) afirma que o conceito de rede social é apropriado em situações em que grupos persistentes, como partidos ou facções, não estão formados, bem como em situações em que as pessoas são continuamente requisitadas a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. Assim, o conceito de rede social ajuda a identificar quem são os líderes e quem são seus seguidores, ou demonstrar que não há padrão persistente de liderança.

Uma das formas privilegiadas de operação das redes sociais é no acesso e na disseminação de informações. Morgan (1996) afirma que o requisito para as redes sociais é que exista uma base para alguma troca para benefício mútuo. A criação de coalizões de

sucesso requer que se reconheça que a moeda de construção da coalizão é a da dependência mútua e da troca.

As redes sociais ocupam papel relevante na configuração da cultura, especialmente pela criação e legitimação de valores e atitudes. As alianças e coalizões podem efetivamente formar subculturas, ao estabelecerem formas particulares de relação de forças. O poder informal exercido por pessoas a partir das redes sociais pode criar como exemplo paradigmático a figura da eminência parda (Barnes, 1987). As redes sociais interferem nos modos de exercício de poder, entre os quais se destaca o controle das contra-organizações, bem como o controle do conhecimento e da informação e do simbolismo e administração do significado (Morgan, 1996). Isto quer dizer que um dos modos relevantes de intervenção das redes sociais é na comunicação e nas trocas simbólicas.

Chauí (1993) afirma que seja qual for o estatuto econômico e a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, as pessoas participam da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possuem, mas, especialmente, em função de sua possibilidade de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor de saber.

Quando se pensa a informação é fundamental observar o seu caráter perspectivo nas sociedades atuais. A informação está sempre inscrita numa configuração histórica de relações conflituosas entre interesses diferentes. A informação expressa interações entre pessoas ou grupos no contexto histórico, quando são desiguais as condições de produção, intermediação e uso. A desigualdade nos processos de comunicação produz e reproduz características importantes da subjetividade sempre atualizada.

ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E REGULAÇÃO DE MERCADOS

Os agentes econômicos são os indivíduos, grupos de indivíduos ou organismos que constituem, do ponto de vista dos movimentos econômicos, os centros de decisão e de ações fundamentais. A teoria econômica do principal-agente busca analisar determinados tipos de relações hierárquicas entre agentes econômicos. Esta teoria é particularmente importante para o estudo da regulação, pois a relação da agência reguladora com as empresas contém as características de uma relação principal-agente, o que sugere que este modelo geral pode ser usado para entender as formas particulares de regulação na vida real. O modelo é ainda mais

pertinente porque as outras relações entre participantes do processo também detêm estas características (Pereira Filho, 2004).

A relação principal-agente acontece entre paciente e médico, segurado e seguradora, dono de terra e meeiro, patroa e empregada doméstica, eleitor e eleito, passageiro e taxista. A relação principal-agente é mutuamente vantajosa se puder ser estruturada de forma a contornar os problemas inerentes a este intercâmbio. Em geral, existe um contrato entre as partes, que determina qual a tarefa e como vai ser a remuneração. Este contrato pode ser tanto um contrato formal por escrito e com validade jurídica, como um contrato tácito.

Como tanto o principal como o agente são economicamente racionais, ambos entendem os incentivos enfrentados por um e outro. O principal sabe que o agente tem motivos para agir de modo oportunista e que ele assim vai agir se lhe for dado espaço. Sendo assim, existe a possibilidade que muitas relações que podem ser vantajosas para os dois lados deixem de se realizar devido à incapacidade de ambos os lados estabelecerem um contrato que seja capaz de mitigar os incentivos oportunistas do agente.

A assimetria de informação reside no fato que uma agência não observa o custo da empresa e não tem informação suficiente para determinar um preço que beneficie o consumidor sem falir a empresa. Esta tem um forte incentivo de sobre-declarar seu custo para que agência coloque um preço mais alto. O custo de monitoração é muito alto para ela. Além disto a empresa tem poucas razões para buscar se tornar mais eficiente uma vez que seus custos vão sempre ser cobertos (Muller, 1997).

A não-existência de informações corretas e suficientes para orientar a decisão dos agentes econômicos limitam sua capacidade de agir de modo eficiente, sendo fonte de mau funcionamento dos mercados e perda de bem-estar. Nos mercados de saúde é certamente a informação imperfeita a falha de mercado mais importante, por trazer incerteza e assimetria de informações (Arrows, apud Santacruz, 2001.).

A assimetria de informações implica que os vendedores de serviços desconhecem o verdadeiro e preciso risco de cada comprador. Há uma tendência do sistema de seguros de saúde absorver os indivíduos de maior risco (seleção adversa): procura o seguro de saúde quem percebe que vai precisar dele. A operadora cobra, então, um prêmio mais elevado para compensar esse fato. Além disso, como cobra um preço único, ocorre uma transferência de renda entre consumidores de baixo e alto risco. O mercado funciona de maneira ineficiente, sendo incapaz de estabelecer preços e demais condições de oferta socialmente aceitáveis.

As teorias normativas da regulação destacam a hipossuficiência de informações dos

beneficiários dos planos de saúde em relação às operadoras, pois além de não conhecer os custos de composição do produto que adquire, dependem de sua aquisição para a sua própria existência digna, além de não poderem escolher o melhor momento de utilização do produto não há maleabilidade na substituição de um produto por outro. Há, portanto, um poder econômico das operadoras que deve ser constantemente monitorado.

FUNDAMENTOS E MARCOS DA REGULAÇÃO PÚBLICA DE MERCADO

A fundamentação normativa da regulação pública dos mercados no Brasil está abrigada no artigo 170 da Constituição Federal, que estabelece que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, deve observar os princípios da função social da propriedade, da livre concorrência e da defesa do consumidor. A Constituição Federal estabelece que a ordem econômica nacional está baseada na propriedade privada, mas com responsabilidade e justiça social. Onde não há concorrência, nos mercados em que o vendedor se impõe ao comprador, a propriedade privada dos meios de produção não pode ser exercida de maneira absoluta. A função social da propriedade requer que o poder público regule as relações de mercado em defesa do consumidor.

A criação das agências faz parte de uma mudança na concepção do Estado brasileiro, isto é, a redefinição do papel do Estado, da sua gerência, de suas responsabilidades e da sua relação com a economia. As agências são instrumentos menos sensíveis a interesses políticos ocasionais, capazes de fazer uma regulação que não sofra solução de continuidade com as mudanças de governos. Assim, pode-se criar ambiente seguro para investimentos que viabilizam a produção, a satisfação de necessidades de serviços públicos, o crescimento econômico e a geração de empregos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o direito à saúde. Embora o direito à saúde seja seu dever, o Estado permite à iniciativa privada a prestação de serviços de assistência à saúde. A Constituição define, por um lado, a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, e, por outro, que a saúde seja livre à iniciativa privada. A legislação federal define as características do SUS nas Leis 8080/90 e 8142/90.

Foram necessários 10 anos de discussões e de negociações entre os principais agentes do mercado, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, para formalizar os marcos da regulação e da regulamentação do mercado de saúde suplementar no Brasil. O crescimento do setor de assistência suplementar à saúde decorre da conjugação de muitos

fatores. Pereira Filho (2004) advoga que isto acontece especialmente em conseqüência direta das falhas dos governos na montagem lenta e precária do Sistema Único de Saúde.

Pereira Filho (2004) observa que a não regulação do mercado em expansão faz com o mesmo apresente na década de 90 uma ampla gama de problemas e imperfeições, que geram conflitos e tensões entre operadoras, prestadores de serviços e beneficiários:

a) Restrições de cobertura e exclusão de procedimentos,
b) Cobrança ou cobertura irregular para portadores de doenças pré-existentes,
c) Exigências indevidas para admissão de pacientes,
d) Prazos e carências irregulares,
e) Condições de validade e rescisão de contratos,
f) Falta de cobertura para doenças crônicas e degenerativas,
g) Insuficiência na abrangência geográfica do plano de saúde,
h) Descumprimento das normas de atendimento de urgência e emergência.

A Lei n. 9.656, de 03 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial em 04/06/98, dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Esta Lei estabelece os principais marcos da regulação da saúde suplementar, definido relações entre operadoras, produtos e seus beneficiários. A Lei n. 9656 é promulgada no dia 03 de junho de 1998. Quase simultaneamente, em 5 de Junho, é editada uma Medida Provisória, então de número 1665, alterando essa lei. A Medida Provisória foi reeditada quase mensalmente (por força da legislação vigente) até agosto de 2001, chegando a sua versão número 44 (Montone, 2004) A Lei n. 9.961, de 28 de janeiro de 2000, cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, com prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde. A ANS tem, nos termos da Lei, por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

A análise das mudanças possibilita entender o desafio da regulamentação e da regulação do mercado de saúde suplementar. Antes da regulamentação as operadoras eram organizadas livremente, submetendo-se à legislação do tipo societário escolhido. Após a regulamentação elas passam a ter que cumprir requisitos especiais: autorização de

funcionamento, regras de operação padronizadas, exigência de reservas e garantias financeiras e estão sujeitas aos processos de intervenção e liquidação (Montone. 2004).

Antes da regulamentação o produto tem livre definição de cobertura, seleção de risco, livre exclusão de usuários e rompimento de contratos, e livre definição de carências e de reajustes de preços. Após a regulamentação é obrigatória a assistência integral à saúde, é proibida a seleção de risco e rescisão unilateral dos contratos, há definição e limitação das carências e os reajustes de preços passam a ser controlados.

O MERCADO DE SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL

A Lei Federal n. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, define que se submetem às suas disposições as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos ou seguros privados de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade. É considerada operadora, de acordo com a Lei 9656, toda e qualquer pessoa jurídica de direito privado, independente da forma jurídica de sua constituição, que ofereça tal plano mediante contraprestações pecuniárias, com atendimento em serviços próprios ou de terceiros.

A segmentação e a classificação das operadoras de planos de assistência à saúde estão regulamentadas pela resolução da diretoria colegiada n. 39 da ANS, de 27 de outubro de 2000. A ANS enquadra as operadoras de planos exclusivamente em um único segmento. As operadoras são classificadas nas seguintes modalidades: administradoras, cooperativas médicas e odontológicas, autogestão, medicina e odontologia de grupo e filantropia.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS estimava em 2003 que operadoras privadas de planos e de seguros movimentam 26,4 bilhões de reais, sendo que empresas de auto-gestão faturam 9,1 bilhões, as medicinas de grupos 6,2 bilhões, as cooperativas médicas 5 bilhões e as seguradoras 6,1 bilhões (Folha de São Paulo. 03.02.2003). No final de 2004 a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS menciona a existência 2.226 operadoras privadas de planos de saúde em atividade.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS aponta em junho de 2004 uma população de 33,6 milhões de beneficiários dos planos de saúde. O principal segmento em termos de população beneficiária são as operadoras de medicina de grupo. Os dados da pesquisa de amostra de domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE de

2003 mencionam que 42 milhões de brasileiros (27% da população) são usuários da assistência médica suplementar, sendo 34 milhões (70%) de beneficiários de planos e de seguros coletivos vinculados aos seus empregadores, e 8 milhões como beneficiários opcionais de planos e de seguros individuais de operadoras privadas (IBGE. 2003).

A Agência Nacional de Saúde Suplementar registra em junho de 2004 38,7 milhões de pessoas no cadastro de beneficiários de planos e de seguros privados, sendo 17,4 milhões no Estado de São Paulo; 4,8 milhões no Rio de Janeiro; 3,8 milhões em Minas Gerais; 1,9 milhão no Paraná; 1,5 milhão no Rio Grande do Sul e 1,2 milhão na Bahia. Cabe observar que apenas cinco unidades da Federação apresentam mais do 20% da sua população com cobertura de planos de saúde: São Paulo (43,7%), Rio de Janeiro (31,7%), Distrito Federal (31,6%), Espírito Santo (22,7%) e Minas Gerais (30,3%).

INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE REGULAÇÃO

O site na internet da Agência Nacional de Saúde Suplementar indica 462 ocorrências na busca por legislação em 05 de janeiro de 2005. As ocorrências no site inclem 91 resoluções de Diretoria Colegiada, 88 resoluções normativas, 21 resoluções de Diretoria, 27 instruções normativas, 8 súmulas da Diretora, 15 comunicados e 233 despachos operacionais. (http://www.ans.gov.br/portal/site/legislacao/legislacao_busca.asp)

É necessário entender a implantação dos diferentes e importantes sistemas de informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS como parte do processo de construção da regulação, da regulamentação e da fiscalização do mercado de assistência suplementar à saúde. O cadastro de beneficiários demorou alguns anos antes de consolidar como uma base de dados segura e confiável sobre as pessoas cobertas pelos planos privados de assistência à saúde. O temor das operadoras privadas de apresentarem o cadastro de seus clientes, que poderiam chegar ao conhecimento dos concorrentes, atrasou a sua organização e melhoria.

O plano de contas e o documento de informações periódicas das operadoras também foram de difícil implantação porque encontraram o mercado com muitas operadoras privadas funcionando precariamente em termos de administração financeira e contábil. A padronização contribui para melhoria das informações usadas pelas próprias operadoras privadas nos seus processos internos de tomada de decisão.

O sistema de informações de produtos está relativamente distante da realidade

de muitas operadoras privadas, que não possuem mecanismos de controle eficazes dos seus procedimentos operacionais e que não fazem acompanhamento e avaliação regulares dos seus indicadores epidemiológicos. Este sistema possui a virtude de criar padrão de acompanhamento da prestação de serviços.

Em meados de 2001 a ANS cria canal de comunicação com a sociedade - o Disque ANS (0800 701 9656), ao qual o consumidor pode recorrer, tanto para formulação de consultas quanto para notificação de denúncias relativas aos serviços de assistência à saúde assegurada pelas operadoras. O Disque ANS e a Diretoria de Fiscalização da ANS são formalmente responsáveis pelo atendimento direto ao consumidor, tendo entre outras atribuições, receber, analisar e encaminhar reclamações, consultas e denúncias, apresentadas por consumidores e/ou entidades que os representem. Eles fazem também a orientação sobre direitos, e encaminha reclamações, quando cabíveis, aos órgãos competentes.

O Disque ANS recebe em 2001 17.286 pedidos de informações e 1.631 reclamações e em 2002 55.658 pedidos de informações e 5.989 reclamações. Os pedidos de informações e reclamações mais freqüentes referem-se aos aumentos de mensalidade e a cobertura assistencial (Montone. 2004). A partir das reclamações ao seu "callcenter" a ANS elabora um índice de reclamações, relacionando com indícios de irregularidades apurados e com o número de beneficiários das operadoras. Este índice é atualizado mensalmente e está disponível no site da Agência na internet (www.ans.gov.br).

Cabe mencionar ainda que o Contrato de gestão da ANS determina que ela faça anualmente uma pesquisa de avaliação do grau de conhecimento sobre seus direitos básicos e de satisfação dos consumidores com seus planos. Em 2002 22% dos consumidores declaram estar "muito satisfeitos" com seus planos e 62% declaram estar "satisfeitos" (Montone. 2004).

Cabe observar que vem aumentando rapidamente o grau de conhecimento dos consumidores sobre seus direitos básicos após o início da regulação e da fiscalização do mercado. Aumentou de 68% em 2001 para 75% em 2002, de acordo com Montone (2004), os consumidores que sabem que as regras para aumento de mensalidades devem estar bem claras nos contratos. Aumentou de 62% em 2001 para 69% em 2002, de acordo com Montone (2004), os consumidores que sabem que ninguém pode ser impedido de participar de um plano de saúde por causa da idade, e aumentou de 57% em 2001 para 64% em 2002 os que sabem que ninguém pode ser impedido de participar de um plano de saúde por ser portador de alguma doença ou deficiência.

No segundo semestre de 2003 é realizado o Fórum de Saúde Suplementar de 2003, convocado pelo Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde quer que o Fórum de Saúde

Suplementar seja espaço de discussões e negociações, que são condições para que se possa fazer um pacto entre todos os atores do setor e que se possa ter tanto uma legislação quanto um instrumento de regulação que seja legitimado por todos. Em artigo apresentado no Fórum declara-se que é necessário ter parâmetros e padrões que sejam amplamente aceitos e legitimados, para que possa se estabelecer diálogo e entendimento entre consumidores, prestadores de serviços, operadoras de planos de saúde e governo (Lima, Santin, 2003).

A avaliação é uma forma de produzir, disseminar e usar informações, contribuindo para que as pessoas elaborem coletivamente as suas interrogações e busquem as suas respostas, o que pode contribuir nos seus processos de aprendizagem e de tomada de decisões. A avaliação pode assim conferir maior legitimidade para a ação das pessoas e das organizações. No contexto do Fórum Nacional de Saúde Suplementar aquele artigo sugere que a inclusão da avaliação e da qualidade na agenda da ANS pode ampliar e demarcar novos territórios de informação, comunicação e discussão de interesses entre operadoras, prestadores de serviços, profissionais de saúde e beneficiários.

Em dezembro de 2004 a Agência Nacional de Saúde Suplementar lança a iniciativa "Qualificação em Saúde Suplementar", instituindo um processo para classificar por pontuação o desempenho de operadoras de planos privados de assistência à saúde. No lançamento da iniciativa o Diretor-presidente da ANS aponta a mesma como esforço para aumentar a interlocução da ANS com todos os integrantes do setor: "Estamos trazendo novos elementos que possibilitem ao comprador de plano se posicionar dentro do mercado. Queria, por fim, reforçar o convite para o aprimoramento do projeto, para que todos tenham a possibilidade de ver o programa e ajudar, contribuindo na sua adequação. E que o setor possa abandonar a cultura do conflito e aprimorar a cultura do diálogo" (ANS, 2004).

A opção estratégica de dar ênfase à dimensão da qualidade da atenção à saúde é uma decisão governamental do Ministério da Saúde de investimento prioritário nesta área. A ANS espera que esta opção estratégica tenha como um de seus principais desdobramentos uma maior integração desta agência reguladora com a agenda do Ministério da Saúde. A ANS anuncia a publicação dos resultados do processo de Qualificação da Saúde Suplementar ocorrerá semestralmente e em duas etapas: Na 1ª etapa, o resultado será disponibilizado para a operadora, com chave de acesso individualizada, no qual a operadora poderá conhecer o resultado de sua avaliação. A partir da 2ª etapa, o Índice de Desempenho, que materializa a Qualificação do Setor de Saúde Suplementar, será disponibilizado no endereço eletrônico da ANS.

A ANS anuncia também a formação de rede de centros de cooperação

descentralizada, que atue como linha auxiliar de apoio institucional, promovendo a colaboração técnica ativa, e pode significar meio importante para a consecução dos objetivos descritos, além de aumentar a visibilidade e acessibilidade às informações, análises e proposições formuladas. A ANS diz que se deve fazer uso complementar das informações produzidas por pesquisas realizadas, ligando serviços e instituições de ensino e pesquisa em saúde, "estabelecendo um intercâmbio colaborativo interno e externo no sentido de potencializar a capacidade analítica e buscando forjar consensos para as propostas de intervenção, referenciada nas diretrizes estratégicas estabelecidas pelo corpo diretivo da ANS, organizando e difundindo os resultados alcançados com este processo" (ANS, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição mais importante da democracia é o poder de produzir informação. Então, a ética democrática deve operar como discussão orientada para o entendimento, baseada na expressão dos interesses e na argumentação racional. Assim sendo, qualquer discussão a partir da informação é ela mesma uma discussão da democracia. É no contexto histórico e social da democracia que a publicidade das informações tem o poder de criar vínculos e solidariedades. As redes sociais são uma forma inteligente de trocar informações e criar vínculos. A relação entre os elementos das redes proporciona formas e intensidades originais de solidariedade.

A troca de informações nas sociedades pós-industriais também estabelece vínculos e viabiliza expressões de solidariedade entre as pessoas. As redes podem usar de modo solidário as novas tecnologias digitais, especialmente as conexões através da Internet. O número de beneficiários de planos de saúde no Brasil está próximo de 40 milhões, constituindo uma imensa massa a ser informada do melhor modo de defender seus interesses. Esta população de beneficiários de planos de saúde tem sentado em mesa de negociação através dos empresários ou de dirigentes corporativos que oferecem os planos de saúde aos empregados ou colaboradores.

A troca de informações entre beneficiários de planos de saúde pode, por exemplo, permitir um uso ótimo das condições estabelecidas nos contratos. Além disso, ela interfere na cultura desse mercado. As pesquisas do grau de satisfação dos beneficiários mostram que este aumenta quando eles possuem mais informação. Uma das maiores imperfeições do mercado de saúde suplementar está na assimetria de informações entre as operadoras e os seus

beneficiários. As operadoras de planos tendem a evitar consumidores que possam requerer maiores e mais freqüentes cuidados. Os beneficiários tendem a demandar os cuidados cobertos pelas operadoras de planos de saúde.

A comunicação através da Internet proporciona potencialmente a troca de informações entre beneficiários, criando vínculos e oportunidades de solidariedade. O registro de queixas de consumidores através de *sites* na Internet pode ser uma ação mais efetiva do que a notificação formal aos fiscais do órgão regulador. A discussão pública dos resultados das verificações e das mensurações dos indicadores de qualidade das operadoras de planos de saúde pode induzir os tomadores das decisões empresariais a se preocuparem com o grau de satisfação dos seus beneficiários. Ao mesmo tempo, uma comunidade de consumidores satisfeitos tem enorme potencial de valorização das operadoras de planos de saúde.

As chamadas "falhas do mercado" são a regra. Assim sendo, é importante observar quais são as características dos mercados que interferem diretamente nas relações entre fornecedores operadores e clientes beneficiários. No caso da assistência suplementar à saúde os principais problemas parecem estar relacionados ao "risco moral" dos beneficiários e a seleção adversa pelas operadoras, incluindo a gerência do acesso e do uso. A relação entre o principal e seu agente permite entender a relação entre o segurado e sua seguradora, isto é, entre o beneficiário e a operadora do plano. O cliente quase sempre sabe o que quer, mas a operadora não informa quanto custa oferecer os bens e serviços necessários para obter um elevado grau de satisfação dos beneficiários. Além disso, saber com precisão o custo de oferta implica em custos para obter esta informação.

A assimetria de informação entre os agentes econômicos requer uma ação reguladora pública. As desigualdades entre as operadoras de planos de saúde e seus beneficiários requerem que o Estado produza e dissemine informações sobre as qualidades dos planos, incluindo o grau de satisfação dos clientes consumidores. A regulação pública dos mercados pode operar entendimentos entre as operadoras e seus beneficiários, através da mediação publicitária dos conflitos de interesses. A publicação de uma classificação das operadoras por reclamações notificadas por beneficiários e confirmadas pela Agência reguladora é relevante porque reflete indiretamente a qualidade do produto oferecido pela operadora. É importante calcular esse indicador em função do número de beneficiários das operadoras.

A qualidade da discussão da regulação pública dos mercados depende dos canais facilitadores da comunicação para fazer fluir as informações entre os agentes econômicos. É a potência de intervir na solução de problemas concretos de fornecedores e clientes que vai

legitimar ou não as discussões sobre regulação de mercados, incluindo revisão da literatura, como a realizada neste trabalho, e acompanhamento do que acontece em outros países.

A contraposição ao interesse geral dos benefícios capturados por um dos agentes econômicos deve ser observada e avaliada com cuidado pelo órgão regulador. A assimetria de informações entre os operadores de plano de saúde e os seus beneficiários requer do Estado os procedimentos facilitadores da descrição e da discussão dos interesses específicos. A regulação pública dos mercados não deve ser confundida com a defesa dos interesses difusos dos consumidores. Todos os agentes econômicos devem ter oportunidade de se expressar e de argumentar nas discussões patrocinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Neste sentido são particularmente relevantes a Câmara de Saúde Suplementar, como órgão consultivo, e as consultas públicas sobre interesses em confronto.

As principais ações reguladoras estão orientadas para a padronização e a fiscalização das operadoras de planos de saúde, determinando condições de entrada e de saída no mercado, bem como as regras de operação, e para a padronização e a fiscalização dos produtos, definindo direitos e restrições, incluindo o controle de preços. Atualmente os contratos privados entre os agentes econômicos (operadoras, seus beneficiários e os prestadores de serviços) são regulamentados.

As principais normas no campo da informação são aquelas que criam os grandes sistemas de informações da ANS: o cadastro de operadoras, o cadastro de beneficiários e o sistema de informações de produtos. São eles que permitem, por exemplo, conhecer a natureza jurídica das operadoras, a distribuição demográfica dos beneficiários e o tipo de produto comercializado. Essas informações estão disponíveis e são atualizadas em tempo real. Considerando que a informação é insumo fundamental nos processos de regulação de mercados, cabe destacar que dos mais importantes efeitos da regulação da assistência suplementar à saúde são as informações relevantes e pertinentes que estão sendo disponibilizadas e usadas pelos agentes econômicos neste mercado. A Agência Nacional de Saúde Suplementar tem criado processos regulares de registros de operadoras, produtos e beneficiários, que estão tornando possíveis comparações espaciais e temporais de indicadores de qualidades das operadoras de planos de saúde. Estes processos incluem um *"callcenter"* para registrar queixas dos beneficiários.

A ANS incorporou recentemente na sua agenda o fomento as iniciativas de qualidade no mercado de saúde suplementar, incluindo a melhoria dos seus próprios processos. Como a preocupação com a qualidade não garante a qualidade, só a participação ativa dos beneficiários dos planos de saúde pode produzir discussões

efetivamente orientadas para o entendimento e solução de problemas. O órgão regulador tem uma boa possibilidade nas mãos. A ampliação da agenda com criação, verificação e divulgação de indicadores da qualidade da promoção e dos cuidados integrais da saúde pode funcionar como território de expressão e discussão dos interesses. O investimento na satisfação dos beneficiários dos planos de saúde deve articular as iniciativas de melhoria e de certificação da qualidade.

Cunha (2003) afirma que, em função da hipossuficiência de informações do consumidor em relação ao fornecedor no setor de saúde suplementar, cabe ao governo prover mecanismos suficientes para sua proteção, da garantia de adequação mediante o qual se requer que os serviços operem com segurança e qualidade, e da informação que as operadoras devem prestar sobre os produtos e os serviços que oferecem ao público.

REFERÊNCIAS

BAHIA, L. O mercado de planos e seguros de saúde no Brasil: tendências pós-regulamentação. *In*: NEGRI, B.; DI GIOVANNI, G. (org.) **Radiografia da Saúde**. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 325- 362.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1993***:* investindo em saúde. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

BARNES, J. J. Redes sociais e processo político. *In*: BIANCO, B. F. (org.) **A antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987. p. 159-194.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.656**, de 04 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.961**, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outra providencias.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e as outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.

CHAWLA, M. **Estimating the extent of patient ignorance of the health care market**. World Bank Economists' Forum v. 2, p. 3–24, 2002.

COSTA, N. R. O regime regulatório e a estrutura do mercado de planos de assistência à saúde no Brasil. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE. ANS. **Documentos técnicos de apoio ao Fórum de Saúde Suplementar em 2003**. Rio de Janeiro, 2004, p. 49-64.

COUNCIL ON COMPETITIVENESS. **Highway to health**: transforming US health care in the information age. Washington, DC. Mar. 1996.

CUNHA, P.C.M. **Regulação jurídica da saúde suplementar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DERVIN, B. Information and democracy: an examination of underlying assumptions. **Journal of the American society for information science**, v. 45, n. 6. p. 369-385, 1994.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.,** Brasília: IBICT, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan. 2002.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2000/2003**: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LEGEY, L. R.; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1 n.5, out. 2000.

LIMA, C. R. M. **Informação e regulação da assistência suplementar à saúde**. Rio de Janeiro: Epapers, 2005.

LIMA, C. R. M.; SANTINI, R. M. **Prestadores de serviços no setor de saúde suplementar no Brasil**. Rio de Janeiro: ANS, 2003. Disponível em www.ans.gov.br.

MALIK, A. M. **Avaliação, qualidade, gestão**: para trabalhadores da área da saúde e outros interessados. São Paulo: SENAC, 1996.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.,** Brasília: IBICT, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MATTOS, P. (coord.) **Regulação econômica e democracia**: o debate norte-americano. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **A saúde suplementar no Brasil**: *In*: Seminário Internacional de Tendências e Desafios dos Sistemas de Saúde nas Américas. Apresentação, Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Qualificação em saúde suplementar**: uma nova perspectiva no processo de regulação. Rio de Janeiro, 2004.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.,** Brasília: IBICT, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000.

MONTONE, J. Evolução e desafios da regulação do setor de saúde suplementar. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANS. **Documentos técnicos de apoio ao Fórum de Saúde Suplementar em 2003.** Rio de Janeiro, 2004, p. 9-48.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MULLER, B. **Instituições regulatórias**. Brasília: UNB, 2003.

PEREIRA, C. O marco regulatório no setor de saúde suplementar: contextualização e perspectivas. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANS. **Documentos técnicos de apoio ao Fórum de Saúde Suplementar em 2003.** Rio de Janeiro, 2004. p. 93-120.

RIVERA, F. J. U. **Agir comunicativo e planejamento social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ROCHA, M. P. C. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ci. Inf.,** Brasília: IBICT, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000.

ROVERE, M. **Redes nômades**: algunas reflexiones desde uma práctica de intervención institucional. Londrina: UNIDA, 2003.

SANTACRUZ, R. Fundamentos da regulação pública dos mercados. **Arché interdisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 81-101, 2001.

SILVA JUNIOR, D. C. **A regulação do segmento de saúde suplementar**: o impacto da mídia na construção de dimensões de desempenho relevantes para o usuário. 2003. Tese de Doutorado. UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

VALENTE, T. W. Social networks thresholds in the diffusion of innovations. **Social Networks**, v. 18, p. 69-89, 1996.

Capítulo 2

COMISSÃO DA VERDADE: OS DOCUMENTOS E A VALIDEZ DO DISCURSO

Dayo de Araújo Silva Côrbo

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: O presente trabalho investiga a relação entre informação, documento e verdade no âmbito das Comissões da Verdade, que são mecanismos estabelecidos por países que passaram por regimes ditatoriais e com histórico de violações de Direitos Humanos. Estas Comissões são instauradas com o propósito de reestabelecer ou consolidar a democracia nesses países. Desta forma, faz-se uma análise descritiva do processo de reconstrução histórica e validação da informação no domínio das Comissões criadas na Argentina e no Chile. O estudo sobre as Comissões serve como referência para uma análise da recém-instaurada Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Enfoca-se as Comissões como locais propícios aos processos de aprendizagem. Nesse processo procura-se identificar o que valida à informação nas Comissões. Aborda-se a teoria discursiva da verdade de Jürgen Habermas, incluindo sua revisão com fins de sanar o problema da ineficácia da teoria da verdade por correspondência. Configura-se uma teoria processual, na qual compara-se a verdade a uma assertividade ideal. Nesta abordagem a verdade é atributo dos enunciados. A teoria pragmática da verdade de Habermas contribui para evidenciar que a informação, em atos de fala e na sua materialização documental, atua como uma verdade provisória. Nos casos estudados ela se valida no discurso público.

INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada insere-se nos estudos das configurações sociais e políticas da informação. Investigam-se as dinâmicas da informação e seus impactos na sociedade no tocante ao restabelecimento democrático e nos consequentes processos de reconstrução histórica e construção consensual da verdade de um passado recente, caracterizado por um regime ditatorial.

Indaga-se sobre a relação entre a reconstrução histórica a partir das informações originadas nas ações comunicativas e na construção de uma verdade consensual certificada pelo discurso no âmbito da esfera pública. Para isso, utiliza- se como local de pesquisa um

dos mecanismos empregados pelas sociedades para o restabelecimento de democracias – as comissões da verdade; investiga-se a reconstrução histórica a partir da relação entre informação, documento e verdade no domínio destas comissões.

Sendo assim, nos debates sobre redemocratização e reconstrução histórica de países afetados por ditaduras na América Latina, evidencia-se que as sociedades dessas novas democracias demonstraram publicamente seu repúdio aos regimes e às interpretações históricas predecessoras. Entre as formas de manifestação desse repúdio elaboraram-se denúncias, promoveram-se pressões inserindo o tema na esfera pública por intermédio das comissões de verdade e justiça, entre outras mobilizações. Esse repúdio incide sobre um passado caracterizado por regimes políticos que utilizavam, como instrumento de ação, o poder estatal para restringir e violar a dignidade e os direitos humanos.

No contexto dessas novas democracias, as experiências repressivas transformaram-se num arcabouço de temas a serem debatidos na esfera pública, como o de definir de que modo e por que canais averiguar e confrontar o conhecimento do que aconteceu no passado e como chegar a uma versão consensual da verdade, como fazer com que os envolvidos nas violações dos direitos humanos fossem considerados legalmente responsáveis pelas ações cometidas no passado, qual a responsabilidade do Estado e como este poderia se redimir diante das vítimas, entre outros temas.

Na presente investigação enfoca-se a questão da relação entre as informações provenientes da ação comunicativa e suas materializações documentais com o processo de construção de um conhecimento histórico, e neste domínio também com a validade dessa informação, o que acarretaria na certificação de uma verdade consensual no âmbito das comissões da verdade.

A instauração de uma comissão da verdade retrata uma realidade e um consenso na sociedade que a criou. Houve violações de direitos humanos em uma determinada época e existe a necessidade de averiguar tais violações, porém não existe forma de reconstruir essa realidade que não seja por meio da linguagem, o que nos remete à ação da informação, ao discurso e à verdade.

Neste sentido, se pensarmos que as informações assim como os documentos sendo objetos da experiência, geram verdades provisórias nos contextos pragmáticos do mundo da vida, como lidar com a intuição que estas certezas provenientes da ação não são provas irrefutáveis da verdade, visto que esta é atributo do discurso.

Qual seria a importância das comissões de verdade e justiça e do acesso às informações, consideradas como produtoras de verdade? Como lidar com o questionamento

do por que da instauração das comissões da verdade e do acesso às informações contidas nos documentos e, mais do que isso, que validade essas informações teriam na busca da verdade e numa futura reconstrução histórica?

A partir de tais questionamentos, nesta investigação pensamos as comissões da verdade não apenas como uma estrutura propícia ao resgate da memória e da justiça, mas também como um local de aprendizagem a partir da ação comunicativa, em que as informações e os documentos atuariam como verdades provisórias no contexto do mundo da vida e agiriam como questões e resistência na esfera do discurso.

A complexidade da questão da verdade traz à luz argumentações a respeito da linguagem, da referência e da realidade, com isso, Jürgen Habermas em sua primeira formulação do conceito de verdade, no livro de estudos prévios da Teoria da Ação Comunicativa (1997), elabora um conceito epistêmico de verdade, no qual, igualar-se-ia a verdade a sua justificação.

Esta teoria discursiva da verdade foi proposta como uma tentativa de sair da teoria da verdade por correspondência, que se tornara ineficaz após a virada linguística, e oferecer uma tentativa de combinar a compreensão de referência transcendente em relação à linguagem com uma compreensão, imanente à linguagem, de verdade como assertividade ideal.

A partir disso, o conceito de verdade de um enunciado, dado a impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas, não poderia ser medido por evidências, mas sim por razões justificadas.

Entretanto, a partir das críticas de Lafont e Wellmer, citados por Habermas na obra Verdade e Justificação (2004b), de que a conexão conceitual entre verdade e justificação não resulta da circunstância de condições ideais. Neste sentido, até mesmo os argumentos que nos convencem aqui e agora da verdade de algo poderiam se revelar falsos em outra situação epistêmica. Assim como, de ser paradoxal a ideia de um consenso último ou a toda outra interpretação. Ciente dessas dificuldades, Habermas reformula este conceito defendido outrora e propõem um conceito pragmático de verdade, no qual, faz jus a um realismo pragmático em que reconhece a possibilidade de um conceito bifronte de verdade nos contextos da ação e do discurso. Este conceito de verdade não seria um conceito epistêmico de verdade, mas um conceito que seria intrínseco as nossas atividades no mundo da vida.

E é a partir desse conceito que, nesta pesquisa, investiga-se o que legitima a autoridade das comissões de verdade e das informações provenientes destas Comissões. Acredita-se que o uso da linguagem no contexto da ação comunicativa, que origina as informações e as experiências retratadas nos atos de fala do testemunho e nos documentos,

gera verdades provisórias que podem servir como potência argumentativa para a garantia de uma verdade pragmática no âmbito do discurso.

Sendo assim, a investigação se divide em seis capítulos. Entretanto, considerando-se os dois primeiros capítulos como introdutórios e descritivos, a eles não se dá maior ênfase nesta oportunidade, de modo que começamos nossa investigação com a análise descritiva das comissões já concluídas no Cone Sul da América: da Argentina e do Chile. Nessa etapa, tem-se em vista examinar as formas de reconstrução histórica no tocante aos procedimentos utilizados por essas comissões, principalmente do testemunho e da análise de documentos. Procura-se, com isso, avaliar as formas de acesso à informação e a validação dessas informações nas comissões e na esfera pública no tocante a aprendizagem. Utilizam-se, como instrumentos de análise, os relatórios já concluídos e disponíveis das citadas comissões.

No capítulo posterior, enfatiza-se a Comissão Nacional da Verdade, recentemente instaurada no Brasil. Verificam-se as controvérsias de sua instalação, os processos de acesso e validação da informação. Nesta ocasião, indaga-se sobre a potencialidade desta comissão de produzir aprendizagem no domínio da esfera pública ao proporcionar o debate sobre um passado recente ainda nebuloso e com interpretações contraditórias. Devido esta Comissão ainda estar em andamento, à avaliação teve como base os dados disponíveis em seu site oficial.

Após a análise das comissões, aborda-se a relação entre informação, documento e verdade. Nesta análise, procura-se investigar a relação entre informação e sua materialidade documental, e faz-se uma passagem pelos ensinamentos dos documentalistas precursores da Ciência da Informação: Paul Otlet e Suzanne Briet. Nesse sentido, concorda-se com as interpretações dos teóricos anglo-saxões, de que o trabalho desses documentalistas tradicionais, ainda é relevante para os estudos da informação na contemporaneidade. Sendo assim, a partir da intuição de Frohmann, de que a materialidade da informação em documento está associada às suas funções sociais, investiga-se a informação como materialização no âmbito das comissões da verdade, a partir das ações comunicativas.

Finalizando o trabalho, introduz-se a fundamentação teórica que justifica a análise das comissões da verdade quanto ao seu papel de aprendizagem, e que dá base a análise da validação da informação a partir das teorias da verdade de Habermas.

METODOLOGIA

A escolha pelos métodos e teorias provenientes da Filosofia e da Ciência Social para análise das relações entre informação, documento e verdade é uma escolha metodológica, reconhece-se que a informação em sua materialização documento é tema de diferentes disciplinas como Arquivologia, História, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

Por certo, para cada uma dessas disciplinas o conceito de documento tem sua aplicação e legitimação, porém excluindo-se a História, as demais são disciplinas provenientes da Ciência Social e convencionadas como Ciências Sociais Aplicadas. A partir disso, considera-se que a aplicação e a legitimação da validade do conceito de documento atuam na sociedade e nas questões do presente e que, por isso, não podem fugir da regularidade e das leis fundamentadas pelas Ciências Sociais.

Com isso, a partir do objetivo de investigar a questão das comissões da verdade como questão do presente, considera-se a Ciência da Informação uma Ciência Social. Nesse sentido, conforme Habermas (2009b) convenciona-se que toda a história nesta pesquisa transforma-se em tempo presente, num plano coetâneo universal.

Sendo assim, os objetivos traçados na pesquisa se especificam em investigar e discutir as dinâmicas contemporâneas de validação da informação, em especial, sua relação com o documento e o processo de aprendizagem no âmbito das comissões da verdade. E a partir desta verificação analisar a relação entre informação, documento e verdade por meio da atualização da questão da verdade na teoria de Habermas.

Nesse sentido, a investigação caracteriza-se como uma pesquisa de análise descritiva no tocante às comissões da verdade, e teórica no que concerne à relação entre informação, documento e verdade. Em um primeiro momento, utiliza-se o método de análise dos relatórios produzidos pelas comissões da verdade já concluídas na Argentina e no Chile. Avaliam-se as práticas de trabalho para a reconstrução histórica e a validade da realidade descrita, a partir dos respectivos relatórios.

Seguindo o mesmo método e objetivo, investiga-se o desenvolvimento da Comissão Nacional da Verdade, diferindo do local de análise – por esta comissão ainda não ter sido concluída, analisa-se o *site* oficial.

O motivo da prioridade da análise das experiências das comissões da verdade ante a pesquisa teórica é convergir com a intuição de Habermas (2004b), baseada num realismo pragmático e em um naturalismo fraco, de que existe uma realidade extralinguística que antecede e, nesse sentido, tem prioridade ontológica em relação ao discurso.

Entretanto, o acesso a essa realidade é apenas através da linguagem. No domínio da

corrente investigação, a realidade se materializa nos atos de fala do testemunho e em documentos, estando, consequentemente, nos relatórios das comissões.

Assim, essa realidade extralinguística, no âmbito da investigação aqui desenvolvida, faria parte de um mundo objetivo e seria análoga, nesse domínio, ao sofrimento proveniente das violações dos direitos humanos, que é descrito nos atos de fala do testemunho das vítimas dos regimes ditatoriais e nos documentos.

A partir disso, o objetivo da análise textual desses relatórios é investigar a reconstrução da história a partir dos atos de fala do testemunho e dos documentos, bem como a validação da informação de tais manifestações informativas no âmbito das comissões.

Reconhece-se que a realidade é inerente à linguagem, porém, a partir dos novos estudos de Habermas, questiona-se a relação entre o documento e a verdade, a partir da admissão de uma realidade com prioridade ontológica. Nesta abordagem, conforme González de Gómez (2008), a informação, assim como o documento são considerados como manifestações históricas e sociais da linguagem,o que faz da informação e do documento uma questão acerca dos usos sociais da linguagem.

Em tal cenário, distingue-se uma segunda etapa da investigação, caracterizada como pesquisa teórica, na qual, delimita-se a relação entre testemunho, documento e verdade, utilizando-se como referencial teórico a teoria pragmática da verdade de Habermas, em que o autor, como dito, adota um realismo pragmático que prioriza ontologicamente uma realidade independente da linguagem,que impõe restrições a nossas práticas.

Com isso, procura-se investigar o inter-relacionamento entre os atos de fala do testemunho e a informação materializada através dos documentos, a validação destas informações e a referência a uma realidade extralinguística. Tal realidade estaria atuante no âmbito das comissões, nos atos de fala das vítimas, e teria ligação com o sofrimento proveniente das violações dos direitos humanos.

Explora-se a hipótese, a partir do enfoque pragmático de Habermas, de que a reconstrução histórica, que fundamenta a instalação das comissões da verdade, é proveniente de uma aprendizagem derivada de uma reconstrução argumentativa na qual, as informações e os documentos originários da ação e da experiência inserem-se na esfera do discurso como ponto de referência e limitação para as justificações:

> [...] o mundo da vida, com seus fortes conceitos de verdade e saber circunscritos à ação, penetra no discurso e fornece o ponto de referência que transcende justificações e mantém desperta entre os interlocutores a consciência da falibilidade de nossas interpretações. (Habermas, 2004b, p.258).

Sendo assim, a implantação das comissões da verdade seria fundamental para a construção do conhecimento histórico a partir da ação comunicativa e para a validação da informação por ser um lócus aberto às interações comunicativas e argumentativas.

A escolha, nesta pesquisa, das comissões investigadas e da ordem de citação está relacionada com a conjuntura de acontecimentos relativamente comuns entre os três países – Argentina, Chile e Brasil – no tocante as motivações da instauração dos regimes ditatoriais, à constatação do confronto recente dessespaíses com as questões das violações dos direitos humanos e à data de instauraçãodessas comissões. Nesse sentido, prossegue-se a investigação com a análise das comissões da verdade instauradas no Cone Sul da América – na Argentina e no Chile. Convencionou-se as três comissões investigadas como de verdade, pois, procurou-se destacar o papel de aprendizagem destas Comissões e não seu objetivo fim.

COMISSÕES DA VERDADE NO CONE SUL DA AMÉRICA

Neste capítulo destacam-se as análises dos relatórios das comissões da verdade já concluídas no Cone Sul da América, nos países Argentina e Chile. Procura-se realizar uma análise descritiva das formas de reconstrução histórica dessas comissões, por meio de seus relatórios; destaca-se o papel das informações provenientes da ação comunicativa no processo de reconstrução histórica, através de atos de fala do testemunho e do acesso a documentos. Procura-se, além disso, avaliar a validação destas informações no âmbito das comissões da verdade e na esfera pública.

Nesse sentido, também com o objetivo de avaliar o processo de reconstrução histórica da Comissão Nacional da Verdade e a validação da informação nessa comissão e na esfera pública, utiliza-se, devido à contemporaneidade de seu desenvolvimento, o *site* oficial.

Contudo, antes de iniciar as análises discorre-se sobre uma das principais funcionalidades das comissões da verdade, que é seu papel no processo de reconstrução histórica e busca de uma verdade consensual na esfera pública. Compreende-se que, apesar da recorrente falsificação da história imposta pelas ditaduras do Cone Sul, as informações provenientes das ações das vítimas se mantêm presentes nos discursos dos direitos humanos e encontram um local de manifestação nas comissões de verdade. Conforme o relato de Van Zyl:

> As comissões de verdade dão voz no espaço público às vítimas e seus testemunhos podem contribuir para contestar as mentiras oficiais e os mitos relacionados às violações dos direitos humanos. O testemunho das vítimas na África do Sul tornou impossível negar que a tortura era tolerada oficialmente e que se deu de forma estendida e sistemática. As comissões do Chile e da Argentina refutaram a mentira segundo a qual os opositores ao regime militar tinham fugido desses países ou se escondido, e conseguiram estabelecer que os opositores "desapareceram" e foram assassinados por membros das forças militares em desenvolvimento de uma política oficial. Dar voz oficial às vítimas também pode ajudar a reduzir seus sentimentos de indignação e raiva. [...] o fato de se reconhecer oficialmente o sofrimento das vítimas melhorará as possibilidades de confrontar os fatos históricos de maneira construtiva. (Van Zyl, 2009, p.35-36).

Nesta perspectiva, evidenciam-se, entre outros papéis das comissões da verdade, o de ser um instrumento utilizado nos processos de recuperação do Estado de Direito, no tocante ao estabelecimento de premissas básicas para a convivência entre setores opostos, e o de auxiliar no estabelecimento de responsabilidades aos perpetradores de violações de direitos humanos. As comissões da verdade, em seu processo de reconstrução histórica e busca da verdade, configuram-se também como um lócus de reflexão a partir da ação comunicativa e do discurso. Torelly (2010) afirma, em um período que ainda se discutia sobre a relevância da implantação de uma comissão da verdade no Brasil, que a instauração de uma comissão da verdade poderia ser o passo decisivo para a superação da temática do período de repressão no Brasil:

> A possibilidade de implementação de uma Comissão da Verdade poderia ser o passo decisivo para a reinserção social do tema da superação autoritária na pauta social, promovendo ampla reflexão. Inobstante, nunca é demais lembrar que, numa sociedade tão profundamente marcada pelo autoritarismo como a brasileira, a simples existência de um debate institucionalmente mediado sobre ferramentas para lidar com o passado já constitui, em si, um inequívoco sinal de amadurecimento democrático. (Torelly, 2010, p.121).

Em tais afirmações, desponta a importância reflexiva das comissões da verdade no tocante ao combate a uma espécie de falsificação da história; constata- se que, no âmbito das novas democracias do Cone Sul, um dos problemas básicos enfrentados pela sociedade relaciona-se aos espólios das políticas de memória e esquecimento das ditaduras implantadas nesses países. Segundo Roniger e Sznajder (2004), entre as heranças produzidas pelos regimes repressivos configura- se o falseamento da história. De acordo com os autores, em cada um dos países do Cone Sul evidenciou-se a tentativa de se impor um consenso sobre as versões historiográficas oficiais. Na Argentina e no Chile, especificamente, pregavam-se interpretações com base numa visão de salvação nacional, na qual se avigoravam vitórias das Forças Armadas em guerras travadas contra forças maléficas da subversão.

No caso brasileiro, evidencia-se, ainda hoje, a divulgação nas instituições educacionais de versões historiográficas que ocultam ou manipulam informações sobre os fatos passados no período da ditadura – como a crença na versão do suposto milagre econômico atingido pelo país no período entre 1969 e 1973 ou as teses de que o golpe militar foi fruto do clamor popular que exigia a deposição do ex-presidente João Goulart e de que o regime impediu a tentativa comunista de conquistar o Brasil, ou, ainda, e a afirmação que a ditadura no Brasil foi branda enão atingiu amplos setores sociais.

Evidencia-se que estas versões parciais e distorcidas se inserem na sociedade por intermédio do controle da esfera pública, dos sistemas educacionais e das políticas de informação. Segundo Ortiz:

> [...] nas escolas e universidades, a educação que recebemos através dos livros e manuais de história está baseada em uma versão parcial acerca da realidade nacional, que responde aos interesses dominantes daqueles que têm o poder hegemônico, e que buscam privilegiar uns feitos sobre outros, invisibilizando a realidade das vítimas da violência sociopolítica. (Ortiz, 2006, p.10).

Não obstante isso, tais questões não fogem ao âmbito da moral. Discorrendo sobre a relação entre história e a responsabilidade moral e política dos filósofos, Habermas afirma que um dos motivos que impulsionaram a união entre Filosofia e Política, em seus estudos, foi um desapontamento com a ausência de consciência moral de Heidegger, considerado por ele, até então, seu mentor principal.

> [...] durante os anos 50, fomos alvo de ataques da autocompreensão elitista e, ao mesmo tempo, antipolítica da universidade alemã, bem como da ligação funesta entre nacionalismo e antissemitismo burguês, a qual tinha desarmado intelectualmente, em 1933, nossos professores acadêmicos ou os colocara diretamente nos braços dos nazistas.
>
> Em tal clima, minhas convicções políticas, que tendiam mais para a esquerda, quase não tinham conseguido estabelecer um contato com o meu estudo de filosofia. Filosofia e política – dois universos de pensamentos – permaneceram separadas durante um longo período de tempo. Entretanto, elas acabaram se chocando, num final de semana, no semestre de verão de 1953, quando meu amigo Karl-Otto Apel me colocou nas mãos um exemplar da Introdução à metafísica, de Heidegger, que acabara de ser impresso. Até esse momento, Heidegger tinha sido, mesmo que à distância, o mentor principal. [...] A ontologia fundamental continha uma ética que apelava, no meu entender, à consciência individual e à veracidade existencial do indivíduo. Não obstante isso, esse mesmo Heidegger publicara, sem retoque algum, os textos de aulas ministradas no ano de 1935. Ora, o vocabulário dessas aulas refletia o endeusamento do espírito do povo, o coletivismo que se expressava na expressão festiva do 'nós' e o consolo 'Schlageter'. Inopinadamente, o 'Dasein do povo' ocupara o lugar do 'Dasein' do indivíduo. Passei imediatamente para o papel o meu espanto ante tal fato.

> O título do artigo, [...] 'Pensar com Heidegger contra Heidegger'. Hoje é possível inferir, [...] qual foi o elemento do texto de Heidegger que me deixou mais nervoso. Foram principalmente quatro coisas: [...]. A gota d'água, no entanto, foi o fato de o filósofo nazista recusar a responsabilidade moral e política pelas consequências de uma criminalidade de massa sobre a qual poucas pessoas falavam, oito anos após o final da guerra. (Habermas, 2007a, p.26-27).

Essas versões historiográficas, com o estabelecimento de políticas e apoio de uma parcela da elite intelectual, se sobrepõem a concepções alternativas. Segundo Roniger e Sznajder, na Argentina e no Chile as juntas governantes restringiamvisões e concepções não condizentes com as versões oficiais. Segundo os autores, em certa ocasião, ao enfrentar críticas da comunidade internacional quanto às violações de direitos humanos em seus países, os ditadores Jorge Rafael Videla (da Argentina) e Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (do Chile) desafiaram os organismos internacionais em declarações e na implantação de um plebiscito, com legitimidade duvidosa, para justificar a implantação de políticas de construção seletiva da memória:

> Ao defrontar a crítica internacional no que diz respeito ao tratamento local dos direitos humanos, o governo do general Jorge Rafael Videla retrucou adotando com o orgulho o lema: "Nós argentinos somos direitos e humanos". Em circunstâncias similares, Pinochet anunciou em 21 de dezembro de 1977 que "o governo solicitava a consulta de toda a população, para que todo homem, toda mulher, e todo jovem neste país tenha de decidir, na intimidade de sua consciência, se ele/ela apoia o presidente na sua defesa da dignidade do Chile, e reafirma a legitimidade do governo da República [...] ou se, em contraste, ele/ela apoia a resolução das Nações Unidas e suas pretensões de impor sobre nós, do estrangeiro, nosso futuro destino". Nesta consulta, realizada em 4 de janeiro de 1978, uma maioria absoluta de chilenos votou a favor da posição do governo militar, apoiando suas políticas. Nesse período, foi implementada uma política de construção seletiva da memória, que ocultou do público o modo operante dos militares. (Roniger; Sznajder, 2004, p. 218).

No tocante a esses países, tais políticas de desinformação foram responsáveis por um sentimento de ceticismo, quanto aos relatos de violações dos direitos humanos. Nota-se que estes relatos circulavam na sociedade, apesar de existirem serviços de censura. Constata-se que a repressão utilizava mecanismos informais de negação, descrença e racionalização que imputavam a responsabilidade de supostas violências das forças de segurança aos opositores, considerados pelo regime como subversivos.

Dessa forma, projetou-se a visão comum de que os comentários sobre o desaparecimento de detidos, nada mais eram do que rumores infundados disseminados por radicais na clandestinidade e por exilados que fugiram desses países. Tais artifícios da repressão exerceram um impacto duradouro sobre ospartidários do regime militar, e também sobre amplos setores da opinião pública que não foram afetados diretamente pela repressão

física.

Essas experiências descrevem como a política de desinformação afetou, e ainda afeta, as concepções de história e verdade, na esfera pública contemporânea ao regime ditatorial e na atual, sob o regime democrático. Não é menos importante, entretanto, explicitar que tais políticas e o regime repressivo em geral não foram aceitos passivamente por grande parcela da população, em especial a sociedade civil desses países, e fora deles se mantiveram combativas, como as organizações de parentes de vítimas destes regimes, que denunciavam as violações de Direitos Humanos, internacionalmente. Demonstrou-se isso principalmente durante o processo de abertura política.

Sendo assim, após a abertura política e a redemocratização, ocorreu uma redescoberta da dimensão e da magnitude destes problemas velados ou distorcidos pela repressão, na esfera pública. Dando início a debates acerca dos mecanismos institucionais e não institucionais necessários para lidar com os legados da repressão.

Neste cenário de debates sobre as alternativas de como lidar com o espólio das violações de direitos humanos perpetradas pelos regimes repressivos impostos nesta região surge um dos mecanismos utilizados por algumas das novas democracias do Cone Sul – as comissões da verdade, a partir das quais abre-se a possibilidade de estas sociedades possuírem um lócus de debate e reflexão sobre o seu passado.

As comissões da verdade são definidas pela Organização das Nações Unidas como

> órgãos de investigação oficialmente autorizados, de caráter temporal e não judicial e que dispõem de um prazo, para tomar depoimentos, proceder às investigações e estudos e realizar audiências públicas antes de finalizar seu trabalho com a publicação de um relatório. (ONU, 2006, p.1).

Mezarobba atribui a seguinte definição:

> [...] uma comissão da verdade pode ser definida como órgão estabelecido para investigar determinada história de violações de Direitos Humanos. [...] Entre os objetivos de uma comissão da verdade está descobrir, esclarecer e formalmente reconhecer abusos do passado; restaurar a dignidade e facilitar o direito das vítimas à verdade; contribuir para justiça e accountability; acentuar a responsabilidade do Estado e recomendar reformas; promover a reconciliação, reduzir conflitos e estabelecer a legitimidade de um novo regime. (Mezarobba, 2010, p.32).

Valdez chama atenção sobre o papel destas comissões no processo derecuperação do Estado de Direito e da democracia:

> Estas comissões [...] se criam em momentos históricos de recuperação do Estado de Direito, com o advento de um regime democrático ou ao produzir-se intervenções internacionais que tem como missão apoiar processos de paz e estabelecer premissas básicas para a convivência. Sua criação tem o objetivo de investigar os fatos, conhecer as causas que os motivaram e estabelecer responsabilidades dos diversos setores envolvidos. (Valdez, 2007, p.2, tradução nossa).

No Cone Sul da América, o estabelecimento dessas comissões tem como objetivo viabilizar a reconstrução histórica, a busca pela verdade dos acontecimentos e, dessa maneira, conceder o direito à memória às vítimas que sofreram violações dos direitos humanos e aos seus familiares. Tais violações foramproporcionadas pelo terrorismo imposto pelo Estado através das ditaduras militares, entre os anos 1960 e 1980, sendo este responsável por mortes, torturas e desaparecimentos forçados de presos políticos.

Na literatura constata-se uma forte ligação entre o conceito de comissão da verdade e o de justiça de transição, porém nesta investigação propõe-se uma abordagem a partir de suas funções de aprendizagem. Acredita-se que a instalação das comissões da verdade permite garantir uma reconstrução histórica através das informações provenientes dos atos de fala do testemunho e dos documentos e, dessa maneira, também oficializar as violações de direitos humanos e uma verdade consensual – o que pode proporcionar uma reflexão social sobre os fatos ocorridos e a respeito da necessidade de não repetição das violações cometidas no período de repressão. Conforme Van Zyl, que visando às instituições afirma que por meio de audiências públicas as comissões da verdade:

> [...] podem direcionar a atenção governamental e pública a instituições específicas, tais como os meios de comunicação, as prisões, as instituições prestadoras de serviços de saúde e as instituições judiciais, servindo assim de catalisador do debate sobre a função que essas instituições cumpriram no passado e as medidas que devem ser tomadas no futuro para incrementar sua efetividade e sua capacidade para promover e proteger os direitos humanos. (Van Zyl, 2009, p.41).

Souza Junior e Benevides Soares, ainda na época de debate sobre a ideia de instauração da Comissão Nacional da Verdade, discorrem sobre o caráter pedagógico das comissões de verdade no Terceiro Programa Nacional sobre Direitos Humanos:

> Com a proposta de criação de uma Comissão da Verdade, o PNDH-3revela-se um instrumento pedagógico, pois coloca de novo a política no centro da discussão dos grandes valores nacionais, a começar pelo conhecimento da história pátria sem sigilos, tabus ou 'esquecimentos'. Recuperar a história é uma forma de educar para a cidadania e para a experiência coletiva da construção da identidade nacional fortalecendo-se a democracia. (Souza Junior; Benevides Soares, 2010, p.22).

Os autores citam, ainda, a ideia de frei Beto sobre a importância de se restaurar a história do país ligada às violações de direitos humanos.

> [...] é imperativo de soberania nacional, a restauração da memória histórica. Recontar o passado sempre ensina a enfrentar o presente, no intuito de não se repetirem violações, tais quais as ocorridas em períodos ditatoriais, que envolveram a prática contumaz de crimes contra a humanidade, como torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimentos forçados de dissidentes do regime militar. (Frei Beto, apud Souza Junior; Benevides Soares, 2010, p. 22).

Outros autores também citaram a atuação pedagógica das comissões da verdade, como Teitel (apud Mezarobba, 2010, p. 33): "Divulgar relatórios de verdade, em uma sociedade democrática, é uma tentativa de transformar a opinião pública em relação à tirania do Estado". E ainda:

> [...] comissões da verdade são um fórum público de accountability histórica, relacionado a eventos traumáticos contestados. Nelas, aqueles que previamente sofreram nas mãos do Estado se tornam suas mais críveis testemunhas e confiáveis vozes. (Teitel apud Mezarobba, 2010, p.32).

Também sobre esta característica pedagógica das comissões, Souza Junior e Soares (2010) afirmam que, ao auxiliarem a sociedade a compreender e conhecer uma história ocultada pelos regimes ditatoriais, as comissões da verdade atuam na formação de cidadãos responsáveis. "O conhecimento de nossa história, portanto, mesmo e sobretudo do lado obscuro, sinistro e cruel, faz parte de nosso processo de amadurecimento como cidadãos responsáveis e como Nação." (Souza Junior; Soares, 2010, p.22).

Assim, Mezarobba (2010), citando as comissões da Argentina e do Chile, afirma que a instauração de uma comissão da verdade no Brasil pode contribuir para legitimar a democracia e promover o respeito aos direitos humanos e aprofundar a reflexão sobre o tema da impunidade:

> Assim como aconteceu na Argentina e no Chile, no caso do Brasil, a criação de uma comissão da verdade poderá contribuir não apenas para deslegitimar a ditadura e confirmar a opção nacional pela democracia, mas para reafirmar, de forma categórica, a intrínseca e indispensável relação do (nem tão) novo regime com a promoção e o respeito aos Direitos Humanos e sua impossibilidade de conviver com expedientes ainda praticados de forma disseminada, como a tortura e o abuso de poder. Também poderá contribuir para aprofundar a reflexão em torno de um tema que persiste contemporâneo no debate nacional: a impunidade. Por sua grande relevância e pela possiblidade de propiciar avanços na seara da Justiça, especialmente em relação às vítimas da violência do período e seus familiares, deve ser acolhida pela sociedade como uma oportunidade de melhor definição e aperfeiçoamento do papel de importantes instituições, como o Judiciário e as forças de segurança. (Mezarobba, 2010, p.33).

Com isso, a partir da definição sobre a abordagem proposta para as comissões de verdade e com fins de avaliação das relações entre informação, reconstrução histórica e verdade, analisam-se, no que concerne às comissões da verdade do Cone Sul da América, os relatórios concluídos da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas da Argentina e da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação do Chile. A escolha dessas comissões e da ordem de citações foi motivada pelas características dos regimes que as originaram, dos processos de redemocratização que se assemelham ao processo brasileiro e das datas de instauração das comissões em cada país.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NA ARGENTINA

A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas foi criada por meio do Decreto no 187, de 19 de dezembro de 1983, pelo presidente constitucional Raúl Ricardo Alfonsín e teve como objetivo principal investigar o destino dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar da Argentina, que perdurou entre os anos de 1976 e 1983.

Seus trabalhos foram caracterizados pela convocação da população para testemunhos sobre atos de violência, o que provocou resposta imediata, em especial de parentes de vítimas e de sobreviventes dos centros clandestinos de detenção. Após nove meses de trabalho, a comissão, identificada pela sigla CONADEP, reuniu mais de 50 mil páginas de testemunhos e denúncias e confeccionou o seu relatório final, intitulado *Nunca Más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparicióndе Personas.*

Neste relatório, a CONADEP denunciou o desaparecimento de 8.960 pessoas, assim como a destruição ou ocultação significativa de documentos e descreveu centenas de casos de sequestros, torturas, prisões ilegais e manutenção de prisioneiros em centros de detenção clandestinos. Relatou, ainda, a atuação de militares, em casos de rapto de crianças, filhas dos presos políticos e nascidas nos campos de detenção, bem como o sequestro de parentes que reclamavam por seus familiares. A Comissão também avaliou a cumplicidade do Poder Judiciário, afirmando que a via judicial se converteu em um recurso quase inoperante durante aditadura militar.

Evidencia-se, além disso, que esta comissão teve uma importante atuação no

processo de redemocratização e reconstrução histórica, pois seus trabalhos foram reconhecidos pelas esferas pública e jurídica. Os depoimentos expostos em seu relatório ainda hoje servem como material para o debate corrente na sociedade e como prova para julgamentos de pessoas responsáveis por violações de direitos humanos.

A atual presidenta da Argentina, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, ofereceu acesso, em 6 de janeiro de 2010, aos arquivos confidenciais referentes à atuação das Forças Armadas na ditadura militar do país. Fundamentou-se no argumento de que a atuação das Forças Armadas durante a vigência do terrorismo de Estado demonstrou que a informação e a documentação, classificadas como confidenciais, não estiveram destinadas à proteção dos interesses legítimos próprios de um Estado democrático, mas, ao contrário, serviram para ocultar a ação ilegal do governo. Sendo assim, manter o sigilo dos documentos seria contrário à política da memória, verdade e justiça. O decreto expressou casos judiciais que determinaram a reabertura de causas de violações de direitos humanos durante o período ditatorial.

A partir de tal perspectiva, nesta seção analisa-se a reconstrução histórica relatada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas da Argentina, no tocante às formas de aquisição da informação obtidas através do testemunho e dos documentos relacionados ao período ditatorial na Argentina. Analisa-se, também, a validade dessas informações no domínio da comissão ecomo a verdade produzida por ela é legitimada na esfera pública. Porém, antes dessa análise, visando a um delineamento das experiências relatadas no interior do relatório face ao contexto histórico que as fundamentam, procede-se a um breve histórico do golpe militar de 1976.

BREVE HISTÓRICO DO GOLPE DE 24 DE MARÇO DE 1976

A implantação de uma comissão da verdade presume a existência de um regime coercitivo. A ditadura imposta na Argentina é considerada a mais violenta da América Latina, com aproximadamente 9 mil vítimas. Foi influenciada política e economicamente pela ditadura do Chile e teve como início o golpe de 24 de março de 1976, no qual a presidenta Maria Estela Martínez de Perón, que sucedeu Juan Domingo Perón, foi substituída pela junta militar formada pelo general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramon Agost. O golpe foi seguido pelo movimento declarado pelos golpistas como processo dereorganização nacional, que combateria o neoperonismo e a ameaça comunista.

A partir disso, como uma forma de melhor entendimento desse processo e com o intuito de abranger as motivações e o contexto cultural e social coetâneo ao golpe, convenciona-se o retorno, de forma breve, aos processos intensos de mudança social e de modernização oriundos do pós-II Guerra Mundial.

Naquele período, a Argentina inclinava-se em direção à estrutura populista de incorporação simbólica e efetiva criada pelo peronismo. Após a queda dessa estrutura peronista através de um golpe, produziu-se um padrão intermitente de governo civil e militar, até a intervenção de outro golpe em 1976. Segundo Roniger e Sznajder (2004) a sociedade argentina, foi marcada por uma dissonância básica entre estruturas sociopolíticas e culturais formalizadas, de um lado no contexto de tradições ocidentais compartilhadas e, de outro, pelas perspectivas reais da vida social, que continham fortes elementos de violência, autoritarismo, clientelismo e repressão. Estes últimos modificavam-se constantemente e, por vezes, ameaçavam destruir o formato institucional existente nessa sociedade.

Nesta perspectiva, apesar da esfera política da Argentina estar organizada numa forma republicana presidencialista, com sistemas eleitorais que permitiam maior participação do eleitorado, ampliando o escopo do sufrágio e gerando mobilização popular entre setores substanciais das classes média e baixa, conforme os padrões europeu e norte-americano. Ainda assim, por muitas décadas, a política foi acompanhada, na prática, pela fraude, pelo clientelismo e pela manipulação do eleitorado realizada pelas elites políticas, na forma de uma disputa entre um padrão elitista e um padrão de mobilização populista. Com isto, convenciona-se que este processo teve como início ainda o século XIX e teve sua consolidação a partir de 1910.

Sendo assim, em 1910, o país passou por instabilidade e conflitos políticos e sociais que levaram ao surgimento do radicalismo e, desde a década de 1940, ao peronismo, como o principal eixo da política. Apesar de seus padrões autoritários de liderança, o peronismo combinava fortes características de inclusão ao delinear suaspolíticas sociais reconhecendo os interesses das classes populares e de outros setores, como o das mulheres. A estabilidade política que se seguiu à expulsão de Perón em 1955 e a regressão econômica do país ocasionaram uma dinâmica de recorrente alternância entre os governos repressivos e as tentativas sucessivas de restaurar a democracia.

Constata-se que durante a maior parte do século XX, as elites políticas centrais não conseguiram desenvolver um modelo que contasse com amplo apoio das forças políticas de oposição, enquanto que no âmbito desta última configuravam-se várias comunidades políticas com interpretações opostas no que tange às diferentes concepções de coletividade, esboçadas

no contraste entre as visões tradicionalistas populistas e as visões liberais modernizadoras. Todas essas concepções políticas lutavam pelo domínio e pela hegemonia política e cultural do Estado argentino. A Argentina carecia de uma visão partilhada e consensual sobre a natureza do sistema político e da identidade coletiva da sociedade.

Em tal cenário, nas décadas de 1960 e 70 configurou-se um período de agitação radicalizada e de desordem política, a partir do qual as Forças Armadas obtiveram subterfúgios para a intervenção, destituindo a democracia. Evidencia-se que a intervenção militar da década de 1970 está intrinsecamente ligada a diversos fatores, como:

> o caráter de luta e de polarização políticas; os elevados níveis de mobilização de massas; a crescente violência política e a percebida ameaçada investida esquerdista; as doutrinas prevalecentes de segurança nacional,propagadas durante a Guerra Fria; e a capacidade relativa das classes políticas de enfrentar as contínuas crises. (Roniger; Sznajder, 2004, p.8).

Segundo Roniger e Sznajder (2004), o sistema político que existiu de 1955 a 1973 estava à sombra da interdição imposta pelos militares sobre a força política popular majoritária: o peronismo. Após a derrubada de Juan Domingo Perón em 1955, a Argentina viveu um período de instabilidade política e de rebeliões e intervenções militares intermitentes. No fim da década de 1960, sob o governo militar, começaram as atividades de guerrilha do trotskista Exército Revolucionário do Povo (ERP) e dos peronistas de esquerda – os *montoneros*.

Esse era o panorama na ocasião em que o governo militar, do presidente Alejandro Agustín Lanusse, permitiu o retorno formal do peronismo para a política argentina, conclamando eleições em março de 1973. A indicação por Juan Perón de Héctor José Cámpora, um político desconhecido que venceu com 49% dos votos, abriu caminho para o seu retorno do exílio.

Em julho, Héctor Cámpora renunciou à presidência e, em novas eleições realizadas em setembro de 1973, o partido de Juan Perón e de sua terceira esposa María Estela Martínez de Perón ganhou com 62% dos votos. A volta de Juan Perón aumentou as expectativas para além das perspectivas de democratização.

A opinião pública pressupôs que os sindicatos, que no passado haviam conseguido bloquear reformas econômicas, cooperariam com o governo e seriam submetidos ao interesse da estabilidade.

Esperava-se, também, que Juan Perón conseguisse controlar as guerrilhas, visto que contaria com o apoio da comunidade comercial e industrial e com a lealdade do principal

partido de oposição, a União Cívica Radical, conforme combinado no acordo radical-peronista de 1972 que levou à reabertura eleitoral. Entretanto, no cenário político real, essas expectativas provaram-se ilusórias.

Uma vez no poder, o novo governo de Perón adotou políticas de austeridade que, junto com uma inflação vertiginosa, provocaram extensas greves, induzindo trabalhadores e ativistas a demonstrações e choques com a polícia. Após a morte de Juan Perón em julho de 1974, os frágeis entendimentos sociais e políticos elaborados ao redor do líder e de sua imagem de força, desintegraram-se.

Nesta ocasião, a Argentina passou por um momento de forte crise econômica e política. Novaro e Palermo (2007) explicam que a economia permanecia estagnada após os efêmeros êxitos iniciais do acordo peronista e as perspectivas não eram animadoras. Na conjuntura internacional o aumento do preço do petróleo e a desvalorização dos alimentos anunciavam crescentes desequilíbrios na balança comercial.

No âmbito interno a inflação disparava, apesar das tentativas desesperadas de controle. O pacote de ajuste dos salários e de desvalorização do peso que o governo havia baixado no princípio de 1975, teve efeitos negativos no bolso dos assalariados sem reverter à tendência geral, e motivou uma reação sindical contra o Executivo, com o qual a situação continuou a se deteriorar. O déficit público acumulado ao longo do ano alcançou um recorde histórico de 12,6% do PIB. O mês de março de 1976 registrou o recorde histórico de hiperinflação de 56%. Temia-se que o país suspendesse os pagamentos a qualquer momento, pois as reservas internacionais já estavam esgotadas.

Os sindicatos opuseram-se à política governamental e a repressão interna dentro do peronismo aumentou. A estratégia empregada pela União Cívica Radical, com o intuito de impedir a escalada da violência e uma intervenção pública militar subsequente, comprovou-se ineficaz. Os *Montoneros* e outras guerrilhas de esquerda retomaram a violência a fim de levar adiante a revolução. José López Rega, ministro do Bem-Estar Social, secretário pessoal de Perón e homem forte durante a presidência da esposa de Perón, usou um grupo terrorista de direita, o Triple A, para exterminar a esquerda. A situação tornou-se caótica e violenta. O governo ordenou que as Forças Armadas executassem operações anti-subversivas, pela primeira vez, contra as guerrilhas da província de Tucumã, em fevereiro de 1975, e num plano nacional geral, a partir de outubro deste mesmo ano.

No tocante a esta violência política, o jornal La Opinión, citado por Novaro e Palermo (2007), noticiou que naquele período a situação política seguia números exorbitantes, como no mês de março de 1976, de um assassinato político a cada cinco horas e, a cada três, a

explosão de uma bomba. Segundo o mesmo jornal, em dezembro de 1975, haviam-se contabilizado 62 mortes decorrentes dessa violência. Em janeiro de 1976, o número de mortes elevou-se para 89 e chegou a 105 em fevereiro, sendo registrado que a maior parte das mortes foi provocada por grupos paramilitares que percorriam as ruas empunhando suas armas diante do olhar aterrorizado dos transeuntes e do silêncio das autoridades.

Enquanto isso, o governo e o peronismo se debatiam em graves conflitos internos que os impediam de reagir frente ao firme avanço militar. Constata-se que as mudanças realizadas pelo governo de Maria Estela Martínez de Perón se tornaram insuficientes para conter a crise e a ameaça de intervenção dos militares apoiados pelos grandes empresários.

No Natal de 1975, o então comandante em chefe do Exército, general Jorge Rafael Videla, havia enviado um ultimato às autoridades constitucionais.

> [...] não bastava ter ampliado o teatro de operações da 'guerra anti- subversiva' a todo o território nacional, nem ter colocado as forças de segurança sob o controle operacional das Forças Armadas, nem ter nomeado generais da ativa para o comando da Polícia Federal e da Secretaria de Informações do Estado; o governo devia se purificar da "imoralidade e da corrupção [...], da especulação política, econômica eideológica" ou seria destituído. (Novaro; Palermo, 2007, p. 24-25).

Alguns dias antes, no dia 18 de dezembro, um setor da Aeronáutica, sob o comando do brigadeiro Orlando Jesús Cappellini, tentara sem sucesso tomar o governo. Na ocasião teve destaque a total fidelidade dos militares ao seu comando, o que fez fracassar essa tentativa. Esboçava-se a força do movimento que se estavagerando nas Forças Armadas.

Neste cenário de crise, gerou-se um processo que se justificava para a grande maioria da época, que visualizava um destino cada vez pior, mas, paradoxalmente, o que seria a solução tornou-se uma das piores catástrofes da Argentina.

> O golpe de 1976 não é simplesmente um elo a mais na cadeia de intervenções militares que se iniciou em 1930. A crise inédita que o emoldurou deu lugar a um regime messiânico inédito, que pretendeu produzir mudanças irreversíveis na economia, no sistema institucional, na educação, na cultura e na estrutura social, partidária e sindical, atuando em face de uma sociedade que, diferentemente de episódios anteriores, se apresentou enfraquecida e desarticulada, quando não dócil e cooperativa, frente ao fervor castrense. Visto à distancia, o golpe inaugurou um tempo que, mais do que tudo por sua enorme força destrutiva, e apesar do fracasso de boa parte das "tarefas programáticas" que o regime se auto- atribuiu, transformaria pela raiz a sociedade, o Estado e a política na Argentina. Os militares que encabeçaram a ditadura sem dúvida mais sangrenta deste país e de toda a região conseguiriam, deste modo, seu objetivo de pôr fim a uma época, ainda que viessem a demonstrar ser absolutamente incapazes de fundar uma nova. (Novaro; Palermo, 2007, p. 26).

Os militares denominaram seu período de governo "processo de reorganização

nacional", no qual um novo modelo de organização social foi concebido, baseado na desmobilização política e num consenso imposto, colocados em prática pela repressão feroz a opositores políticos, considerados subversivos e inimigos internos. A junta militar, liderada pelo general Jorge Rafael Videla, efetuou mudanças substanciais na Constituição, dissolveu o Parlamento, interferiu nas repartições públicas, suspendeu a atividade política e o movimento sindical, conduziu políticas de perseguição, tortura e assassinato nos setores definidos como inimigos da nação, ao mesmo tempo que colocava em prática políticas econômicas liberais de estabilização, adaptação e abertura de mercados.

Sobre esse período, Novaro e Palermo (2006) afirmam que a ditadura perpetrou uma guerra contra opositores considerados subversivos que consistiu na eliminação física de todas as organizações de oposição, dos grupos de esquerda revolucionária, das comissões e dos delegados sindicais combativos, das agremiações estudantis e dos simpatizantes do populismo peronista, recorrendo a métodos de extrema violência.

> Esta complexa máquina de torturar e matar chegou a dispor, em 1977, de 340 centros clandestinos em toda a Argentina. Inventou novas formas de desaparecimento: em voos noturnos, lançou ao mar, com vida, os opositores detidos na Escola da Mecânica da Armada; apropriou-se dos bens móveis e imóveis dos presos, vendendo-os em lojas estabelecidas ou nas subastas públicas; sequestrou bebês nascidos nos centros de tortura para entregá-los a pais adotivos apoiadores dos militares e explorou o trabalho escravo das pessoas encarceradas, evitando assim contratar mão de obra para certas tarefas a serem realizadas no quartel. (Novaro; Palermo, 2006, p. 118).

Almeida (2007) denominando as ditaduras militares da América Latina, como "nazimilitarismo latino-americano", aponta a crueldade do regime argentino não igualável nem mesmo ao nazismo alemão na degradação ao ser humano.

> E na devastação do terror, torturas, genocídios e desaparecimentos de mortos, o que encontramos no rastro de sangue do nazimilitarismo latino- americano? Infâmias monstruosas. As crianças nascidas nos calabouços do regime eram arrancadas de suas mães e entregues aos próprios carrascos e agentes do terror. Os criminosos faziam-se pais adotivos dos filhos dos pais por eles assassinados. [...] Quase 500 bebês foram arrancados, aos primeiros dias de vida, de suas mães presas e lançados num trágico e interrogante destino. [...] Milhares e milhares de condenados a este inferno foram presos, sequestrados, torturados, mortos e atirados ao desaparecimento sem nenhum registro de suas passagens pelas prisões, nem os motivos e causas dos atos punitivos. Metamorfosearam o gênero humano num enorme rebanho de animais arrastados ao matadouro e lá abatidos. (Almeida, 2007, p.250).

Em 1981, a junta governante presidida pelo general Roberto Viola deu início a um diálogo com os políticos, visando à transferência final do poder. Uma instabilidade

econômica crescente, associada à inquietação social, levou seu sucessor, o general Leopoldo Galtieri, a embarcar numa guerra fria fracassada com o Reino Unido, em abril de 1982, pela posse das ilhas Malvinas. Depois da derrota humilhante e da divulgação de ineficiência e corrupção, os militares foram forçados aacelerar a transferência do poder para os civis, o que culminou com a volta da democracia em dezembro de 1983.

ANÁLISE DA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CONADEP A PARTIR DO RELATÓRIO NUNCA MÁS

A análise desenvolvida neste capítulo visa à investigação da prática de reconstrução histórica da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas, descrita em seu relatório intitulado *Nunca Más*, sua validação no âmbito da comissão e no domínio da esfera pública no tocante à aprendizagem. Constata-se a construção da narrativa com origem no acesso a informações transmitidas a partir dos atos de fala do testemunho e dos documentos, e que sua inserção no relatório já configura tais atos e documentos como válidos para a comissão. O relatório está dividido em um prólogo, uma advertência e dois capítulos – o primeiro descreve a ação da repressão, e o segundo, as vítimas.

O Relatório Nunca Más começa sua narrativa por meio de um prólogo, no qual, explica que "Durante a década de 70 a Argentina passava por um momento conturbado pelo terror que provinha tanto da extrema direita quanto da extrema esquerda, o que ocorreu em outros países." (CONADEP, 1995, p. 7, tradução nossa). Entretanto, segundo o relatório, a resposta das Forças Armadas a esseterror foi infinitamente pior do que o combatido, o que acarretou na maior e mais selvagem tragédia da história da Argentina.

Evidencia-se, no prólogo, a responsabilidade de ambos os lados extremistas na década de 70. Além disso, nesta seção, constata-se o objetivo da CONADEP quese destaca de outras comissões por enfocar a investigação sobre os desaparecidos políticos, excluindo desta investigação os presos políticos, os exilados e os assassinatos produzidos pela repressão "Nossa missão não é de investigar os crimes cometidos, mas apenas o destino dos desaparecidos". (CONADEP, 1995, p.10, tradução nossa). Em entrevista ao jornal Globo em 19 de maio de 2012, a integrante da CONADEP, Graciela Fernández Meijide, também enfatizou o objetivo da Comissão "A Comissão investigou o que aconteceu com os desaparecidos. Não incluiu presos políticos, exilados, nem assassinatos. Este foi um aspecto que a diferenciou de outras comissões da verdade". (Figueiredo, 2012, p.1). Por este motivo a

Comissão sofreu críticas por parte de Organizações ligadas a temática como as *Madres de la Plaza de Mayo*.

Segundo Crenzel (2008), as Madres de Plaza de Mayo decidiram não apoiar os trabalhos da CONADEP, por discordarem do curso que a temática dos desaparecidos estava tomando e, posteriormente, pelo seu relatório. Para esta organização:

> O Nunca Más, era um informe testamento, [...], com o qual, se pretendia encerrar a maior tragédia da história da argentina, a omissão da lista de repressores, confirmava esta afirmação. O relatório trazia a verdade, mas, negava a justiça. (Crenzel, 2008, p.135, tradução nossa).

Entretanto, como se descreverá adiante, esse relatório teve imensa importância na reconstrução histórica e no debate na esfera pública da Argentina, fato evidenciado pela recente decisão presidencial de abertura de arquivos da ditadura e julgamento dos responsáveis por violações de direitos humanos durante aditadura militar.

Outro destaque do prólogo refere-se à participação voluntária de pessoas ligadas a esse período histórico, parentes de vítimas, sobreviventes e exilados, que foram fundamentais para os trabalhos de reconstrução histórica da comissão ao cederem declarações e testemunhos. O prólogo também enfatiza uma das principais contribuições da comissão: a comprovação da existência de centros clandestinos de detenção, que foram negados durante muito tempo pelos líderes militares do período da ditadura. Na citação que se segue, evidencia-se o objetivo da comissão, a participação voluntária através dos testemunhos recebidos e a constatação doscentros clandestinos de detenção.

> Não foi desta maneira em nosso país, os delitos dos terroristas, foram respondidos com um terrorismo perpetrado pelas Forças Armadas, infinitamente pior do que o combatido, porque desde 24 de março de 1976, estas Forças, contaram com o poder e a impunidade do Estado absoluto, sequestrando, torturando e assassinando milhares de seres humanos. Nossa Comissão não foi instituída para julgar, pois isto é de competência dos juízes constitucionais, mas para investigar o destino dos desaparecidos no curso destes anos fatídicos da vida nacional. Porém, depois de ter recebido milhares de declarações e testemunhos, de ter verificado ou determinado a existência de centenas de lugares clandestinos de detenção e de acumular mais de cinquenta mil páginas documentais, temos a certeza de que a ditadura militar produziu a maior tragédia de nossa história e a mais selvagem. E se devemos esperar a palavra final da justiça, não podemos nos calar diante do que temos ouvido, lido e registrado. O que vai muito além, do que se pode considerar como delito para alcançar a tenebrosa categoria de crimes de lesa humanidade. Com a técnica de desaparecimento e suas consequências, todos os princípios éticos, que as grandes religiões e as mais elevadas filosofias elegeram em anos de sofrimentos e calamidades foram pisoteados e barbaramente desconhecidos. (CONADEP, 1995, p.7, tradução nossa).

A partir da documentação recolhida pela CONADEP, a comissão pôde defender perante a esfera pública que, diferentemente do discurso da repressão, as violações de direitos humanos verificadas durante a ditadura militar não foram esporádicas, mas sim sistemáticas, e contavam com a permissão dos altos comandos.

> Da enorme documentação recolhida se infere que os direitos humanos foram violados em forma orgânica e estatal pela repressão das Forças Armadas. E não violados de maneira esporádica, mas sim, sistemática, com similares sequestros e mesmas práticas de tortura em toda a extensão nacional. Como não atribuir a uma metodologia do terror planejada pelos altos comandos? Como poderiam ter sido cometidos por perversos de causa própria em um regime rigorosamente militar, com todos os poderes e meios de informação que o sustenta? Como pode falar-se de excessos individuais? De nosso ponto de vista, acreditamos que essa tecnologia do inferno, foi efetivada por sádicos, mas, regimentados executores. (CONADEP, 1995, p.7-8, tradução nossa).

Na seção de advertência, evidenciam-se importantes observações sobre o processo de reconstrução histórica da comissão, principalmente no tocante à admissão da possibilidade de falhas nos relatos descritos e no conjunto de fatos, no sentido da probabilidade de existência de outros casos não relatados. Também é esboçado o modo de acesso à informação dos casos mencionados. Confirma-se o recurso utilizado do testemunho e da documentação recebida, admite-se a participação voluntária e uma seleção dos testemunhos pela comissão, devido aos propósitos informativos e expositivos do relatório. Finalizando a advertência, informa-se o caráter não jurídico da comissão:

> Os casos mencionados neste relatório vêm da contribuição recebida testemunhal e documental, tendo sido selecionados com a única intenção de informar e exemplificar a exposição, que por sua vez resulta de todo o material coletado, ou seja, a palavra testemunhas diretas desses eventos. não exclui a possibilidade de um erro, ou exclui a existência de muitos outros casos que possam ser mais ilustrativos para cumprir esse propósito.
> Sobre as pessoas que aparecem nomeadas pelas funções desempenhadas, ou ocasionalmente incluídas na transcrição do depoimento que se envolveram em atos que podem ser configurável, de crime, a Comissão Nacional afirma que qualquer responsabilidade que a referência do caso possa sugerir, não é de responsabilidade desta Comissão, pela razão que esse poder é exclusivo do judiciário da Argentina constitucional. (CONADEP, 1995, p.11, tradução nossa).

Constata-se no capítulo do relatório destinado à descrição da ação de repressão, que grande parte de seu conteúdo foi ilustrado por testemunhos proferidos por pessoas relacionadas ao período histórico da Argentina sob o domínio da ditadura militar, entre as quais se caracterizam vítimas e colaboradores do regime. A partir desses testemunhos verifica-se a reconstrução de casos e metodologias de sequestros, torturas e confirma-se a

existência de centros clandestinos de detenção e dos crimes neles cometidos, como os relacionados aos roubos de bens dos detidos e de falsificação da documentação com fins de legalizações de bens roubados.

Para fins de análise da reconstrução histórica com o uso de testemunhos, expõem-se os depoimentos das vítimas de sequestro, de tortura e aqueles que comprovam a existência dos centros clandestinos de detenção.

No arquivo nº 3.860 da CONADEP, encontra-se a denúncia de desaparecimento de Alberto Santiago Bumichon, pertencente a um movimento estudantil. O sequestro foi realizado em seu domicílio. Caracteriza-se como testemunha sua esposa:

> No dia 24 de março de 1976, às 0h30, entraram a força, em nosso domicílio de Villa Rivera Indarte, na província de Córdoba, pessoas uniformizadas com armas de grosso calibre, que se identificaram como integrantes do Exército, junto com essas pessoas, entraram também jovens com roupas desportivas. Estas pessoas renderam-nos e começaram a roubar livros, objetos de arte, vinhos, etc. que foram levados para fora da casa pelos homens uniformizados. Notei que estas pessoas só se comunicavam entre elas, através de sinais manuais. O roubo durou duas horas; percebi que antes desta invasão se produziu um apagão nas ruas próximas a nosso domicílio. Foram sequestrados, meu marido, que era de movimento estudantil, meus filhos David e eu. Fui liberada no dia seguinte, logo apósfoi meu filho, que esteve detido no campo 'La Ribera'. Nossa casa ficou totalmente destruída. O cadáver de meu marido foi achado com sete perfurações de bala na garganta. (CONADEP, 1995, p.14, tradução nossa).

Outra forma de violação de direitos humanos descrita pelo relatório é a tortura, a qual foi considerada um elemento relevante na metodologia do regime. Os centros clandestinos de detenção foram utilizados como locais apropriados para tais atos. Os casos de tortura foram expostos no relatório em 25 transcrições. No primeiro caso, uma transcrição do testemunho em toda extensão, para ser uma espécie de protótipo; nos demais, somente se extraiu o relativo à tortura aplicada.

O primeiro caso consta como o do Dr. Norberto Liwsky, arquivo nº 7.397 da CONADEP, médico, casado com Hilda Norma Ereñú e pai de duas filhas menores. Em 1976, o médico vivia em um conjunto habitacional do bairro de La Matanza e trabalhava em uma clínica médica do mesmo local. Após reivindicações e mobilizações dos moradores de distintas unidades do conjunto habitacional porregularização jurídica e de construção, em 25 de março de 1976, em uma operação noturna, detiveram a esposa do presidente do conselho de bairro. Dois anos mais tarde, pelo motivo da realização de uma missa pela liberdade desta sra. CirilaBenitez, foram sequestradas várias pessoas, entre elas o Dr. Liwsky, cujo sequestro é descrito na íntegra pelo seu testemunho no relatório, mas aqui este testemunho é reduzido ao processo do sequestro e à motivação da tortura pela ótica do perpetrador:

> Quando comecei a introduzir a chave na fechadura do meu departamento entendi o que estava acontecendo, pois, puxaram bruscamente a porta para dentro. Neste momento dei um passo para trás na tentativa de fugir, mas,fui impedido por duas balas na perna. Entretanto resisti violentamente, com todas as minhas forças, durante vários minutos para evitar ser levado e encapuzado. Ao mesmo tempo gritava aos vizinhos, pedindo para avisarem a minha família que estava sendo sequestrado.
> Já ferido e encapuzado, os sequestradores, avisaram-me que minha esposae minhas filhas haviam sido capturadas. Após ser levado pelas extremidades pela impossibilidade gerada pelas feridas nas pernas, atravessei a porta de entrada do edifício, consegui olhar ainda uma luz vermelha que vinha da rua. Pelas vozes e ordens e os ruídos da porta do carro, em meio, aos gritos dos vizinhos, poderia afirmar que se tratava de um carro patrulha. Então me jogaram no chão do automóvel, da mesma forma que me colocaram no carro, segurando-me pelas extremidades, me retiraram epude pela primeira vez falar com um médico que me informou da gravidade dos ferimentos nas pernas. Logo se apresentou outra voz, dizendo ser o coronel. Então, esta voz manifestou que eles sabiam que minha atividade não se vinculava com o terrorismo ou a guerrilha, mas, iriam me torturar por ser um opositor. (CONADEP, 1995, p.22-26, tradução nossa).

Através do testemunho o relatório também esboçou a existência de 340 centros clandestinos de detenção, que, segundo o relatório, constituíram-se em insumo material indispensável para a política de desaparecimento de pessoas. Peloscentros passaram milhares de homens e mulheres ilegitimamente privados da liberdade em prisões que se estenderam por anos ou que nunca delas voltaram.

> Nestes locais, homens e mulheres ilegitimamente privados de liberdade, viveram seus desaparecimentos, ali estavam quando as autoridades respondiam negativamente aos pedidos de informes nos recursos de Hábeas Corpus; ali transcorreram seus dias a mercê de outros homens, de mentes transtornadas pela prática de tortura e extermínio. Apesar disso, as autoridades militares que frequentavam esses centros respondiam a opinião pública nacional e internacional que os desaparecidos estavam no exterior, ou que haviam sido vítimas de ajuste de contas entre eles. (CONADEP, 1995, p.49, tradução nossa).

Os mencionados centros de detenção foram denominados “clandestinos” pelaopinião pública e pelos familiares das vítimas devido ao fato de as autoridades negarem veementemente toda informação sobre o destino dos seus sequestrados nos requerimentos judiciais e nos organismos nacionais e internacionais de direitos humanos. Jorge Rafael Videla deu a seguinte declaração à revista Gente em 22 de dezembro de 1977. “Eu nego categoricamente que existam na Argentina campos de concentração ou pessoas detidas em estabelecimentos militares, durante tempo maior que o necessário a uma investigação”. (CONADEP, 1995, p.50, tradução nossa).

Luciano Benjamín Menéndez também fez esta afirmação à revista Gente, em 15 de março de 1984, “[...] La perla, existiu? Sim, era um lugar de reunião

de detidos, não um cárcere clandestino... Os subversivos estavam lá mais para sua própria segurança contra seus pares". (CONADEP, 1995, p.50, tradução nossa).

Sobre a descrição dos centros clandestinos de detenção, nos testemunhos apresentados à comissão pelas pessoas neles detidas, foi possível identificar duas categorias de centros de detenção, a saber: local de reunião de detidos, que eram os locais onde os prisioneiros eram mantidos, por longo período, até ser decidido seu destino definitivo; e local transitório, onde o detido era mantido por curto período, geralmente o local onde os detidos recém-sequestrados eram mantidos.

Destaca-se aqui o testemunho de Andrea Krichmar, arquivo nº 5.012 da CONADEP, sobre o centro clandestino de detenção denominado ESMA ou Escuela de Mecánica de la Armada. Esse centro destacou-se como local de operação de uma complexa organização, com funções criminosas e clandestinas relacionadas à subtração de bens de detidos, adulteração de informações através da utilização de uma oficina de falsificação de documentos e controle de detidos através do registro de internos:

> Havia sido colega de colégio primário de Berenice Chamorro, filha menor do então Capitão Rubén Jacinto Chamorro, com ela mantinha uma grande relação de amizade, fui convidada em uma oportunidade a visitar a ESMA, para almoçar junto com seu pai. Chegando em uma sala de jogos onde havia uma mesa de bilhar, pude ver através de uma janela uma mulher encapuzada e acorrentada nos pés e nas mãos, que descia de um Ford Falcon. Estava acompanhada por dois homens, não me recordo de como estavam vestidos, provavelmente de trajes civis. Recordo que estavam armados. Ante esta experiência desconhecida, perguntei a minha amiga Berenice o que estava acontecendo e ela me falou algo muito vago: 'que se perseguia pessoas na patrulha'. (CONADEP, 1995, p.93-94, tradução nossa).

Além dos testemunhos, outra forma de acesso às informações relacionadas a violações de direitos humanos na ditadura militar da Argentina seriam os documentos solicitados pela CONADEP. Entretanto, a comissão retratou a dificuldade de acesso a documentos em posse dos órgãos de segurança. Sobre isso, a CONADEP afirmou que, apesar da enorme quantidade de documentação necessária ao funcionamento de qualquer governo, e especificamente para o regime ditatorial argentino – que construiu ou adaptou vários prédios para se tornaram centros clandestinos de detenção e utilizou o método de registro de cada detido nestes centros, assim como de suas futuras vítimas – e mesmo com a evidência da necessidade de documentos escritos, uma quantidade ínfima deles foi disponibilizada para o trabalho da comissão. Isso em virtude da suposta destruição ou da ocultação pelos responsáveis que atuavam durante o regime. A reconstrução histórica foi fruto da análise dessa pequena parcela de documentos.

A partir deste ponto da análise, pode-se questionar a relação entre as informações provindas dos registros testemunhais e documentais do relatório da CONADEP e os processos de validação e aprendizagem na esfera pública.

Na esfera pública, constata-se que a apresentação desse relatório contribuiu para a ideia de rompimento institucional com o passado representado pela ditadurae para a efetiva reconstrução de uma verdade histórica, o que legou à sociedade a imagem de uma relação estreita entre a democracia e os direitos humanos. Além disso, a exposição do relatório adquiriu um caráter exemplar para a formação da memória e a reafirmação de valores sociais.

Conforme explica Crenzel (2008), o relatório "Nunca Más", inaugurou uma nova leitura dos desaparecimentos no tocante ao estabelecimento de uma nova ordem democrática, configurada pelo governo Alfonsín e pela denúncia da falsa política humanitária durante o período da ditadura:

> [...] Sua perspectiva sobre os desaparecimentos articulou as premissas de uma ordem democrática restaurada em 1983, os postulados gerais do governo de Alfonsín para julgar a violência política e denunciou a narrativa humanitária forjada durante a ditadura. (Crenzel, 2008, p.105, tradução nossa).

A importância política do "Relatório Nunca Más" também é explicitada na afirmação de Vezzetti (2003), na qual destaca-se como o ato de fala através do testemunho outorgou uma autoridade e um protagonismo à vítima e o caráter de queas informações provindas desse relatório se revestiam, como uma prova ou uma verdade provisória na esfera pública:

> [...] é claro que o Nunca Más produziu um verdadeiro acontecimento que reordenava as significações do passado e se destacou como uma referência para os trabalhos de memória. E o mais importante é que se apresentou como um relato e como um ato original que afirmava a autoridade civil e devolvia certo protagonismo às vítimas que em certo pontocomeçavam a representar a sociedade. Era algo maior do que a narrativa dos crimes e uma recopilação de testemunhos: era uma prova no sentido de uma intervenção que se orientava a submeter esses acontecimentos à ação da lei. E isso contribuiu decididamente para lhe outorgar um peso institucional e simbólico em um corte do passado. Ao mesmo tempo, estabelecia uma relação estreita entre a legitimidade desse novo ciclo democrático e a causa dos direitos humanos. Pode-se dizer que seu impacto público dependia desses fatores. Por uma parte, era um acontecimento histórico forte, uma condensação que fixava, e em certomodo retificava, a significação geral da última ditadura e proporcionava a consciência pública uma das cenas mais impactantes, a evidência de uma troca de época: os generais da ditadura desfilando nos tribunais da justiça. Porém, por outra parte, constituía um suporte institucional fundamental na promessa de um novo Estado de Direito e um novo pacto com a sociedade. Nesse sentido, adquiria um caráter exemplar para a formação da memória e para a reafirmação de certos valores necessários para uma tomada de posição sobre o juízo coletivo sobre o passado. (Vezzetti, 2003, p.28, tradução nossa).

Crenzel (2008), em sua afirmação, demonstra a importância política do Relatório Nunca Más na reconstrução histórica através da força argumentativa dos atos de fala do testemunho e da palavra oficial de uma comissão legitimamente constituída, o que outorga ao relato da comissão o caráter de uma verdade histórica:

> Em primeiro lugar, o Nunca Mas, adquiriu uma grande importância política. Antes do informe da CONADEP, a perspectiva ditatorial não havia sido desmentida mediante um relato integrado, com força argumentativa e simbólica, sustentada pelo peso dos testemunhos e a palavra oficial. O informe instaurou uma nova verdade pública sobre a dimensão que alcançaram os desaparecimentos e a responsabilidade institucional das Forças Armadas, que se expandiu e se reproduziu de múltiplas maneiras e entrou em confrontação nesse ato com a negação, a justificação e a relativação ditatorial, sobre a existência de desaparecidos. Ao mesmo tempo, esta condição de verdade que adquiriu o informe se verificou ao converter suas páginas em uma fonte indiscutível do debate político e jurídico para corroborar se uma pessoa era mencionada entre os participantes dos desaparecimentos. Em segundo lugar, o Nunca Más, trouxe ao debate a qualidade dos instrumentos judiciais, mediante a reprodução de sua interpretação, de seu estilo narrativo e da utilização do corpus probatório reunido pela CONADEP no juízo às juntas militares. Por último da memoria coletiva sobre os desaparecimentos e deste modo se transformaria em objeto das lutas políticas por dar sentido ao passado. (Crenzel, 2008, p.128-129, tradução nossa).

A partir destas citações, evidencia-se que as informações provindas dos atos de fala das vítimas proporcionaram legitimidade e validade no que concerne aos acontecimentos. As informações provindas desses testemunhos são validadas no âmbito das comissões da verdade por estarem intrinsecamente ligadas a uma realidade extralinguística de sofrimentos derivados de violações de direitos humanos que, por vezes, se representam em marcas físicas ou em comportamentos, realidade à qual só temos acesso através da linguagem.

Além disso, o que assegura a verdade dessas afirmações é o fato de estarem em um ambiente propício à aproximação de uma situação ideal de fala em que, em um espaço intersubjetivo, uma afirmação pode ser contradita por outra afirmação e na qual apenas existe a coerção de argumentos. A partir desse ambiente ideal de fala, configura-se uma atmosfera de aprendizagem baseada na troca de experiências proporcionadas pela revelação de verdades que não são absolutas, mas que estão em uma contínua dinâmica no âmbito da esfera pública.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO NO CHILE

A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* foi criada pelo presidente Patricio Aylwin através do Decreto Supremo nº 355, de 24 de abril de 1990, com o objetivo de

contribuir para o esclarecimento global da verdade sobre as graves violações aos direitos humanos cometidas nos anos anteriores, no país ou no estrangeiro, caso tais violações estivessem relacionadas com o Estado do Chile ou com a vida política nacional. Sua finalidade era colaborar com a reconciliação de todos os chilenos, sem prejuízo dos procedimentos judiciais aos quais pudessem darlugar tais atos.

O resultado final foi um relatório de três partes que incluiu uma relação dos atos de violações dos direitos humanos, algumas recomendações para reparar o dano e um resumo biográfico das 2.279 pessoas que, a partir do trabalho da comissão, constatou-se que morreram ou desapareceram, vítimas da violação de seus direitos humanos no Chile. Entre elas, 132 membros das Forças Armadas.

A comissão comprovou o poder absoluto da Direção de Inteligência Nacional, que era um órgão secreto, livre de controles e ingerências, que tinha a missão de reunir e avaliar as informações que depois seriam utilizadas em importantes decisões governamentais. Apresentou recomendações nos aspectos jurídicos e administrativos como a declaração de morte dos desaparecidos políticos, a adequação do ordenamento jurídico nacional ao direito internacional dos direitos humanos e a ratificação de tratados internacionais de direitos humanos, entre outras medidas.

Em 1992, complementando o trabalho da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, o governo chileno criou, através da Lei no 19.123, a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, para executar as recomendações da Comissão da Verdade e Reconciliação, especialmente na reparação material dos danos causados pela ditadura de Pinochet.

A corporação declarou como vítimas de violações dos direitos humanos outras 899 pessoas, sendo 776 mortas e 123 desaparecidas. Assim, o total de vítimas diretas reconhecidas oficialmente pelo Estado chileno chegou a 3.197 pessoas, das quais 1.102 foram detidas e desaparecidas; 2.095 foram assassinadas.

Nos anos posteriores ao trabalho da Comissão da Verdade e Reconciliação, os grupos de direitos humanos e os familiares dos desaparecidos conseguiram encontrar vítimas da ditadura enterradas em cemitérios clandestinos. Também foram obtidas mais provas das atividades criminosas dos agentes da Direção de Inteligência Nacional.

Em 2003, uma terceira comissão extrajudicial foi criada, denominada “Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura”, a qual conseguiu oreconhecimento das vítimas do regime pelo Estado. Essa comissão conseguiu receber informações de cerca de 35.868

pessoas, vítimas diretas ou familiares diretos de pessoas falecidas, atualmente residentes no Chile e em outros 40 países do mundo. Ao concluir suas investigações, a comissão reconheceu como vítimas de prisão política e tortura 28.459 pessoas, entre elas 3.621 mulheres e 1.244 menores de 18 anos. Estas vítimas obtiveram o direito de receber uma reparação do Estado.

A comissão chilena sobre prisão política e tortura reconheceu, em seu relatório final, que os resultados do trabalho não teriam sido alcançados sem a colaboração de milhares de vítimas, que em muitos casos decidiram finalmente falar das experiências que nunca antes haviam comentado. Isso permitiu acabar definitivamente com a conspiração de silêncio sobre a tortura predominante por décadas no país.

A partir dos relatos produzidos, questiona-se sobre a validade dos atos de fala do testemunho e dos documentos no âmbito dessas comissões e a validade, no domínio da esfera pública, das informações por elas produzidas.

Neste capítulo, identificam-se as comissões, apenas com o primeiro nome – Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação – pelo fato de a instauração das comissões posteriores, estar relacionada com a complementação da primeira. Com isso, procede-se primeiro a um breve histórico do golpe de 11 de setembro de 1973, para posteriormente fazer uma análise da reconstrução histórica da comissão.

BREVE HISTÓRICO DO GOLPE DE 11 DE SETEMBRO DE 1973

Após ser eleito democraticamente, Salvador Allende Gossens tornou-se presidente do Chile em 1970. Seu governo, com inspirações socialistas, lançou um programa de reformas políticas e sociais nas áreas agrária e econômica, com a nacionalização de empresas financeiras e industriais e uma nova distribuição de riquezas. Tal política provocou uma grande polarização na sociedade chilena e problemas na política externa com os Estados Unidos. Com isso, em 11 de setembro de 1973, em meio a uma grave crise econômica, social e política, o então comandante em chefe das Forças Armadas, general Augusto Pinochet, liderou um golpe militar que destituiu o presidente Salvador Allende.

A partir disso, constata-se que, desde os fins do século XIX, no tocante à esfera política, pode-se considerar que o Chile se caracterizou por uma tradição de estabilidade política, se comparado a outros países latino-americanos. Essa tradição se baseava no modelo presidencialista autocrático estabelecido por Portales e substituído por um tipo de

parlamentarismo oligárquico, após a revolução e a guerra civil de 1891. No âmbito dessas mudanças, manteve-se uma visão legalista e constitucionalista da esfera pública. Desenvolvimentos na composição socioeconômica e demográfica do país foram acompanhados, na década de 1920, por políticas de inclusão que desestabilizaram a ordem política, levando a uma série de intervenções militares que perduraram até 1932.

A volta ao governo democrático deu início a um longo período de estabilidade e mobilização institucional que terminou em setembro de 1973, com nova intervenção militar. As décadas democráticas caracterizaram-se por um governo presidencialista equilibrado por um parlamento altamente ligado aos interesses partidários e por tensões enraizadas em exigências políticas e tentativas constantes de limitar ou excluir os comunistas e marxistas. Com os avanços na modernização e na mobilização, cria-se uma constelação muito politizada e polarizada, que, segundo Roniger e Sznajder (2004), no início da década de 1970 não conseguiu manter quaisquer mecanismos legítimos de resolução consensual de conflitos.

Configurava-se assim um sistema político tripolar, de direita, centro e esquerda, no qual divergências ideológicas profundas eram equilibradas por um compromisso básico de manter a estrutura democrática. Entretanto diferenças ideológicas e socioeconômicas deram origem, após a eleição de Salvador Allende em 1970, a níveis elevados de mobilização e a uma crescente polarização entre o governo e a oposição, resultando no colapso do modelo.

Neste sentido, no período entre 1932 e 1973, o Chile viveu um momento democrático e constitucional. A política chilena funcionava no contexto de um sistema multipartidário, com os conservadores e os liberais à direita, os democrata- cristãos e os radicais no centro, e os socialistas e comunistas à esquerda. Constata- se, pois, que os partidos chilenos eram organizações ideológicas. Tal cenário político de três pontas emergiu após a II Guerra Mundial, não obstante o grande número de candidatos presidenciais e de partidos que ganharam cadeiras no Parlamento. Nas décadas de 1960 e 1970, o Partido Democrata Cristão, liderado porEduardo Frei Montalva substituiu o Partido Radical como a maior força no centro do mapa político, ao lado de coligações de esquerda e de direita, claramente definidas.

Nas eleições presidenciais de setembro de 1970, Salvador Allende, líder da coalizão de esquerda Unidade Popular (UP) venceu Jorge Alessandri, líder da coalizão de direita, por uma pequena margem. A (UP) de Allende era composta por seu Partido Socialista, os comunistas, uma ala do Partido Radical, a esquerda cristã (MAPU) e uma série de pequenas organizações esquerdistas.

A eleição de Allende foi contestada violentamente pela extrema direita, que assassinou o general René Schneider, comandante em chefe das Forças Armadas chilenas,

numa tentativa de desestabilizar o Estado e provocar um golpe militar em outubro de 1970. Após assinar um compromisso de respeitar a Constituição com as forças parlamentares do centro e da direita, Allende recebeu o voto necessário do Congresso para assumir o poder.

Nos três anos do seu mandato, o presidente Allende tentou realizar reformas sociais e econômicas de inspiração socialista no âmbito das estruturas legais e constitucionais existentes, que incluíam a reforma agrária e a nacionalização do sistema bancário, de grandes indústrias e do setor de mineração. Allende enfrentou uma crescente oposição política e social.

O anúncio de um plano de governo para reformar o sistema educacional público provocou fortes reações da Igreja católica e da oposição. Políticas econômicas de natureza coletivista geraram forte oposição, fuga de capitais, greves e uma deterioração do desempenho econômico.

Um boicote internacional às exportações de minérios chilenos, liderado pelos Estados Unidos, agravou ainda mais a situação. A oposição, formada pela direita e pelos democrata-cristãos, conduziu uma política unificada de bloqueio de iniciativas parlamentares da UP. Tentativas de conciliação política fracassaram. A polarização e a mobilização das massas, tanto da direita como da esquerda, ampliaram-se, adquirindo nuances violentas.

> [O governo da UP] expandiu os limites da legalidade democrática liberal a um ponto de ruptura, levando-a um conflito com o Judiciário, como o Tribunal Constitucional e com a crescente oposição ideologizada da direita e [do] PDC centrista [...]. o governo viu-se preso no fogo cruzado entre uma reação cada vez mais agressiva de uma elite tradicional [...] e de uma minoria radical [revolucionária] [...]. As Forças Armadas envolveram-se no conflito. Elas foram convocadas pelo governo para por fim às greves, reprimir a atividade ilegal armada [...]. O presidente Allende pediu que intermediassem o conflito entre o governo e a oposição no Congresso. A direita encorajou ativamente as Forças Armadas para que depusessem o governo da (UP). (BRITO apud Roniger; Sznajder, 2004, p.11).

No inverno de 1973, a deterioração econômica e a contenda política geraram uma grande crise, ao mesmo tempo, que as opções políticas se reduziram. As Forças Armadas chilenas, que tradicionalmente respeitavam o governo constitucional e eram altamente disciplinadas e hierárquicas, não permaneceram imunes. Durante o mandato do general Carlos Prats como comandante em chefe, asForças Armadas apoiaram constitucionalmente o governo de Allende, conforme se evidencia na sua repressão do encenado golpe militar de 29 de junho de 1973. Porém havia uma crescente sensação de intranquilidade em suas fileiras. Muitos oficiais perceberam os perigos de um confronto social aberto que levaria a uma guerra civil que parecia iminente caso não houvesse intervenção dos militares:

> Os oficiais anticomunistas e o grupo que Augusto Varas chamara de os oficiais institucionalistas, concordaram que um golpe de Estado era necessário. Estes últimos temiam que o apoio dado ao governo de Allende instigasse uma cisão interna das Forças Armadas, ameaçando a coesão institucional... [Os primeiros] temiam a infiltração da esquerda e perceberam que as possibilidades de mudar a situação, sem que os militares tomassem o poder, haviam desaparecido. (Fruhling apud Roniger; Sznajder, 2004, p.12).

As atitudes dos Estados Unidos com relação ao governo de Allende eram negativas, e os contatos de oficiais das agências americanas com a oposição chilena criaram um ambiente favorável para uma mudança de governo; eles insuflaram confiança nos envolvidos na conspiração do golpe.

O general Augusto Pinochet substituiu o general Prats na chefia do comando em fins de agosto, tornando-se líder na véspera do golpe. No dia 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas derrubaram o governo civil de Allende, que se recusou a renunciar e partir para o exílio, suicidando-se no palácio presidencial de La Moneda. Seguiu-se um período de regime militar de 16 anos e meio, que executou uma repressão sistemática contra a esquerda como parte de uma ofensiva fundamental mais ampla. Paralelamente ao uso sistemático da repressão, a junta militar liderada pelo general Pinochet conseguiu institucionalizar seu governo e uma futura democracia restrita mediante atos constitucionais, a lei de anistia de 1978 e uma nova Constituição aprovada por 67% dos eleitores, num plebiscito não controlado, em setembro de 1980.

Nos primeiros meses que se seguiram ao golpe de setembro de 1973, atos de repressão foram executados em canais separados pelos respectivos serviços de inteligência dos diferentes setores das Forças Armadas e dos Carabineros.

Além disso, havia diferenças iniciais nos enfoques dos diversos setores. O comandante da Força Aérea era a favor de uma abordagem legalista, que pretendia levar a cabo ações repressivas dentro das linhas da provisão constitucional de 1925, de "estados de emergência" e lei militar, em oposição ao comandante do Exército, que estava mais convencido da necessidade de realizar uma guerra total contra as forças da subversão.

Não obstante a isso, já no começo de 1974, foi obtida uma coordenação hierárquica ao se criar a Direção Nacional de Inteligência (DINA), órgão de segurança encarregado de coordenar e implementar a repressão. O general Augusto Pinochet delegou autonomia operacional à DINA e para o seu oficial comandante, coronel Manuel Contreras, que estava diretamente subordinado ao presidente da junta.

Além de realizar operações repressivas dentro do Chile, a DINA também atuava fora

do país, incluindo os Estados Unidos e a Europa. Suas ações mais notórias no estrangeiro foram o assassinato do general Carlos Prats e de suaesposa, em Buenos Aires; a tentativa de assassinato de Bernardo Leighton, antigo vice-presidente do Chile, em Roma; e o assassinato do antigo ministro dos Assuntos Estrangeiros, Orlando Letelier, e sua assessora americana, Ronnie Moffit, em Washington.

Em agosto de 1977, após o governo chileno sofrer pressões internacionais e críticas dentro do próprio círculo governamental e militar, a DINA foi desarticulada e substituída pela Central Nacional de Informações (CNI). Tanto a DINA como a CNI recrutavam seu quadro corporativo das Forças Armadas, criando com isso, uma unificação entre os setores armados e o governo, além disso, instituíam com esta atitude uma legalidade a estes órgãos.

Depois de 1977, a repressão continuou no Chile, mas com alvos mais explícitos, como os movimentos de resistência armada, Movimento de Esquerda Revolucionário, Frente Patriótica Manuel Rodriguez e o grupo Lautaro.

Uma das características específicas da repressão chilena foi o fato de um grande número de pessoas serem aprisionadas em campos de concentração e centros de tortura, e de muitos chilenos partirem para o exílio na Europa e em outrospaíses da América Latina e da América do Norte.

ANÁLISE DA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DO INFORME RETTIG

A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação foi criada com o objetivo de contribuir para o esclarecimento total da verdade sobre as graves violações de direitos humanos cometidas nos anos da ditadura militar, a fim de colaborar com a reconciliação de todos os chilenos.

Quatro tarefas foram atribuídas a essa comissão, a saber: estabelecer oquadro mais completo possível sobre os graves fatos de violação a direitos humanos, seus antecedentes e circunstâncias; reunir informações que permitissem individualizar as vítimas e estabelecer o seu paradeiro; recomendar medidas de reparação e reivindicação solicitadas pela Justiça; e indicar as medidas legais e administrativas que, a seu juízo, deveriam ser adotadas para impedir ou prevenir novas violações de direitos humanos.

Ao assumir suas funções a comissão chilena, diferentemente da Comissão de Desaparecidos Políticos da Argentina, não apenas estabeleceu as estruturas gerais da repressão pela qual os crimes foram cometidos, mas também tentou estabelecer uma verdade

detalhada sobre o que aconteceu com cada uma das vítimas investigadas.

Tal fato foi considerado uma importante contribuição da experiência chilena e configurou-se como uma obrigação do Estado e da sociedade, perante cada vítima e cada família de uma pessoa desaparecida, dar uma resposta sobre o destino dessa vítima. Como afirma o informe, essa obrigação do Estado permanece em vigor enquanto permanecer a incerteza sobre o destino e o paradeiro dessa vítima.

> Ao assumir suas funções, esta Comissão estimou como dever prioritário conhecer a verdade do ocorrido em cada um dos casos de graves violações aos direitos humanos. Somente com a certeza do ocorrido em cada episódio individual, poderemos descrever um quadro mais completo do domínio do fenômeno de violações destes direitos fundamentais. O conhecimento destas verdades particulares são indispensáveis para a fundamentação das medidas para reparar, na medida do possível, o dano produzido as famílias, individualizar as vítimas e recomendar medidas destinadas a evitar que estes fatos voltem a acontecer. (Comissão RETTIG, 1990, p.1, tradução nossa).

Devido à Comissão ter disponível somente um curto período para a investigação (nove meses), foram objeto de análise apenas as violações de direitos humanos consideradas mais graves, entre as quais: os desaparecimentos de pessoas detidas; as execuções ou torturas que resultaram em morte, cometidas por agentes do Estado ou pessoas a serviço do Estado; e os sequestros e atentados contra a vida, cometidos por particulares com pretextos políticos. O período de investigação definido pela comissão foi de 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990 para fatos ocorridos no país ou fora dele, se estivessem relacionados com o Estado do Chile ou com a vida política nacional.

Como outras comissões, esta não teve funções jurídicas, mas funções de caráter informacional, no tocante a tornar públicos os motivos pelos quais as pessoas foram vítimas de violações de direitos humanos no período de investigação da comissão. Adicionalmente, coube à comissão, através do seu relatório, emitir um informe ao país sobre o resultado das investigações para que, a partir desse conhecimento, a sociedade e os órgãos competentes criassem medidas para efetivar a reconciliação nacional.

Constata-se que a convocação das vítimas ou de parentes de vítimas do regime ditatorial foi realizada através de variados meios de comunicação, no mês de junho de 1990. Estas pessoas podiam se inscrever em órgãos públicos ligados ao governo federal no Chile e nas embaixadas ou consulados, caso estivessem fora do país. Paralelamente a essa convocação a Comissão recebeu listas de vítimas de violações de direitos humanos das várias organizações da sociedade civilconcernidas a esse período, e também das forças de segurança.

Através do entrecruzamento entre as inscrições dos familiares e as informações entregues pelas organizações, a comissão escolheu os casos quedeveria pesquisar. Na primeira etapa, foram selecionados cerca de 3.500 casos.

Evidencia-se através do informe da comissão, que o principal método de obtenção de informações sobre o período investigado para uma futura reconstrução histórica foi às audiências realizadas com os familiares e o entrecruzamento das informações obtidas das audiências com os documentos recebidos através dosórgãos de segurança e das organizações não governamentais ligadas às vítimas.

A partir disso, através de uma análise hipotética desse método, observa-se, que o processo de validação da informação no âmbito da comissão estaria ligado aos atos de fala da vítima, o que se justifica na convocação dessas pessoas para audiências, à relação entre as vítimas e seu possível sofrimento proveniente das violações de direitos humanos e ao entrecruzamento destes atos de fala com a documentação proveniente das organizações não governamentais e dos órgãos de segurança. Entretanto o que certifica a validade das informações geradas a partir dessas audiências e dos documentos é a suposição de que o domínio da comissão, no qual estão sendo realizadas as trocas de experiências, é um lócus onde prevalece uma situação aproximadamente ideal de fala, na qual apenas os argumentos têm força coercitiva.

Constata-se que tais audiências foram realizadas com os atores concernidos ao domínio da investigação da comissão, como os parentes das vítimas, um advogado, um assistente social e ao menos um membro da comissão, em um ambiente institucionalmente constituído, com um objetivo comum de entendimento, que se configura em um melhor conhecimento sobre o passado recente. E mais: pressupondo um lócus ideal de fala que caracteriza sua legitimidade na esfera pública.

No tocante à obtenção de documentos, a comissão chilena despachou cerca de mil ofícios com pedidos de esclarecimentos. As Forças Armadas foram instruídas a cooperar com o envio de documentos e verifica-se que elas colaboraram, sendo as maiores contribuições realizadas pela Armada e pela Força Aérea. As menores contribuições foram as dos Carabineros e do Exército.

Com o objetivo de avaliar a validação da informação da comissão na esfera pública, verifica-se que a aprendizagem proporcionada pela comissão e a validade de seus trabalhos nessa esfera pode ser melhor esboçada quando se identificam cronologicamente as mobilizações na sociedade chilena a partir da divulgação do informe.

Em fevereiro de 1991, o relatório final, que passaria a ser conhecido como Informe

Rettig, foi entregue ao presidente da República. Endossado pelos oito integrantes da comissão, o documento dedicou cerca de 1.800 páginas a uma descrição sistemática da repressão praticada pelo governo de Pinochet, em três distintas fases.

Grande parte das violações de direitos humanos relatada pelo informe – o equivalente a 95% dos casos – foi atribuída aos agentes do Estado. Também constam episódios envolvendo vítimas de grupos de oposição armada, esclarecimentos a respeito de casos emblemáticos do período, como a morte de Salvador Allende, e análises críticas da atuação de instituições, como o PoderJudiciário. Embora não tenham sido tornadas públicas, todas as informações que diziam respeito a responsabilidades individuais em crimes ocorridos entre 1973 e 1990 foram encaminhadas aos tribunais pertinentes. Coube ao Judiciário acusar os envolvidos, processar os acusados e punir os culpados.

Mais de um mês depois, o presidente Aylwin divulgou o conteúdo do Informe Rettig. Apresentou-o em discurso à nação, proferido no dia 4 de março de 1991 e transmitido pela TV estatal, quando pediu formalmente perdão, em nome do Estado chileno, aos familiares das vítimas de violações de direitos humanos, a quem também enviou uma cópia do relatório, acompanhada de carta pessoal. Na ocasião, encorajou os militares a reconhecer a dor e o sofrimento que as Forças Armadas haviam imposto ao país. Nenhum dos militares negou os crimes relacionados no informe.

Em janeiro de 1992, de acordo com uma recomendação feita no relatório da comissão, o presidente Patricio Aylwin criou a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação. A agência tinha período de investigação de 36 meses e sua missão principal era encontrar os restos mortais de pessoas desaparecidas e vítimas de execuções extrajudiciais e chegar a uma conclusão em casos pendentes da comissão. O trabalho da corporação resultou no aparecimento de outros casos que não constavam no primeiro relatório. O resultado final da atividade de ambas as instituições estava documentado em 3.196 assassinatos e desaparecimentos.

Em 1999, poucos meses após a prisão de Augusto Pinochet em Londres, o governo chileno e os partidos de oposição começaram a estudar medidas para descobrir a verdade sobre os desaparecidos e, se possível, recuperar seus restos mortais. O governo estabeleceu uma Mesa de Diálogo, com o objetivo de superar os desacordos entre os chilenos e cujo trabalho foi realizado entre 21 de agosto de1999 e 15 de junho de 2000.

A mesa foi rejeitada por algumas organizações de direitos humanos e aceita por outras. Entre seus membros, havia autoridades oficiais e autoridades eclesiásticas, representantes de organizações de defesa dos direitos humanos e membros das Forças

Armadas, que discutiram a respeito de duas questões principais: os passos necessários para determinar o paradeiro e o destino dos desaparecidos e a admissão de diferentes setores da sociedade chilena dos crimes do passado.

Os militares estavam preocupados com interpretações judiciais dos desaparecimentos e da possibilidade de abertura de processos criminais. Advogados de organizações de direitos humanos argumentaram que as investigações criminais deveriam permanecer abertas, apesar do decreto de anistia, porque os desaparecimentos recebem a qualificação de sequestros e, como tais, permanecem vigentes até que seja possível determinar, de maneira definitiva, que se materializaram em assassinatos. Só a partir da determinação de que as vítimas foram mortas a Justiça deveria decidir sobre a aplicação da Lei de Anistia, de 1978.

A declaração final da Mesa de Diálogo foi anunciada poucos dias antes da chegada de Pinochet ao Chile, após sua detenção em Londres. O documento incluiu várias recomendações referentes a iniciativas para determinar o paradeiro dos desaparecidos. O Exército e as forças de segurança ficaram comprometidos a fazer todos os esforços para reunir informações e localizar os restos mortais das vítimas ou determinar sua localização. A mesa também recomendou que o Congresso aprovasse uma lei de confidencialidade que protegesse todos os que fornecessem informações sobre o período ditatorial.

Em 2003, o Parlamento aprovou uma lei de imunidade a processos para quem fornecesse informações, excetuando-se os casos de crimes contra a humanidade. Nesse mesmo ano, começaram os julgamentos que condenaram a prisão militares e civis responsáveis por mortes e desaparecimentos, assim como por atos destinados a encobrir tais crimes, como ocultação de cadáveres e destruição de documentos.

Nas esferas jurídica e pública, verificam-se processos contra os responsáveis por violações de direitos humanos e medidas a favor da reconstrução da história, verdade e memória. Entretanto, as conquistas das comissões instauradas no Chile, não são apenas nestas esferas, mas sim na aprendizagem, onde prosseguem sendo validadas popularmente, o que se reflete nas pressões populares através de manifestações nas ruas e nas reivindicações por uma participação mais ativa do Executivo nas propostas de políticas de verdade e justiça sobre o período ditatorial.

Recentemente, a Justiça chilena encerrou a investigação sobre a morte do ex-presidente socialista Salvador Allende, confirmando que ele suicidou-se. O anúncio foi feito no dia em que a morte de Allende completou 39 anos. Como visto, o ex-presidente morreu em 11 de setembro de 1973, em meio ao bombardeio aéreo e terrestre ao palácio presidencial de La Moneda, em um golpe militar liderado pelo ditador Augusto Pinochet. Alguns

partidários de Allende argumentaram por anos queo ex-presidente poderia ter sido morto por soldados que entraram no palácio onde permanecera escondido com uma dúzia de colegas, recusando-se a se render às forças golpistas.

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO BRASIL

A partir das experiências, abordadas no capítulo anterior, das comissões já concluídas no Cone Sul da América, neste capítulo procede-se à investigação dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade, visando identificar os procedimentos de reconstrução histórica e a validação das informações nessa comissão. Para tal análise, devido à contemporaneidade dos trabalhos em relação à nossa pesquisa, utiliza-se como local de investigação o *site* oficial da comissão. Previamente, entretanto, faz-se um breve histórico dos fatos que motivaram sua instauração, utilizando como referência o livro da pesquisa "Brasil: nunca mais".

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, pela presidenta Dilma Rousseff. É composta por sete membros, designados pela presidenta da República e 14 auxiliares. Ao longo de 2012, o número de colaboradores foi aumentado para aproximadamente 50 pessoas, por meio de requisições de servidores, contratação de estagiários e consultores.

Encontram-se na lei de criação da comissão, como critérios de escolha dos membros, serem brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia, da institucionalidade constitucional e como respeito aos direitos humanos.

No tocante a finalidade da comissão, determina-se examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos no período compreendido entre os anos de 1946 e 1988, com o objetivo final de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Caberá à comissão organizar, arquivar e manter o conjunto de requerimentos e documentos nela protocolizados, bem como preservar aqueles por ela produzidos, criando um acervo em homenagem à memória e à verdade histórica.

Entre os vários desafios decorrentes da instalação da Comissão Nacional da Verdade, configuram-se: promover o esclarecimento dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria; tornar públicos os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática das violações de direitos humanos; encaminhar aos

órgãos públicos competentes dados para auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos; colaborar com instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos e recomendar medidas e políticas públicas para prevenir e assegurar sua não repetição; promover a reconciliação nacional; avançar na reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos e assistir às vítimas correspondentes. Como definidosna lei que a institui:

> Art. 3o São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:
> I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1o;
> II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
> III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1o e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
> IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1o daLei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
> V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
> VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
> VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (Brasil, 2011)

Apesar destes objetivos, as atividades da Comissão não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

Os meios que a Comissão dispõe para atingir os objetivos definidos estão elencados no art. 4º da Lei nº 12528, 2011:

> Art. 4º Para execução dos objetivos previstos no art. 3o, a Comissão Nacional da Verdade poderá:
> I - receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;
> II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;
> III - convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;
> IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;
> V - promover audiências públicas;
> VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade; VII - promover parcerias com órgãos e entidades,

> públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e
> VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos. (Brasil, 2011)

A comissão terá o prazo de até dois anos, a contar da data de sua instalação, para a conclusão de seus trabalhos, o que importará na apresentação de relatório com atividades realizadas, fatos examinados, conclusões e recomendações. O acervo documental e de multimídia gerado deverá ser encaminhado para o Arquivo Nacional e integrar o Projeto Memórias Reveladas.

A partir desta introdução, pode-se adentrar no período histórico que motivou a instauração dessa comissão. Para isto, toma-se como base, entre outras referências, o livro da pesquisa "Brasil: nunca mais". Essa pesquisa teve como objetivo estudar a repressão a partir dos documentos produzidos pela própria autoridade vigente no período da ditadura e utilizou cópias de quase todos os processos políticos que transitaram na Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. Nela, teve participação importante o arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, entre outros pesquisadores.

BREVE HISTÓRICO DO GOLPE E DITADURA MILITAR NO BRASIL

O entendimento das motivações que impulsionaram a instalação da Comissão Nacional da Verdade passa pelo entendimento histórico do período do golpe e da Ditadura Militar imposta no Brasil e posteriormente imposta em outros países da América Latina.

Com isto, a gênese da intervenção militar iniciou-se após a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros e a posse de seu vice João Belchior Marques Goulart apontado pela alta hierarquia das Forças Armadas como herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50.

Apesar de eleito democraticamente o presidente João Goulart teve seu nome impugnado pelos três ministros militares e assumiu a presidência do país sob o regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves.

Contra esse veto, levantou-se uma ampla mobilização popular em todo o país. Com reação mais enérgica no Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola comandou uma forte pressão, nas ruas, para que fosse assegurada a posse de João Goulart. Receosos da possibilidade de uma guerra civil que se esboçava, os militares recuaram em uma negociação em que o presidente João Goulart se manteria como presidente embora com o compromisso de manter os cargos dos ministros militares e em um regime parlamentarista.

Segundo o livro Brasil: nunca mais (2011), os anos de 1962 a 1964 são marcados

pelo rápido crescimento das lutas populares. A aceleração da luta por reformas estruturais ocorre a partir do momento em que, o presidente João Goulart consegue por meio de um plebiscito, derrubar o parlamentarismo impingido pelos militares.

Os trabalhadores sindicalizados, apesar dos problemas na sua organizaçãode base, desenvolvem uma ampla capacidade de mobilização, com a incorporação de um número cada vez maior de sindicatos a favor das reformas de base propostas por Goulart. Destaca-se o início do desafio de criar uma central sindical com o nome de Comando Geral dos Trabalhadores.

É um período de dificuldades na economia, constata-se uma forte inflação, apesar das conquistas dos trabalhadores, em geral, os reajustes salariais não condizem com o aumento do custo de vida.

No campo, são criadas as Ligas Camponesas, que atingem, em 1964, umtotal de 2181, espalhadas por 20 estados. Prolifera-se as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre os fazendeirosconservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária.

Estudantes, artistas e numerosos setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela Reforma Agrária e por outras reivindicações.

Também no âmbito parlamentar, estrutura-se uma frente nacionalista que faz crescer a pressão no sentido das reformas. Conforme explicação de Reis (2012) o programa das *reformas de base* formava-se por seis reformas, a reforma agrária, bancária, tributária, eleitoral, a do estatuto do capital estrangeiro e a universitária, respectivamente descrita, abaixo.

A *reforma agrária*, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A *reforma urbana*, para planejar e regular o crescimento das cidades. A *reforma bancária*, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. *A reforma tributária*, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A *reforma eleitoral*, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam, então, quase metade da população adulta do país. A *reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A *reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais.

A partir disso, instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. Nas ruas,

nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, radicalizando-se.

Antes, porém, que todo esse clima de efervescência ameaçasse de verdade opoderio das elites alarmadas, o esquema golpista, estimulado abertamente pela CIA,a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, lança-se aos preparativos finais para o golpe.

A elevada inflação da época e a instabilidade do quadro político favorecem a pregação da direita, junto às classes médias, em favor de mudanças profundas que trouxessem um governo forte. No congresso, João Goulart sofre forte oposição queo impede de executar o Plano Trienal do Ministro do Planejamento, Celso Furtado, propondo crescimento de 7% ao ano e redução da taxa de inflação.

Neste cenário, existe ainda o problema de evasão de divisas e a questão da balança comercial que se agravava com a suspensão, pelo governo norte- americano, de qualquer auxílio ao Brasil, com exceção ao auxílio enviado à oposiçãodo governo de João Goulart.

Esta disposição de ajuda dos norte-americanos ao golpe representa o último sinal para que os generais interessados em derrubar o presidente passassem àação. Através do repasse de armas e o financiamento de entidades de oposição como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

Nestas ações do governo norte-americano, merece destaque que o que motiva a intervenção norte-americana, conforme Fico (2008), é a problemática cubana, que tornava inadmissível para os Estados Unidos a hipótese do estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista eprincipalmente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a influência comunista. Esse cuidado explica a campanha de desestabilização do presidente João Goulart e o apoio ao golpe.

Com este objetivo os Estados Unidos formulam no segundo semestre de 1963 um "plano de contingência" antecipando as possíveis ações do governo brasileiro e planejando as respectivas ações do governo norte-americano, elaborado pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon, dentre estas ações consta a Operação Brother Sam na qual o governo americano envia às costas brasileiras uma força-tarefa naval, com o objetivo de assegurar o movimento golpista, conforme explica Fico (2008), baseado no acesso ao documento datilografado em 11 de dezembro de 1963.

Este documento é uma cópia encaminhada a McGeorge Bundy, conselheiro de segurança nacional do presidente norte-americano Lyndon Johnson, no documento, indica-se que haveria uma reunião no dia 8 de janeiro do ano de 1964, com Thomas Mann e Ralph Dungan, assistente especial do presidente, para discutir sobre o plano elaborado por Lincoln Gordon.

Segundo Fico (2008), o documento, de início negava a intervenção norte americana, o plano não deveria ser entendido como uma previsão da derrubada de João Goulart ou como o estabelecimento de uma política do governo norte- americano. O texto partia de algumas pressuposições quanto aos cenários possíveise as respectivas ações que deveriam ser tomadas.

Estes pressupostos estabeleciam que embora um golpe de direita não devesse ser estimulado, a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos de conspiradores brasileiros para manter-se informada e exercer influência, agiria, desta forma, clandestinamente. O plano presumia que os militares brasileiros seriam a única força nacional capaz de alterar o regime.

Apesar da conspiração americana, pode-se considerar que o ponto final parao golpe foi o clima de crise que também adentrou nas bases militares a partir do movimento de reformas, destaca-se deste movimento a Revolta dos Sargentos, em Brasília e a instalação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Estes movimentos ocasionam o pretexto dos generais da falta de disciplina hierárquica para enfraquecer o governo.

A partir destas crises, como contrapartida o presidente João Goulart proclama o comício de 13 de março, com uma concentração de mais de 200 mil pessoas, em frente à estação da estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio, e a presença de todo seu ministério e vários governadores, aclama assim algumas das Reformas de Base assinadas ali pelo presidente. Tal comício é uma demonstração de força realizada como tentativa de paralisar a sedição, já em público andamento. É um momento muito forte, mas que não deixa saldo organizativo para um enfrentamento concreto. E leva os generais a marcarem data para o golpe.

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estão ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “Marchas da família, com Deus, pela liberdade”.

Nos últimos dias de março, o estopim é aceso quando do levante dos marinheiros e fuzileiros navais reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio.

Em 1 de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência. O movimento nacionalista e popular não tem condições de enfrentar a força das armas.

O sucesso do golpe resulta no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, é implantado um modelo

econômico de concentração de renda e desnacionalização da economia.

A política de salários introduzida procura propiciar condições atraentes para os investidores estrangeiros e rentabilidade para o grande capital nacional. O achatamento salarial observado nos anos do Regime Militar não teve precedentes na história do país e funciona como viga mestra do crescimento capitalista vivido nos anos do passageiro milagre econômico brasileiro. Esse arrocho é o principal responsável pela forte deterioração das condições de vida da população brasileira.

Para a aplicação desse modelo econômico é necessário alterar a estrutura jurídica do país, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. É necessário montar a aparência de um estado forte com disfarce de uma democracia. Procurou-se apresentar a deposição de Goulart como uma eleição indireta legitimada pelo Legislativo.

Sendo assim, o primeiro Ato Institucional de 9 de abril de 1964, que deveria ser único, acabou sendo o primeiro de uma sequência de atos, editado seis dias antes da posse do General Castello Branco, intitulava o caráter do golpe: "A Revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, legitima-se por si mesma".

Este primeiro ato estabelecia a perseguição e cassação de opositores, o resultado deste ato foi à cassação de trezentos e setenta e oito políticos de oposição, sendo eles, três ex-presidentes da República, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; seis governadores de Estado; dois senadores; sessenta e três deputados federais e mais de trezentos deputados estaduais e vereadores.

Foram reformados compulsoriamente setenta e sete oficiais do Exército, quatorze da Marinha e trinta e um da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. O presidente Castello Branco criou a Comissão Geral de Investigações, para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares, que começavam a ser instaurados em todo o país. Foi também implantado, em junho, o Serviço Nacional de Informações.

O segundo Ato Institucional foi formulado em outubro de 1965, a partir da derrota dos políticos apoiados pelo regime ditatorial, nas eleições estaduais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, este ato acaba com todos os partidos políticos e dá autonomia ao Executivo para fechar o Congresso Nacional quando achar necessário.

Além disso, torna indiretas as eleições para presidente da República e estende-se aos civis a abrangência da Justiça Militar. O regime cria dois partidos políticos, um governista e outro da oposição consentida, respectivamente, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o

Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No terceiro Ato Institucional, em 5 de fevereiro de 1966, decreta-se também indiretas as eleições para governadores. No quarto Ato Institucional, em 7 de dezembro de 1966,outorga-se o Projeto de Constituição, que revogaria definitivamente a Constituição de 1946.

No ano de 1966, constata-se que após disputa interna dentro do próprio regime sobre a sucessão do general Castello Branco, entre as linhas consideradas, moderada e dura, vence a linha dura, com a posse do general Costa e Silva. O governo Costa e Silva caracteriza-se pelas seguintes ações: Instalação de uma novaConstituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa, que estabelece a infalibilidade do presidente da República e de alguns altos mandatários do regime.

Entretanto, verifica-se que a partir do ano de 1968, de forma lenta e gradual a oposição ao regime vai readquirindo força no âmbito das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão. Em março de 1968, no Rio, a polícia intervém contra uma manifestação de estudantes e mata o secundarista Edson Luís, de 18anos o que ocasionou protestos em todo o país. Assim como as lutas operárias ressurgiram com vitalidade. Cresce os enfrentamentos e as denúncias contra o Regime Militar, com a liderança das classes médias urbanas nestas movimentações.Com isto, a reação do regime se inscreve com o quinto Ato Institucional, justificado pelo regime, como necessário para coibir, as denúncias sustentadasdentro do partido de oposição, o crescimento das manifestações de rua e o surgimento de grupos de oposição armada.

O ponto final para a implantação do quinto Ato Institucional foi o discurso do Deputado Federal Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas. Ao contrário dos atos anteriores, o AI-5, não vinha com vigência de prazo.

Neste ato é colocado em recesso, o Congresso, seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. Mais sessenta e nove parlamentares são cassados, assim como o ex-governador carioca Carlos Lacerda, que fora um dos principais articuladores civis do golpe militar. A partir deste ato, configura-se o auge da tortura como política de Estado.

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Sob este tópico propõem-se uma análise dos trabalhos vigentes até o momento na Comissão Nacional da Verdade, com objetivos de reconstrução histórica. Constata-se no site oficial da Comissão Nacional da Verdade, que os trabalhos desta Comissão, estão divididos em três grandes subcomissões: a Pesquisa, dividida em grupos de trabalho temáticos; a das Relações com a Sociedade Civil e Instituições; e a da Comunicação Social.

Os grupos de trabalho, formados até o momento na subcomissão da Pesquisa, estão divididos nas seguintes temáticas: Golpe de 1964; Estrutura de repressão; Graves violações de Direitos Humanos (torturados, mortos e desaparecidos); Violações no campo; Violações de direitos de indígenas; Araguaia; Operação Condor; Violações contra estrangeiros e violações fora do Brasil; Ditadura e Sistema de Justiça; Papel das igrejas durante a Ditadura; Perseguição a militares; O Estado Ditatorial-Militar; Ditadura e gênero.

O trabalho destes grupos deve produzir um relatório analítico, esclarecendo os fatos ocorridos. Dependendo da matéria a que se destina, pode também identificar a autoria dos perpetradores das graves violações de direitos humanos, bem como o local, a data, as vítimas e informações adicionais pertinentes.

Outras duas subcomissões que fazem parte do grupo de trabalho é a subcomissão, de Relações com a Sociedade Civil e Instituições, que é responsável pela realização de audiências e outros eventos públicos da Comissão da Verdade e de outras instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada. E a subcomissão, Comunicação Social, responsável pela comunicação com a imprensae a sociedade.

Desenvolve-se nesta abordagem, cronologicamente, as atividades desenvolvidas pela Comissão no ano de 2012.

Nos sete primeiros meses de funcionamento, a Comissão dedicou-se as seguintes atividades: definir os marcos legais do seu trabalho; organizar a pesquisa das graves violações de direitos humanos ocorridas no período entre 1946-1988; definir e ampliar sua equipe de trabalho; e estabelecer comunicação constante com a sociedade em parcerias com órgãos governamentais e com a sociedade civil organizada.

Constata-se em julho de 2012, a cooperação de organizações da sociedade civil nos trabalhos da Comissão, no tocante a sugestões, troca de informações e documentos. Este contato foi mantido durante o ano de 2012, por meio de onze audiências em todo o país e através do uso de redes sociais, ou por meio de parcerias firmadas com outras comissões. No âmbito destas parcerias foi construído o site oficial da Comissão em conjunto com o Ministério da Educação.

Em setembro do mesmo ano, a Comissão definiu seu principal marco legal: por meio

da sua resolução nº 2, que estabeleceu, definitivamente, que as graves violações de Direitos Humanos examinadas pela comissão são aquelas praticadas por agentes públicos. Um dos pilares para a decisão é a lei 9140/95, uma das que estabelecem as bases para o surgimento da Comissão Nacional da Verdade.

No mesmo mês, após recomendação da Comissão, atendendo solicitação da família Herzog, a Justiça de São Paulo determinou a mudança do registro de óbito de Vladimir Herzog para que a causa da morte do jornalista, em 1975, fosse alterada de asfixia mecânica para morte em decorrência "de lesões e maus-tratos sofridosem dependência do II Exército – SP (Doi-Codi)". A sentença de Vladimir Herzog abre caminho para que várias famílias reivindiquem o mesmo direito.

> Segundo a decisão, transitada em julgado em dezembro, a CNV "conta comrespaldo legal para exercer diversos poderes administrativos e praticar atos compatíveis com suas atribuições legais, dentre as quais recomendações de 'adoção de medidas destinadas à efetiva reconciliação nacional, promovendo a reconstrução da história', à luz do julgado na Ação Declaratória, que passou pelo crivo da Segunda Instância, com oreconhecimento da não comprovação do imputado suicídio, fato alegado com base em laudo pericial que se revelou incorreto, impõe-se a ordenação da retificação pretendida no assento de óbito de Vladimir Herzog". (CNV, 2013, p.1).

Em dezembro, a Comissão anuncia a divisão de sua pesquisa em 13 grupos de trabalho temáticos, abrangendo diversos temas relacionados à repressão sistematicamente praticada pelo Estado ditatorial-militar, como a Guerrilha do Araguaia, a participação brasileira na Operação Condor, o papel das Igrejas e da Justiça nesse período de nossa História, etc.

> Ao longo do ano, a CNV obteve recursos físicos, financeiros e de pessoal para executar sua missão. Partindo de um staff com sete membros e 14 assessores, hoje a CNV conta com uma equipe de 50 pessoas, entre membros e colaboradores, para alcançar seu objetivo: entregar à sociedadebrasileira, em maio de 2014, um relatório circunstanciado sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, contendo recomendações ao Estado brasileiro para que este nefasto período de nossa história não mais se repita. (CNV, 2013, p.1).

Em janeiro de 2013, a Comissão Nacional da Verdade efetiva um acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que visa prestar suporte à estruturação da Comissão nos três principais eixos de trabalho da CNV: pesquisa, articulação com a sociedade e comunicação.

Dentre as atividades de acesso as informações de pessoas concernidas ao período da ditadura militar, por esta Comissão, destacam-se duas, a saber: as Audiências Públicas e as

Parcerias.

A Comissão Nacional da Verdade desde julho de 2012 realiza audiências públicas para colher depoimentos de vítimas de graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre os anos de investigação desta Comissão, com destaque as violações ocorridas durante o regime militar brasileiro (1964-1985).

A Comissão Nacional da Verdade esteve durante o ano de 2012, nas cinco regiões geográficas brasileiras (Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) e realizou 11 audiências públicas em oito unidades da federação: Goiás, Distrito Federal (duas audiências), Rio de Janeiro (duas audiências), Pará (Belém e Marabá), Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Além disso, participou de atos públicos e reuniões de trabalho com a Comissão Estadual do Rio Grande do Sul e colheu depoimentos no Espírito Santo e Tocantins.

Estima-se que até meados de 2013 a Comissão tenha percorrido todos os Estados da federação, por meio de audiências públicas, coleta de depoimentos e testemunhos ou pesquisas sobre as graves violações de direitos humanos, praticadas pelo regime ditatorial militar brasileiro.

As audiências públicas da Comissão podem ser temáticas, como a realizada na Universidade de Brasília sobre o caso Anísio Teixeira, que está sendo investigado pela Comissão da própria universidade ou ainda com relatos de episódios específicos como aconteceu no Paraná com a presença de pesquisadores, ex-presos políticos que relataram, dente outras, as violações de direitos humanos do campo e da cidade até hoje não esclarecidas sobre a Guerrilha de Porecatu, Chácara do Alemão, Massacre de Medianeira.

As audiências públicas da Comissão são realizadas em parceria com entidades da sociedade civil e comissões estaduais da verdade. Nos meses de setembro e novembro de 2012, duas grandes audiências em Pernambuco e São Paulo foram importantes para a colheita de testemunhos e documentos envolvendo casos de mortos e desaparecidos políticos.

Além da coleta de depoimentos sobre graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado, as audiências públicas mobilizam cada vez mais a juventude e servem para aproximar parceiros de diferentes segmentos da sociedade que buscam o esclarecimento da verdade e a preservação da memória histórica sobre os crimes ocorridos no Brasil entre 1946 e 1988. Neste sentido, estas audiências tem uma forte ligação com o processo de aprendizagem. Todas as audiências públicas da Comissão da Verdade são registradas na íntegra pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e no canal da Comissão no Youtube.

Outra forma de acesso a informações do período de investigação da Comissão são as parcerias. Constata-se que a Comissão tem estabelecido parcerias formais com comissões da verdade criadas tanto no âmbito do Legislativo ou do Executivo. Bons exemplos são as parcerias com a Comissão Verdade, Memória e Justiça da Câmara dos Deputados e com a Comissão Estadual de Memória eVerdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco.

Além disso, alguns segmentos institucionais específicos já estabeleceram acordos de cooperação técnica com a Comissão, como: a Ordem dos Advogados do Brasil, através do Conselho Federal e algumas seccionais, como as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná; Comissão Anísio Teixeira da Universidade deBrasília; Ministério Público Estadual do Paraná; Universidade Federal do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros do Rio de Janeiro; Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito; Associação Juízes para a Democracia;Associação Nacional de Pós Graduação em História; dentre outras.

Conforme descrito no site "o objetivo destas parcerias é fomentar uma estrutura que permita a capilaridade da CNV em todo o território nacional". Nestas parcerias destaca-se uma ampla participação popular, a qual, por meio de cooperações espontâneas, contribuem para o trabalho de pesquisa e investigação e fomenta a busca por maiores informações ou verdades do período de investigação desta Comissão.

Para esta investigação, considera-se que a instauração da Comissão Nacional da Verdade, contribui para a aprendizagem no âmbito da esfera pública, ao incentivar o processo de busca de informação ou verdades provisórias, através do diálogo conduzido na esfera pública e, com isso, inserido em mundos da vidacompartilhados intersubjetivamente.

CONTROVÉRSIAS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

No Brasil a criação da Comissão Nacional da Verdade, como em outrospaíses da América Latina, é fruto de antigas reivindicações de atores da sociedade civil, em especial, dos parentes de vitimas do regime ditatorial. O debate sobre a instauração desta Comissão gera grandes divergências principalmente quanto aos termos utilizados para evidenciar o trabalho da Comissão, a data de abrangência da investigação e na questão da validação da Lei de Anistia.

Constata-se que a primeira proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade, foi estabelecida no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, neste evento apresenta-se um conjunto de leis sugeridas pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em

Dezembro de 2009.

No entanto, verifica-se que o trabalho deste governo nas questões de memória e verdade, se iniciou antes, com a proposta da organização do "Arquivo da Intolerância". Este projeto deveria ser responsável pela organização de documentos sobre prisões, desaparecimentos, torturas, mortes, sendo os mesmos irrestritamente disponibilizados à consulta da sociedade. "Chegou-se a conformar uma Comissãode Averiguação e análise de informações sigilosas, formada por ministros, a qual requereu junto às Forças Armadas, à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) os arquivos daquela natureza." (Winand; Bigatão, 2012, p.5).

Contudo, para a concretização da abertura dos arquivos, seria necessário revogar uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) que visava proteger tais informações. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), havia tentado revogar tal decisão, entretanto, esta atitude provocou reações nos setores concernidos que foram amplamente relatadas pela imprensa:

> Tão logo a possibilidade de abertura veio à tona, a imprensa passara a explorar o desenrolar dos fatos: a "queima de arquivos" na base de Salvador, a posterior recusa do governo brasileiro em abrir seus documentos à consulta paraguaia, temendo ressuscitar ranços históricos relacionados à ação brasileira durante a Guerra do Paraguai, entre outros. As informações da mídia mostravam que havia alas do Exército que repudiavam a abertura e outras que defendiam, propondo-se a colaborar especialmente com a questão da guerrilha do Araguaia. Por fim, a proposta do arquivo não se consolidou. (Winand; Bigatão, 2012, p.6).

A criação da Comissão da Verdade entrou definitivamente na agenda política do governo Lula a partir de dezembro de 2008, quando foi encaminhada ao governo a orientação para que fosse constituída a então, "Comissão de Verdade e Justiça", fruto dos debates da 11ª. Conferência Nacional de Direitos Humanos, que consolidou as discussões a respeito da revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Segundo Winand e Bigatão (2012), em 2009 teve destaque na imprensa à palestra de abertura da Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade, do então ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

> Vannuchi instigou a busca por novas informações quando declarou que discordava da tese de que todos os arquivos em poder das Forças Armadas tivessem sido destruídos. (O Estado de São Paulo, 2009 apud Winand; Bigatão, 2012, p.7).
> O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, afirmou que é necessário complementar o trabalho das comissões existentes (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Comissão de Anistia), e desta forma possibilitar 'a recuperação histórica, reconstruir e reconhecer formalmente,

> enquanto Estado, que aconteceu [violações de direitos humanos]. O ministro justificou que a Comissão da Verdade poderia levar o Estado brasileiro a formalmente pedir desculpas e demonstrar que estão construídas estruturas que garantem a não repetição daquelas violências. (Folha de São Paulo, 2009 apud Winand; Bigatão, 2012, p.7).

Constata-se, neste ano, um embate entre os ministros da Defesa e dos Direitos Humanos. Neste sentido, o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, faltou à Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade, este ministro havia sido convidado a proferir um discurso na abertura do evento. Após a repercussão deste episódio na imprensa, o presidente Lula, promoveu uma reunião de conciliação entreos dois ministros.

Entretanto, esta reunião, não conseguiu contornar as divergências entre as duas pastas, o que impactou até no nome da Comissão que seria instaurada.

> Enquanto o posicionamento do ministro da Defesa, Nelson Jobim, é de que não era legítimo rever o acordo político que originou a Lei de Anistia de 1979, sendo inviável a constituição de uma instância com poderes para investigar e punir aqueles que praticaram violações de direitos humanos, no período abarcado pela lei. Para Vannuchi, sustentado em declarações e acordos internacionais assinados pelo Brasil, os crimes de violação de direitos humanos, de lesa-humanidade, não prescrevem. Sendo assim, enquanto para Nelson Jobim, o nome da Comissão deveria ser "Comissão de Reconciliação" para Vannuchi, poderia apenas retirar a palavra "justiça" do nome original, "Comissão da Verdade e Justiça". (O Estado de São Paulo, 2009 apud Winand; Bigatão, 2012, p.7).

A partir disso, evidencia-se uma disputa por protagonismos entre ministérios:

> Se por um lado cabia ao ministério dos Direitos Humanos estabelecer a ponte entre a agenda internacional dos Direitos Humanos – da qual o Brasil era signatário explícito – e a sociedade brasileira – a que o Estado deve esclarecimentos; por outro, cabia ao Ministério da Defesa exercer o necessário controle sobre os militares que, naturalmente, resistiram a quaisquer iniciativas que pudessem manchar sua reputação para com a Pátria. O tom lançado por Jobim para tal iniciativa de controle sobre a caserna foi o da negociação. (Winand; Bigatão, 2012, p.9).

A tática negociadora do ministro Nelson Jobim, permitiu algumas cessões às reivindicações dos militares, como os limites à operacionalização da Comissão Nacional da Verdade, com medidas, como, o impedimento de revisão da Lei de Anistia, estas medidas tinham como objetivo amenizar a revolta dos militares, apesar disso, este comportamento acirrou as tensões entre as pastas da Defesa e dos Direitos Humanos.

O que se tornou mais explícito após o lançamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2009. Constata-se que a cerimonia de lançamento da publicação deste programa que contaria com a presença do presidente Lula é adiada duas

vezes. Abriu-se uma crise política, cujo ápice configura-se nas ameaças de ambos os ministros de entregarem os cargos.

Sobre o documento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, as controvérsias quanto à redação de alguns trechos como, por exemplo, uma diretriz que se referia as violações de direitos humanos como "praticadas no contexto da repressão política" no período de 1964-1985, na interpretação do Ministério daDefesa e das Forças Armadas, a forma como foi escrito o documento, especificamente o termo "repressão política", previa apenas a apuração de violações praticadas pelos militares, excluindo-se os militantes da esquerda armada.

Outra controvérsia é a proposta neste documento da criação de uma comissão especial para revogar a Lei de Anistia de 1979. Esta proposta é vista por Jobim e os militares como revanchista e provocativa.

Após quatro meses de negociações e ameaça de ambos os ministros de deixarem o cargo em 13 de maio de 2010 o presidente Lula apresenta o Projeto comalterações.

> Desapareceram expressões como "repressão ditatorial" e "perseguidos políticos", e o esclarecimento de violações aos direitos humanos perde o foco do período dos governos militares, (...) o foco anterior de apurar violações de direitos humanos no período do regime militar se diluí num período mais longo da história, desde os anos 40. (O Estado de São Paulo, 2010 apud Winand; Bigatão, 2012, p.10).

Sendo assim, o projeto é enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional contendo a instituição de uma Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 e citava que era dever dos servidores públicos civis e militares colaborar com a Comissão.

No governo da presidente Dilma Rousseff é aprovada a instauração da Comissão Nacional da Verdade, entretanto um dia antes da aprovação da lei quecria a Comissão da Verdade, outra lei que a complementa é aprovada no senado, a Lei de Acesso à Informação, que estabelece novas classificações aos documentos oficiais e sigilosos e prazos para torná-los públicos.

Na cerimonia que marcou a sanção das duas leis, da Comissão Nacional da Verdade e do Acesso à Informação, em 18 de novembro de 2011, fica evidente as controvérsias entre os defensores da Comissão da Verdade e os seus opositores, como o setor militar, devido ao cerimonial ter estabelecido que, além dos discursos da presidente e dos ministros da Defesa, Celso Amorim, e dos Direitos Humanos e Justiça, Flávia Piovesan, haveria o pronunciamento de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Entretanto, Celso Amorim, considerou tal discurso como afronta aos militares que estavam presentes na cerimonia, o que ocasionou a retirada do discurso dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A partir destes eventos precursores da instauração da Comissão Nacional da Verdade. Considera-se importante evidenciar no tocante a validação da Lei de Anistia, a interpretação de duas pessoas com notória participação na questão dos Direitos Humanos atualmente no Brasil. O secretário nacional dos Direitos Humanos e ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, José Gregori e a atual secretária nacional dos Direitos Humanos, Flávia Piovesan.

Para Gregori (2012) a lei que criou a Comissão da Verdade é um marco político e institucional, porque o Brasil chegou a um consenso: houve desrespeito aos Direitos Humanos, e é preciso que uma Comissão oficial representativa cuide deesclarecê-lo. Porém, a respeito de punição, para o autor, a própria lei sancionada da Comissão da Verdade, afirma que "As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório". (Brasil, 2011). Ele justifica sua posição:

> O peso da reverência a preceitos exclusivamente jurídicos, quer na letra expressa da lei quer na força que emana do seu conjunto sistemático, afasta-me de considerar a punição física dos responsáveis, o que desnaturaria, a meu ver, a natureza pétrea da lei de anistia (Gregori, 2012, p.7).

Piovesan (2012) não segue a mesma linha de interpretação, para a autora, o julgamento e punição a quem violou os direitos humanos no período abrangido pela lei da Comissão da Verdade são imprescindíveis.

> A absoluta proibição da tortura, o direito à verdade e o direito à justiça estão consagrados nos tratados internacionais, impondo ao Estado brasileiro o dever de investigar, processar, punir e reparar graves violações a direitos humanos, especialmente em se tratando de crime internacional. (Piovesan, 2012, p.7-8).

Apesar destas divergências em relação ao objetivo da Comissão da Verdade, é amplo o consenso sobre a importância da construção ou do resgate a uma verdade histórica, numa esfera internacional o Jurista francês Louis Joinet, destaca que o direito à verdade ou o direito de saber, é fundamental para a luta contra a impunidade das violações dos direitos humanos. Destaca a importância das comissões não judiciais de investigação, ou as Comissões de Verdade e Reconciliação. Além da preservação dos arquivos relativos às violações dos direitos humanos.

> Especialmente, quando de um processo de transição, o direito de saber implica que sejam preservados os arquivos. As medidas que devem ser tomadas para isso têm relação com os seguintes pontos: a) medidas de proteção e de repressão contra a subtração, a destruição ou a ocultação; b) realização de um inventário de arquivos disponíveis, que inclua os existentes em outros países com a finalidade de que, com sua cooperação, possam ser consultados ou, se for o caso, restituídos; c) adaptação à nova situação da regulamentação do acesso aos arquivos e de sua consulta, principalmente outorgando o direito a toda pessoa que seja imputada a garantia de seu direito à resposta e que esse seja incluído em seu dossiê. (Joinet apud Cuya, 2011, p. 41).

No Brasil, o arquivo das forças armadas, da polícia e de outros órgãos repressivos, é fundamental para a pesquisa do projeto, Brasil: Nunca Mais, como demonstrado anteriormente, este projeto utilizou os documentos vigentes durante o regime de ditadura militar, para reconstruir a história oficial, e neste sentido denunciar o Estado de repressão e as violações de Direitos Humanos sofridas pelas vítimas deste Estado.

O projeto foi uma tentativa de reconstruir a história das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições policiais e principalmente dos julgamentos tendenciosos, que a partir de documentos oficiais forjados, justificavam a repressão política daqueles quinze anos.

Sobre este fato pode-se indagar sobre qual seria o papel dos documentos durante o período da ditadura militar? Na esteira de Foucault (2005), sobre a função do historiador, uma possibilidade de argumento seria que estes documentos, como monumentos, trazem traços de ruptura a serem explorados por este profissional, estas rupturas evidenciariam a sobrepujança do poder nestas rupturas. Nesta abordagem busca-se construir a história a partir destes traços de rupturas ocasionados pelo poder.

Entretanto, sobre isto, pode-se pensar as seguintes questões, será que o papel do poder transcendental, seria tão predominante a ponto de silenciar asmanifestações de sujeitos que agem e constroem conhecimentos de forma comunicativa? Será que as informações materializadas em documentos, seriamtraços de rupturas ocasionadas pelo poder?

Estas indagações são temas a serem explorados no próximo capítulo, no qual, trabalha-se com a relação entre informação, documento e verdade. As experiências das Comissões investigadas até o momento são o pano de fundo para uma abordagem da informação como construção de sujeitos competentes linguisticamente, onde sua principal função estaria intrínseca ao processo de aprendizagem.

INFORMAÇÃO, DOCUMENTO E VERDADE

As experiências previamente abordadas, das Comissões da Verdade como um local de aprendizagem, através da linguagem, nos remetem a uma abordagem exploratória e teórica sobre as relações entre as informações e suas materializaçõesdocumentais e a verdade, no âmbito da Ciência da Informação. Neste sentido, neste capítulo procuramos delinear uma abordagem discursiva das questões do presente nesta ciência.

Decerto, pensar sobre as Comissões da Verdade é refletir a partir da realidade descrita, as questões do presente. O estudo de suas atribuições imediatas como as relacionadas à reconstrução histórica nos remete a pesquisar essas comissões como locais de aprendizagem, proveniente do uso da linguagem, o que demanda indagar no contexto destas comissões, sobre as formas de construção da história e a relação desta com o acesso e a validação da informação, nesse sentido, considera-se o documento como materialidade da informação e assim como esta, como manifestação histórica da linguagem, o que cogita na análise do inter- relacionamento entre linguagem e informação.

Sendo assim, nesta pesquisa, considera-se como tempo presente, o local onde os indivíduos linguisticamente competentes, produzem aprendizagem, a partir de suas ações comunicativas e discursivas, no âmbito do mundo da vida.

Neste sentido, em sua interpretação do agir a partir do presente, Habermas (2002b) utilizando a teoria hermenêutica de Gadamer, enfatiza a compreensão, como uma forma de reflexão e aprendizagem intersubjetiva, através do uso da linguagem. Com essa perspectiva, destaca a hermenêutica, como importante por trazer ao primeiro plano, condições cotidianas da vida e promover o esclarecimento sobre estruturas profundas do mundo da vida.

Entretanto, Habermas faz uma crítica a Gadamer, relacionada ao fato, deste autor, desconhecer a força da reflexão que nos permite distanciar da nossa própria tradição, criticá-la e, eventualmente, modificá-la. Segundo Pinzani (2009), a tarefa da Hermenêutica seria para Habermas, não somente a interpretação de conteúdos dados, mas também a crítica desses conteúdos, quando eles forem o resultado de processos comunicativos distorcidos.

Com este entendimento, Habermas (2002b) reinterpreta esta categoria central da hermenêutica, da compreensão, no sentido em que cada ato de compreensão representa, ao mesmo tempo, uma tomada de posição em relação à pretensão de validade ligada a cada ato comunicativo. A compreensão contém um elementocrítico, no tocante a nossa capacidade de

questionar o conteúdo comunicado por um falante ou por uma tradição, verificando intersubjetivamente sua validade e proporcionalmente aprendendo com as objeções. “Cada ação comunicativa se fundaem um ato hermenêutico de compreensão que pode sempre levar a um questionamento das suas pretensões de validade e, eventualmente, a um discurso no qual tais pretensões devem ser fundamentadas.” (Pinzani, 2009, p.81). Este processo de comunicação e aprendizagem, através da linguagem, ocorreria notempo presente.

Nesta perspectiva, González de Gómez (2008) afirma que pensar o presente remete à linguagem e a informação, onde, Habermas outorga um caráter central à operação integradora da racionalidade discursiva.

> Parece que a estrutura discursiva cria uma correlação entre as estruturas ramificadas de racionalidade do saber, do agir e da fala ao, de certo modo, concatenar as raízes proposicionais, teleológicas e comunicativas. Nesse modelo de estruturas nucleares engrenadas umas as outras, a racionalidade discursiva deve seu privilégio não a uma operação fundadora, mas a uma operação integradora. (Habermas apud González de Gómez, 2008, p.1).

Para a autora, a potência da linguagem na qual se sustenta a racionalidade comunicativa é exercida em três direções:

> [...] como representação, pela remissiva do enunciado e a um domínio de referência; como comunicação, enquanto construção em comum de significados e instauração do compromisso pragmático entre os participantes da ação comunicativa; como expressão da subjetividade, por colocar o ator social frente aos outros, parceiros, públicos ou oponentes, e dando ocasião à atitude reflexiva e a formação de identidades, que são condições da autonomia e responsabilidade de sujeitos imputáveis. (González de Gómez, 2008, p. 1).

Ao abordar os usos atuais da linguagem e os modos dominantes de integração social, Habermas, segundo González de Gómez (2008), constrói um espaço de análise que inclui as mediações sociais e comunicacionais, na qual, a Ciência da Informação elabora suas perguntas e seus objetos, enquanto estuda a geração, processamento, transmissão e uso da informação.

A partir disso, González de Gómez (2008) identifica duas funções para informação na perspectiva de Habermas, a social cognitiva e a instrumental estratégica.

> Por um lado, a informação [...] permitiria a abertura de múltiplasperspectivas sobre o mundo. [...] designaria uma diferença que se instala nas experiências de confronto entre nossas expectativas prévias e do que acontece em nossas relações atuais com o mundo. Por outro lado, a informação, enquanto codificada, reconstitui-se através dos meios, nas zonas de trocas e negociação entre os sistemas e os mundos da vida,

> mediação constituída numa relação histórica, plausível, de ambivalências e de transformações. (González de Gómez, 2008, p.2).

Nesse sentido, nesta investigação, considera-se o que a autora identificou como função social cognitiva da informação, por considerar-se as comissões da verdade como lócus de aprendizagem, a partir da linguagem. Através desta função:

> [...] a informação designaria uma instância de constante reabertura das relações entre o mundo da vida e o mundo. A informação é considerada neste caso como constitutiva dos processos de objetivação nos contextos da experiência e da ação (Habermas, 1984, 2004 apud González de Gómez, 2008, p.3). Nessas dinâmicas da informação acontece a manifestação da alteridade, do que surpreende, e como tal, ela faz parte das condições da aprendizagem e dos desafios à imaginação linguística. (González de Gómez, 2008, p. 3).

Sendo assim, no domínio da aprendizagem, a potência da informação atuaria na manifestação entre atores com competências linguísticas no âmbito da ação e da experiência, neste sentido, para Habermas (2004b), a linguagem é o órgão que forma o pensamento e nesta função, a interpenetração entre linguagem e realidade é tão profunda que o sujeito cognoscente não tem acesso imediato a uma realidade não interpretada "linguagem e realidade estão de tal modo entrelaçadas que qualquer acesso direto a uma realidade não interpretada é negado aos sujeitos cognoscentes". (Habermas, 2004b, p.69). "Não temos acesso à realidade senão pela mediação linguística; nossa compreensão da realidade é sempre atrelada à linguagem". (Bannell, 2006, p.245).

Entretanto, é através do uso da linguagem em atos de fala, que interlocutores podem chegar a um entendimento mútuo sobre algo, a construção da aprendizagem se configura na confrontação entre visões de mundo e a realidade, a partir do resgate ou rejeição de pretensões de validade proferidas em conteúdos proposicionais postos em atos de fala no domínio do discurso.

Neste sentido, as informações seriam para Habermas, manifestações da experiência na esfera comunicativa da ação. Estas manifestações, em uma intenção de atestar a verdade, deveriam ser tratadas de modo hipotético na esfera comunicativa do discurso.

> Sob o tópico ação introduzo a área comunicativa em que tacitamente pressupomos e reconhecemos as pretensões de validade implícitas às expressões (e igualmente às afirmações) a fim de trocarmos informações (ou seja, experiências referentes à ação). Sob o tópico "discurso" introduzi a forma de comunicação caracterizada pela argumentação em que pretensões de validade que se tornaram problemáticas são tematizadas e analisadas relativamente à sua legitimidade. Para levarmos a cabo discursos temos, de certo modo, de sair dos contextos da ação e da experiência; aqui não trocamos informações, mas sim argumentos destinados a fundamentarem (ou

> rejeitarem) pretensões de validade problematizadas. Discursos requerem, em primeiro lugar, uma suspensão de constrangimentos à ação que deve levar a que todos os motivos, com a única exceção da disposição cooperativa para o entendimento, possam ser revogados (e a que questões de validade possam ser separadas de gênese). (Habermas, 2009c, p.184).

Entretanto, um maior aprofundamento da relação entre informação e aprendizagem está associado a um melhor entendimento das questões ligadas às pretensões de validade, neste momento, com fins de adentrarmos no contexto dos estudos das demandas das comissões da verdade, enfoca-se nos processos de validação da informação, dos atos de fala do testemunho e dos documentos e sua relação com a verdade no âmbito da ciência da informação.

Segundo González de Gómez (2007), as questões relacionadas à validade dainformação não são novas nos estudos da Ciência da Informação, estas questões tem sido apresentadas, em diferentes contextos e pontos de vista, como na questão da qualidade da informação, credibilidade da informação, autoridade cognitiva, acuidade ou retidão da informação e na relevância da informação.

Interessa-se nesta pesquisa, o âmbito da acuidade ou retidão da informação, do ponto de vista do testemunho e dos documentos, que estariam intrínsecos na questão da validação dos atos de fala do testemunho e das informações materializadas em documentos, no domínio das comissões.

Sendo assim, González de Gómez (2007) afirma que, o problema da verificação da acuidade ou retidão da informação é um caso especial do problemada verificação da retidão do testemunho. Fazendo uma analogia a esse respeito na temática utilizada nesta investigação, às descrições de violações de direitos humanos, assim como dos locais destinados a estes delitos e o esclarecimento do destino de vítimas dos regimes ditatoriais estariam ligados à questão da acuidade ou retidão do testemunho de uma ou mais pessoas. Segundo González de Gómez (2007), este saber produzido a partir do testemunho de outros alimenta os fluxos correntes de informação e os grandes repositórios de registros, entre outros.

Neste processo, segundo a autora, em um primeiro momento o que possui uma testemunha e o que esta expõe em seu testemunho é a autoridade da experiência.

> [...] as informações que proveem dos conhecimentos dos outros, são aceitas por nós com base na autoridade cognitiva, não só de testemunhas, mas também por livros, artigos e outros objetos. Às vezes, o testemunho subsiste, no silêncio ou na incompreensão de quem for sua testemunha. (González de Gómez, 2007, p. 2).

Contudo, segundo a autora, este tipo de validação através da autoridade, já estaria banido da lógica e da filosofia da ciência, faz muito tempo, devido este tipode conhecimento ser considerado como dogma. Entretanto, a autora, evidência um tipo de utilidade nesta validação, a "disseminação e importância dos saberes dos outros é, porém, uma das riquezas e um dos riscos de toda cultura, e mais do que nunca, do mundo contemporâneo". (González de Gómez, 2007, p. 2).

Em nossa investigação, questiona-se a relação entre a autoridade de quem relata uma experiência de violações de direitos humanos, através de atos de fala do testemunho e de documentos

e um mundo extralinguístico, de sofrimento da testemunha, que faz resistência as nossas justificações no discurso.

Ainda, segundo González de Gómez (2007), a questão da acuidade da informação e de sua validade ou validação, como questão do testemunho, não estaria alheia a questão da validade dos documentos históricos ou do documento de arquivo. Um estudo do testemunho estaria ligado aos problemas das teorias da verdade.

Neste sentido, aborda-se a questão sobre a validação dos testemunhos, no tocante aos atos de fala e dos documentos no âmbito das Comissões da Verdade e na esfera pública, a partir da teoria pragmática da verdade de Habermas. Contudo, antes disso, faz-se um excurso sobre a noção de documento no campo de estudo daCiência da Informação.

A NOÇÃO DE DOCUMENTO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O estudo sobre o conceito de documento na Ciência da Informação guia-se por duas trajetórias: pela história de formação do campo e de seu objeto de estudo enas configurações do objeto informação em sua caracterização a partir de suamaterialidade ou imaterialidade.

Com o objetivo de traçarmos as heranças documentárias do campo da ciência da informação, nos baseamos no estudo histórico da teoria do documento de Lund (2009). Segundo este autor, a queda da importância da documentação no mundo anglo-saxão se configurou por volta da década de 1960, a informação passou a ser o objeto principal de estudo, enquanto o documento passou a ser tratado apenas como um suporte. Segundo Lund (2009), a partir desta deflação do valor documental, surge a Ciência da Informação, com o objetivo do estudo da informação.

Entretanto, autores contemporâneos, como Michael Buckland, Ronald Day e Bernd Frohmann, denominados por González de Gómez (2011), como neodocumentalistas, em uma visão crítica da informação, enfocam o valor da tradição documentalista, que remonta a Paul Otlet (1934) e Suzanne Briet (1951). Estes autores enfatizam a abordagem dos documentos através de sua importância nas práticas sociais. A partir disso, delineamos em um primeiro momento as definições dos documentalistas tradicionais, Paul Otlet e Suzanne Briet.

Neste sentido, Lund (2009), por meio de uma recuperação histórica da relação entre o documento e suas funcionalidades, explica que o documento na antiguidade foi utilizado principalmente a partir de suas características de ensino e instrução. Por volta de 1214, segundo o autor, a forma latina "*documentum*", significava exemplo, modelo, palestra, etc. O

enfoque nesta funcionalidade do documento era atuante até por volta do século 17, com isto, enfatiza-se que os atos de fala, ou a tradição oral que era realizada através de palestras ou instruções, com fins educativos, pode ser considerado como um protótipo de um documento.

Sendo assim, a partir do século 17, origina-se uma concepção jurídica de documento, principalmente ligada ao surgimento de uma emergente burocracia estatal européia. Desta forma, o documento passa a ser entendido como escrita servindo como prova ou algo que fornece evidência.

Nesta compreensão, no âmbito das informações e do conhecimento, constata-se que a partir do Iluminismo, um documento é antes de tudo um objeto escrito afirmando e provando transações, acordos e decisões tomadas por cidadãos. Com isto evidencia-se a importância de questões como a autenticidade e a capacidade dos documentos de fornecer informações. Segundo Lund (2009), essas características podem ser fundidas em um fenômeno central na sociedade moderna:o conhecimento por escrito é verdade.

No domínio de uma parte essencial do desenvolvimento da sociedade burguesa moderna, e especialmente da sua esfera pública, no século 18, constitui- se que a legitimidade na política, economia, e ciências tornaram-se cada vez mais dependentes da capacidade dos atores para documentar os seus direitos e reivindicações.

Seguindo esta concepção, da tradição jurídica do final deste século, a ciência passa a ser legitimada a partir da prova empírica, apoiada por documentos. A qualidade do trabalho científico dependia da documentação que o pesquisador poderia apresentar aos seus colegas e ao público. Os cientistas assim como os acadêmicos, especialmente os historiadores, deveriam mostrar conhecimento positivo verdadeiro, fazendo experimentos controlados e coleta de documentos demonstrando que possuíam comprovação empírica.

A partir desta compreensão positiva, atesta-se que no início do século 20, muitos estudiosos europeus trabalhavam em conjunto para criar ambientes e ferramentas de colaboração internacional, o que criou uma necessidade urgente de ferramentas para localizar trabalhos, encontrar publicações e usar coleções de dados.

Neste contexto, Henri La Fountaine juntamente com Paul Otlet, criaram o Instituto Internacional de Bibliografia e a Classificação Decimal Universal entre outras iniciativas. Com o objetivo prático de fornecer ferramentas úteis para os estudiosos.

A intenção principal de Paul Otlet era a organização da documentação, de uma forma abrangente e prática, com o intuito de conseguir para o trabalhador intelectual o ideal de uma máquina para explorar o tempo e o espaço. Para isto definiu documento como tudo que tem natureza semelhante ao livro, como obras impressas ou manuscritas literárias, brochuras,

artigos de revistas, reportagens, etc..Neste sentido, afirmou a seguinte definição para a Ciência da Bibliografia.

> A Ciência da Bibliografia pode ser definida como a ciência, cujo objeto de estudo, são todas as questões comuns a diferentes tipos de documentosem sua produção, distribuição, estoque, estatística, preservação e uso de documentos bibliográficos; isto é, tudo que lida com edição, economia de impressão, bibliografia e biblioteca. O escopo desta ciência se estende a todos os documentos escritos ou ilustrados que são de natureza semelhante aos livros: obras impressas ou manuscritas literárias, livros, brochuras, artigos de revistas, reportagens. (Otlet apud Lund, 2009, p. 4- 5, tradução Segundo Ortega (2010), pode-se considerar a obra de Paul Otlet, *Traité de Documentation*, como a primeira obra básica sobre a noção de documento em Ciência da Informação.

Neste sentido, para Otlet, livro e documento constituem:

> Suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (Otlet, 1996, p.43). Como o livro, na sua perspectiva, não abarca outros tipos de objetos informacionais, Otlet adota a forma 'livro ou documento', mantendo a primeira palavra, livro, apenas em regime de conservação de usos. (Sagredo Fernández apud Ortega, 2010, p.58).

Sendo assim, na concepção de Otlet (1996) citado por Ortega (2010), aimportância dos livros ou dos documentos, está no fato de armazenarem a memória da humanidade ou o que impressiona a razão do homem, além disso, estes objetos se converteram em um órgão de transporte de ideias.

> [...] os livros constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as ideias, as ações, sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem. Para ele, os livros se converteram, por excelência, nos órgãos da conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transporte de idéias. (Otlet apud Ortega, 2010, p.58).

O termo documento para, Otlet (1996), seria um termo genérico, denominado *biblión*, que cobriria todos os tipos de objetos de informação, como: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes. Nesta abordagem, o autor, afirma que biblión, é "a unidade intelectual e abstrata, que se pode encontrar concreta e realmente, masrevestida de modalidades diversas". "A unidade intelectual seria o pensamento e o livro um meio de produzir utilidades intelectuais". (Otlet apud Ortega, 2010, p.58). Nesta abordagem, a documentação seria a teoria que se ocupa dos problemas colocados por tal produção e uso, devendo responder a

ambos os propósitos.

Esta teoria não se preocupa, portanto, apenas com a extensão do conteúdo do documento, mas também com a atribuição hermenêutica no sentido de buscar meios e métodos que deem conta da mensagem do autor do documento de modo rápido e preciso. Otlet também atenta para o fato de que a atribuição hermenêutica não se refere ao individualismo documental: os documentos isolados devem ser levados à unificação no momento de serem produzidos e compreendidos. (Ortega, 2010, p.59).

Nesta interpretação, de Otlet, existe uma necessidade além da organização de bibliografias, de uma ciência e de uma técnica geral de documentos, denominadapor ele como Bibliologia. Esta ciência incluiria técnicas de conservação, circulação, atualização, catalogação, descrição e análise desses documentos.

No decorrer de seus trabalhos, entre 1905 e 1917, Otlet, abandonou a palavra bibliografia em proveito das palavras documentação e informação. Posteriormente, no Tratado de Documentação, ele fez uso do termo, Documentologia, para designar o campo do conhecimento ao qual ele se dedica. (Ortega, 2010).

Constata-se no âmbito do legado de Otlet, para os estudos contemporâneos em Ciência da Informação, que o autor, em sua época, também enfatizou as possibilidades técnicas de novas mídias para a realização de um livro universal. Este fato foi significativo, para alguns pesquisadores atuais em Ciência da Informação como, Rayward apud Lund (2009), que em seu entendimento, pode-se dizer quePaul Otlet antecipou os princípios do hipertexto digital, dos sistemas hipermídia edas bases de dados, que vieram posteriormente. Além disso, para Rayward apud Lund (2009), Otlet foi um visionário, ao criar a ideia de um modelo de biblioteca que incluiria todos os tipos de documentos, denominada como o '*Mundaneum'*.

Dando continuidade ao trabalho de Paul Otlet, uma das pessoas mais importantes a contribuir com as discussões teóricas sobre os documentos, iniciadas por este autor, foi a documentalista francesa Suzanne Briet. Esta autora, influenciada pela corrente positivista de sua época, inicia seus estudos sobre a documentação, com uma definição de documento como prova, fazendo uso também da definição da União Francesa das Organizações de Documentação. "O documentoé uma prova de apoio de um fato", como a definição oficial da União Francesa das Organizações de Documentação, salientou, "todas as bases de conhecimento materialmente fixado, e capaz de ser usado para estudo, consulta e prova". (Briet, 2006, p.10). Segundo Mostafa (2011),

> [Briet] está vivendo no pós-guerra, abordando a ciência e a cultura nesse contexto de reconstrução e crença na ciência, especialmente na cibernética que está se desenvolvendo nessa época, é natural que ela associe o documento como prova dos fatos científicos. O documento então vai além de papéis, livros ou revistas, podendo ser objeto em circunstancias determinadas, mas o mais importante é que serve de evidência aos fatos científicos. (Mostafa, 2011, p. 14).

Futuramente após críticas apontadas por linguistas e filósofos dos problemas teóricos desta definição, e com a provável influência da semiótica de Charles Sanders Peirce. Briet, reformula esta definição para: "qualquer sinal concreto ou simbólico, preservado ou gravado em direção às extremidades de representar, reconstruir ou de provar um fenômeno físico ou intelectual."

A autora faz uma dupla consideração dos documentos em alguns casos, estes são sinais concretos em outros casos, sinais simbólicos. Como nas questões: É uma estrela um documento? É um animal um documento? Não, mas as fotografias e os catálogos de estrelas e animais são documentos. A principal diferença entre as estrelas e o animal é que estes são objetos concretos não ligados a qualquer sinal específico, enquanto as fotografias e os catálogos se destinam a representar algo.

Briet usa um antílope como exemplo da relação entre documento e o processo de documentação. No qual, quando o antílope é catalogado, o animal concreto torna-se um documento em si. Os objetos concretos são os documentos primários e distingue-se dos documentos que se referem a estes objetos concretos, que são denominados, pela autora, como documentos secundários. Sendo assim, novos documentos são criados como derivados do antílope considerado o documento primário a ser a base para um complexo de documentos, como catálogos, gravações sonoras, monografias, artigos, etc. Estes documentos secundários podem ser considerados como sinais simbólicos que não tem uma ligação direta física com o objeto principal, mas são dependentes da mente subjetivae interpretativa do documentalista.

Para González de Gómez (2011), Suzanne Briet, tem um lugar importante na questão entre a materialidade e imaterialidade da informação e no nascimento do campo teórico da documentação, ao criar insumos que fundamentam sua estrutura.

> [Briet] em sua análise da dupla articulação da produção documentária, conforme a qual os documentos primários científicos, técnicos, administrativos, passam a ser, de modo recorrente, objetos de análise, descrição e categorização catalográfica e classificatória, num novo plano de construção discursivo documentário, que Briet denomina documentação secundária, e que incluiria catálogos, bibliografias, resumos, revisões e seus instrumentos de controle e organização, como os esquemas de classificação, os vocabulários controlados e os tesauros. Mas não só isso: tratar-se-ia, sobretudo, de gerar uma pluralidade de produtos, recursos e serviços que dariam concretude à capacidade produtiva do novo labor intelectual e que

> caracterizaria propriamente o que na Europa denominou- se documentação. (González de Gómez, 2011, p.25).

Segundo Mostafa (2011), a teoria de Suzanne Briet, se difere de duas maneiras importantes da teoria de Paul Otlet, por privilegiar um modelo descentralizado de documentação e por admitir uma diversidade de documentos secundários seguindo os documentos iniciais primários.

Neste sentido, diferentemente de Otlet, em seu projeto universalizante do livro como centro do saber universal, Suzanne Briet irá compreender o documento como um nó em uma rede, precisando de um entorno que o valide como tal. Sendo assim, Briet amplia e ao mesmo tempo restringe a noção de documento. Amplia ao considerar que o antílope na savana é um documento primário e tudo o que se diz dele em qualquer materialidade, passa a ser documento secundário.

Nesta perspectiva, ao mesmo tempo, a autora, também reduz a noção de documento ao contingenciar o documento em situações determinadas. Nem tudo é documento, no sentido secundário, e os documentalistas não vão catalogar ou indexar todos os objetos do mundo. É preciso fazer uma seleção.

Para a Mostafa (2011), Otlet e Briet desempenharam papéis-chave na fundação da comunidade internacional de documentação.

> Segundo Briet, os seres e as coisas podem mostrar sua documentalidade na medida em que são relacionados ou associados a outras e por alguém ou por grupos e instituições. Paul Otlet já havia ampliado a noção de documento como objetos tridimensionais, desde 1928. Ao criar o termo documento e documentação em 1934, ele extrapola a noção de livro como algo fechado em si mesmo. Mas, em 1951, a francesa Suzanne Briet alarga ainda mais a concepção de documento e dá vida nova à documentação original de Otlet, popularizando-a na França. (Mostafa, 2011, p.14).

Para Ortega (2010), as propostas de Otlet e de Briet já enunciavam os aspectos do acesso à informação. Os termos documento e documentação tinham na origem a noção de informação, assim como a de produção de documentos a partir dos documentos originais, relativamente como são compreendidos contemporaneamente. Essas propostas influenciaram a documentação na Europa e no mundo anglo-saxão, para fins desta investigação, avalia-se brevemente, as abordagens dos autores anglo-saxões, especificamente, Michael Buckland e Bernd Frohmann.

Michael Buckland (1991), em seu trabalho informação como coisa, identifica três abordagens sobre informação no âmbito da Ciência da Informação, as relacionadas à

‘informação-como-coisa’, ‘informação-como-conhecimento’ e ‘informação-como-processo’. Sobre estas três abordagens, Buckland, afirma que a abordagem mais pertinente a esta ciência, seria a ‘informação-como-coisa’. A partir da questão sobre ‘o que é informativo?’. O autor sugere abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados ‘informação-como-coisa’ e inverter a abordagem, perguntando às pessoas, sobre o que elas identificam como coisas, a partir das quais, elas podem tornar-se informadas.

Neste sentido, sob influência dos trabalhos de Paul Otlet e Suzanna Briet, Buckland (1991), afirma que podemos resgatar o significado de documento, através dos estudos dos bibliógrafos e documentalistas do movimento da Documentação. Segundo o autor, os teóricos deste movimento estavam preocupados com os problemas de armazenamento e recuperação da informação, no século XX. Desta forma, a solução adotada por este movimento no uso de ‘documento’, definido como,um termo genérico, para indicar qualquer recurso informacional físico. Seria que a documentação, deveria estar preocupada com objetos potencialmente informativos, e nem todos esses objetos seriam documentos no sentido tradicional, neste entendimento, outras fontes seriam informativas como, pessoas, produtos, eventos eobjetos de museu.

Buckland (1991), afirma que Otlet enfatiza a necessidade da inclusão, na definição de documento e documentação, de objetos naturais, artefatos que apontem pistas de atividades humanas, outros objetos ligados a representação de ideias e obras de arte, além de textos.

A partir da ideia de documento desenvolvida por Briet, Buckland, questiona qual seria o termo genérico o suficiente para incluir todas as coisas informativas de que tratamos. Sugere, ‘discurso’, como um termo que melhor indica textos no sentido geral ou artefatos com intenção de representar coisas. Apresenta como possibilidade dividir objetos em: “Artefatos com intenção de constituir discurso (como livros); Artefatos que não tinham esta intenção (como barcos); Objetos que não são artefatos (como os antílopes)”. (Buckland apud Ortega, 2011, p.68).

De outro modo, podemos dizer que se trata, respectivamente, de artefatos que convencionalmente chamamos de documentos, artefatos produzidos com função utilitária ou estética, e seres vivos e elementos da natureza em geral. Buckland menciona também, eventos como objetos informativos, mas se refere a registros destes eventos, e não aos próprios.

Em o que é um documento, Buckland (1997) analisa uma série de definições e constata que a maioria dos autores define os documentos estritamente como objetos aptos para tratamento em uma superfície ampla. Buckland (1997) é a favor de uma definição ampla de

documento, como, qualquer fonte de informações, em forma material, capaz de ser usado para referência ou estudo de uma autoridade.

Neste trabalho, Buckland (1997) também chama a atenção para a visão contemporânea de documentalistas, na qual a ênfase seria colocada na construção social de sentido, na percepção do espectador sobre o significado e no caráter probatório dos documentos.

Esta visão mudaria o foco da materialidade do documento, para a sua função social e as perceptivas de dimensões que remontam à tradição semiótica de objeto como signo. Neste sentido, se a materialidade é a condição final para lidar com a informação, não devemos nos concentrar tanto na forma física, mas, sobretudo na função social e cultural do documento e de como ela é percebida pelas pessoas em diferentes configurações sociais.

Com esta perspectiva, um caminho para um melhor entendimento sobre esta função material e social dos documentos, seria o trabalho de Bernd Frohmann.

Frohmann (2004) ressalta que os estudos contemporâneos em Ciência da Informação, devem muito ao movimento documentalista do final do século XIX e início do século XX, neste sentido, o autor, destaca a importância de recuperar e repensar as profícuas práticas documentárias dos primeiros documentalistas.

Como base de seu trabalho, relacionado às práticas documentárias, Frohmann (2004), fundamenta-se primeiramente nas ideias de L. Wittgenstein (1958, 1969), adaptando o estudo, do significado a partir do uso, às práticas com documentos. Estes estudos formam um conjunto de conceitos fundamentais, utilizado por Frohmann (2004), em sua abordagem filosófica da informação, o autor, tenta superar as abordagens de informação como substância. Entende assim, que o estudo em documentação cobre um terreno maior do que os estudos de informação e propõe o foco sobre práticas documentárias na Ciência da Informação, nesta concepção, uma filosofia da informação estaria subordinada à filosofia dadocumentação.

Neste sentido, González de Gómez (2011, p.31), afirma que para Frohmann (2004), "substituir informação por documento, na pergunta por sua materialidade, não seria desvio, mas um reenvio do perguntar, em direção àquilo que possui, prioridade ontológica, o documento e do qual a informação seria um efeito ouderivação".

Assim como Wittgenstein (1958, 1969), define o significado pelo uso da linguagem, de maneira análoga, para Frohmann (2009a) aquilo que se denomina informação, seria o efeito de práticas documentárias. A informatividade dos documentos resultaria das características de certas práticas de documentar. Frohmann (2004) destaca a prioridade ontológica do documento sobre a informação, de modo que, uma filosofia da informação

deveria estar fundamentada numa filosofia da Documentação. Neste sentido, uma fenomenologia da informação deveria partir daquilo que se mostra ou aparece como informação.

Frohmann cita Nunberg (1996), apesar de para Nunberg (1996), ser impossível uma definição única de informação, uma vez que a noção de informação obtém seu domínio de eficiência justamente na obscuridade de sua definição. Esse caráter incerto constituiria o fenômeno da informação. A pergunta não deveria ser 'o que é' ou 'em que consiste', mas sim, 'qual a autoridade', que provoca a impressão de informação. Para Nunberg (1996 apud Frohmann, 2004), "algumas das principais propriedades que nos levam a pensar a informação como substância (como sua quantificabilidade ou sua divisibilidade), seriam resultantes da 'reificação de vários princípios de interpretação'". (Frohmann, 2004 apud González de Gómez, 2011).

Nossas impressões de estar frente à informação estariam enraizadas na organização material, documentária e institucional, de diversos gêneros informacionais. A concepção moderna de representação e seus desdobramentos reforçariam essa compreensão demonstrativa da informação.

A partir disso, Frohmann (2009a) destaca as quatro principais características das práticas documentárias: sua materialidade, seu pertencimento institucional, o modo como são socialmente disciplinadas, e sua contingencia histórica. "O que daria às informações a possiblidade de permanecer de modo duradouro em "exomemórias" ou infra-estruturas epistêmicas, ganhando "peso e massa" para gerar efeitos, dependeria de sua fixação e estabilização no escopo seletivo e normativodas instituições". (González de Gómez, 2011, p. 33).

Neste sentido, a materialidade configura práticas com os documentos, considerando sua propriedade física, o autor traz como exemplo de restrição imposta pela materialidade dos documentos, "a dificuldade de coordenar reuniões quando membros de uma equipe se baseiam em sua cópia impressa de um mesmo documento da Web, cada qual com sua paginação diferente, assim denunciandouma vantagem mínima da estabilidade tipográfica". (Frohmann, 2009a, p.228)

Nesta propriedade, além da fisicalidade, o autor, lança mão da teoria de Foucault acerca da materialidade dos enunciados, que consistiria em seu caráter recorrente e em sua repetição, suas possibilidades reiteradas de reinscrição e transcrição em plurais domínios discursivos. (González de Gómez, 2011, p.33).

Uma segunda propriedade identificada por Frohmann (2009a) é a relação entre as

práticas documentárias e sua incorporação nas instituições.

> Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quanto elas estão profundamente incorporadas nas instituições. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção, um argumento apresentado por Foucault em sua discussão sobre a importância das instituições para a formação de modalidades enunciativas. (Foucault, 1972 apud Frohmann, 2009a, p.229).

Frohmann (2009) identifica como uma terceira propriedade a disciplina social, enfatizando os treinamentos, ensinos, correção e outras medidas disciplinares.

> Uma terceira propriedade é a disciplina social: práticas documentárias, como muitas outras, exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares; o argumento é reforçado pelo papel do treinamento em diversos jogos de linguagem de Wittgenstein e enfatizado pelo elo de Foucault entre o aparato disciplinar e o campo da documentação. (Foucault, 1979 apud Frohmann, 2009a, p. 229).

O autor identifica ainda, sua quarta propriedade, a historicidade. "Uma quarta propriedade é a historicidade: práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem, tudo isso, sob circunstâncias históricas específicas". (Frohmann, 2009a, p. 229).

Segundo González de Gómez (2011), Frohmann (2004), recorre à teorização de Foucault (1997) acerca da materialidade dos enunciados, o autor desloca as teorias do enunciado de Foucault para o domínio das práticas documentais.

> Materialidade dos enunciados [...] não consistiria tanto em sua singularidade e localização espaço-temporal quanto em seu caráter recorrente e em sua repetição, suas possibilidades reiteradas de reinscrição e transcrição, e mesmo sua permeabilidade através de plurais domínios discursivos. Dessa materialidade do repetível, mais próxima da noção de massa do que de existência física, resultaria o ser-como-objeto dos enunciados, plausível de produção, manipulação, transformação, troca e destruição. O autor vai deslocar, assim, o que diz Foucault sobre os enunciados, para aplicá-los aos documentos, como expressão das práticas institucionais de dar "peso e massa" às suas seleções normativas e prescritivas de categorias e significados. O que Foucault estuda nas sociedades disciplinares, em geral, seria válido também nas escritas padronizadas das ciências. Na releitura de Foucault, materialidade documentária de Frohmann não seria tampouco alheia à objetificação da inteligência que, para Weber, é outra metáfora para os dispositivos informacionais das burocracias. (Frohmann, 2008 apud González de Gómez, 2011, p. 32-33).

Segundo González de Gómez (2011) neste texto, Frohmann (2008) se fundamenta na conceitualização de Foucault (1997) de uma sociedade de controle, caracterizada pela vigência de um poder que já não é essencialmente formativo,mas que é exercido, sempre anônimo de maneira exteriorizada.

Neste sentido, para esta investigação, concorda-se com Frohmann (2004; 2008; 2009a), em sua prioridade de investigar a relação entre os documentos e sua materialidade, a partir da dimensão de ações, interações e relações sociais. Entretanto, por este autor ter como base as teorias de Foucault e pela dificuldade de relação entre estas teorias e a teoria da ação comunicativa de Habermas (2002a), opta-se pelo não aprofundamento teórico da abordagem escolhida por Frohmann (2004; 2008; 2009a).

Sendo assim, no âmbito desta pesquisa, investiga-se a relação entre informação, materialidade e verdade, a partir, das informações provenientes das ações comunicativas, de atores que agem comunicativamente na medida em que atuam para se entenderem e produzem por meio desta ação, aprendizagem. A ênfase nesta abordagem será melhor explicitada no próximo tópico.

INFORMAÇÃO, MATERIALIDADE E AS COMISSÕES DA VERDADE

Nos primeiros capítulos, desta investigação, evidencia-se que um dos principais legados da instauração das Comissões da Verdade investigadas foi proporcionar na esfera pública, o debate e a aprendizagem proveniente desta forma de ação comunicativa. Neste âmbito, as informações e os documentos atuariam como verdades provisórias que se certificariam ou não a partir da força coercitiva dos argumentos, que estão intrínsecos na esfera comunicativa do discurso. A legitimidade destas comissões estaria no fato de serem, para fins pragmáticos,locais aproximadamente ideais de fala.

Neste sentido, com fins elucidativos, para esta investigação, considera-se necessário um maior aprofundamento das relações, a saber: entre informação e verdade; mundo objetivo e realidade; informação, por meio de atos de fala e documentos, e materialidade.

Sendo assim, constata-se que a origem do conhecimento que fundamenta o relatório das Comissões investigadas, está na esfera da ação comunicativa, constituída nos atos de fala do testemunho e no acesso a documentos. Habermas (2009c), em seus estudos teóricos antecessores a teoria da ação comunicativa, descreve a diferença entre as esferas da comunicação, que consistiria: na ação comunicativa e no discurso. E afirma que as informações e as experiências, só agiriam na esfera da ação comunicativa.

> Sob o tópico ação introduzo a área comunicativa em que tacitamente pressupomos e reconhecemos as pretensões de validade implícitas às expressões a fim de trocarmos informações. Sob o tópico discurso introduzoa forma de comunicação caracterizada

> pela argumentação em que pretensões de validade que se tornaram problemáticas são tematizadas e analisadas relativamente à sua legitimidade. Para levarmos a cabo discursos temos, de certo modo, de sair dos contextos da ação e da experiência, aqui não trocamos informações, mas sim argumentos destinados a fundamentarem pretensões de validade problematizadas. (Habermas, 2009c, p.184).

Com isto, evidencia-se que as manifestações caracterizadas como informações e experiências de um mundo da vida, não podem ser asseguradas de outra forma senão pelo discurso. Por esse motivo González de Gómez (2008) afirma que a verdade não é um atributo da informação e cita a dificuldade de se acoplar a compreensão de uma referência transcendente a linguagem e a compreensão da verdade como imanente à linguagem. Segundo González de Gómez (2008), a abordagem sobre o desacoplamento e complementaridade entre informação e argumentos acarretaria nos seguintes problemas:

> Em primeiro lugar, o problema da interdependência e assimetria entre garantias performáticas e garantias argumentativas, o qual se adensa, sob outra figura, em torno do problema da justificação e dos limites da aceitabilidade como critério de verdade. A principal dificuldade seria como acoplar a compreensão de uma referência transcendente a linguagem e a compreensão da verdade como imanente à linguagem, como assertividade ideal. Para Habermas, 'Um enunciado verdadeiro seria aquele que resiste a todas as tentativas de invalidação sob os pressupostos [pleno] pragmáticos dos discursos racionais, ou seja, que pudesse ser justificado numa situação epistêmica ideal'. (González de Gómez, 2008, p.10).

Contudo, a partir da revisão de Habermas de um conceito de verdade epistêmico, para um conceito de verdade pragmático engastado nos dois contextos comunicativos, da ação e do discurso. Pode-se pensar que as evidências e as informações embutidas no mundo da vida compartilhado intersubjetivamente, tem a faculdade de serem consideradas como verdades provisórias para fins pragmáticos.

Sendo assim, no contexto da ação comunicativa, dos atos de fala do testemunho e dos documentos, as informações podem ser consideradas, como verdades provisórias que se validam a partir do procedimento argumentativo, denominado discurso.

> As convicções têm um papel diferente na ação e no discurso, e também 'resistem à prova' de maneiras distintas em ambos os contextos. Na práxis, o pré-reflexivo 'chegar a bom termo com o mundo' decide se as convicções 'funcionam' ou se caem no sorvedouro da problematização, enquanto na argumentação são apenas razões que revelam se pretensões de validade controversas merecem ou não um reconhecimento racionalmente motivado. Por certo, é apenas nesse nível reflexivo que se põe a questão acerca da conexão interna entre justificação e verdade; mas uma resposta a isso só é permitida pela interação entre ações e discursos. [...] Apenas o entrelaçamento dos dois diferentes papéis pragmáticos que o conceito de verdade bifronte desempenha em contextos de ação e discurso pode explicar por que uma justificação bem-sucedida em nosso contexto leva a pensar que uma opinião

> justificada é verdadeira independentemente docontexto. Tal como de um lado, o conceito de verdade permite traduzir as abaladas certezas de ação em enunciados problematizados, assim também manter a orientação pela verdade permite, de outro, retraduzir asserções discursivamente justificadas em certezas de ação restabelecidas.(Habermas, 2004b, p. 258-259).

Segundo Habermas (2007a), esta abordagem dupla da verdade ocorre devido a todos os discursos estarem inseridos no mundo da vida. “Uma vez que os discursos permanecem enraizados no mundo da vida, existe um nexo interno entre os dois papéis que a ideia da orientação pela verdade assume aqui e lá – nasfiguras de certezas de ação e em pretensões de validade hipotéticas”. (Habermas,2007a, p.43-44).

Além disso, a característica dupla da verdade, a partir da suposição de um mundo objetivo comum, é ampliada pelo reconhecimento de um público, ou nesta investigação, pelo reconhecimento da esfera pública.

> A suposição de um mundo comum de objetos existentes independentemente dos quais podemos predicar fatos é completada com o auxílio da ideia de verdade como característica “não desperdiçável” dessas asserções. No entanto, se as asserções falíveis não puderem serconfrontadas diretamente com o mundo, necessitando, para sua fundamentação ou refutação, de outras afirmações e se, além disso, não houver nenhuma base de afirmações pura e simplesmente evidentes, isto é,credenciadas por si mesmas, então o único caminho para examinar pretensões de verdade passa a ser o discursivo. Em decorrência disso, a relação bipartida da validade de asserções é ampliada passando a ser uma relação tripartida de validade que afirmações têm “para nós”. Sua verdade precisa ser reconhecível por um público. (Habermas, 2007a, p. 54).

A partir destas ponderações, constata-se que as comissões da verdade se constituem como lócus de um inter-relacionamento entre a esfera comunicativa da ação, na qual atuaria as informações e as evidências do mundo da vida e do discurso, aonde a validação da verdade é proveniente das razões e dos argumentos.Contudo, é importante uma consideração, atenta-se que o processo de verdade não se fecha no âmbito das Comissões, mas, se caracteriza como umadinâmica constante no contexto da Esfera Pública, que, segundo Habermas (2003c), é o local, no qual, as pessoas privadas se reúnem em público e produzemdeliberações sobre assuntos comuns, ou uma arena institucionalizada de interaçãodiscursiva, independente do Estado. Neste sentido, corrobora-se com a intuição da possibilidade de falibilidade das nossas afirmações, mesmo a partir dos discursos.

> Na qualidade de espíritos finitos, não podemos prever a modificação de condições epistêmicas e por isso não podemos excluir a possiblidade deque uma afirmação, por mais que esteja justificada idealmente, possa vir a ser desmascarada como falsa. Entretanto, mesmo que se leve em conta taisobjeções contra uma versão epistêmica do conceito de verdade, a ideia de um processo de argumentação, possivelmente

> inclusivo e retomável a qualquer momento, continua desempenhando uma função importante paraa explicação da "aceitabilidade racional" – mesmo que não seja mais da "verdade". Porquanto nós, seres falíveis e situados no mundo da vida, não possuímos outro caminho para nos certificarmos da verdade que não seja o do discurso que é, ao mesmo tempo, racional e aberto ao futuro. (Habermas, 2007a, p. 54-55).

Sendo assim, nesta investigação, pode-se considerar que as informações provenientes da ação comunicativa são verdades provisórias, necessárias aos fins pragmáticos do mundo da vida, no qual se insere as Comissões da Verdade, assim como os relatórios, que apesar de se basearem numa esfera argumentativa, são passíveis de falha no confronto com o mundo objetivo e assim transformam-se também em verdades provisórias numa dinâmica constante.

Nesta perspectiva, no domínio da investigação, procura-se relacionar as ações informativas, inseridas nas comissões a partir dos testemunhos e dos documentos, como uma verdade provisória, que mantém sua relação com o mundo objetivo por suas evidências. Não existiria possibilidade do discurso a respeito das violações se as certezas quanto aos fatos não fossem defendidas.

> No mundo da vida, os agentes dependem das certezas de ação. Aqui eles tem de chegar a um bom termo com um mundo suposto como objetivo e,por isso, operar com a distinção entre crença e saber. Há a necessidade prática de confiar intuitivamente no tido-por-verdadeiro de maneira incondicional. No nível discursivo, essa modalidade do ter-por-verdadeiro se reflete nas conotações de pretensões de verdade que apontam para além do contexto de justificação dado a cada vez e levam à suposição de condições ideais de justificação com a consequente descentração da comunidade de justificação. Por esse motivo, o processo de justificação pode se orientar por uma verdade que, por certo, transcende a justificação, mas é sempre já operativamente eficaz na ação. A função da validade dos enunciados na práxis cotidiana explica porque o fato de resgatar discursivamente pretensões de validade pode ao mesmo tempo ser interpretado como a satisfação de uma necessidade pragmática de justificação. Todavia, essa necessidade de justificação, que põe em andamento a transformação de certezas de ação abaladas em pretensões de validade problematizadas, só pode ser satisfeita por uma retradução de opiniões discursivamente justificadas em verdades que orientam a ação." (Habermas, 2004b, p. 259-260).

Configura-se que a autoridade dos atos de fala do testemunho e dos documentos, nestas comissões, teria ligação com uma referência a uma realidade, que seria relacionada ao sofrimento produzido pelas violações de direitos humanos, causadas pelos regimes ditatoriais durante seus períodos de vigência. Porém, estas violações como mostram os testemunhos das vítimas, são sofrimentos inseridos em um mundo das coisas ou em um mundo objetivo. Como mostra Cuya (2011) citando o sofrimento de uma mãe vítima do desaparecimento do filho.

> Para quem não sofreu a perda de um ente querido no contexto da violência interna, é impossível captar a profundidade da dor e o trauma que esse fato significa. A dor se agrava quando, além do sequestro, a tortura ou o assassinato, a vítima é mantida no escandoloso estado de desaparecido. 'Eu quero morrer em paz, mas enquanto não souber o destino de minhas filhas desaparecidas, enquanto não encontrar a verdade sobre o que aconteceu com elas, jamais poderei morrer em paz', me disse uma das mães da Praça de Maio em novembro de 1988, em Buenos Aires. (Cuya, 2011, p.49).

Esta relação entre as informações, ou verdades provisórias, a referência e a realidade no âmbito das situações traumáticas das ditaduras do Cone Sul, também pode ser constatada na afirmação de Brito (2009). Na qual a autora relata a relação entre a verdade e a reintegração social a partir do reconhecimento pelo Estado dos sofrimentos das vítimas.

> Existem vários argumentos que dizem que a revelação da verdade preenche uma necessidade social de confirmar oficialmente aquilo que foi durante muito tempo negado; que a 'verdade' reintegra as vítimas na sociedade, através do reconhecimento dos seus sofrimentos e oferecendo uma forma de justiça distributiva ou social, contribuindo com recursos não convencionais para promover a conscientização social, a memória coletiva, a solidariedade e a superação da baixa autoestima. [...] A verdade também tem sido vista como uma forma de 'justiça como reconhecimento' ou 'justiça compensatória', que restabelece o sentido de justiça outrora quebrado. As comissões de verdade oficiais também já têm sido valorizadas como peças centrais nos 'processos de refundação histórica' quando existe uma ruptura simbólica e moral com um passado obscuro. Elas podem contribuir para 'estabelecer um consenso sobre os limites do intolerável'. (Brito, 2009, p.77).

Esses sofrimentos não estão inseridos na linguagem, mas em um mundo objetivo, que tem prioridade ontológica ao discurso, porém só tem-se acesso a este mundo e pode-se certificar desta realidade relatada pelas vítimas, a partir dos fatos que estão inseridos na linguagem. Esta relação entre os conceitos de mundo objetivo e realidade merece maior atenção, conforme Habermas (2007a) afirma: "A ideia cosmológica da unidade do mundo ramifica-se, de um lado, na suposição pragmática de um mundo objetivo tido como uma totalidade dos objetos e, de outro lado, na orientação por uma realidade concebida como totalidade dos fatos". (Habermas, 2007a, p.45).

> Certamente, real é tudo o que é o caso e que pode ser representado em enunciados verdadeiros. Mas a facticidade das limitações em que nos esfregamos no trato tanto cotidiano como experimental manifesta a resistência dos objetos a que nos referimos quando afirmamos fatos sobre eles. Por isso, supomos o mundo objetivo como sistema para referências possíveis – como o conjunto de objetos, não de fatos. (Habermas, 2004b, p.35).

As informações materializadas em documentos são os objetos, que pode-se referir, assim como, o sofrimento das vítimas, que estão no mundo objetivo, por produzir efeitos

físicos em suas vítimas, no entanto, estas referências do mundo objetivo, apesar, de sua prioridade ontológica, só tem-se acesso a elas, por meio da linguagem.

> A "referência a um mundo" de uma linguagem diferenciada em termos proposicionais, a qual preenche funções de representação, obriga os sujeitos providos de faculdade de falar e agir a esboçar um sistema comum de objetos de referência existentes independentemente, sobre os quais eles formam opiniões e sobre os quais eles podem influir intencionalmente. A suposição pragmático-formal de um mundo engendra certos guardadoresde lugar para objetos, aos quais os sujeitos falantes e agentes podemreferir-se.
> Todavia, a gramática não pode "impor leis" à natureza. Um "esboço transcendental" mitigado supõe que a natureza "vem ao nosso encontro". Por conseguinte, na dimensão vertical da referência a um mundo, a idealização consiste na antecipação da totalidade das possíveis referências. Ao passo que na dimensão horizontal das relações que os sujeitos estabelecem entre si, a suposição da racionalidade efetuada reciprocamente significa, basicamente, o que eles esperam uns dos outros. O entendimento e a coordenação comunicativa da ação implicam uma dupla faculdade dos atores, a saber: a de que eles podem, apoiados em argumentos, posicionar-se quanto às pretensões de validade, criticáveis, e orientar-se, em seu próprio agir, por pretensões de validade. (Habermas, 2007a, p.52).

Neste sentido, quando em uma comunicação recíproca, sujeitos providos da competência de falar e de agir entendem-se sobre algo no trato prático, partem da suposição pragmática da existência de um mundo objetivo.

> A partir do momento em que, em uma comunicação recíproca, sujeitos providos da faculdade de falar e de agir desejam entender-se "sobre algo" ou pretendem arranjar-se "com algo" no trato prático, têm de poder "referir- se", a partir do horizonte de seu respectivo mundo da vida compartilhado, "a algo" no mundo objetivo. Para poder referir-se a algo, seja na comunicação sobre estados de coisas ou no trato prático com pessoas e objetos, eles têm de tomar como ponto de partida uma pressuposição pragmática – cada um para si, porém em consonância com todos os outros. Eles supõem "o mundo" como uma totalidade dos objetos que existem independentemente, os quais podem ser manipulados e examinados. São examináveis todos os objetos dos quais é possível afirmar fatos. Convém lembrar que somente objetos identificáveis no espaço e no tempo podem ser "tratados" no sentidode uma manipulação teleológica. (Habermas, 2007a, p. 39).

A partir desta noção sobre a suposição de um mundo objetivo, como pano de fundo, de nossas interações comunicativas, pode-se abordar a relação entre os documentos e os atos de fala do testemunho e sua materialidade.

Neste âmbito, constata-se que uma das interpretações das informações materializadas em documentos, seria a relacionada aos atos de documentos como atos de fala, Smith (2010, p.1) "A Teoria de atos de documentos é uma extensão da teoria mais tradicional de atos de fala desenvolvidas por Austin e Searle. Ela é projetada para demonstrar como os documentos podem ser utilizados para produzir uma variedade de efeitos [no mundo social]".

Habermas apud González de Gómez (2009b, p.119) diferencia nos atos de fala uma

instância simbólica, a significação, e uma instância material, nestes atos se estabelecem metas ilocucionárias comuns entre os participantes (ego e alter), metas que só podem se estabelecer por meio dos usos comunicativos da linguagem.

> Tais atos de fala são, porém, eles mesmos dotados de materialidade: pertencem ao mundo objetivo, seja enquanto emissões num médium físico ou energético sejam enquanto dão ancoragem tempo-espacial a convenções institucionais – como categorias, classificações e padrões -, tendo efeitos, nos dois casos, e tal como outras formas de intervenção instrumental, sobre o mundo objetivo. (González de Gómez, 2009b, p.119).

Os atos de fala estão no mundo objetivo devido sua capacidade de formar efeitos perlocucionários.

> Na medida em que pretendem se entender um com outro sobre alguma coisa, suas metas ilocucionárias se encontram além do mundo objetivo no qual podem, como atores observadores, intervir por meio de uma atividade orientada a fins. Entretanto, como eventos localizáveis no tempo e no espaço, os atos de fala pertencem simultaneamente ao mundo objetivo, no qual também podem, a exemplo de todas as ações teleológicas, ocasionar algo, a saber, efeitos perlocucionários. (Habermas, 2004, p. 108 apud González De Gómez, 2009b, p. 119).

Neste sentido, as informações, dos atos de fala e dos documentos, no domínio das comissões da verdade se materializam ao serem postas na açãocomunicativa e ao se validarem intersubjetivamente através do discurso, e por meio desta validação, proporcionarem mudanças no mundo, como, na aprendizagem coletiva, na busca de uma verdade que amenize o sofrimento das vítimas.

A partir desta perspectiva, na qual, as informações dos atos de fala do testemunho e dos documentos, se materializam, ao produzirem efeitos no mundo. E constatando-se que estes efeitos geram aprendizagem, no âmbito destas comissões e da esfera pública. Surge a questão de como estes conhecimentos gerados por meio destas comissões e baseado nos atos de fala dos testemunhos e dos documentos, se formam e se validam sem deixar de fazer jus à possibilidade de falibilidade. Estes questionamentos serão avaliados no capítulo posterior.

VALIDAÇÃO A PARTIR DO DISCURSO

Neste capítulo, procura-se introduzir uma noção mais aprofundada da teoria de Habermas no tocante ao processo de aprendizagem, tendo em vista, que este processo está

ligado a uma validação intersubjetiva de atores sociais que agem comunicativamente, faz-se necessário o entendimento a respeito dos processos de validação nas esferas, denominadas por Habermas, como comunicativa e do discurso. Esta noção é importante também para um melhor esclarecimento da relação entre mundo objetivo e realidade, na qual, se insere a questão da materialização da informação. E neste sentido, também o tema da relação entre informação e verdade.

Sendo assim, destaca-se conforme Bannell, que um dos principais objetivos de Habermas em sua filosofia é pensar uma forma de superar o paradigma da consciência, por meio de um paradigma da intersubjetividade, desenvolvido após a virada linguística, na filosofia contemporânea.

> Um dos objetivos principais do pensamento de Habermas consiste na superação da filosofia da consciência – a tradição da filosofia ocidental que vai de Descartes a Kant – e na inserção do paradigma da intersubjetividade, desenvolvido a partir da chamada virada linguística, na filosofia contemporânea. (Bannell, 2009, p.70).

Neste sentido, Habermas fundamenta-se em duas tradições filosóficas, a da linguagem anglo-americana, inaugurada por Frege, a saber: representada no ramo da semântica formal por Carnap, o primeiro Wittgenstein e Dummett; e na parte da teoria pragmática do significado, pelo segundo Wittgenstein, Austin e Searle. E a tradição indicada por Bannell, como, tradição Hamann-Herder-Humboldt.

> Habermas fundamenta suas análises da racionalidade e da cognição nas tradições da filosofia da linguagem de Hamann-Herder-Humboldt e na versão pragmática da tradição anglo americana, inaugurada por Frege, e ramificada em duas vertentes da semântica formal, de Carnap, do primeiro Wittgenstein e de Dummett; e por outro lado, a vertente, a partir da teoria pragmática do significado, presente no segundo Wittgenstein e desenvolvida por Austin e Searle. (Bannell, 2009, p.70).

O paradigma da linguagem de Habermas está centrado em estruturas de intersubjetividade linguística que formam uma dimensão na qual, sujeitos que agem podem alcançar um acordo racional. Segundo Habermas citado por Bannell, esse novo paradigma

> permite a reformulação do modelo transcendental de tal maneira que se torna desnecessário acrescentar um sujeito transcendental ao sistema de condições, categorias e regras estabelecidas pela teoria linguística. (Habermas, 1978, p.377 apud Bannell, 2009, p.71).

Ao substituir a subjetividade transcendental da consciência pela intersubjetividade destranscendentalizada de um mundo da vida compartilhado. Habermas destranscendentaliza

a racionalidade, concebida como “a disposição de sujeitos que falam e agem para adquirir e usar conhecimento falível” (Habermas, 1987 apud Bannell, 2009, p.71).

Nesse sentido, a razão passa a ser uma propriedade de atores que agem no mundo da vida compartilhado intersubjetivamente.

> Os sujeitos que agem comunicativamente estão dispensados do trabalho de síntese formadora do mundo. Eles se encontram no contexto de um mundo da vida que torna possíveis suas ações comunicativas e que se mantém a si mesmo através dos meios de processos de entendimento. (Lima, 2009, p.42).

Segundo Bannell a racionalidade nessa concepção destranscendentalizada é essencialmente linguística, em sua estrutura e funcionamento e se manifesta no agir comunicativo que se estabelece entre sujeitos. No entanto, o autor, ressalta que a partir das novas interpretações de Habermas, destaca-se outros tipos de racionalidade.

> Essa diferenciação da relação entre racionalidade e comunicação, introduzida recentemente por Habermas, é importante porque a racionalidade epistêmica, necessária para a formulação de conhecimento empírico, não depende, necessariamente, do uso comunicativo da linguagem. (Habermas, 2004, apud Bannell, 2009, p.71).

Contudo, a racionalidade discursiva tem um efeito integrador entre as racionalidades comunicativa, epistêmica e teleológica.

> [...] a racionalidade discursiva cria uma correlação entre as estruturas ramificadas da racionalidade do saber, do agir e da fala ao concatenar as raízes, proposicionais, teleológicas e comunicativas. Nesse modelo de estruturas nucleares engrenadas umas nas outras, a racionalidade discursiva deve seu privilégio não a uma operação fundadora, mas a uma operação integradora. Sendo uma forma reflexiva de agir comunicativo, a racionalidade corporificada no discurso sobrepõe-se à racionalidade comunicativa encarnada nas ações cotidianas. (Habermas, 2004 apud Lima, 2009, p.42).

Segundo Bannell, Habermas baseado na tradição Hamann-Herder-Humboldt. Reformula o paradigma de Kant, porque neste paradigma, a linguagem não tem papel constitutivo nem no âmbito da teoria nem no da prática. Para Kant, “A mente pode enxergar através do meio transparente da linguagem como se fosse um vidro transparente.” (Habermas, 2003 apud Bannell, 2009, p.72).

Nesta perspectiva, segundo Bannell (2009), Hamann, foi o primeiro filósofo que ao contrário de Kant, mostrou que a linguagem é, sim, constitutiva para o pensamento. Por isso, ele substitui a consciência enquanto base constitutiva do conhecimento e faz com que a

linguagem entre no lugar ocupado pelo sujeitotranscendental.

Essa ideia, criada no século XIX por Herder e Humboldt, foi desenvolvida na tradição analítica representada por Frege e sistematicamente na filosofia hermenêutica de Heidegger e Gadamer, no século XX, bem como na pragmática da linguagem do segundo Wittgenstein. Entretanto, estas abordagens cometeram uma falácia abstrativa, ignoraram os aspectos pragmáticos do diálogo que para Humboldtseria o local da razão comunicativa.

> A mudança de paradigma, da filosofia mentalista para a linguística, realizou-se de duas maneiras bastante diferentes, mas complementares. Elas abordam a linguagem segundo aspectos opostos. Ao passo que Frege e a tradição analítica em geral se interessam antes de tudo pela função representativa da linguagem e pela estrutura propositiva de sentenças afirmativas simples, enfocando assim a relação entre a sentença e o fato, Heidegger e os filósofos hermeneutas analisam a função por meio da qual a linguagem comum revela o mundo e procuram encontrar as visões de mundo inscritas nas características gramaticais da linguagem. Os dois partidos usam meios diferentes: os instrumentos da análise lógica, de um lado, e o método da linguística de conteúdo, de outro. Apesar disso, ambos – tanto a abordagem elementarista da semântica da forma quanto à abordagem holística da semântica do conteúdo – cometem a mesma falácia abstrativa: desconsideram os aspectos pragmáticos do diálogo, que, para Humboldt, constituíam o próprio lugar da racionalidade comunicativa. (Habermas, 2004b, p.52).

Com isso, Habermas fundamenta-se na intuição de Humboldt de que no processo de comunicação linguística está em ação uma força sintética capaz de estabelecer uma unidade na multiplicidade, através de um novo caminho que não seja mais pelo conceito construtivista de síntese de Kant, mas, pelo meio pacífico dodiálogo.

Sendo assim, no lugar da perspectiva fundadora de unidade, na qual, osujeito aplica de um lado, os processos sensitivos, e do outro as experiênciasvividas, fazendo uso do "eu penso" da apercepção transcendental. Põe-se a diferença entre as perspectivas, a partir das quais, os participantes da comunicação chegam a um entendimento entre si, sobre algo no mundo. Essas perspectivas de falantes e ouvintes não confluem mais no centro de uma subjetividade centrada emsi mesma; elas se entrelaçam no centro da linguagem.

Nessa abordagem, a linguagem constitui uma totalidade constituída de um sistema de regras gramaticais e de fala. A própria linguagem é destituída de sujeito, entretanto, torna possível a prática da linguagem entre os sujeitos que pertencem a uma comunidade linguística, por meio da qual se mantém como sistema de linguagem e se renova. O interesse de Humboldt, segundo Habermas (2002b), estaria nesta força que estabelece a unidade a partir da diferença entre as perspectivas a partir das quais os participantes de uma comunicação chegam a um entendimento entre si sobre a mesma coisa.

> O interesse de Humboldt dirige-se principalmente para um fenômeno: no processo de comunicação linguística está em ação uma força sintéticacapaz de estabelecer a unidade na multiplicidade, porém, através de um novo caminho, que não é mais o da subsunção da variedade sob uma regra geral. [...]. Humboldt substitui o conceito construtivista de síntese através do conceito da união pacífica no diálogo. No lugar da perspectiva fundadora de unidade – que o sujeito produtor aplica, de um lado, ao material da sensação, fazendo uso de suas categorias e formas de contemplação e, de outro lado, à corrente das próprias experiências vivenciais, fazendo uso do "eu penso" da apercepção transcendental – põe-se a diferença entre as perspectivas a partir das quais os participantes da comunicação chegam a um entendimento entre si sobre a mesma coisa. Essas perspectivas de falantes e ouvintes não confluem mais no centro de uma subjetividadecentrada em si mesma; elas se entrelaçam no centro da linguagem, o qual é caracterizado por Humboldt como o "diálogo que troca realmente ideias e sensações". Nele se atualiza de modo sempre renovado "o dualismo inalterável" de fala e objeção, pergunta, resposta e réplica. A menor unidadeanalítica reside, pois, na relação entre a ação de fala de Ego e a tomada de posição de Alter. (Habermas, 2002b, p.196-197).

Nesse sentido, segundo Bannell (2009), Habermas incorpora a ideia da linguagem como constitutiva do pensamento à sua teoria, formalizando assim uma destranscendentalização da razão. Com isso, além de situar a racionalidade na história natural e social dos seres humanos, também a situa dentro de uma pluralidade de linguagens naturais. A partir disso, constata-se que a unidade da razão não pode mais ser garantida por um sujeito transcendental, situado fora do mundo, mas por algo intramundano.

Contudo, por maior que seja a inserção da razão no mundo, ela não pode se reduzir às linguagens naturais, para não perder uma base normativa independente dos aspectos empíricos, semânticos e pragmáticos, das línguas naturais. Sendo assim, a redução da razão às linguagens naturais remeteria ao relativismo proveniente da Hermenêutica, se existe uma pluralidade de linguagens naturais existe uma pluralidade de maneiras de se relacionar com o mundo. E também a incomensurabilidade da gramática das linguagens naturais, nas formas de vida, de Wittgenstein. Por isso, Habermas substitui a lógica formal pela argumentação, que constitui uma lógica informal fundamentada numa estrutura universal e pragmática da linguagem.

A partir daí, é possível identificar que "a estrutura da fala é, ao mesmo tempo, transcendental e empírica, ou seja: ela continua sendo, de um lado, condição da possibilidade de cognição. Entretanto, ela também se insere em estruturas e mecanismos empíricos da linguagem." (Bannell, 2009, p.73).

Sendo assim, pode-se afirmar que o processo de aprendizagem está nomundo da vida a partir do uso da linguagem por atores sociais, e também que se mantém pela característica transcendental da linguagem, em sua capacidade de produzir cognição. Conforme Siebeneichler, a racionalidade está na utilização do saber por parte de sujeitos providos de

competência linguística.

> O conceito de racionalidade adotado na teoria do agir comunicativo tem a ver, acima de tudo, com formas de aquisição e utilização do saber por parte de sujeitos providos de competência comunicativa. Mesmo assim, e apesar das inúmeras ressalvas, ele é suficientemente amplo e geral, porque reconstruído a partir de pretensões de validade de cunho universalista, cujo critério é a criticabilidade. (Siebeneichler, 2012, v. 1, p. XI-XII).

Nesse sentido, o processo de aprendizagem social está no uso da linguagem por atores sociais em um mundo da vida compartilhado. Sendo assim, usar alinguagem significa avançar pretensões de validade que devem poder serjustificadas, por meio de argumentos ou discursivamente. Por isso, ao lado de uma teoria discursiva da verdade, Habermas elabora uma pragmática universal cujopapel é expor as condições de comunicação.

A função de uma pragmática universal é identificar e reconstruir condições universais de possível compreensão mútua ou pressupostos gerais de uma ação comunicativa, com o objetivo de se conseguir entendimento. "Ao agirmos comunicativamente, sempre apresentamos pretensões de validade universais e supomos que estas pretensões possam ser defendidas." (Habermas, 1996, p.12). Nesse sentido, Habermas afirma que "A pragmática formal engata-se na teoria da ação através do conceito de um entendimento dirigido por pretensões de validez" (Habermas, 2002b, p.128).

Tais pretensões de validade foram apresentadas por Habermas em sua primeira teoria da verdade:

> Quero defender a concepção segundo a qual existem no mínimo quatro classes de pretensões de validade que partilham uma origem comum, e que estas quatro, a saber: compreensibilidade, verdade, correção e sinceridade, apresentam um nexo que podemos designar por racionalidade. (Habermas, 2009a, p.190).

O autor segue e indica como estas pretensões são defendidas e rejeitadas, considerando-se um consenso de fundo. Este consenso está relacionado ao reconhecimento recíproco de pelo menos quatro pretensões de validade que sujeitos competentes linguisticamente devem fazer valer a partir de seus atos de fala, a saber: a compreensibilidade da expressão, a verdade da proposição, a correção do seu componente performativo e a sinceridade de sua intenção. Neste sentido, uma comunicação que visa o entendimento decorre sem interferências, apenas se houveresse consenso de fundo entre os sujeitos falantes. Estes sujeitos são obrigados a:

> Tornarem compreensível o sentido pragmático da relação interpessoal, [...] assim como o sentido do conteúdo proposicional da sua expressão; Reconhecerem a verdade do enunciado feito com o ato de fala [...]; Reconhecerem a correção da norma, que o respectivo ato de fala executado é tido como cumprindo; Não puserem em causa a sinceridade dos sujeitos envolvidos; [...], estas quatro pretensões de validade apenas se tornam temáticas se o funcionamento de um jogo de linguagem for perturbado e o consenso de fundo for abalado. (Habermas, 2009a, p. 191).

Estas pretensões de validade estão engastadas na comunicação cotidiana no âmbito do mundo da vida compartilhado intersubjetivamente por atores que agem visando um entendimento. Habermas identifica duas esferas nesta comunicação, a esfera da ação e do discurso. No próximo tópico, trata-se da validação da informação nestas esferas comunicativas.

VALIDEZ DA INFORMAÇÃO A PARTIR DA AÇÃO E DO DISCURSO

As ações comunicativas ocorrem no contexto do mundo da vida, e configuram-se como interações onde sujeitos visando o entendimento, atuam comunicativamente de forma ingênua.

> Os sujeitos que agem comunicativamente estão dispensados do trabalho de síntese formadora do mundo. Eles se encontram no contexto de um mundo da vida que torna possíveis suas ações comunicativas e que se mantém a si mesmo através do meio de processos de entendimento. As evidências pressupostas, como pano de fundo do agir comunicativo, formam uma totalidade que o acompanha de modo implícito e pré-reflexivo, e que se decompõe no instante de sua tematização. (Lima, 2009, p. 43).

Habermas (2003a) chama de ação comunicativa aqueles atos comunicativos nos quais os participantes aceitam ingenuamente, sem discussão, pretensões de validade que formam o consenso básico.

Nas ações comunicativas normais, existe um consenso fático, realizamos jogos de linguagem e trocamos informações e opiniões sobre os três mundos, o objetivo, o social e o subjetivo, pressupondo ingenuamente a validade dos proferimentos.

> O agir comunicativo depende de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e no mundo objetivo; mesmo que no ato de sua manifestação ele consiga enfatizar respectivamente apenas um dos três componentes. Os falantes e ouvintes utilizam o sistema de referência dos três mundos como uma moldura no

> interior da qual tecem e interpretam definições comuns relativas à situação de sua ação. Nesse sistema de referência, eles não se referem diretamente a algo no mundo, mas relativizam suas próprias exteriorizações tendo em vista a possibilidade de que outro ator venha a contestar a validade delas. (Habermas, 2012, p.221).

Esta troca de informações cessa no momento em que passamos ao discurso. Pois, colocamos em dúvida as pretensões de validade das opiniões. Isto acontece através da discussão e da apresentação de argumentos, que procuram superar a situação na qual, as pretensões de validade são negadas decididamente, ou seja, na qual as pretensões de validade ingênuas tornaram-se problemáticas.

> Chamo comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validez. No caso de processos de entendimento mútuo lingüísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros, sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente, pretensões de verdade, de correção e de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo, enquanto totalidade dos estados de coisas existentes, a algo no mundo social comum, enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social ou a algo no mundo subjetivo próprio, enquanto totalidade das vivencias a que tem acesso privilegiado. No agir comunicativo um ator é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita. (Habermas, 2003a, p. 79).

Enquanto atores falam e trocam entre si atos de fala ou realizam jogos de linguagem, eles necessitam de apoiar-se necessariamente num consenso que serve como pano de fundo para a sua ação comunicativa. Este consenso explicita-se através do reconhecimento recíproco, antecipado, de pelo menos quatro pretensões de validez, que os falantes anunciam de lado a lado, que correspondem a quatro classes de atos de fala dotados do caráter de universais pragmáticos.

Podemos assim, definir como Siebeneichler (2003, p.97) as quatro pretensões de validez, a saber: a *Pretensão de Inteligibilidade* ou pretensão de compreensão da mensagem contida nos proferimentos comunicativos; a *Pretensão de verdade* do conteúdo proposicional da mensagem, seria a dos proferimentos cognitivos referentes ao mundo objetivo, que realizamos através de atos de fala constatativos; a *Pretensão de correção* ou de justeza do conteúdo normativo e valorativo damensagem, isto é, dos proferimentos referentes ao mundo social, que se dão através de atos de fala regulativos e valorativos; a *Pretensão de sinceridade* e autenticidade manifestada em proferimentos referentes ao mundo subjetivo e que sedão através de atos de fala expressivos.

A partir disso, pode-se constatar que um falante motiva racionalmente um ouvinte, não pela validade do que é dito, mas sim, pelas garantias assumidas pelo falante, tendo um

efeito de coordenação, de que se esforçará se necessário para resgatar as pretensões erguidas. Sua garantia, o falante pode resgatá-la, no caso de pretensões de verdade e correção, discursivamente, isto é aduzindo a razões; no caso de pretensões de sinceridade, pela consistência de seu comportamento. Tão logo o ouvinte confie na garantia oferecida pelo falante, entram em vigor as obrigações relevantes para a sequência da interação que estão contidas no significado que foi dito.

Assim, no caso de ordens e instruções, as obrigações de agir valem primeiramente para o destinatário; no caso de promessas e declarações para o falante; no caso de acordos e contratos, simetricamente para os dois lados; no caso de recomendações e advertências com teor normativo, assimetricamente para os dois lados. Conforme descrito por Habermas:

> Se explicitarmos [...] as estruturas do agir orientado para o entendimento mútuo sob os pontos de vista de (a) e (f), reconheceremos as opções de que dispõe um locutor competente, segundo essa análise. Ele tem, em princípio, a possibilidade de escolher entre os modos cognitivo, interativo e expressivo do uso linguístico e entre classes correspondentes de atos de fala constatativos, regulativos e representativos para se concentrar seja em questões de verdade, seja em questões de justiça, seja em questões do gosto ou, antes, da expressão pessoal, considerando-as sob o aspecto de uma pretensão de validez universal. (Habermas, 2003a, p.168).

Cabe aqui, uma explanação melhor dos atos de fala, a saber:

- Os atos de fala regulativos revelam as obrigações entre falante e ouvinte em uma comunicação para a sequência da interação.
- Os atos de fala constatativos resultam de obrigações apenas na medida em que falante e ouvinte se põem de acordo para apoiar seu agir em interpretações da situação que não contradigam os enunciados aceitos em cada caso como verdadeiros.
- Aos atos de fala expressivos, seguem-se imediatamente obrigações de agirna medida em que o falante especifica aquilo com que seu comportamento não está ou não caíra em contradição. Pela base da validez da comunicação ser o entendimento mútuo, um falante pode ao assumir a garantia de resgatar uma pretensão de validez criticável, mover um ouvinte à aceitação de sua oferta de atode fala e assim alcançar para o prosseguimento da interação um efeito de acoplagem assegurando a adesão.

No âmbito da ação comunicativa é necessário o entendimento de outros dois conceitos coordenadores da ação que influenciam em sua validade. É necessário saber se a linguagem natural é utilizada apenas com o fim de transmissão de informação, agir estratégico, ou se é utilizada como fonte de integração social, agir comunicativo.

> Os tipos de interação distinguem-se de acordo com o mecanismo de coordenação da ação. É preciso saber se a linguagem natural é usada apenas como meio para a transmissão de informações ou também como fonte de integração social. O primeiro caso é um agir estratégico; e osegundo, um agir comunicativo. No segundo caso, a força consensual do entendimento linguístico, isto é, as energias de ligação da próprialinguagem, tornam-se efetivas para a coordenação das ações, ao passo queno primeiro caso o efeito de coordenação depende da influência dos atores uns sobre os outros e sobre a situação da ação a qual é veiculada através de atividades não linguísticas. [...] aquilo que se obtém visivelmente através da gratificação ou da ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo. (Lima, 2009, p.36).

Com isso, pode-se introduzir a forma de comunicação do discurso, que impõe-se como forma de resgate de dois tipos de pretensões de validez, a saber: na forma de discurso teórico, da pretensão de validez da verdade do conteúdo proposicional assertórico dos proferimentos cognitivos, referentes ao mundo objetivo; e resgate, na forma do discurso prático, da pretensão de correção das normas que devem comandar a ação social.

> Que um falante possa motivar racionalmente um ouvinte à aceitação de semelhante oferta não se explica pela validade do que é dito, mas, sim, pela garantia assumida pelo falante, tendo um efeito de coordenação, de que se esforçará, se necessário, para resgatar a pretensão erguida. Sua garantia, ofalante pode resgatá-la, no caso de pretensões de verdade e correção, discursivamente, isto é, aduzindo razões. (Habermas, 2003a, p.79).

Descreve-se assim, a diferença de relação entre as pretensões de validez da verdade e da correção.

> À primeira vista, as proposições assertóricas empregadas em atos de fala constatativos parecem estar para os fatos numa relação análoga à maneira pela qual as proposições normativas empregadas em atos de fala regulativos se relacionam a relações interpessoais legitimamente coordenadas. A verdade das proposições significa a existência de estados de coisas assim como, analogamente, a correção das ações significa o preenchimento de normas. À segunda vista, no entanto, aparecem diferenças interessantes. Assim, os atos de fala se relacionam com as normas de maneira diferente do que com os fatos. Consideremos o caso de normas morais que se deixam formular sob a forma de proposições deônticas universais. [...] as pretensões de verdade residem apenas em atos de fala, enquanto que as pretensões de validez normativas têm sua sede primeiro em normas e só de maneira derivada em atos de fala. (Habermas, 2003a, p.80-81).

O discurso visto como argumentação constitui um tipo de fala no qual os participantes tematizam pretensões de validez criticáveis, tentando resgatá-las através de argumentos que contêm razões. O argumento constitui, pois, uma manifestação ou comportamento racional, que é criticável e, portanto, corrigível, podendo ser melhorado sempre que se descobrem erros.

A partir desses esclarecimentos sobre ação, discurso e pretensões de validade, na

pesquisa reconhece-se a amplitude de questões que estão inseridas no âmbito dos estudos sobre comissões da verdade, que por ser um lócus de aprendizagem a partir da ação e do discurso, pode ser analisada no domínio das quatro pretensões descritas por Habermas.

Entretanto, para os fins desta investigação, convenciona-se trabalhar com o discurso teórico, no tocante a validade a partir da relação entre a pretensão de validez da verdade e o mundo objetivo. O que se relaciona com as teorias desenvolvidas por Habermas, da verdade, e que serão mais bem explicitadas no próximo tópico.

A QUESTÃO DA VERDADE A PARTIR DA ARGUMENTAÇÃO

No processo de reconstrução histórica e aprendizagem no âmbito das comissões da verdade, a informação e os documentos agiriam como verdadesprovisórias. Não seria possível o argumento e o discurso sem informação. Daí a importância do acesso à informação para esta reconstrução. Entretanto, a garantia da verdade das proposições postas por atores que agem intersubjetivamente, não estaria no âmbito da informação, mas, sim da argumentação.

Neste sentido, para um melhor entendimento desta relação entre informação, verdade e argumentação. Considera-se nesta investigação, as Comissões como um lócus de aprendizagem, onde atores atuam nas esferas comunicativas da ação e do discurso. Além disso, atenta-se para os dois conceitos de verdade explicitados por Habermas, em seus novos estudos, que interfere no processo de justificação.

> O processo de justificação pode se orientar por uma verdade, que, por certo, transcende a justificação, mas é sempre já operativamente eficaz na ação. A função da validade dos enunciados na práxis cotidiana explica por que o fato de resgatar discursivamente pretensões de validade pode ao mesmo tempo ser interpretado como a satisfação de uma necessidade pragmática de justificação. Todavia essa necessidade de justificação, que põe em andamento a transformação de certezas de ação abaladas em pretensões de validade problematizadas, só pode ser satisfeita por uma retradução de opiniões discursivamente justificadas em verdades que orientam a ação. (Habermas, 2004b, p.260).

Com isso, para um melhor entendimento desta relação entre informação e verdade, faz-se necessário um maior aprofundamento da sua primeira teoria da verdade, discursiva, e da sua reformulação num conceito pragmático de verdade, estas teorias serão mais bem explicadas ao longo deste tópico.

Teoria Discursiva da Verdade

Em seu primeiro trabalho sobre teorias da verdade, Habermas (2009c) começa sua explicação questionando o que podemos considerar como verdadeiro ou falso. Neste sentido, identifica que a única coisa que podemos considerar como verdadeiro ou falso, são os enunciados.

> Antes de mais: de que coisa nos é lícito dizermos que é verdadeira ou falsa? Os candidatos promissores são frases, expressões e enunciados. A tentativa menos promissora é a de destacar uma determinada classe de frases como aquilo a que nos é lícito atribuirmos verdade ou falsidade. [...] Strawson (1964, apud Habermas, 2009c, p.182) insiste, a justo título, na convenção de que não são as expressões, mas sim os enunciados que podem ser designados por "verdadeiros" ou "falsos": [O ato de eu dizer algo é certamente um episódio. O que eu digo, não o é. É este último, e não o primeiro, que é lícito designar por "verdadeiras" ou "falsas"]. (Strawson, 1964, p.33 apud Habermas, 2009c, p.182). Designamos enunciados como verdadeiros ou falsos de olhos postos em estados de coisas que neles são reproduzidos ou expressos. (Habermas, 2009c, p.182).

Entretanto, não devemos separar os enunciados de suas características de força afirmatória.

> Podemos atribuir a cada enunciado um estado de coisas, mas um enunciado é verdadeiro única e exclusivamente se reproduzir um estado de coisas real ou um facto – e não porventura fizer passar um estado de coisas por um facto. Decerto podemos dizer também que enunciados falsos têm um conteúdo proposicional; mas quando expresso um enunciado, afirmo um estado de coisas existente, isto é, um facto. Um enunciado obtém força assertórica pela sua inserção num ato de fala, ou seja, pela circunstância de alguém poder afirmar esse enunciado. (Habermas, 2009c, p.182).

A partir da inserção do enunciado em um ato de fala, apesar da variedade de atos de fala como ordens, perguntas, promessas, etc. Só em atos de fala constatativos, ou seja, somente nas afirmações pode-se questionar a respeito da pretensão de validade da verdade.

> Searle (1968;1969 apud Habermas, 2009c, p.182-183) chamou a atenção para o fato de o mesmo conteúdo proposicional poder recorrer em diferentes atos de fala como ordens, perguntas, promessas e afirmações, mas só em atos de fala constatativos (afirmações) pode ocorrer um conteúdo proposicional na forma de uma proposição. [...] a verdade é uma pretensão de validade que associamos a enunciados na medida em que os afirmamos. As afirmações pertencem à classe de atos de fala constatativos. Ao afirmar algo, faço valer a pretensão de que o enunciado que afirmei é verdadeiro. Posso fazer valer esta pretensão de forma legítima ou de forma

> ilegítima. As afirmações não podem ser nem verdadeiras nem falsas, são, isso sim, legítimas ou ilegítimas. (Habermas, 2009c, p.182-183).

Com isso, Habermas (2009c) situa a ideia da verdade, ao domínio do resgate discursivo de pretensões de validade "a ideia de verdade somente pode ser desenvolvida se pressupusermos o resgate discursivo de pretensões de validade." (Habermas apud Siebeneichler, 2003, p.99).

Como visto anteriormente, para se descrever uma pretensão de validade, pode-se fazer uma analogia ao modelo de pretensão jurídica. Neste sentido, uma pretensão de validade é uma pretensão que pode ser reclamada, ou seja, feita valer,pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões são reconhecidas como válidas ou não válidas. Somente quando pode deduzir-se uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, que dizemos que esta é reconhecida porque e exclusivamente porque é legítima. Uma pretensãoé legítima na medida em que pode ser sustentada. A validade legítima de uma pretensão garante a confiabilidade que as expectativas resultantes de uma determinada pretensão serão satisfeitas.

> Podemos elucidar o que é uma pretensão de validade com recurso ao modelo da pretensão jurídica. Uma pretensão pode ser reclamada, isto é, feita valer, pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões que são reconhecidas são válidas. A circunstância de pretensões de validade realmente encontrarem reconhecimento pode ter muitos motivos (ou causas). No entanto, se e enquanto da "própria coisa" puder ser deduzido uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, dizemos que esta é reconhecida porque e exclusivamente porque é legítima (ou se afigura legítima aos que a reconhecem). Uma pretensão é designada por legítima se e na medida em que pode ser sustentada. É que a validade legítima de uma pretensão garante a fiabilidade com que as expectativas resultantes de umadeterminada pretensão são satisfeitas. (Habermas, 2009c, p.183).

A teoria discursiva da verdade se apoia nas seguintes ideias, a saber: o quadro de referência entre ação comunicativa e discurso; a precedência das ações comunicativas, voltadas para o entendimento, sobre as ações estratégicas; o resgate discursivo, teórico e prático, de pretensões de validade.

Neste sentido, na descrição das áreas comunicativas da ação e do discurso, Habermas assinala o papel da informação, no qual, faz uma analogia com a experiência e aponta a área comunicativa no qual atuaria a informação, afirma assim, que a informação estaria apenas no âmbito da ação comunicativa.

> Sob o tópico "ação" introduzo a área comunicativa em que tacitamente pressupomos e reconhecemos as pretensões de validade implícitas às expressões (e igualmente às

> afirmações) a fim de trocarmos informações (ou seja, experiências referentes à ação). Sob o tópico "discurso" introduzi a forma de comunicação caracterizada pela argumentação em que pretensões de validade que se tornaram problemáticas são tematizadas e analisadas relativamente à sua legitimidade. Para levarmos a cabo discursos temos, de certo modo, de sair dos contextos da ação e da experiência; aqui não trocamos informações, mas sim argumentos destinados a fundamentarem (ou rejeitarem) pretensões de validade problematizadas. Discursos requerem, em primeiro lugar, uma suspensão de constrangimentos à ação que deve levar a que todos os motivos, com a única exceção da disposição cooperativa para o entendimento, possam ser revogados (e a que questões de validade possam ser separadas das de gênese). (Habermas, 2009c, p.184-185).

Sendo assim, Habermas afirma que os discursos necessitam de uma virtualização de pretensões de validade, que possamos assinalar perante objetos da experiência e das informações, ou seja, as certezas recorrentes nas afirmações de atores que se baseiam nas interações com os objetos do mundo objetivo devem ser tratadas de forma hipotética.

> [Discursos] exigem uma virtualização de pretensões de validade que deve levar a que possamos assinalar, perante objetos da experiência (coisas, acontecimentos, pessoas, expressões) uma reserva de existência e encarar tanto fatos como normas sob o ponto de vista de uma existência ou legitimidade possível (o que equivale a tratá-los de um modo hipotético). A diferenciação estrutural entre o âmbito da ação e o discurso é, aliás, o reverso da vinculação da estrutura motivacional à estrutura comunicativa, característica do grau de desenvolvimento sociocultural: discursos são descacoplamentos posteriores e temporários. (Habermas, 2009c, p. 185).

A partir desta diferenciação Habermas completa a questão desenvolvida pela teoria da redundância que é uma crítica da teoria da verdade por correspondência. "[...] em contextos de ação comunicativa, uma explicação da pretensão de validade feita valer com afirmações seria redundante; no entanto, é imprescindível em discursos, visto que estes tematizam a legitimidade de pretensões de validade" (Habermas, 2009c, p.185)

Habermas (2009c) resgata uma terceira questão associada a uma intuição da teoria da verdade por correspondência. Como se relacionam os fatos que afirmamos com os objetos da nossa experiência? A partir da ideia de Strawson (1959 apud Habermas, 2009c, p.185). Habermas, afirma a seguinte definição, para fatos e objetos da experiência.

> Aquilo que nos é lícito afirmar designamos por fato. Um fato é aquilo que torna um enunciado verdadeiro; por isso dizemos que os enunciados reproduzem, descrevem, exprimem fatos, e assim por diante. Coisas e acontecimentos, pessoas e respectivos enunciados, ou seja, objetos da experiência, são, por outro lado, aquilo sobre o que formulamos afirmações e sobre o que enunciamos algo: se a afirmação for legítima, aquilo que afirmamos dos objetos é um fato. Assim sendo, os fatos tem outro estatuto do que os objetos.
> "Fatos são aquilo que as afirmações estabelecem se forem verdadeiras; não são o objeto das afirmações. Não são, como as coisas ou acontecimentos que se encontram

> à face do globo terrestre, testemunhados ou vistos ou ouvidos [...]" (Pitcher, 1964, apud Habermas, 2009c, p.186). Com
> objetos faço experiências, mas afirmo fatos; não posso ter uma experiência de fatos, nem afirmar objetos (ou experiências com objetos). Ao afirmar fatos posso apoiar-me em experiências e referir-me a objetos. (Habermas,2009c, p. 185-186).

A teoria da verdade por correspondência erra ao supor que os enunciados verdadeiros correspondem a fatos, sendo que esta afirmação só tem sentido se os enunciados representarem algo no mundo de objetos reais.

> Ora se objetos da nossa experiência são algo no mundo, não podemosdizer do mesmo modo dos fatos que eles são "algo no mundo". No entanto,é precisamente esta afirmação ou outra equivalente que a teoria da correspondência da verdade tem de fazer: supõe que os enunciados verdadeiros "correspondem" a fatos, sendo que esta expressão apenas pode ter um sentido se os correlatos dos enunciados representarem algo dereal do tipo dos objetos da nossa experiência, ou seja, forem "algo no mundo". (Habermas, 2009c, p. 185).

Entretanto, a teoria da verdade por correspondência, tem uma observação acertada a admissão dos objetos da experiência ou objetos reais. Em outra definição, pode-se dizer a admissão de um mundo objetivo.

> Ainda assim, esta teoria apoia-se numa observação acertada. Se pretendermos que os enunciados "reproduzam" fatos, e não só os fingem ou inventem, estes têm de ser "dados" num qualquer sentido; e é precisamente esta qualidade que assiste aos objetos "reais", ou justamente os objetos da experiência, que são "algo no mundo". Os enunciados têm de se coadunar com os fatos, e não os fatos com os enunciados. (Habermas, 2009c, p.187).

As dificuldades provenientes de uma teoria da correspondência cessam ao pensarmos que os fatos só aparecem na linguagem, na área comunicativa do discurso, e nos informamos a respeito dos objetos da experiência no âmbito da açãocomunicativa.

> Esta dificuldade desaparece se nos recordarmos que os "fatos" apenas vêm à linguagem como fatos na área comunicativa do discurso, ou seja, sempre e apenas quando a pretensão de validade associada aos enunciados é tematizada. Em contextos de ação, informamo-nos sobre objetos da experiência. Decerto que o conteúdo informativo se apoia em fatos, mas só depois de uma informação ser posta em causa e o conteúdo da informação for posto à discussão, do ponto de vista da possibilidade, falamos de fatos que são afirmados por (pelo menos) um proponente e contestados por (pelomenos) um oponente. (Habermas, 2009c, p.187).

Habermas enfatiza melhor esta afirmação, abaixo:

> No contexto de ação, a afirmação desempenha o papel de uma informação sobre uma experiência com objetos, ao passo que no discurso desempenha o papel de um

> enunciado com pretensão de validade problematizada. O mesmo ato de fala, no primeiro caso, exprime uma experiência que podeser objetiva ou apenas subjetiva, no segundo caso, um pensamento que é verdadeiro ou falso. Em contextos de ação posso enganar-me relativamente às minhas experiências com objetos, em discursos tenho ou não tenhorazão com a pretensão de validade afirmada para os meus enunciados. (Habermas, 2009c, p.188).

Neste sentido, a teoria discursiva da verdade de Habermas (2009c), não pode estar numa adequação entre sistema teórico descritivo e realidade empírica, como é definida na teoria da verdade por correspondência, porque nem os conceitos nem os predicados e nem os sistemas lingüísticos podem ser considerados verdadeiros ou falsos. Somente os proferimentos, que introduzem uma frase gramatical num contexto situado concretamente, podem ser verdadeiros ou falsos. Por isso, a verdade tem de ser determinada com relação à argumentação. A partir disso, podemos descrever três teses sobre a teoria da verdade discursiva.

> - Verdade é a pretensão de validade que ligamos a atos de fala constatativos. Neste sentido, um proferimento é verdadeiro quando a pretensão de validade dos atos de fala, com os quais afirmamos o proferimento, é justificada através de argumentos;
> - As questões de verdade somente aparecem quando as pretensões de validade ingenuamente pressupostas nos contextos de ação, passam a ser problematizadas através do discurso;
> - Nos contextos de ação, as sentenças fornecem informações sobre objetos da experiência. Ao passo que no discurso discutimos proferimentos sobre os fatos. (Siebeneichler, 2003, p.100).

Habermas no âmbito da teoria da verdade discursiva, afirma que a verdade não é uma propriedade de informações.

> De informações dizemos que são fiáveis (ou não são fiáveis). A fiabilidade de uma informação afere-se pela probabilidade com que as expectativas de comportamento derivadas da mesma informação (em contextos de ação) são satisfeitas. Pode dar-se o caso de podermos explicitar a relação pragmática entre a cognição e os objetos da experiência com recurso ao conceito de correspondência (embora neste contexto não se possa descuraro fato de a objetividade da experiência se encontrar fundamentada em condições subjetivas e universais da possibilidade da experiência). A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados. (Habermas, 2009c, p.189).

A força de uma interação discursiva não reside apenas na consistência da coação lógica das sentenças singulares, nem somente na evidência das experiências subjetivas que quase sempre se infiltram na interação.

O desfecho de uma ação discursiva somente pode ser decidido através de uma lógica do discurso apoiada, na força de coerção do melhor argumento. Também denominado por Habermas como motivação racional.

Na lógica formal pragmática do discurso trabalha-se com uma fundamentação que deve nos motivar racionalmente a reconhecer as pretensões de validade deuma afirmação, de um mandamento ou de uma avaliação. Os argumentos passam a ser avaliados ou pesados quanto à sua força consensual, com relação à sua capacidade de obter o consenso fundamental racionalmente.

Nesta teoria da verdade o entendimento obtido através da argumentação discursiva, pode ser tido como um critério de verdade, se este processo implicar estruturalmente a continuidade do desenvolvimento cognitivo, o que implica a possibilidade de se questionar constantemente, de se modificar, ou de se rever ou substituir a linguagem de fundamentação na qual as experiências são feitas e interpretadas. A partir disso pode-se explicitar dois tipos de discursos o discurso teórico no qual são tematizadas as pretensões de verdade controversas; e o discurso prático no qual é possível examinar hipoteticamente a pretensão de correção das normas e dos valores.

O discurso teórico visa à superação racional, progressiva e argumentativa de conceitos e de linguagens inadequadas. Desdobra-se em quatro passos, a saber: passagem do nível da ação para o discurso; explicação teórica da asserção problematizada através da apresentação de pelo menos um argumento escolhido nointerior da linguagem; passagem para sistemas de linguagens alternativas, metateóricos; passagem para o nível da autorreflexão do sujeito agente e para a reflexão sobre as modificações sistemáticas das linguagens de fundamentação.

O discurso prático é o meio através do qual é possível examinar, de um ponto de vista hipotético, a pretensão de correção das normas e dos valores. Por isso, ele também tem por objetivo uma radicalização ou autorreflexão do sujeito e se desenvolve em quatro passos: entrada dos falantes e/ou ouvintes no nível do discurso; justificativa teórica de mandamentos, proibições e valores problematizados através da apresentação de pelo menos um argumento no âmbito de um determinado sistema de linguagem; tentativa de modificar o sistema de linguagem escolhido através da busca de sistemas alternativos. Discurso meta ético ou meta político; passagem para uma reflexão sobre o fato de a estrutura de nossas carências e necessidades depender do estado de nosso poder e saber científico e tecnológico. Podemos chegar a um acordo sobre o modo de interpretar nossas carências e necessidades à luz das informações existentes sobre aquilo que é factível ou realizável no futuro.

A teoria consensual da verdade aponta uma condição para a comunicação voltada para o consenso esta condição é a situação ideal de fala.

A situação ideal de fala não é um fenômeno empírico, um consenso fático. Nem

mesmo um simples construto racional. Ela constitui uma suposição ou antecipação contrafática que fazemos necessariamente sempre que entramos num processo discursivo argumentativo:

> Designo por ideal uma situação de fala em que as comunicações não são obstruídas, não só por intervenções contingentes exteriores, mas igualmente por constrangimentos que derivam da própria estrutura da comunicação. A situação de fala ideal exclui distorções sistemáticas da comunicação. Mais concretamente, a estrutura comunicativa só não produz constrangimentos se para todos os participantes do discurso é dada uma distribuição simétrica das oportunidades de escolherem e levarem a cabo atos da fala. Desta exigência geral da simetria podem deduzir-se, para as diversas classes de atos da fala, exigências específicas de uma distribuição eqüitativa das oportunidades de escolher e levar a cabo atos da fala. (Habermas, 2009c, p.227).

A situação de fala ideal pode ser tomada como critério da argumentação discursiva porque implica uma distribuição simétrica de chances de escolha e de realização de atos de fala. Supomos que nela não exista nenhum elemento de coação a não ser a coação do melhor argumento.

TEORIA PRAGMÁTICA DA VERDADE

A realidade com a qual empregamos nossas proposições não é uma realidade inócua, não possuímos nem um acesso à realidade não impregnado pela linguagem. A experiência pela qual controlamos nossas suposições é linguisticamente estruturada e se encontra no contexto da ação. A verdade de um enunciado parece poder ser garantida apenas por sua coerência com outros enunciados já aceitos. Porém, um contextualismo estrito não se concilia nem com os pressupostos do realismo cognitivo, nem com a força revisionista inerente aos processos de aprendizagem, que modificam a partir de dentro o contexto que os torna possíveis, nem com o sentido universalista das pretensões de verdade que transcendem seu contexto. Conforme descreve Habermas:

> A realidade com a qual defrontamos nossas proposições não é uma realidade nua, mas já, por ela própria, impregnada pela linguagem. Tão logo refletimos sobre uma perda de nossas certezas ingênuas, não mais encontramos nenhuma classe de enunciados de base que se legitimam por si mesmos, ou seja, primórdios inequívocos para além da linguagem experiências auto-evidentes aquém das razões. A verdade de um enunciado parece poder ser garantida apenas por sua coerência com outros enunciados, já aceitos. Porém, um contextualismo estrito não se concilia nem com os pressupostos do realismo cognitivo, nem com a força de revisão inerente aos processos de aprendizagem, que modificam a partir de dentro o

> contexto que os torna possíveis, nem com o sentido universalista das pretensões de verdade que transcendem seu contexto. (Habermas, 2004b, p. 45-46).

Após a virada linguística, a teoria da verdade por correspondência, "dizer-se que o que é não é, ou o que não é é, é falso; mas dizer-se que o que é é, e o que não é não é, é verdadeiro" (Aristóteles, 1963 apud Wellmer, 1999, p.55), se torna incapaz de resolver os problemas cotidianos, como os juízos morais, históricos, filosóficos, etc. Pois, a linguagem e a realidade se interpenetram de uma maneira indissolúvel.

> O conceito de conhecimento como representação é indissociável do conceito de verdade por correspondência. Não podemos abrir mão do primeiro sem perder também o segundo. Se a linguagem e a realidade se interpenetram de uma maneira que para nós é indissolúvel, a verdade de uma sentença só pode ser justificada com a ajuda de outras sentenças já tidas como verdadeiras. Esse fato aponta para uma concepção antifundacionalista do conhecimento e da justificação e, ao mesmo tempo, para a noção de verdade como coerência. (Habermas, 2004b, p.59).

A teoria discursiva da verdade foi proposta como uma tentativa de sair deste dilema e oferecer a tentativa de combinar a compreensão de referência transcendente em relação à linguagem com uma compreensão, imanente à linguagem, de verdade como assertividade ideal.

Essa primeira teoria da verdade desenvolvida por Habermas e por outros filósofos, como Putnam e Apel, tem um sentido de verdade como processo, no qual, se põem a prova, as condições normativamente exigentes da práxis argumentativa. Essa práxis repousa nos pressupostos idealizantes, a saber: de publicidade e total inclusão de todos os envolvidos; distribuição eqüitativa dos direitos de comunicação; caráter não violento de uma situação que admite apenas a força não coercitiva do melhor argumento; a probidade dos proferimentos de todos os participantes.

> O pertinaz problema da relação entre verdade e justificação permite compreender a tentativa de distinguir a "verdade" da "aceitabilidade racional" por meio de uma idealização das condições de justificação. De acordo com isso, um enunciado justificado segundo "nossos" critérios se distingue do enunciado verdadeiro do mesmo modo que o enunciado justificado em seu contexto poderia se distinguir daquele justificado em todos os contextos. É "verdadeiro" o enunciado que poderia ser justificado sob condições epistêmicas ideais (Putnam) ou que, numa situação de fala ideal (Habermas) ou numa comunidade de comunicação ideal (Apel), poderia encontrar um acordo obtido pela argumentação. É verdadeiro aquilo que pode ser racionalmente aceito em circunstâncias ideais. (Habermas, 2004b, p.251).

A partir disso, o conceito de verdade de um enunciado, considerando-se a impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas, não poderia ser

medido por evidências, mas sim por razões justificadas.

Essa concepção procedimental de verdade como resgate discursivo das pretensões de verdade é contra intuitiva na medida em que, a verdade não é ligada ao sucesso. Assim é certo que enquanto nos movemos no nível do discurso, existe uma conexão epistemológica incontornável de verdade e justificação.

Todavia, se afirmarmos que a verdade é uma possibilidade justificada de afirmação, desconsideraríamos um aspecto importante, a verdade que afirmamos em uma proposição deve ser verdadeira sempre e para qualquer público. Apesar disso, mesmo as proposições bem justificadas podem ser consideradas falsas no futuro. Neste sentido, o conceito de verdade como assertividade ideal não considera a possibilidade de falibilidade de nossas justificações.

> Entretanto, se concebêssemos a verdade como uma possibilidade justificada de afirmação, desconsideraríamos um aspecto importante daquilo que nós efetivamente fazemos quando alegamos a verdade de algo: a verdade que alegamos para uma proposição aqui e agora, no nosso contexto e na nossa linguagem, deve transcender qualquer contexto dado de justificação. Segundo uma forte intuição que nós temos, a verdade é uma propriedade que as proposições não podem perder – uma vez que uma proposição é verdadeira, ela é verdadeira para sempre e para qualquerpúblico, não só para nós. Por outro lado, as asserções bem justificadas podem se revelar falsas, nós associamos à verdade de uma proposição uma alegação que aponta para além de todos os dados justificativos disponíveis. (Habermas, 2004b, p.59).

Sendo assim, contra a sugestão que remete a Peirce, de que é verdadeiro aquilo que pode ser racionalmente aceito em circunstâncias ideais. Foram levantadas convincentes objeções. Em parte contra dificuldades conceituais do estado ideal e da justificação.

> Elas em parte se voltam contra as dificuldades conceituais do suposto estado ideal, em parte mostram que uma idealização das condições de justificação não pode cumprir seu objetivo, pois, distancia em demasia a verdade, ou não a distancia o suficiente, da assertividade justificada. [...] O primeiro tipo de objeção aponta a natureza paradoxal de um saber "completo" ou "definitivo", visto como valor limite, e que, privado de sua necessidade de complementação e de sua falibilidade, não seria mais um saber (humano). (Lafont, 1994, apud Habermas, 2004b, p.252).

É também paradoxal a ideia de um consenso último ou a toda outra interpretação, "de modo que o que pretende ser a situação de entendimento mútuo ideal revela ser uma situação além da necessidade (e do problema) do entendimento mútuo linguístico." (Wellmer, 1986 apud Habermas, 2004b, p.252).

O sentido crítico próprio da orientação pela verdade como uma ideia reguladora se torna nítido apenas quando são idealizadas as características formais ou processuais da argumentação, não seus fins. Essa crítica se volta contra a operação de idealização, não contra

seus resultados.

Para Rorty, o conceito de verdade não teria utilidade, o que tem prioridade e deve ser considerado é a justificação, no âmbito de uma comunidade.

> Não vejo o que 'aceitabilidade racional' idealizada possa significar, exceto 'aceitabilidade para uma comunidade ideal'. Tampouco vejo, dado que tal comunidade terá a visão do olho de Deus, como essa comunidade ideal pode ser algo mais que nós mesmos, tal como gostaríamos de ser. Nem vejo o que 'nós' pode significar aqui, exceto um nós liberais educados, sofisticados, tolerantes, permissivos, pessoas que estão sempre querendo ouvir o outro lado, imaginar todas as suas implicações, etc. (rorty, 1993 apud Habermas, 2004, p.254)

Rorty, não vê utilidade em um conceito de verdade incondicional e universal.

> [...] a mudança a favor de uma "racionalidade comunicativa" deveria levar- nos a abandonar a ideia de que, quando faço uma afirmação, faço implicitamente a alegação de poder justificá-la para todas as audiências, existentes ou possíveis.[...] quando terminamos de justificar nossas crenças para a audiência que considerarmos relevante (talvez nossa própria consciência intelectual, ou nossos concidadãos, ou os especialistas relevantes), não precisamos fazer, e caracteristicamente não fazemos, outras alegações, muito menos de alcance universal. (Rorty, 2000 apud Souza, 2005, p.215).

Com isso, segundo Habermas, Rorty se recusa a levar em conta a capacidade de aprendizado, pois teria que admitir que a práxis da justificação, se orienta por uma ideia incondicional e universal de verdade que ultrapassa o contexto da justificação contextual de uma comunidade.

> [...] Rorty se recusa a levar em conta o fato da capacidade de aprendizado, pois teria de admitir que a práxis da justificação se orienta por uma ideia da verdade que ultrapassa o contexto de justificação a cada vez dado. Ele rejeita conceitos-limite idealizantes em geral e interpreta a distinção entre justificação e verdade de modo tal que o proponente está, a cada vez, preparado para defender seus pontos de vista não só aqui e agora, mas também ainda perante outro público. Quem se orienta nesse sentido pela verdade está disposto a "justificar suas convicções perante um público competente" ou "estender a dimensão e a diversidade da comunidade de conversação". Segundo a concepção de Rorty, toda idealização mais expandida fracassará porque, nas idealizações, precisamos sempre partir de algo conhecido, em geral de "nós mesmos", isto é, da comunidade de comunicação, tal como a conhecemos. (Habermas, 2004b, p.253).

Sendo assim, Habermas propõe, diferentemente de Rorty, uma idealização das condições de justificação universal, baseada nas práticas de justificação difundidas em todas as culturas.

> [...] uma idealização das condições de justificação absolutamente não precisa partir das propriedades "densas" da cultura que é cada vez a nossa, mas pode começar nas propriedades formais e processuais de práticas de justificação em geral, difundidas em todas as culturas – embora nem sempre numa forma institucionalizada. Essa ideia é favorecida pelo fato de que a práxis da argumentação força os próprios envolvidos a emitir suposições pragmáticas de conteúdo contrafactual. Quem sempre entra numa discussão com a séria intenção de se convencer de algo na conversa com outra pessoa deve supor performativamente que os envolvidos deixam seus "sim" e "não" ser definidos unicamente pela coerção do melhor argumento. Mas com isso eles supõem, normalmente de maneira contrafactual, uma situação de conversação que preenche condições improváveis: publicidade e inclusão, participação com direitos iguais para todos, imunização contra coerções internas e externas, como também a orientação dos participantes pelo entendimento mútuo [...]. (Habermas, 2004b, p.254).

A partir da crítica a este contextualismo de Rorty, Habermas oferece um conceito de verdade duplo, no contexto do mundo da vida e no contexto do discurso.

> No quadro de uma crítica ao contextualismo de Richard Rorty, ofereci uma imagem "em duas camadas" da inserção do discurso racional, ou seja, da prática da argumentação, no contexto do mundo vital das práticas cotidianas. As crenças desempenham diferentes papéis e têm sua verdade provada de diferentes maneiras na ação e no discurso. Em seu mundo vital, os agentes dependem das certezas e reagem às surpresas e decepções. Têm de lidar com um mundo que presumem objetivo, e, em virtude desse pressuposto, operam segundo uma distinção de senso comum entre o conhecimento e a opinião – entre o que é verdade e o que só parece sê-lo. No decurso de nossa rotina cotidiana, temos a necessidade prática de confiar intuitivamente naquilo que consideramos incondicionalmente verdadeiro. Para dirigir o carro ou atravessar uma ponte, não partimos de uma atitude hipotética, refletindo a cada passo sobre a confiabilidade do know-how tecnológico ou estatístico dos projetistas. Na mesma medida em que esses hábitos e certezas são postos em xeque e tornam-se questionáveis, temos a opção de passar do envolvimento direto nas rotinas de fala e ação para o nível reflexivo do raciocínio, onde buscamos saber se algo é verdadeiro ou não. (Habermas, 2004a, p. 59).

Esse conceito de verdade se fundamenta no contexto das atividades cotidianas, tendo em vista que os atores precisam chegar a um bom termo com o mundo suposto como objetivo, eles não podem evitar de ser realistas no contexto deseu mundo da vida. E Habermas afirma que eles têm o direito de sê-lo, pois seus jogos de linguagem e práticas, enquanto funcionam imunes a decepções, resistem à prova na própria execução.

> Interpretada realisticamente com auxílio da suposição de um mundo objetivo, essa instancia pragmática da certificação é suspensa no nível reflexivo dos discursos, livres do peso da ação, e nos quais apenas os argumentos importam. Aqui, o olhar se desvia, por assim dizer, do mundo objetivo – e das decepções que sofremos no trato direto com ele – e volta- se exclusivamente para nossas interpretações conflitantes do mundo. Nessa dimensão intersubjetiva de interpretações controversas, uma asserção "resiste à prova" apenas à luz de razões, ou seja, na instância de refutações possíveis, não de decepções experienciadas na prática. Aqui, no entanto, a consciência falibilista de que podemos errar mesmo no caso de opiniões bem fundamentadas depende de uma orientação pela verdade cuja raízes alcançam o realismo cotidiano – realismo que é revogado no âmbito do discurso. A orientação

> pela verdade incondicional, que força os interlocutores à suposição de condições ideais de justificação e a uma descentração cada vez mais expandida da comunidade de justificação, é um reflexo dessa outra distinção – indispensável no mundo da vida – que separa a opinião do saber e se apóia na suposição de um único mundo objetivo, suposição ancorada no uso comunicativo da linguagem (Habermas, 2004b, p.257).

Desse modo, o mundo da vida, com seus conceitos de verdade e saber alocados na ação, penetra no discurso e fornece o ponto de referência que transcende justificações e mantém entre os interlocutores a consciência da falibilidade de nossas interpretações. Inversamente, essa consciência falibilista reflui sobre a práxis, sem com isso destruir o dogmatismo do mundo da vida.

> As convicções têm um papel diferente na ação e no discurso, e também 'resistem à prova' de maneiras distintas em ambos os contextos. Na práxis, o pré-reflexivo 'chegar a bom termo com o mundo' decide se as convicções 'funcionam' ou se caem no sorvedouro da problematização, enquanto na argumentação são apenas razões que revelam se pretensões de validade controversas merecem ou não um reconhecimento racionalmente motivado. Por certo, é apenas nesse nível reflexivo que se põe a questão acerca da conexão interna entre justificação e verdade; mas uma resposta a isso só é permitida pela interação entre ações e discursos. [...] Apenas o entrelaçamento dos dois diferentes papéis pragmáticos que o conceito de verdade bifronte desempenha em contextos de ação e discurso pode explicar por que uma justificação bem-sucedida em nosso contexto leva a pensar que uma opinião justificada é verdadeira independentemente do contexto. Tal como de um lado, o conceito de verdade permite traduzir as abaladas certezas de ação em enunciados problematizados, assim também manter a orientação pela verdade permite, de outro, retraduzir asserções discursivamente justificadas em certezas de ação restabelecidas.(Habermas, 2004b, p.258-259).

As práticas do mundo da vida são sustentadas por uma consciência plena de certeza que, não deixa nenhum espaço para reservas quanto à verdade. O comportamento solucionador de problemas processa as decepções que surgem contra o pano de fundo de expectativas estáveis, ou seja, no contexto de uma grande massa de concepções ingenuamente tidas por verdadeiras. No trato prático com um mundo objetivo suposto como idêntico e independente, os atores dependem de certezas de ação. E estas implicam, por sua vez, que se tenham as informações que governam a ação como absolutamente verdadeiras, mesmo que provisoriamente.

> No mundo da vida, os agentes dependem das certezas de ação. Aqui eles têm de chegar a bom termo com um mundo suposto como objetivo e, por isso, operar com a distinção entre crença e saber. Há a necessidade prática de confiar intuitivamente no tido-por-verdadeiro de maneira incondicional. No nível discursivo, essa modalidade do ter-por-verdadeiro se reflete nas conotações de pretensões de verdade que apontam para além do contexto de justificação dado a cada vez e levam à suposição de condições ideais dejustificação – com a consequente descentração da comunidade

> dejustificação. Por esse motivo, o processo de justificação pode se orientar por uma verdade que, por certo, transcende a justificação, mas é sempre já operativamente eficaz na ação. A função da validade dos enunciados na práxis cotidiana explica por que o fato de resgatar discursivamente pretensões de validade pode ao mesmo tempo ser interpretado como a satisfação de uma necessidade pragmática de justificação. Todavia, essa necessidade de justificação, que põe em andamento a transformação de certezas de ação abaladas em pretensões de validade problematizadas, só pode ser satisfeita por uma retradução de opiniões discursivamente justificadas em verdades que orientam a ação. (Habermas, 2004b, p.259- 260).

No âmbito do discurso, o modo performativo caracterizado por uma suposição incondicional de verdade é suspenso e transformado na ambivalência dos participantes de um discurso, onde, resgatam ou rejeitam pretensões de validade hipotéticas. Essa referencia transcende a algo situado no mundo objetivo e lembra aos participantes que o conhecimento em pauta, surgiu em primeiro lugar do conhecimento das pessoas enquanto atores, neste sentido, eles não esquecem do papel transitório desempenhado pela argumentação no contexto do mundo da vida.

> Aqui no nível do discurso racional, o modo performativo caracterizado por uma suposição incondicional de verdade é posto em suspenso e transformado na peculiar ambivalência dos participantes de um discurso. Eles assumem uma atitude hipotética e falibilista em relação a alegações que, na medida em que são problemáticas, precisam ser justificadas, mas que, por outro lado, na medida em que pretendem uma validade incondicional, apontam para além do contexto dado de justificação. Essa referência transcendente a algo situado no mundo objetivo lembra os participantes que o conhecimento em pauta surgiu em primeiro lugar do conhecimento das pessoas enquanto agentes; assim, eles não se esquecem do papel transitório desempenhado pela argumentação no contexto mais amplo do mundo vital. (Habermas, 2004a, p.62-63).

Sendo assim, a relação intrínseca entre verdade e justificação é revelada pela função pragmática de conhecimento que oscila entre as práticas cotidianas e os discursos.

> A relação intrínseca entre verdade e justificação é revelada pela função pragmática de conhecimento que oscila entre as práticas cotidianas e os discursos. Os discursos são como máquinas de lavar: filtram aquilo que é racionalmente aceitável para todos. Separam as crenças questionáveis e desqualificadas daquelas que, por um certo tempo, recebem licença para voltar ao status de conhecimento não-problemático. (Habermas, 2004a, p.63).

A exposição de forma descritiva da construção das teorias da verdade desenvolvidas por Habermas teve como objetivo fundamentar as relações defendidas nesta investigação, quanto às informações como verdades provisórias no contexto das Comissões da Verdade investigadas e também na esfera pública dos países que instauraram estas Comissões. Além de fundamentar a partir da teoria de Habermas a proposta de indagar as informações no seu

papel atuante no processo de aprendizagem e dentro deste processo explorar as formas de validação destas informações por atores que agem intersubjetivamente por meio da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo o esclarecimento de questões como da relevância da instauração das Comissões da Verdade, assim como, da importância do acesso às informações em atos de fala e materializadas em documentos, mas, sobretudo analisou como a sociedade democrática resolve seus problemas coletivos, relacionados à reconstrução histórica de um passado caracterizado por violações de Direitos Humanos, provindas de regimes ditatoriais e qual o papel da informação neste processo.

Neste sentido, destacou como o debate proveniente das Comissões da Verdade constrói na sociedade aprendizagem coletiva. Sendo assim, apoiou-se na proposta de Jürgen Habermas, de uma aprendizagem intersubjetiva por meio da linguagem. Esta aprendizagem se configura no âmbito da interação entre atores sociais que agem comunicativamente visando o entendimento, na qual, em uma abordagem pragmática, as informações atuariam como verdades provisórias que se validariam no discurso público.

Para isso, utilizou-se na investigação como local de análise, as Comissões da Verdade instauradas nas novas democracias do Cone Sul da América, especificamente, a da Argentina e do Chile, que já concluíram seus relatórios e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil, no âmbito de suas realizações até o momento de conclusão da pesquisa. Convencionou-se as três comissões investigadas como de verdade, pois, procurou-se destacar o papel de aprendizagem destas Comissões e não seu objetivo fim.

A abordagem destas Comissões foi importante por destacar as formas de construção de uma verdade consensual. Assim como, a validação da informação no âmbito destas Comissões, que se materializa em seus relatórios. Entretanto, não se considerou estes relatórios como uma finalização do processo de verdade, pois, assim como todas as manifestações provenientes dos discursos, estes objetos estão vulneráveis a novas interpretações. O que faz jus a possibilidade de falibilidade de nossos consensos e também ao fluxo de aprendizagem, que se baseia no processo constante de conhecimento por meio de revelações e frustrações no trato com um mundo compartilhado e que se configura performaticamente.

Com o estudo dos documentalistas tradicionais precursores da Ciência da Informação Paul Otlet e Suzanne Briet, procurou-se resgatar a importância da informação em sua forma material, o que é enfatizado pelos atuais documentalistas anglo-saxões. Dentre estes, Frohmann elabora a abordagem de materialidade da informação que mais se adequa ao enfoque defendido nesta investigação. Nesta abordagem, o autor, prioriza a função social da informação a partir da prática da documentação. Entretanto, por uma questão de não adequação conceitual, com a proposta desta pesquisa, não foi explorada com maior profundidade.

Percebeu-se uma forte tendência nos estudos sobre documentos, de uma fundamentação a partir da teoria de Foucault, entretanto, Lund (2009) já mencionara em seu trabalho, sobre os riscos desta teoria, principalmente no tocante ao deflacionamento do valor do documento, a um mero instrumento do poder. Habermas (2002a), também nos alertou que na esteira de Foucault, onde, o poder assume um papel transcendental, ignora-se o caráter emancipatório da ação de atores que buscam o entendimento.

No entanto, a abordagem de Frohmann, foi importante para desenhar o que se considerou como materialidade da informação. Neste sentido, configurou-se que a materialidade está nas funções sociais da informação a partir da ação dos indivíduos que produzem informação e agem a partir destas informações, comunicativamente visando entendimento. Os próprios atos de fala ou a própria documentação da informação no âmbito das Comissões da Verdade já é uma materialização e está no mundo objetivo. Esta característica material dos atos de fala e dos documentos está na capacidade de produzir efeitos perlocucionários nos mundos, social e objetivo. Estes efeitos podem ser observados, no âmbito dos temas inseridos nas Comissões, nas manifestações geradas na esfera pública, no aumento do debate sobre ditadura, na reivindicação de abertura de arquivos, na prisão de perpetradores de violações de Direitos Humanos.

Com isso, procurou-se também trazer para o debate a relação entre realidade, referência, fatos e mundo objetivo. A partir da reformulação da teoria da verdade de Habermas em Verdade e Justificação (2004b) e da admissão de um mundo objetivo, das coisas, neste sentido, questionou-se qual seria a relação entre este mundo e a informação.

Destacou-se no livro Verdade e Justificação (2004b), que Habermas abdicade sua teoria epistêmica da Verdade, elaborada no livro de estudos prévios da Teoria da Ação Comunicativa (1997) que identificava a verdade apenas como aceitabilidade idealmente justificada. E defende um realismo de cunho pragmático, que converge com o realismo interno de Hilary Putnam, este realismo pragmático faz jus a nossa capacidade de

conhecimento, através de descrições distintas de um mesmo objeto que se encontra no mundo objetivo. E também da possibilidade de falibilidade de nossos consensos. Apesar da única forma de validarmos a verdade seja por meio do discurso. Esta alteração é importante para os estudos de informação, porque na teoria discursiva da verdade, está claro que a informação atuaria apenas no âmbito da ação comunicativa e não seria atributo dela a verdade. Entretanto, em Verdade e Justificação (2004b) Habermas admite um conceito duplo de verdade na ação e no discurso. Sendo assim, a partir desta consideração qual seria o papel da informação?

Com este questionamento, procurou-se realizar um estudo mais aprofundado nas teorias da verdade de Habermas, pois, evidenciou-se que no âmbito desta reformulação pragmática, a questão da verdade está intrinsecamente relacionada com a informação.

Ao admitir que as convicções têm papéis diferentes na ação e no discurso, apesar, das decisões proferidas nestas esferas comunicativas, terem que satisfazer uma a outra. O autor destacou a função da informação ou das experiências, sem positivar este papel. Pois, o que valida esta informação, são os argumentos postos no discurso.

A partir disso, puderam-se levantar alguns questionamentos, como: o que buscam as vítimas ao reivindicarem a verdade? Além do reconhecimento do Estado,que não foi o foco da pesquisa. As vítimas buscam informações, que no âmbito das Comissões da Verdade, são proferidas em atos de fala do testemunho ou são postas de forma material em documentos. Estas informações têm um caráter, de verdade absoluta, porém provisória. Este caráter absoluto é necessário em umprimeiro momento para os fins propostos pela Comissão e continuam no âmbito comunicativo da ação.

Entretanto, o próprio objetivo fim destas Comissões é investigar se as informações postas condizem com a verdade ou não, e neste âmbito só podemos validar estas informações através de argumentos na esfera comunicativa do discurso. Com isso, evidencia-se que as Comissões da Verdade são locais de ação comunicativa e de discurso. Além disso, estas Comissões são legitimadas na sociedade, por teoricamente, anteciparem uma situação, que Habermas identifica como ideal de fala.

Esta investigação não teve como objetivo elucidar todas as questões que esta nova abordagem de Habermas pode sugerir no campo da Ciência da Informação, mas sim, clarificar a potência que essa nova abordagem pode adquirir no tocante aos estudos no campo. Principalmente ao que se refere à relação entre documentoe verdade. Onde, considera-se que a abordagem de Habermas, eleva o valor da informação em atos de fala e em sua materialização documental. Pois mantém a informação como insumo indispensável aos processos de aprendizagem no mundo da vida e de legitimação a partir da ação, nas esferas do

mundo subjetivo, social e objetivo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRÃO, P. A lei de anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**: **Revista do Arquivo Nacional**, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011.

ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. *In*: **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministérioda Justiça, Comissão de Anistia Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 27-59.

ALMEIDA, A. **A ditadura dos generais**: estado militar na América Latina: o calváriona prisão. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

ARNS, D. P. E. (org.). **Brasil**: nunca mais. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente (1950-1988). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BANNELL, R. I. Do "circulo mágico da linguagem" à realidade: uma análise crítica da pragmática da aprendizagem de Jürgen Habermas. **Ethica**, v. 16, n. 1, p. 69-113, 2009.

BANNELL, R. I. Pragmatismo, verdade e justificação: processos de aprendizagem na obra recente de Jürgen Habermas. *In*: SIEBENEICHLER, Flávio Beno. (org.). **Direito, moral, política e religião nas sociedades pluralistas**: entre Apel e Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. v. 1, p. 39-60.

BRANDON, R. (ed.). **Rorty and his critics**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000. p. 1-30.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações em pelas emendas constitucionais n. 1/92 a 53/2006 e pelas emendas constitucionaisde revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional daVerdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da]República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Direito à memória e à verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRITO, A. B. de. Justiça transicional e uma política da memória: uma visão global **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 1, p. 56-82, jan./jun. 2009.

BUCKLAND, M. Information as thing. **JASIS**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. What is a "document"? **JASIS**, v. 48, n. 9, p. 804-809. 1997.
CNV - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Site oficial**. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/. Acesso em: 10 fev. 2013.

CONADEP – COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

COMISSÃO RETTIG - CORPORACIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad yReconciliación**, Santiago, 1996, t.1 e t.2. (Informe Rettig).
CRENZEL, E. **La historia política del Nunca Más**: la memoria de lasdesapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

CUYA, Esteban. Justiça de Transição. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p.3 7-78, jan./jun. 2011.

DAY, R. E. **The modern invention of information**: discourse, history, and power. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press, 2011.

DOCUMENTO: gênese e contextos de uso. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. (Estudos da Informação; v.1).

DUTRA, D. J. V. Da revisão do conceito discursivo de verdade em verdade ejustificação. **Ethic@**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 219-231, dez. 2003.

FICO, C. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. *In*: DITADURA e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 53-76.

FIGUEIREDO, J. Ex-ministra da Argentina: futuro da comissão depende da sociedade. **Jornal O Globo**, São Paulo, 19 maio 2012. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/ex-ministra-da-argentina-futuro-da-comissao-depende- da-sociedade-4943654. Acesso em: 22 set. 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Coimbra: Almedina, 2005.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUGITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nosprocessos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília Fundepe, 2008.

FROHMANN, B. A documentação redivivа: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus; Revista Eletrônica em Ciências Humanas,** v. 9, n. 14, 2009a.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of

information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

FROHMANN, B. Revisiting "what is a document?". **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009b.

GENRO, T.; ABRÃO, P. Memória histórica, justiça de transição e democracia semfim. *In*: REPRESSÃO Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro. Brasília: MI, Comissão de Anistia; Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, 2010. p.16-24.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas, v. 9, n. 14, p. 18-37, 2009a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da organização do conhecimento à políticas de informação. **Informare**. Cad.Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jan./dez. 1996.
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P.(org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Habermas, informação e argumentação. *In*: **V Colóquio Habermas realizado na UFSC**, Florianópolis, 8 a 11 de set.2008. p. 1-19.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entreeconomia e linguagem. In. ALBERGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (org.).

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Informação, conhecimento e poder:** mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 183-210.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare.** Cad. Prog.Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 3, n. ½, p. 8-22, jan./dez. 1997.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**,Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 8., 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, Bahia, out. 2007, p. 1-15.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões eabordagens. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Questões éticas da informação, aportes de Habermas. *In*: GONZÁLEZ DEGÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. de. **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília, DF: IBICT, 2010. p.

48-67.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1,p. 115-134, jan./dez. 2009b.

GREGORI, José. Comissão da Verdade: mais um elo de uma corrente. **InteresseNacional**, ano 5, n.17, p. 9-13, abr./jun. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget,1991.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. A constituição intersubjetiva do espírito que se guia por normas. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,2007a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 2003b. v.1.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 2011. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: MartinsFontes, 2002a.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**: estudos de teoria política. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. 3. ed. São Paulo: Loyola,2007b.

HABERMAS, Jürgen. **Fundamentação linguística da Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2009a.(Obras escolhidas de Jurgen Habermas, v.1).

HABERMAS, Jürgen. **A lógica das Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico:** estudos filosóficos. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 2002b.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da racionalidade e teoria da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 2009c.(Obras escolhidas de Jurgen Habermas, v. 2).

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social.São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. SãoPaulo: Martins Fontes, 2012. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004b.

LIMA, C. R. M. de. A discussão crítica do trabalho em Habermas. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. de. **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 68-94.

LIMA, C. R. M. de. **Agir comunicativo, discurso e trabalho imaterial**. 2009.Relatório (Pós-Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Riode Janeiro, 2009.

LUND, N. W. Document theory. **ARIST**, v.43, n.1, p.1-55, 2009.

MAGALHÃES, T. C. de. **Filosofia analítica e filosofia política**: a dimensão públicada linguagem. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

MALIN, Ana. **Revisitando a gestão da informação**. Rio de Janeiro, 2009. (Textointerno de discussão).

MARTELETO, Regina. Produção e apropriação social de conhecimentos: uma leitura pela ótica informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DAANCIB , 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2009.

MOSTAFA, S. P.. A documentalidade como conceito filosófico. *In*: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP:Editora Alínea, 2011.

MEZAROBBA, G. Afinal, o que é uma comissão da verdade? **Revista DireitosHumanos**, Brasília, DF, n. 5, p. 32-34, abr. 2010. Especial PNDH 3.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **A ditatura militar Argentina 1976-1983**: do golpe deestado à restauração democrática. São Paulo: EDUSP, 2007.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Instrumentos del Estado de Derecho para sociedades que han salido de um conflicto**: Comissiones de laverdade. Nova Iorque; Genebra: ONU, 2006.

ORTEGA, C. D. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciênciada Informação. *In*: DOCUMENTO: gênese e contextos de uso. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. v. 1, p. 57-80.

ORTIZ, C. G.; BARRERA, B. P. **La dimensión simbólica y cultural de la reparación integral**. Material pedagógico sobre reparación integral. Abril, 2006.Disponível em: www.corporacionavre.org. Acesso em: 15 dez. 2012.

OTLET, P. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y prática.Trad. de Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PEREIRA, A. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil,no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Direito à verdade e à justiça: o caso brasileiro. **InteresseNacional**, v. 5, n.17, p.14-24, abr./jun. 2012.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**: introdução. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PINZANI, Alessandro.O potencial emancipatório da ética do discurso. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. de. **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea daética e da política. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 30-47.

PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as marchas da família com deus pela liberdade e o golpe de 1962. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz(org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: CivilizaçãoBrasileira, 2010.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar daCiência da Informação. Marília, SP: UNESP, 2009.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; RevistaSociologia, São Paulo, n. 7, p. 67-82, out. 1995.

REIS, D. A. O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para alonga vida da ditadura militar no Brasil, 2012. **Revista de História.com.br**.
Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira. Acesso em: 10 jan. 2013.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade,consenso e consentimento no Século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROTA, V. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Acervo**, Rio deJaneiro, v. 21, n. 2, p.193-200, jul./dez. 2008.

SANTOS, C. M. Questões de justiça de transição. *In*: REPRESSÃO e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão deAnistia; Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, 2010, p. 125-151.

SIEBENEICHLER, F. B. **Jurgen Habermas**: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SIEBENEICHLER, F. B. Apresentação à edição brasileira. *In*: HABERMAS, Jürgen.**Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1.

SMITH, Barry. Documents Acts. [s.l.], [2010]. Disponível em: http://ontology.buffalo.edu/document_ontology/document_acts.doc. Acesso em:15 dez. 2012.

SOUSA JUNIOR, J. G. de; BENEVIDES, M. V. O eixo educador do PNDH-3. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, DF, n. 5, p. 22-25, abr. 2010. Especial PNDH 3.

SOUZA, J. C. de (org.). **Filosofia, racionalidade, democracia**: os debates Rorty e Habermas. São Paulo: UNESP, 2005.

RONIGER, L; SZNAJDER, M.. **O legado de violações dos direitos humanos nocone sul**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TEITEL, R. Transitional justice genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v.16,p. 69-94, 2003.

TORELLY, M. D. justiça transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro. *In*: REPRESSÃO e MemóriaPolítica no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2010. p.104-123.

VALDEZ, P. **Comisiones de la verdad**: un instrument de las transiciones hacia lademocracia, 2007. Disponível em: www.memoriaabierta.org.ar. Acesso em: 10 dez. 2012.

VAN ZYL, P. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **RevistaAnistia Política e Justiça de Transição**, n. 1, jan./jun. 2009.

VEZZETTI, H. **Pasado y presente**: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina.Buernos Aires: Siglo XXI, 2003.

WELLMER, A. A controvérsia acerca da verdade: pragmatismo sem idéiasreguladoras. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 138, p. 55-74, jul./set. 1999.

WINAND, E. C. A.; BIGATÃO, J. de P. A política brasileira para os direitos humanose sua inserção nos jornais: a Comissão Nacional da Verdade. *In*: CONGRESSO DAASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, San Francisco, Califórnia. **Anais...** San Francisco, Califórnia, maio 2012. p.1-24.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. New York: Macmilian, 1958.

WITTGENSTEIN, L. **Preliminary studies for the "Philosophical Investigations**". Oxford: BasilBlackwell, 1969.

Capítulo 3

PRETENSÕES DE VALIDADE DA INFORMAÇÃO DIANTE DA AUTORIDADE DO ARGUMENTO NA WIKIPÉDIA

Marcio Gonçalves

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: Discute a dinâmica de validação da informação na Wikipédia. Para compreender as dinâmicas infocomunicacionais propõe-se a abordagem das pretensões de validade elaboradas por Jürgen Habermas em face à autoridade do melhor argumento. Identifica a Wikipédia como um ambiente discursivamente emancipatório e construído a partir do discurso argumentativo habermasiano levando à validação discursiva da informação.

INTRODUÇÃO

A Wikipédia possibilita um ambiente mais emancipatório, discursivamente falando, a partir do estudo sistemático do pensamento de Jürgen Habermas por meio da teoria do discurso e da linguagem e da validação. Nessa enciclopédia online verifica-se que surge a iniciativa de estratégias colaborativas de produção por meio da força do melhor argumento.

Procura-se, portanto, estabelecer um aporte teórico que compreenda o processo de validação social dos verbetes construídos de forma discursiva na Wikipédia, pois a web é considerada um espaço de produção de sentido por meio de discurso argumentativo.

Com as inovações no processamento de volume de dados altera-se a percepção quanto ao que significa autoridade. No período de pouco mais de uma década e, talvez, de forma mais extensa do que em qualquer outro período na história, mexe-se com a maioria das ideias sobre valor cultural e intelectual.

As bases dos argumentos estabelecidos por Habermas sobre a interação comunicativa contribuem para entender tais mudanças atuais. Parte-se, assim, do encadeamento das ideias de que as coisas têm pretensões de validez e que elas passam por um processo de validação

até adquirirem validade. Considera-se que o valor da Wikipédia é gerar atualização e que a enciclopédia online mantém o valor de ser atual.

WIKIPÉDIA E O AMBIENTE DISCURSIVAMENTE EMANCIPATÓRIO

A Wikimedia Foundation, presidida por Jimmy Wales, que é co-criador da Wikipédia, surge, em 2003, como projeto complementar à Nupedia e passa abrigar o site, cuidar do servidor e do desenvolvimento do projeto de enciclopédia online. É importante lembrar, porém, que o acadêmico Larry Senger, que já desenvolvia a Nupedia - um projeto semelhante, mas que tinha como premissa a correção e edição sumária dos artigos enviados, é quem assina a criação. A sede fica localizada em São Francisco, Estados Unidos da América (até 2007 sua sede era no estado da Flórida).

A fundação é uma entidade filantrópica cujo regulamento declara que seu propósito é o recolhimento de dados, o desenvolvimento de conteúdo educacional e divulgação de forma eficaz e global. O objetivo declarado da Wikimedia Foundation é desenvolver e manter conteúdo aberto, por meio de projetos baseados no sistema wiki e fornecer o conteúdo completo desses projetos ao público gratuitamente.

Além da Wikipédia, a fundação gera um dicionário multilíngue chamado Wikicionário, uma enciclopédia de citações chamada Wikiquote, um repositório de textos de fontes em qualquer língua chamado Wikisource, e uma coleção de textos, estilo livros, para estudantes (tais como: manuais e livros de domínio público) chamado Wikibooks. Wikijunior é um subprojeto do Wikibooks e é especializado em livros para crianças. Todos os projetos principais da Wikimedia Foundation são desenvolvidos colaborativamente por seus usuários por meio do software MediaWiki. O conteúdo é livre e distribuído sob a Atribuição-Compartilhamento pela mesma Licença 3.0 (exceto o Wikinotícias, licenciado sob o Creative Commons Attribution 2.5), o que significa que pode ser livremente usado, livremente editado, reproduzido e redistribuído, sujeito às restrições de tal licença.

Para Burke (2012, p. 341) o advento de tecnologias digitais permite a criação da Wikipédia que hoje pode ser considerada como carro-chefe da ciência cidadã. Mais especificamente, considera-se neste trabalho a de conteúdo em língua portuguesa, formada por cidadãos dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

PRETENSÕES DE VALIDADE

A Wikipédia, reconhecida como um sistema de informação nos estudos de Ciência da Informação (CI) é um espaço no qual a comunicação e o engajamento na produção de informação torna-se cada vez mais importante no contexto dos sistemas de informação e, com isso, a teoria social crítica de Jürgen Habermas tem provado ser uma lente importante e útil neste tipo de pesquisa, especialmente na compreensão do potencial comunicativo do desenvolvimento destes sistemas (Ross, 2006, p. 15; Ross; Chiasson, 2011, p. 123; Heng; de Moor, 2003, p. 331).

Reconhece-se a importância do pensamento de Habermas e suas premissas teóricas para a Ciência da Informação a partir de González de Gómez e Gracioso:

> O pensamento de Habermas pode ser um eixo para refletirmos as revoluções científicas e tecnológicas que vivenciamos na sociedade contemporânea. Não só pelo fato deste autor ser contemporâneo e ainda vivo, mas principalmente por relacionar teorias do conhecimento já desenvolvidas, com as Ciências Humanas e Sociais de modo geral. Seus pressupostos nos ajudam a pensar as bivalências, os encontros e desencontros da sociedade atual e posiciona o conhecimento como elemento propulsor dessa situação (González de Gómez; Gracioso, 2007b, p.2).

As premissas teóricas, como pensam González de Gómez e Gracioso (2007b, p. 2), que fazem sentido para a Ciência da Informação frente à busca de Habermas por entendimento da dinâmica informacional propiciada pela Internet, principalmente ao que diz respeito aos critérios de validação dos conteúdos produzidos, é que são levadas em conta nesse artigo. González de Gómez (2009b, p. 115) considera "Habermas um intelectual comprometido com os rumos do mundo contemporâneo e os textos dele ganham clareza quando recolocados no contexto de uma leitura ética e política do presente".

A CI está atenta à perspectiva interativa de construção e de uso de conteúdos na rede como campo para as investigações, como afirmam Gracioso e Saldanha:

A construção interativa de conteúdos na própria rede (e sua respectiva disponibilização por meio de sites de busca, que também recuperam conteúdos sistematizados) tem suscitado ainda mais um repensar teórico que nos permita entender as condições de validação informacional considerando os elementos que envolvem os processos de uso cotidiano da linguagem (Gracioso; Saldanha, 2010, p. 102).

Habermas utiliza agir comunicativo quando diz que a linguagem natural é utilizada como forma de interação social (ligação entre alter e ego) e a coordenação das ações são orientadas pela força consensual do entendimento. É o Eu pós-convencional em Habermas no qual o indivíduo (Ego) resgata para si o direito de construir-se a si mesmo em permanente diálogo com os demais (alter) utilizando-se de atos de fala fundados em regras discursivamente elaboradas (Justiniano, 2008, p. 45). Para haver o acordo é necessário coordenação das ações entre os atores, que buscam compartilhar o mundo da vida e fazer interpretações em comum. Influências e intervenções de fora descaracterizam o processo. Inexiste acordo, portanto, quando há gratificações ou ameaças.

No agir comunicativo os falantes são motivados pelo outro a agir racionalmente em função do efeito ilocucionário de comprometimento que os atos de fala provocam. Um acordo racionalmente motivado entre todos os envolvidos só é possível de ser compreendido a partir dos estudos de Austin, que conferem à fala um sentido de ato, que não é assertórico (descrever algo), mas pragmático, ou seja, leva o outro a aceitar pressupostos pragmáticos da comunicação. As condições do discurso e o acordo racional obtido dependem de uma situação ideal de fala, que se caracteriza pela simetria de oportunidades dos que participam do diálogo (Hermann, 2012).

Para Aragão, quando falantes e ouvintes assumem um enfoque performativo por meio do uso dos pronomes pessoais, cada ego defronta-se com o outro na forma de alter ego e reconhece-se a si próprio na sua absoluta diferença em relação ao outro:

> Do ponto de vista pragmático, a linguagem assume relevância enquanto elemento mediador das relações que os falantes estabelecem entre si, quando se referem a algo no mundo. Quando eles assim o fazem, assumem os papéis dialogais de ego e alter em que ego utiliza-se de um ato-de-fala para expressar um estado-de-coisas referentes ao mundo, para o qual busca anuência de alter, isto é, utiliza-se de um ato-de-fala que traz em si implicitamente a pretensão de ser verdadeiro e poder ser reconhecido como tal por alter. Alter, por sua vez, vai reagir à oferta do conteúdo do proferimento de ego adotando uma posição de "sim" ou "não" em relação a esse conteúdo e, consequentemente, de concordância ou discordância em relação à pretensão de validade embutida no conteúdo do proferimento de ego (Aragão, 2006, p. 28-29).

Ressalta-se, porém, as diferenças do que Habermas trata de agir comunicativo e de agir estratégico:

> O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força motivadora dos atos de entendimento, portanto,

> numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (Habermas, 1990).

Em relação ao agir estratégico, como mostra o quadro a seguir, quando a linguagem natural é utilizada para meio de transmissão das informações, há efeitos da coordenação das ações que são guiados pelas influências de determinados atores sobre os outros – indução do comportamento – e ficam enfraquecidas as forças ilocucionárias de ligação. O sucesso ilocucionário está em compreender e aceitar. Ao passo que o sucesso perlocucionário acontece quando os fins e efeitos vão além dos sucessos ilocucionários (Pinzani, 2009, p. 84).

Siebeneichler (2010, p. 21) cita que é a partir das teses de Herbert Marcuse e Max Weber que Habermas distingue três tipos fundamentais de agir ou ação: a) agir teleológico ou instrumental é quando o agente realiza um fim ou provoca um estado de coisas desejado à proporção que escolhe meios adequados e os aplica; b) agir estratégico acontece mediante o qual o agente insere no cálculo do sucesso de sua ação a expectativa das decisões e atitudes de outro agente e c) agir comunicativo que é a forma primordial e paradigmática do agir humano.

Para Habermas (1996, p. 46) a intenção universal-pragmática básica da teoria do ato de fala fica expressa na análise das unidades de discurso elementares (expressões) de uma perspectiva semelhante àquela a partir da qual a linguística analisa as unidades da linguagem (frases). O êxito de um ato de fala comunicativo depende de um acordo sobre a razoabilidade das pretensões de validade nele exteriorizadas (Siebeneichler, 2010, p. 23).

Pinzani cita alguns exemplos:

> O ato locucionário diz respeito à dimensão meramente linguística (p.ex., “o meu amigo me diz amanhã te visitarei”); o ato ilocucionário atribui ao enunciado um determinado papel que pode ser compreendido somente em um determinado contexto (isso me permite saber se meu amigo está simplesmente afirmando que amanhã me visitará ou se está prometendo fazê-lo); o ato perlocucionário se refere ao efeito extralinguístico (vou comprar uma garrafa de vinho para tomá-la com meu amigo amanhã) (Pinzani, 2009, p. 84).

O núcleo da teoria do agir comunicativo de Habermas e da correspondente teoria da verdade pode ser resumido da seguinte forma: usar a linguagem significa, essencialmente, avançar pretensões de validade que devem poder ser justificadas discursivamente. Por isso, ao lado de uma teoria discursiva da verdade, Habermas elabora uma pragmática universal cujo papel é expor as condições da comunicação (Pinzani, 2009, p. 80). Siebeneichler (2010, p. 23) considera que a “teoria do agir comunicativo coloca em jogo um processo discursivo de entendimento que visa a um consenso apoiado em razões ou argumentos”.

O conceito de compreensão, que para Pinzani (2009, p. 81) é tão importante para Habermas, contém um elemento potencialmente crítico, pois se permite questionar o conteúdo comunicado por um falante ou transmitido pela tradição e verificar a validade dele:

> Cada ação comunicativa se funda em um ato hermenêutico de compreensão que pode sempre levar a um questionamento das suas pretensões de validade e, eventualmente, a um discurso no qual tais pretensões devem ser fundamentadas (Pinzani, 2009, p. 81).

Após a virada paradigmática, pelo contrário, a verdade de um enunciado pode ser demonstrada também com base em razões que podem ser reconhecidas por uma comunidade de participantes da comunicação. O papel, que no antigo paradigma era atribuído à consciência, passa, no novo paradigma, a uma comunicação mediada por argumentos (Pinzani, 2009, p. 82). Uma comunicação "funcionando convenientemente proporciona os critérios que permitem dizer o que não fica bem quando uma comunicação é interrompida, parasitada: assimetria, não respeito ao outro, impossibilidade de recorrer ao melhor argumento" (Dupeyrix, 2012, p. 50).

Habermas reconhece o poder da argumentação apresentando as diferenças entre assertabilidade e verdade:

> As qualidades formais da argumentação ganham relevância na consideração da diferença entre assertabilidade e verdade. Porque "no último instante" evidências concludentes e argumentos convincentes falham e opiniões mesmo tão bem fundamentadas podem ser falsas, somente a qualidade do processo discursivo de certificação da verdade fundamentada a cada vez acessíveis estejam realmente disponíveis e, no final, também "contem". Inconsistências percebidas, que despertam a suspeita "de que aqui sobretudo não se argumenta", se manifestam primeiramente quando participantes evidentemente relevantes são deixados de fora, contribuições relevantes são reprimidas, e tomadas de posição de sim e não são manipuladas ou condicionadas através de influências de outro tipo (Habermas, 2002, p. 69).

A pretensão de validade alimenta-se do envolvimento entre quem fala e quem ouve como mostra a teoria dos atos de fala, dentro de um contexto hermenêutico. "Esta confiabilidade de caráter social-hermenêutico é que constitui o chão próprio da verdade, para trás, a ressonância do sentido pressuposto, e, para frente, a expectativa de corresponder o consenso" (Demo, 1997, p. 230). Habermas salienta a necessidade de discussão e argumentação para garantir que os participantes estejam cientes das questões e das implicações de tópicos de discussão. As diferentes necessidades, interesses e opiniões de todas as partes interessadas devem ser discutidos em um fórum público para que outros

possam debater, questionar e analisar as perspectivas de cada um (Ross; Chiasson, 2011, p. 135).

A prática da argumentação é, portanto, uma opção valiosa para produzir entendimentos sem necessidade da ação estratégica ou mesmo o uso direto da força:

> Somos assim lançados numa exigência de argumentação por parte da racionalidade comunicativa para avaliar as pretensões de validade conectadas com as expressões, e substituir o uso da força externa por um tipo de comunicação que implica em não-coercitividade, como é o caso da ação comunicativa que visa alcançar entendimento. A argumentação é aquele tipo de discurso em que os participantes tematizam exigências de validade contestadas e tentam resgatá-las ou criticá-las através dos argumentos; e onde a "força" de um argumento é medida num contexto dado pela solidez das razões. Isto pode ser visto quando um argumento é capaz ou não de convencer os participantes num discurso, isto é, motivá-los a aceitar a exigência de validade em questão (Aragão, 2006, p. 36).

Habermas sugere dois princípios para a aceitação e validação do conhecimento, inclusive de normas morais: (i) princípio U (Universalização), que atende à base lógica, para poder garantir a validade universal dos procedimentos; (ii) princípio D (Discurso), que atende à necessidade de comunicação participada, para permitir um consenso, ao mesmo tempo, lógico e democrático (Demo, 1997, p. 231). Habermas chega a esta fórmula estimulado não

somente por Apel, mas também por um trabalho de F. Kambartel que cria, em 1974, uma fórmula semelhante. Ele também reconhece que o seu princípio D recebe reforços consideráveis de R. Alexy (Siebeneichler, 2010, p. 11). "O princípio (D) habermasiano tem o papel de esclarecer que o princípio (U) exprime apenas o conteúdo normativo de um processo de formação discursiva da vontade" (Cenci, 2012, p. 109).

Toda a ética formalista tem de ser capaz de indicar um princípio que permita fundamentalmente conduzir a um consenso de motivação racional acerca de questões prático-morais controversas. Como regra de argumentação: (U) Todas as normas em vigor têm de cumprir a condição de que as consequências e efeitos secundários, provavelmente decorrentes de um cumprimento geral dessas mesmas normas a favor da satisfação dos interesses de cada um, possam ser aceites voluntariamente por todos os indivíduos em causa (Habermas, 1991, p.34).

Habermas (2010) explica a pretensão de validade a partir dos enunciados:

> A verdade é uma pretensão de validade que associamos a enunciados na medida em que os afirmamos. As afirmações pertencem à classe dos actos de fala constativos. Ao afirmar algo, faço valer a pretensão de que o enunciado que afirmei é verdadeiro. Posso fazer valer esta pretensão de forma legítima ou de forma ilegítima. As afirmações não podem ser nem verdadeiras nem falsas, são, isso, sim, legítimas ou ilegítimas (Habermas, 2010, p. 183).

Pode-se elucidar o que é uma pretensão de validade com recurso ao modelo da pretensão jurídica. Uma pretensão pode ser reclamada, isto é, feita valer, pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões que são reconhecidas são válidas. A circunstância de pretensões de validade realmente encontrarem reconhecimento pode ter muitos motivos (ou causas). No entanto, se e enquanto da "própria coisa" (grifo do autor) puder ser deduzido uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, dizemos que esta é reconhecida porque e exclusivamente porque é legítima (ou se afigura legítima aos que a reconhecem). Uma pretensão é designada por legítima se e na medida em que pode ser sustentada. "É que a validade legítima de uma pretensão garante a fiabilidade com que as expectativas resultantes de uma determinada pretensão são satisfeitas" (Habermas, 2010, p. 183).

Para distinguir entre enunciados verdadeiros e falsos, Habermas faz referência à avaliação de outros – a saber, ao juízo de todos os outros com que alguma vez pudesse entabular um diálogo. A condição para a verdade de enunciados é a concordância potencial de todos os outros. A verdade de uma proposição significa a promessa de alcançar um consenso racional sobre aquilo que é dito (Habermas, 2010, p. 190).

Diálogo e discurso, esclarece Hermann (2012), referem-se a diferentes modos de ação comunicativa que podem ser esclarecidos pelo recurso à etimologia da palavra. Diálogo provém do grego dia-logos, que significa por meio da conversa, ou seja, uma conversa recíproca entre duas ou mais pessoas. Diferentemente do diálogo, o discurso provém do termo latino discurs, que significa correr separados, correr para cá e para lá, dispersar-se. Constitui-se numa situação de conversa em que as contribuições de um e de outro estão relacionadas e orientadas ao entendimento. Enquanto o diálogo filosófico realiza-se entre dois participantes, o discurso busca um entendimento pela discussão pública de participantes separados numa polifonia incômoda, própria das sociedades pluralistas.

O discurso está além do encontro pessoal, não é privado, mas se dá numa esfera pública. A preferência de Habermas pelo discurso deve-se ao seu ceticismo em relação a um diálogo platônico-metafísico e em seu interesse na estrutura não existencial de uma esfera pública política que ultrapassa o plano pessoal. O discurso é uma forma especial de comunicação em que os participantes reagem diante de uma determinada perturbação (Hermann, 2012).

AUTORIDADE DO ARGUMENTO

Para acompanhar discurso e validade da informação, no contexto proposto por Habermas, "que marcou sua discussão pela busca incansável de aprimoramento das relações democráticas da convivência social com base na força sem força do melhor argumento" (Demo, 2009, p. 84), cabe lembrar os conceitos de ação e discurso.

González de Gómez apresenta as diferenças entre ação e discurso no contexto Habermasiano:

> Ação remete ao âmbito de comunicação no qual tacitamente reconhecemos e pressupomos as pretensões de validade implicadas nas emissões ou manifestações (e, portanto, também nas afirmações), para intercambiar informações (imersos em experiências relativas à ação). Discurso remete à forma de comunicação caracterizada pela argumentação, na qual são tematizadas as pretensões de validade que se tornarem problemáticas e na qual se examina se são ou não legítimas (Gonzalez de Gómez, 2006, p. 63).

Em relação ao discurso, este seria uma forma de comunicação distinta da mera fala, onde se deve pressupor que as condições para uma situação ideal de fala – isto é, a ausência total de coação interna ou externa e a simetria de posições entre proponentes e oponentes – poderão ser satisfeitas num nível suficiente de aproximação (Aragão, 2002, p. 122-123). "Nos discursos, não intercambiamos informações, mas argumentos que servem para justificar ou rejeitar pretensões de validade problematizadas" (González de Gómez, 2006, p. 64).

No discurso teórico, as afirmações feitas sobre os fatos são problematizadas e revistas, o saber é reassegurado verbalmente sobre o mundo dos objetos, a verdade até então vigente e aceita no grupo é redefinida. No discurso prático, a validade e a justeza das normas sociais que regulamentam a vida social são postas em cheque. Nesse processo argumentativo, prevalece unicamente o critério do melhor argumento, pois cada afirmação precisa ser justificada, cada julgamento precisa ser defendido e a validade das regras em questão, reafirmada (Freitag, 2005, p. 101-102).

Enquanto sequência de atos comunicativos (e não sequência linear e lógica de sentenças), para González de Gómez (2009b, p.126), no processo "argumentativo sempre devem ser considerados ao mesmo tempo os argumentos, as demandas de validade e os atores sociais que lhes outorgam duplamente existência social e epistêmica".

González de Gómez ainda completa a ideia de verdade:

> As questões de verdade colocam-se não em relação aos correlatos intramundanos do conhecimento referido à ação, mas em relação aos "estados de coisas" no mundo,

> que se fazem corresponder com discursos "descarregados" da ação (González de Gómez, 2006, p. 65).

O conceito discursivo de verdade deve, de um lado, levar em conta o fato de que a verdade de um enunciado – dada à impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas – não pode ser medida por "evidências peremptórias", mas apenas por razões justificadoras, se bem que jamais definitivamente obrigatórias; por outro lado, a idealização de determinadas propriedades formais e processuais da práxis argumentativa deveria pôr em relevo um procedimento que, mediante uma consideração sensata de todas as vozes, temas e contribuições relevantes, faça justiça à transcendência da verdade em relação a seu contexto, tal como é reivindicada pelo falante para seu enunciado (Habermas, 2004, p. 46-47, grifos do autor).

A solidariedade é para Habermas atividade de comunicação. Uma sociedade humana é uma realidade simbólica que não pode se manter, existir ou funcionar sem os recursos da linguagem os momentos de entendimento e cooperação que o diálogo permite. É na comunicação e por ela que liberdade e igualdade podem ser experimentadas, ajustadas e conquistadas (Dupeyrix, 2012, p. 201).

Inspirado no filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), mas à luz do espírito Kantiano, Habermas procura manter uma relação entre justiça e solidariedade, pois as questões do bem viver (moralidade dos costumes) submetem-se a uma discursividade racional e podem ser reconhecidas como aceitável por todos (princípio universal) (Hermann, 2012).

A comunicação com vistas ao entendimento mútuo, que tem por natureza um caráter discursivo, é diferenciada segundo os níveis do discurso e do agir. Tão logo as pretensões de verdade – ingenuamente levantadas no agir comunicativo, e mais ou menos autoevidentes no contexto de um mundo da vida comum – são problematizadas e se tornam objeto de uma controvérsia com base em argumentos. Para Demo (2009), a "beleza maior de um texto está em sua abertura promovida pela autoridade do argumento".

Na opinião de González de Gómez, ainda sobre autoridade:

> Habermas sustentará que a autoridade epistêmica para aceitar ou rejeitar argumentos, em contextos problemáticos, reflexivos e deliberativos, é competência de todos e cada um dos homens, em seus mundos de vida, e não função exclusiva das comunidades de eruditos, reformulando assim aquela idealização iluminista do uso público da razão, e abrindo uma via de articulação entre as universidades, a esfera pública e os mundos da vida (González de Gómez, 2011, p. 236).

Para referir-se às condições e possibilidades de articulação, social e epistêmica, das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais, González de Gómez (2007a, p. 9) torna notável o termo autoridade epistêmica distribuída. A autora sugere que se deve pensar quais são as formas epistêmicas e sociais de um conhecimento em rede sujeitas a esse tipo de autoridade: a trandisciplinaridade é uma das possibilidades (González de Gómez, 2007, p. 10, grifo do autor).

Habermas, acerca do agir comunicativo e da práxis argumentativa, comenta que os envolvidos passam (mesmo que de modo rudimentar) "do agir comunicativo para outra forma de comunicação, a saber, para uma práxis argumentativa em que eles desejam se convencer mutuamente, mas também aprender uns dos outros" (Habermas, 2006, p. 92). A comunicação baseada em argumentos é, antes de mais nada, um discurso, ainda que sempre também prático, como quer Habermas (Demo, 2012b, p.39).

As informações que provêm dos conhecimentos dos outros são aceitas pelos outros com base na "autoridade cognitiva" não só de uma testemunha, mas também de livros, artigos e outros registros e instrumentos que são "porta-vozes" de autoridade cognitiva de seus autores e criadores. Às vezes, o testemunho subsiste, aliás, à rebeldia do silêncio ou incompreensão de quem for sua testemunha (González de Gómez, 2007, grifos do autor).

Argumentação, portanto, é o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos (Habermas, 2012, p. 48). A capacidade de fundamentar exteriorizações racionais, por parte das pessoas que se portam racionalmente, corresponde à sua disposição de se expor à crítica e participar regularmente de argumentações, sempre que necessário (Habermas, 2012, p. 49). No discurso argumentativo, como afirmam Lima, Moreira e Lima (2010, p. 692) "mostram-se estruturas de situação de fala que estão imunizadas contra repressão e desigualdade: elas se apresentam como uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais".

CONCLUSÃO

As atuais dinâmicas comunicacionais mudam a forma de validação da informação, pois é possível visualizar e discutir essa dinâmica uma vez que prevalece a autoridade do argumento e, não, o argumento da autoridade. Essas mudanças são parte de processos na

esfera cultural que variam de acordo com a época em que se vive e das tecnologias disponíveis em cada sociedade.

É proposto, portanto, que na Wikipédia aconteça uma validação discursiva da informação, pois diante da ideia habermasiana de emancipação humana, o agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo propõe processos que levam os membros da sociedade a uma maturidade capaz de manter a autoridade dos argumentos estabelecidos no discurso.

No encadeamento das ideias de que as coisas têm pretensões de validez e que elas passam por um processo de validação até adquirirem validade, por validação discursiva da informação entende-se o processo de um agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo alcançado pela ideia habermasiana de emancipação humana e de discurso. O processo envolve o uso da linguagem que promove avanços nas pretensões de validez quando justificadas discursivamente.

Novos estudos envolvendo o aporte teórico de Jürgen Habermas contribuem para mover a comunidade científica na busca de soluções para a criação e manutenção de sistemas de informação em que, mais do que preocupar-se com o desenvolvimento técnico em si, deve-se atentar em como o conteúdo a ser produzido pelo social ganha força. O envolvimento cada vez mais constante dos atores envolvidos nessa tessitura construída por diversas mãos universais deve ser o mote dos futuros encontros suscitados como debate na academia.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Lucia. **Habermas**: filósofo e sociólogo do nosso tempo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

ARAGÃO, Lucia. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento** – II: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CENCI, Angelo Vitório. Da ética do discurso à teoria do discurso. *In*: NOBRE, M; REPA, L (org.). **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da Teoria Crítica Habermasiana. Campinas: Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012b.

DEMO, Pedro. **Qualidade humana**: somos corpo e alma, nem só corpo, nem só alma. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009.

DUPEYRIX, Alexandre. **Compreender Habermas**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2012.

FREITAG, Barbara. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (org.) **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal, RN: Editora da UFRN, 2006.

DEMO, Pedro. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. *In*: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.) **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: Unesco, 2009a.

DEMO, Pedro. Habermas, informação e argumentação. *In*: PINZANI, A.; LIMA, C. R. M.; DUTRA, D. V. **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009b. p. 115-138.

DEMO, Pedro. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Enancib, 2007a.

DEMO, Pedro. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009c.

DEMO, Pedro. A universidade e a "sociedade da informação". **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 225-242, jul./dez. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ciência da Informação e a ação comunicativa no cenário web. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Enancib, 2007b.

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**: da pragmática informacional à web semântica. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-metafísico**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Fundamentação linguística da sociologia**: obras escolhidas de Jürgen Habermas. Lisboa: Edições 70, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Teorias da verdade. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Obras escolhidas de Jürgen Habermas**. Lisboa: Edições 70, 2010. v. 2, cap. 5.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa, Edições 70, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HERMANN, Nadja. **Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro, 2012. Aula ministrada em 25 abril e 9 mai. 2012. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

JUSTINIANO, Leonides da Silva. Estado e identidades pós-convencionais. *In*: MARTINS, C. A; POKER, J. G. A. B. (org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

LIMA, C. R. M de; MOREIRA, F. K; LIMA, J. R. T. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 7, n. 3, p. 669-692, 2010.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSS, Alain. **A Habermasian perspective on the requirements process in software development**. 2006. X f. Tese (Doutorado em Filosofia) Haskayne School of business Calgary, Canadá, 2006.

ROSS, Alain; CHIASSON, Mike. Habermas and information systems research: new directions. **Information and Organization**, n. 21, p. 123-141, 2011.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Razão comunicativa e técnicas de comunicação e informação em rede. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R.M de. (org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2010.

Capítulo 4

VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO

Marcio Gonçalves

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: Discute a dinâmica de validação da informação na Wikipédia, descreve a cultura colaborativa da Wikipédia, identifica verbetes construídos discursivamente e descreve como a web é considerada um espaço de produção de sentido por meio de discurso argumentativo. Conclui-se que, de acordo com as propostas teóricas de Jürgen Habermas, a Wikipédia é um ambiente discursivamente emancipatório e construído a partir do discurso argumentativo proposto por esse autor.

WIKIPÉDIA E O AMBIENTE DISCURSIVAMENTE EMANCIPATÓRIO

Recorda-se que as primeiras enciclopédias constituíam trabalhos individuais e, portanto, por mais erudito que fosse seu autor, o trabalho refletia apenas seu próprio conhecimento. O crescimento e a especialização da ciência levam, nesse sentido, à prática da constituição de comissões editoriais, transformando as enciclopédias em obras de autoria coletiva. É possível perceber, portanto, que a dinâmica editorial da enciclopédia é modificada lentamente ao longo dos anos. (Campello, 2008, p. 15). “A democratização do conhecimento também atinge as enciclopédias, notadamente a Wikipédia online” (Burke, 2012, p. 341).

A tecnologia eletrônica transforma as tradicionais enciclopédias impressas em produtos definitivamente ultrapassados, pelo menos para a faixa de usuários que utiliza o computador e tem acesso fácil às redes eletrônicas. A enciclopédia, que é um produto que conta com grande aceitação social, com um reconhecimento estético-formal instantâneo, passa a sofrer mudanças que podem ser caracterizadas por um novo paradigma similar ao ocorrido por ocasião da invenção da imprensa no século XVI (Campello, 2008, p. 15).

O advento de tecnologias digitais permite a criação de uma enciclopédia online, a Wikipédia, e que pode ser considerada como carro-chefe da ciência cidadã (Burke, 2012, p.

341). Mais especificamente, considera-se, aqui, a de conteúdo em língua portuguesa, formada por cidadãos dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Baseado na tecnologia wiki, o conteúdo da Wikipédia é produzido por meio de código aberto e de forma coletiva na internet. Distingue-se, ainda mais, por ser feita de "a partir de baixo" (Burke, 2012, p. 342). O termo wiki é inventado, em março de 1995, pelo programador de computador norte- americano Ward Cunningham e desde esse período é usado para os sites configurados no modelo de criação coletiva (Johnson, 2010, p. 18). Cunningham batiza sua criação de Wiki (do havaiano wiki-wiki = "rápido", "veloz", "célere") por ser a primeira expressão havaiana que aprendeu quando um atendente do aeroporto recomendou, em sua primeira visita às ilhas, que pegasse os ônibus expressos "wiki wiki", no Aeroporto de Honolulu (Blattmann; Silva, 2007, p. 201).

O sistema wiki, diferentemente de outras páginas da internet, permite que o conteúdo seja editado e atualizado pelos usuários, constantemente, sem haver a necessidade de autorização do autor da versão anterior. Esse sistema permite corrigir erros e inserir novas informações, ou seja, ninguém é autor proprietário de nenhum texto e o seu conteúdo é atualizado devido à possibilidade de ser reformulado (Blattmann; Silva, 2007, p. 201). "Significa que não existe limite físico nem econômico para o número ou extensão dos artigos. Os bits são gratuitos" (Gleick, 2013, p. 391).

Disponível na web desde sua criação e chamado de Portland Pattern Repository (http://www.c2.com), Cunningham pretendia desenvolver um site no qual os próprios usuários pudessem gerar, gerenciar e disseminar conteúdos. Com o sucesso do sistema que desenvolveu, vários clones surgem como alternativa para a construção participativa de textos. Para Bauwens (2005) um número crescente de redes sociais, como os blogs e as wikis, facilita a emergência de processos entre pares (O Peer to Peer = P2P) por meio da criação de confiança e capital social e da criação de valor de uso sem o intermédio da produção ou distribuição feita por organizações com fins lucrativos.

Os artigos da Wikipédia não são criados de uma vez só. Eles crescem ao longo de várias edições e muitas vezes feitas pela colaboração de diversos usuários diferentes. Um colaborador pode iniciar o artigo. Outro pode acrescentar mais textos e outro ainda pode reorganizar para deixá-lo mais fácil de ler. Ninguém é dono do artigo, mas muitas pessoas têm um zelo especial por aqueles nos quais investiram boa quantidade de tempo. Os colaboradores discutem como os artigos devem evoluir, avaliam a qualidade das fontes e estabelecem

políticas editoriais. Essas páginas e discussões são abertas para análise pública detalhada, bem como os próprios artigos.

Há a premissa de que o debate entre muitos colaboradores com ideias diferentes sobre o mesmo assunto pode gerar como resultado o consenso. Tipicamente as discussões iniciam mais calorosas e participativas até se estabilizarem. Quando atingem o estágio menos dinâmico, o conteúdo é considerado como válido pela maioria do grupo, o que pode ser interpretado como consenso. O ideal de consenso é a força que move a sociedade e, na web, isso se manifestaria proporcionalmente (Gracioso, 2011, p. 113). Benkler (2011, p. 104) acredita que algumas discussões são tão calorosas como as desenvolvidas frente a frente.

O fluxo de informação e sua distribuição ampliada e equitativa têm sido um sonho de diversos pesquisadores e cientistas em diferentes épocas. Desde a escrita o homem vem passando por proezas tecnológicas que têm mudado sua visão e sua relação com o mundo da informação (Barreto, 2008). Vannevar Bush ao publicar na revista The Atlantic Monthly, em 1945, o seu mais conhecido ensaio As you may think, consolida a descontinuidade da ideia dos clássicos processos de armazenagem e distribuição do grande volume de informação científica acumulado.

Para Bush, a informação científico-tecnológica não deveria estar restrita aos cientistas, mas, sim, alcançar o cidadão comum como forma de elevá-lo social e culturalmente. Parece, assim, que, hoje, a Wikipédia até seja considerada um projeto que consolida as ideias deste cientista norte-americano (Aigrain, 2003).

A economia da informação em rede caracteriza-se pela ação individual descentralizada e pela ação cooperativa distribuída por mecanismos não mercadológicos, que não depende de estratégias de propriedade, mas que têm um papel muito maior, ou deveriam ter, na economia industrial da informação (Benkler, 2006, p. 3; Dittrich; Lima; Régis; Roman; 2010, p. 103).

Benkler (2006, p. 400) afirma que a produção colaborativa emerge como “sistema técnico social, viável, para motivar e organizar as contribuições coletivas humanas por outros meios que não sejam os contratos e a compensação do mercado”. A produção colaborativa é a realização de uma atividade voltada para o comum. As redes de produção colaborativa da sociedade atual têm características participativas e horizontais, entre produtores e usuários, que são diferentes das relações entre produtores, mediadores e consumidores do modo de desenvolvimento industrial do capitalismo.

As redes colaborativas levam a uma economia de produção da informação por meio de laços sociais entre cientistas ou cidadãos comuns. No ambiente da Wikipédia, sobretudo,

vê-se como a participação promove, mais e mais, um compartilhamento de verbetes que, constantemente, sofrem alterações, acertos, inclusões etc. "Wikipédia é apresentada como uma nova/outra forma do conjunto dos saberes que estaria surgindo na contemporaneidade (Scotta, 2009, p. 71).

"Seriam a capacidade de memória praticamente ilimitada da Web e a abertura à edição colaborativa da Wikipédia que alimentariam o imaginário da "enciclopédia completa" (Scotta, 2009, p. 73). Em outras palavras, se antes os sujeitos concebiam estar diante do "saber total" porque a materialidade da enciclopédia limitava, no espaço e no tempo, sua extensão e seu campo de abrangência, fazendo com que estes tomassem as "coisas a saber" ali apresentadas como a "totalidade dos saberes" existentes, hoje tal interpretação estaria se delineando justamente pelo fato de a Wikipédia possibilitar que mais e mais saberes sejam disponibilizados a todo o momento em seu escopo (Scotta, 2009, p. 75).

A Wikipédia conclama a sociedade em geral para produzir conhecimento. O progresso da Wikipédia elucida, com cores muito vivas, uma proposta de produção de conhecimento mais visivelmente conturbada e criativa, em parte retomando um desiderato antigo da enciclopédia (reunir todo o conhecimento humano disponível), em parte refundando a epistemologia, tornada a ágora de acesso generalizado (Demo, 2009).

Scotta (2009) alerta que quando se atenta para a história do enciclopedismo, não é encontrada nenhuma obra que, tendo sido construída em tão pouco tempo, tenha tido tantas "coisas a saber" como a Wikipédia. Ao contrário, a formulação dos saberes, na maior parte dos casos, era um trabalho demorado, que exigia do enciclopedista um tempo para a elaboração e para a reflexão (Scotta, 2009, p. 77).

Pode-se afirmar que na Wikipédia, de fato, tem-se saberes estabelecidos por "práticas discursivas e que podem, ou não, atribuir-lhes caráter científico, mas que, de um modo ou de outro, são formados por esses elementos que compõem grupos de objetos" (que determinam o que vem a tornar-se tema de verbete), conjuntos de enunciações (que constroem no fio do discurso as definições ditas enciclopédicas), jogos de conceitos (que mobilizam discursos e se relacionam pelos links) e séries de escolhas (que regulam os posicionamentos e a permanência ou não de certos enunciados) (Henge, 2010, p. 2).

A configuração colaborativa e distribuída na Wikipédia, como lembra Martins (2013, p. 96), levanta "questionamentos relativos ao processo autoral e à qualidade do que é publicado". Como os textos são fruto de múltiplas intervenções é posto em xeque a forma tradicional de construção da legitimação da produção textual, que não passa pelo crivo das figuras tradicionalmente reconhecidas como portadoras de legitimidade para a produção de

uma enciclopédia, pois não é baseada nas credenciais do escritor renomado ou do especialista (Martins, 20013, p. 96).

Henge (2010, p. 2) conclui que acerca do conhecimento enquanto discurso que configura a Wikipédia, vê-se que ela [a Wikipédia] se caracteriza como enciclopédia por buscar abarcar "todo o conhecimento humano de forma imparcial" e "on-line uma vez que a internet em suas relações históricas com a formulação e a circulação dos saberes é seu suporte e o hipertexto sua materialidade discursiva" (Henge, 2010, p. 2). Em seu tom pós-moderno, a "Wikipédia consagra a noção preciosa de que uma ideia só pode ser "crítica", se for plural. Ideia única, sendo "ideia fixa", não passa de argumento de autoridade" (Demo, 2009).

O DISCURSO NA WIKIPÉDIA

A cartografia das controvérsias é o método de investigação para observar a formação do social baseado nos preceitos da Teoria do Ator-Rede, tendo como principais pontos a descrição daquilo que foi observado empiricamente acreditando no potencial dela em expor os fenômenos dispensando explicações. É encarar o fenômeno para, depois, perguntar-se qual a melhor maneira (ou maneiras) para descrevê-lo. Serviria, assim, para descrever a construção (humana e discursiva) do social (Venturini, 2010).

Na Wikipédia qualquer leitor com acesso à internet[1] pode acrescentar ou retirar informações de um verbete, independente de qual seja a instrução formal, titulação ou vínculo à academia. Para a edição dos verbetes o relacionamento entre os usuários logados (ou não) é regido por uma série de normas e princípios editoriais. Os usuários são organizados em categorias definidas em função do grau de acesso às ferramentas do sistema. Quem não está logado é identificado pelo número do IP da máquina que faz o acesso. Os que estão logados são identificados pelo nome de usuário registrado no cadastro (Cukierman; Esteves, 2012).

Na Wikipédia em português, a discussão da composição da lista dos 1000 artigos essenciais para a versão nesta língua origina-se a partir de outra lista criada na Wikipédia em inglês[2] cujo objetivo é listar os artigos que toda Wikipédia deve ter. Cabe aqui, portanto, a

[1] Há versão da Wikipédia para dispositivos móveis suportado por: iPhone, iPod Touch, Android, Palm webOS, Opera Mini, NetFront (telefones SonyEricsson, Playstation Portable, Playstation 3) e Nintendo Wii, mas não é possível editar.

[2] Uma tradução desta lista é encontrada na Wikipédia em português http://pt.wikipedia.org/wiki/ Wikipédia:Lista_os_artigos_que_toda_Wikipé dia_deve_ter.

análise qualitativa da discussão que é desenvolvida entre os usuários da lista da versão em português.

Na página do projeto dessa lista encontra-se a seguinte descrição:

> Com o objetivo de complementar a Wikipédia: Lista dos artigos que toda Wikipédia deve ter, que reúne os mil artigos mais importantes que toda Wikipédia deve ter, reunindo assim os assuntos mais relevantes mundialmente, foi feita esta lista complementar voltada especificamente para os interesses lusófonos[3].

Uma primeira lista foi criada pelo usuário Manuel Anastácio[4] no dia 17 de junho de 2004, às 11:50. Ele é considerado o responsável por determinar o tamanho da rede, pois a iniciativa leva outros atores a contribuir para o aumento ou não da densidade da rede. Nas palavras de Manuel Anastácio:

> OK. A minha ideia é colocar, de início, as propostas no artigo e, depois, vamos cortando o que ficar a mais. Pode- se também fazer alterações às categorias. Sou contra uma categoria apenas sobre mulheres... É um sexismo descabido e podemos indicar muitas mulheres nas outras categorias, sem ser necessário uma secção deste género. O que dizem?

Em seguida, às 14:13, o mesmo usuário complementa:

> Acho que ideia deverá ser, também, reflectir sobre artigos prioritários e não indicar os "bons" artigos que já existem. Já tenho algumas objecções a algumas das propostas, mas vamos esperar que apareaçam mais.

Em um tópico chamado de Comentários da nova proposta, Manuel Anastácio e Joaotg iniciam uma conectividade e travam um debate sobre a importância da lista e os equívocos de criação da mesma. Joaotg comenta: “Parece-me que vamos chegar no entanto a um ponto em que teremos (digamos) 700 artigos existentes e 300 inexistentes, a partir do qual a discussão se tornará (ainda mais) absurda”. Manuel Anastácio retruca e diz que João está “a confundir os 1000 melhores artigos com os 1000 essenciais”. Para Anastácio, os “1000 essenciais representam aqueles que, na nossa opinião, qualquer enciclopédia deveria ter. A questão não é se existem ou não. Aliás, se não existirem é que a lista tem significado: para alertar para a urgência de os criar”.

Rjclaudio, por exemplo, tem prestígio nas discussões porque interage e propicia intermediação com alguns dos atores da rede, promovendo, assim, aumento do grau de

[3] http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Lista_dos_1000_artigos_essenciais.
[4] O nome de usuário será preservado conforme consta no login do wikipedista.

entrada e de saída. Neste caso, mostra posição de influência e parece controlar o fluxo de informação nos debates. Ao mesmo tempo, em relação à centralidade do ator, alguns (Tetrakys, Luan, RafaAzevedo e Helder) fazem colocações, mas não interagem com os demais atores da rede.

Com relação aos laços e ao compartilhamento de informação nessa rede, percebe-se a formação de laços fracos, pois se tratam de atores que não necessariamente andam nos mesmos círculos sociais tendendo, portanto, a serem diferentes. Nas trocas de informação ocorre pouca motivação para troca e compartilhamento de informação. RafaAzevedo, por exemplo, passa a ser um ator isolado, pois na participação do dia 18 de novembro de 2009 não obteve resposta à seguinte colocação:

> Confesso que não entendi o propósito desta página. Quais artigos devem ser incluídos aqui? O que é um "artigo essencial"? Se estiver relacionado ao tema destes artigos, isto não estaria escapando ao Wikipédia: Princípio da imparcialidade?

As opiniões sobre quais verbetes devem ou não entrar continuam em constante debate na página Discussão. Transcrever cada uma das trocas de ideias e mensagens torna-se insano porque no ambiente da Wikipédia a dinâmica, por meio de hipertexto, leva o leitor a inúmeros caminhos. Percebe-se que, por mínima que seja a atuação ou prestígio de um dos envolvidos, a colocação e/ou observação feita incita curiosidades no próximo que entrar para a discussão.

Wikipedistas sugerem qual deve ser o formato na ordenação da lista. Outros propõem votação para a escolha de quais artigos devem entrar. Como dito antes, devido à facilidade de uso de hipertexto nas colocações (basta usar os comandos de criação de hipertextos disponíveis no próprio ambiente de edição da Wikipédia), no caso de Muriel, no dia 18 de outubro de 2005, às 07:21, ela sugere a visita a uma lista encontrada na Wikipédia em inglês que busca construir a relação das 100 personalidades mais relevantes da história.

Desacordos, mas agora não mais com a criação da lista, e, sim, em relação à ordenação e escolha do que nela deve ter, Nuno Tavares, em 18 de outubro de 2005, às 11:44, comenta:

> Eu não conheço o islamismo, mas não deixa de ser curioso ver o Maomé acima do Newton, e Jesus abaixo dele :) Depois, Gutemberg em 8º, e Einstein em 10º. Como ateu, acho este lista um disparate, o Michael Hart que me desculpe :))[5]

[5] Todas as transcrições são feitas exatamente como é publicada na Wikipédia.

O mecanismo da Wikipédia arquiva as discussões e move-as para uma subpágina. A justificativa é a de que em várias situações é útil arquivar discussões antigas. Desta maneira, em 2011, dia 11 de janeiro, às 12h13min[6], GoEThe retoma a discussão com Rjclaudio acerca do tamanho das ilustrações, das imagens e das tabelas. Neste assunto, uma rede cria-se entre GoEThe, Rjclaudio e Flávio, o Maddox. Rjclaudio passa a aumentar seu grau de entrada porque expande o número de ligações direcionais que ele recebe.

Como os usuários "logados" podem criar subtópicos de discussão, nesta segunda parte, que compreende de 11 de janeiro de 2011 a 24 de fevereiro de 2012 (data da última postagem desde o dia em que se dá o recorte para esta pesquisa), a discussão gira em torno da qualidade das ilustrações e da revisão da lista. O subtópico "Palhaçada total", criado por Pelo Poder do Z, em 17 de setembro de 2011, às 23h02min, comenta:

> Esta lista é a maior palhaçada que já encontrei nesta wiki. Quem é que decide quais são os artigos essenciais? Ninguém meus caros absolutamente ninguém, pois seja quem quer que seja que decida, mesmo que seja a comunidade, a lista vai ser sempre tendencioso e no fim vai ser o resultado dessas tendências e não do real objectivo que seria determinar quais são os 1000 artigos essenciais.

Pelo Poder do Z, amplia a intensidade porque provoca a discussão ao fazer a seguinte pergunta: "Mas já agora, será que alguém sabe explicar para que raio é ou serve esta lista?" Diversos usuários participam respondendo a ele. Otavio1981, Flávio, o Maddox, Rjclaudio formam uma subrede que entra em discussão a partir desta indagação. Pelo Poder do Z questiona o porquê de no item História só estarem artigos genéricos de história dos países lusófonos. Ele ressalta: "E então, os estão dos descobrimentos? Sem eles não teríamos o mundo que temos hoje, ou então o Regicídio de D. Carlos I de Portugal, ou a Guerra colonial, já para não falar das várias revoluções da lusofonia?".

A discussão permanece aberta e com possibilidade de contribuição de qualquer usuário interessado em montar esta lista. Tetraktys, em 24 de fevereiro de 2012, às 05h18min, deixa uma pergunta: "essa lista está parada ou sobrevive?". Mesmo estando isolado porque não interage com outro usuário (pelo menos até a data em que esta pesquisa foi feita) este usuário continua: "(...) de qualquer modo, deixo minha contribuição na parte dos artistas, sugerindo acrescentar:

Artistas visuais: Mestre Ataíde, Victor Meirelles, Pedro Américo, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Tarsila do Amaral, Portinari, Lygia Clark, Hélio Oiticica. Músicos eruditos:

[6] Nova marcação de hora na Wikipédia passa a ser neste formato.

José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, José Maurício Nunes Garcia, Carlos Gomes, Hans Joachim Koellreutter.

Tetraktys ainda completa: "P.S: na parte dos líderes políticos, embora não seja a minha área acho fundamental adicionar também Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Getúlio Vargas e o Lula". A partir da propriedade dos dados coletados é possível perceber que as redes podem ser analisadas com relação a sua estrutura, composição e dinâmica. A estrutura, neste caso, compreende a forma de uma rede não tão intensa, mas, mesmo assim, é capaz de apresentar uma composição na qual é percebida que a qualidade da forma demonstra um ambiente de discussão e controvérsia.

Quanto à estrutura, Rjclaudio, enquanto nó desta rede, é o que apresenta maior grau de conexão. Essa conclusão é baseada na densidade da rede que ele cria. Outro fator a ser considerado é o histórico de participação dos atores nas demais discussões travadas ao longo da Wikipédia. Nessa enciclopédia on line, quanto mais se participa, melhor é entendida a dinâmica da participação colaborativa.

Inovações no processo de edição, portanto, passam a ser implementadas a partir de agora. A edição da Wikipédia exigia que as pessoas aprendessem a sintaxe do wikitexto, que é uma linguagem de marcação bastante complexa, seja para inserir informação ou até mesmo para fazer pequenas correções em um artigo. Quando foi criada, em 2001, esta prática até era aceitável. Nos dias atuais, entretanto, o wikitexto tem afastado colaboradores.

O Editor Visual[7], um novo sistema de edição da Wikipédia que está sendo desenvolvido pela Wikimedia Foundation, permite que as pessoas editem sem ter que aprender a sintaxe wikitexto. A ideia segue o que já é praticado por plataformas sociais, como, por exemplo, o Facebook. Espera-se, dessa forma, que se amplie a contribuição para a Wikipédia em todas as línguas em que ela existe.

DISCURSO E ARGUMENTO: PRETENSÕES DE VALIDADE

É preciso que se entenda a diferença entre os conceitos de giro, guinada ou virada linguística (linguistic turn) e guinada ou virada pragmática. É importante compreender que "virada" nada mais é do que uma mudança radical na pergunta filosófica sobre os elementos

[7] http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Editor_Visual.

centrais de nossa experiência, que passa, assim, a ser articulada de outro modo (Habermas, 1990, p. 77-82).

A virada linguística (linguistic turn) constitui uma superação do método introspectivo ou especulativo típico da filosofia moderna, que era centrada na problemática da consciência, pela análise proposicional. O primeiro passo da virada linguística consiste em priorizar a lógica das proposições (uma rigorosa análise sintático-semântica), acreditando ser esse um passo prévio indispensável a qualquer estudo filosófico. Quanto à virada pragmática, que ocorre posteriormente no interior da virada linguística, pode-se dizer que ela se dá em função de um esgotamento da mera análise proposicional da linguagem (Habermas, 1990, p. 77-82).

A grande conquista da virada pragmática, ocorrida no seio da filosofia da linguagem, está na importância atribuída à práxis comunicativa e não somente à representação da realidade, levando-se em conta o caráter "intersubjetivo da linguagem (as interações comunicativas, os usos que se fazem dos sinais linguísticos, em suma, o seu caráter pragmático)" (Habermas, 1990, p. 77-82).

Habermas utiliza agir comunicativo quando diz que a linguagem natural é utilizada como forma de interação social (ligação entre alter e ego) e a coordenação das ações são orientadas pela força consensual do entendimento. É o Eu pós- convencional em Habermas no qual o indivíduo (Ego) resgata para si o direito de construir-se a si mesmo em permanente diálogo com os demais (alter) utilizando-se de atos de fala fundados em regras discursivamente elaboradas (Justiniano, 2008, p. 45).

Para Habermas (1996, p. 46) a intenção universal- pragmática básica da teoria do ato de fala fica expressa na análise das unidades de discurso elementares (expressões) de uma perspectiva semelhante àquela a partir da qual a linguística analisa as unidades da linguagem (frases). O êxito de um ato de fala comunicativo depende de um acordo sobre a razoabilidade das pretensões de validade nele exteriorizadas (Siebeneichler, 2010, p. 23).

O núcleo da teoria do agir comunicativo de Habermas e da correspondente teoria da verdade pode ser resumido da seguinte forma: usar a linguagem significa, essencialmente, avançar pretensões de validade que devem poder ser justificadas discursivamente. Por isso, ao lado de uma teoria discursiva da verdade, Habermas elabora uma pragmática universal cujo papel é expor as condições da comunicação (Pinzani, 2009, p. 80). Siebeneichler (2010, p. 23) considera que a "teoria do agir comunicativo coloca em jogo um processo discursivo de entendimento que visa a um consenso apoiado em razões ou argumentos".

O conceito de compreensão, que para Pinzani (2009, p. 81) é tão importante para Habermas, contém um elemento potencialmente crítico, pois se permite questionar o conteúdo comunicado por um falante ou transmitido pela tradição e verificar a validade dele. Cada ação comunicativa se funda em um "ato hermenêutico de compreensão que pode sempre levar a um questionamento das suas pretensões de validade e, eventualmente, a um discurso no qual tais pretensões devem ser fundamentadas" (Pinzani, 2009, p. 81).

Após a virada paradigmática, pelo contrário, a verdade de um enunciado pode ser demonstrada também com base em razões que podem ser reconhecidas por uma comunidade de participantes da comunicação. O papel, que no antigo paradigma era atribuído à consciência, passa, no novo paradigma, a uma comunicação mediada por argumentos (Pinzani, 2009, p. 82).

Uma comunicação "funcionando convenientemente proporciona os critérios que permitem dizer o que não fica bem quando uma comunicação é interrompida, parasitada: assimetria, não respeito ao outro, impossibilidade de recorrer ao melhor argumento" (Dupeyrix, 2012, p. 50).

Estejam elas relacionadas ou a questões do direito e da moral ou a hipóteses científicas e obras de arte – todas as argumentações exigem a mesma forma básica de organização relativa à procura cooperativa da verdade, que subordina os meios da erística ao objetivo de gerar convicções intersubjetivas, em virtude dos melhores argumentos (Habermas, 2012, p. 79).

O conceito do agir comunicativo pressupõe a linguagem como médium de uma espécie de processos de entendimento ao longo dos quais os participantes, quando se referem a um mundo, manifestam de parte a parte pretensões de validade que podem ser aceitas ou contestadas (Habermas, 2012, p. 191). É o "telos do entendimento", ou seja, o conceito do acordo obtido discursivamente que se mede pelo reconhecimento intersubjetivo, ou seja, pela dupla negativa de pretensões de validade criticáveis (Habermas, 2003, p. 211).

Habermas salienta a necessidade de discussão e argumentação para garantir que os participantes estejam cientes das questões e das implicações de tópicos de discussão. As diferentes necessidades, interesses e opiniões de todas as partes interessadas devem ser discutidos em um fórum público para que outros possam debater, questionar e analisar as perspectivas de cada um (Ross e Chiasson, 2011, p. 135).

A pretensão de validade implicitamente contida em afirmações levadas a cabo de forma ingênua é explicitamente articulada nas constatações metalinguísticas, sendo, em seguida, ou confirmada ou negada (Habermas, 2010b, p. 184). A ideia da verdade apenas

pode ser desenvolvida com referência à revalidação discursiva de pretensões de validade (Habermas, 2010b, p. 189). A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados (Habermas, 2010b, p. 190).

Para distinguir entre enunciados verdadeiros e falsos, Habermas faz referência à avaliação de outros – a saber, ao juízo de todos os outros com que alguma vez pudesse entabular um diálogo. A condição para a verdade de enunciados é a concordância potencial de todos os outros. A verdade de uma proposição significa a promessa de alcançar um consenso racional sobre aquilo que é dito (Habermas, 2010b, p. 190).

Diálogo e discurso, esclarece Hermann (2012), referem- se a diferentes modos de ação comunicativa que podem ser esclarecidos pelo recurso à etimologia da palavra. Diálogo provém do grego dia-logos, que significa por meio da conversa, ou seja, uma conversa recíproca entre duas ou mais pessoas.

Diferentemente do diálogo, o discurso provém do termo latino discurs, que significa correr separados, correr para cá e para lá, dispersar-se. Constitui-se numa situação de conversa em que as contribuições de um e de outro estão relacionadas e orientadas ao entendimento. Enquanto o diálogo filosófico realiza-se entre dois participantes, o discurso busca um entendimento pela discussão pública de participantes separados numa polifonia incômoda, própria das sociedades pluralistas.

O discurso está além do encontro pessoal, não é privado, mas se dá numa esfera pública. A preferência de Habermas pelo discurso deve-se ao seu ceticismo em relação a um diálogo platônico-metafísico e em seu interesse na estrutura não existencial de uma esfera pública política que ultrapassa o plano pessoal. O discurso é uma forma especial de comunicação em que os participantes reagem diante de uma determinada perturbação (Hermann, 2012).

González de Gómez e Gracioso (2007b) afirmam que a "presença, disseminação e importância dos saberes dos outros é, porém, uma das riquezas e um dos riscos de toda cultura, e mais que nunca, do mundo contemporâneo". Compreende-se um ato discursivo quando se entende o que o faz aceitável. Nesse quadro, Habermas não fala de verdade, mas de pretensões ou demandas de validade.

Como "pretensões de validade", as ofertas enunciativas do falante são colocadas em jogo numa relação intersubjetiva e estão sempre sujeitas à aceitação ou rejeição do ouvinte. Sua validade depende assim das garantias, ou das boas razões que o falante pode oferecer para sustentar suas afirmações. Pretensões ou demandas de validade (entre as quais, a demanda de

verdade objetiva), "dependerão sempre das justificativas que as sustentem, sob a premissa de uma racionalidade condicional e histórica" (González de Gómez, 2007a).

"O discurso desempenha o papel de um enunciado com pretensão e validade problematizada" (Habermas, 2010, p. 188). Decerto que o conteúdo informativo se apoia em fatos, mas só depois de uma informação ser posta em causa e o conteúdo da informação for posto à discussão, do ponto de vista da possibilidade, fala-se de fatos que são afirmados por (pelo menos) um proponente e contestados por (pelo menos) um oponente (Habermas, 2010, p. 187).

Discursos requerem, em primeiro lugar, uma suspensão de constrangimentos à ação que deve levar a que todos os motivos, com a única exceção da disposição cooperativa para o entendimento, possam ser revogados (e a que questões de validade possam ser separadas das de gênese) (Habermas, 2010, p. 185).

O resultado de um discurso não pode ser decidido unicamente nem por constrangimento lógico nem por constrangimento empírico, mas sim pela "força do melhor argumento". Habermas designa esta força por motivação racional (Habermas, 2010, p. 212).

Um argumento é a fundamentação que pretende motivar- nos a reconhecermos a pretensão de validade de uma afirmação ou de um imperativo, ou então de uma avaliação (Habermas, 2010, p. 214). Para Siebeneichler (2010, p. 27) a "sociedade compõe-se apenas de participantes, muitos dos quais se encontram em processo de busca sincera da verdade, no qual o que conta são os melhores argumentos".

Como destaca Freitag (1988, p. 59), é nisso que consiste a racionalidade para Habermas: "não faculdade abstrata, inerente ao indivíduo isolado, mas procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, à justiça e à autenticidade". É tanto no diálogo cotidiano, como no discurso, que todas as verdades anteriormente consideradas válidas e inabaláveis podem ser questionadas e todas as relações sociais são consideradas resultado de uma negociação na qual se busca o consenso e respeita-se a reciprocidade fundados no melhor argumento.

Habermas, de acordo com Cenci (2012, p. 117), rejeita qualquer hierarquia entre os discursos. Para Habermas, cada esfera discursiva, como âmbito parcial da razão prática, é resultado das diferenciações das interações sociais. Racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação (desde que estes remontem a dissonâncias cognitivas, em sentido estrito) (Habermas, 2012, p.43).

Em contextos de comunicação, não é chamado de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentá- la diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada à luz de expectativas comportamentais legítimas (Habermas, 2012, p. 44).

Habermas (2010, p. 227) dá uma perspectiva de conjunto sobre os graus de radicalização a que, nos discursos, deve-se poder proceder se se pretende que uma explicação teórica ou uma justificação teórica motive racionalmente a aceitação de uma pretensão de validade controversa. A forma do discurso teórico tem de permitir uma radicalização sucessiva, quer dizer, a autorreflexão do sujeito cognoscente. Analogamente, a forma do discurso prático tem de possibilitar uma radicalização sucessiva, ou seja, a autorreflexão do sujeito agente. Este é estendido a um desenvolvimento cognitivo por sua vez religado à argumentação.

A informação, para Habermas, seria aquilo que se constitui em dois pontos de difícil sutura, em que será colocada em jogo a função integradora da linguagem: entre a representação e a abdução linguística e entre os usos sistêmico- administrativos e os usos comunicacionais da linguagem (González de Gómez, 2009, p. 183).

Habermas resgata primeiro o conceito de informação como momento da relação do homem com o mundo. Informações "constituem-se nos processos de objetivação, em contextos de ação, ancorados no tempo e no espaço, e oferecem garantias performáticas à práxis, na lida com objetos" (González de Gómez, 2009, p. 185).

As informações constituem, assim, uma zona de negociação entre os mundos da vida e o mundo. A comunicação intersubjetiva, porém, está em dependência do que o mundo "decide" comunicar, seja sobre a existência dos objetos a que remetem as informações, seja acerca dos estados de coisas no mundo descritos em proposições assertóricas (González de Gómez, 2009, p. 186).

"As teorias de Habermas, assim, oferecem tanto caminhos como interrogações para pensar a informação como desafio do presente" (González de Gómez, 2009, p. 200). Como destaca Siebeneichler (2010, p. 28), uma ideia habermasiana sobre a comunicação por meio da mídia eletrônica e digital é destaque de a Era das transições, de Jürgen Habermas, publicada pela editora Tempo Brasileiro, em 2003. Na obra, Habermas afirma que a comunicação digital desempenha uma função importante na sociedade atual, que se encontra em transição para um mundo cada vez mais complexo e globalizado e interligado por redes digitais.

O mais importante, conforme é destacado por Siebeneichler (2010, p. 28) é que a comunicação não se rompa e a liberdade comunicativa, quer dizer, a liberdade de dizer "sim" ou "não" a opiniões e pretensões de validade exteriorizadas não sofra entraves. Para Habermas, a filosofia, assim como fora para Theodor Adorno e Herbert Marcuse, é um pensamento que não pode ser travado ou imobilizado, mas apenas corrigido ou orientado por argumentos.

CONCLUSÃO

A Wikipédia, embora tenha iniciado a construção no início desse século XXI (mais precisamente em 15 de janeiro de 2001), ainda parece, para alguns, novidade na história editorial das enciclopédias. É hoje, porém, considerada a maior enciclopédia da história humana e ganha, com ajuda da evolução tecnológica, mais força no alcance da produção de mais verbetes e em mais línguas. É comum, entretanto, ver notícias que pregam menor interesse de colaboradores na produção da Wikipédia, mas, ao mesmo tempo, reconhece-se o esforço de colaboradores em angariar mais voluntários para dar força ao projeto.

Percebe-se que a Wikipédia configura o conhecimento enquanto discurso e que o hipertexto, nela, configura materialidade discursiva. Os laços sociais que se criam, assim, ficam sempre abertos ao escrutínio público concluindo-se que toda narrativa é uma controvérsia demandando participação do público, criando-se redes que se organizam socialmente, uma vez que a Wikipédia é tecida por discursos conduzidos por milhares de sujeitos pertencentes a diversas partes do planeta.

A Wikipédia reconhece a autoridade do melhor argumento porque admite cooperação e discussão no contexto mais puro habermasiano. A autoria é relativa de todos e a produção textual colaborativa em rede faz repensar o conceito de autoria. O estudo conclui que prevalece a autoridade do melhor argumento a partir da escuta dos pontos de vista, críticas, sugestões e interferências dos sujeitos. O uso que uma sociedade faz das ferramentas disponíveis depende das necessidades de cada comunidade e da maneira como cada grupo se organiza para fazer com que elas, as necessidades, sejam atendidas.

O conteúdo produzido e compartilhado sem custos por um misto de usuários híbridos (produtores e consumidores de informação e de conhecimento) derruba o paradigma existente antes do surgimento de uma sociedade em que os contatos passam a ser mediados por tecnologia digital. A comunicação de muitos para muitos amplia a produção de conhecimento

e coloca a sociedade civil global em destaque e capaz de ser ouvida por meio do discurso que se estabelece nesses meios.

A Internet permite a globalização da comunicação e, com isso, a filosofia da linguagem ganha destaque porque passa a ser considerada o fenômeno linguístico a ser valorizado nesse espaço de veiculação de discursos. No ciberespaço navegam discursos e a arena deve ser ocupada por todos. Mesmo que os comentários caiam no vazio armazenado dos dispositivos, enquanto a estrutura técnica estiver disponível pela Wikipédia, por exemplo, haverá a chance de voltar ao discurso e segui-lo a partir do ponto em que parou. No ciberespaço amplia-se a possibilidade de construção de opiniões públicas, de certa forma com maior liberdade, por meio da comunicação que é estabelecida pelos atores da sociedade civil. Espera-se que a sociedade ganhe com a ampliação de uma comunicação mais horizontal, com plena interatividade, mediada pelas tecnologias e os dispositivos criados a partir de agora.

A internet abriga um ambiente capaz de fornecer o discurso prático que Habermas sugere. Na Wikipédia conclui-se que mesmo em artigos controversos o consenso é obtido a partir de certo tempo em discussão. Com o mundo cada vez mais globalizado e em uma sociedade interconectada e ligada por redes de tecnologias de informação e comunicação, pensa-se que as relações entre sujeitos sejam as verdadeiras produtoras do conhecimento.

As atuais dinâmicas comunicacionais mudam a forma de validação da informação, pois é possível visualizar e discutir essa dinâmica uma vez que prevalece a autoridade do argumento e, não, o argumento da autoridade. Essas mudanças são parte de processos na esfera cultural que variam de acordo com a época em que se vive e das tecnologias disponíveis em cada sociedade.

É proposto, portanto, que na Wikipédia aconteça uma validação discursiva da informação, pois diante da ideia habermasiana de emancipação humana, o agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo propõe processos que levam os membros da sociedade a uma maturidade capaz de manter a autoridade dos argumentos estabelecidos no discurso.

No encadeamento das ideias de que as coisas têm pretensões de validez e que elas passam por um processo de validação até adquirirem validade, por validação discursiva da informação entende-se o processo de um agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo alcançado pela ideia habermasiana de emancipação humana e de discurso. O processo envolve o uso da linguagem que promove avanços nas pretensões de validez quando justificadas discursivamente.

REFERÊNCIAS

AIGRAIN, Philippe. The Individual and the Collective in Open Information Communities. *In*: BLED ELECTRONIC COMMERCE CONFERENCE, 16, 2003, Slovenia. **Anais […**] Slovenia: BLED, 2003. Disponível em: http://flosshub.org/sites/flosshub.org/files/aigrain3.pdf. Acesso em: 10 nov. 2012.

BARRETO, Aldo. Uma quase história da Ciência da Informação. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, 2008, v. 9, n. 2. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr08/Art_01.htm. Acesso em: 10 nov. 2012.

BAUWENS, Michel. **A economia política da produção entre pares**. Disponível em http://www.p2pfoundation.net/index.php/A_ Economia_Política_da_ Produção_entre_Pares. Acesso em: 04 dez. 2013.

BENKLER, Yochai. **The Penguin and the Leviathan**: how cooperation triumphs over self-interest. New York: Crown Business, 2011.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Yale: Yale University Press, 2006.

BLATTMANN, U; SILVA, F. C. Colaboração e interação na Web 2.0 e Biblioteca 2.0. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 191-215, jul./dez., 2007. Disponível em: http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/530/664. Acesso em: 06 jan. 2010.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – II**: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPELLO, Bernadete S. Enciclopédias. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo T. Introdução às fontes de informação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CENCI, Angelo Vitório. Da ética do discurso à teoria do discurso. *In*: NOBRE, M; REPA, L (org.). **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da Teoria Crítica Habermasiana. Campinas: Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. **Qualidade humana**: somos corpo e alma, nem só corpo, nem só alma. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009.

DUPEYRIX, Alexandre. **Compreender Habermas**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ESTEVES, Bernardo; CUKIERMAN, Henrique. A controvérsia sobre as causas do aquecimento global em 15 artigos da Wikipédia lusófona. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13, 2012. **Anais ...** São Paulo, USP, 2012.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

GLEICK, James. **A informação**: uma história, uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. *In*: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.) **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: Unesco, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 2007, Salvador. **Anais ...** Salvador: Enancib, 2007a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ciência da Informação e a ação comunicativa no cenário web. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais ...** Salvador: Enancib, 2007b.

GRACIOSO, Luciana de Souza. J. Habermas, Validação Comunicativa e Ciência da Informação. *In*: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza. **Estudos de Linguagem em Ciência da Informação**. Campinas: Alínea, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Fundamentação linguística da Sociologia**: obras escolhidas de Jürgen Habermas. Lisboa, Edições 70, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Teorias da verdade. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Obras escolhidas de Jürgen Habermas volume 2**: teoria da racionalidade e teoria da linguagem. Lisboa: Edições 70, 2010b. Cap. 5.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo volume 1:** racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo volume 2**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HENGE, Gláucia da Silva. A Wikipédia e o discurso de/sobre o conhecimento. *In*: ENCONTRO DO CELSUL, 9, Palhoça, SC, 2010. **Anais …** Santa Catarina, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

HERMANN, Nadja. **Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro. 2012. Aula ministrada em 25 abril e 9 mai. 2012. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

JOHNSON, Telma. **Nos bastidores da Wikipédia lusófona**: percalços e conquistas de um projeto de escrita coletiva on-line. Rio de Janeiro: E- papers, 2010.

JUSTINIANO, Leonides da Silva. Estado e identidades pós- convencionais. *In*: MARTINS, C. A; POKER, J. G. A. B. (org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

LIMA, C. R. M de; ROMAN, D. J; RÉGIS, F. B; DITTRICH, M. A cultura de colaboração e inovação dos desenvolvedores de softwares livres. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, mar. 2010. p. 101- 114. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/326 Acesso em: 10 nov. 2012.

MARTINS, Beatriz Cintra. Autoria colaborativa e validação textual: o caso Wikipédia. **Contemporânea: comunicação e cultura**, v. 11, n. 1, jan/abr., 2013, p. 72-88.

PINZANI, Alessandro. **Habermas.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSS, Alain.; CHIASSON, Mike. Habermas and information systems research: new directions. **Information and organization**, n. 21, p. 123- 141, 2011.

SCOTTA, Larissa. Da enciclopédia e da Wikipédia: uma leitura discursiva**. Artefactum: Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia,** ano 2, n. 2, fev, 2009.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro. 2010. Aula ministrada em 15 out. 2010. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, n. 3, v. 19, mai., 2010.

Capítulo 5

CONTROVÉRSIA E ARGUMENTO NO AMBIENTE DISCURSIVO DA WIKIPÉDIA

Marcio Gonçalves

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: Descreve a Wikipédia como um ambiente discursivo a partir da análise das controvérsias como é entendida por Bruno Latour. Destaca as dinâmicas infocomunicacionais de um grupo de pessoas com interesse em discutir uma lista de verbetes que devem constar em todas as Wikipédias. Conclui que, de acordo com as propostas teóricas de Jürgen Habermas, a Wikipédia é um ambiente discursivamente emancipatório e construído a partir do discurso argumentativo Habermasiano.

INTRODUÇÃO

A Wikipédia possibilita um ambiente mais emancipatório, pelo viés discursivo, a partir do estudo sistemático do pensamento do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas. Nessa enciclopédia verifica-se que surge a iniciativa de estratégias colaborativas de produção de verbetes por meio da força do melhor argumento. Mais do que saber que os atores estão em ambiente virtual, a dinâmica que leva à produção constante de verbetes na Wikipédia também é estimulada em outros lugares além da própria enciclopédia *online*.

A cartografia de controvérsias e a Teoria do Ator-Rede, segundo os estudos de Bruno Latour, levam a entender que o relato textual permite contar os passos dados até se alcançar a linha de chegada dessa pesquisa. Desde 2005 é realizada uma conferência internacional denominada *Wikimania*. Nela participam voluntários nos projetos da *Wikimedia Foundation*. A primeira contou com mais de 400 entusiastas e membros da diretoria da fundação. Em 2014 acontece a décima edição na cidade de Londres.

Em 2012, na cidade de Washington, nos Estados Unidos da América, este pesquisador esteve presente para conhecer mais de perto os atores e interagir com o grupo de wikipedistas. O evento rendeu contatos de colaboradores brasileiros e permitiu entender

melhor a dinâmica de criação e de desenvolvimento do projeto Wikipédia. As conversas com as pessoas presentes na Wikimania 2012, as dicas de voluntários brasileiros e estrangeiros e as interações vividas durante esse encontro possibilitam, assim, pensar o aporte teórico apresentado nesse texto.

DINÂMICAS SOCIAIS DAS CONTROVÉRSIAS NA WIKIPÉDIA

Para entender as dinâmicas sociais das controvérsias na Wikipédia parte-se da indagação proposta por Latour (2011, p. 30) quando o mesmo pergunta: "O que acontece quando alguém não acredita numa sentença?" Latour (2011, p.11) propõe que se escolham as controvérsias como porta de entrada, mas que também é preciso acompanhar o modo como essas controvérsias se encerram. Segundo o autor, "a construção do fato é tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos" (LATOUR, 2011, p. 60).

Esteves e Cukierman esclarecem acerca da aplicabilidade da Teoria Ator-Rede (TAR) no entendimento de como tais controvérsias podem ser tratadas em ambiente sociotécnico:

> Por ser capaz de descrever em sua complexidade o desenrolar das controvérsias da ciência, a Teoria Ator-Rede oferece uma perspectiva adequada também para descrever a forma como essas controvérsias são postas em cena num fórum sociotécnico por excelência – o espaço de escrita colaborativa da Wikipédia (Esteves; Cukierman, 2011).

"A TAR oferece uma perspectiva conceitual apropriada para descrever como pontos de vista divergentes estão sendo negociados para a construção do consenso" (Esteves; Cukierman, 2011). Como sugere Latour (1987), de acordo com Demo (2012, p. 93), "o mundo das tecnologias também é feito de caixas-pretas, na linguagem da TAR":

> [...] quando muitas entidades são levadas a agir como uma só, quando são homogeneizadas de modo determinista numa superfície linear, quando dinâmicas são aprisionadas por estruturações forçadas, cria-se uma *caixa- preta*. A metáfora sugere que podem abrigar-se dentro dela um explosivo, a situação forçada não se mantém, apenas encobrindo dinâmicas ambíguas e rebeldes. Rastreando fios da meada entre atores humanos e não humanos que parecem unificados e soltos, pesquisadores na TAR desembrulham redes de alianças, muitas vezes redespertando controvérsias (Demo, 2012, p. 93).

Latour (2011) expõe que "a expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexa demais". Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai. Por mais controvertida que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para a sua implementação, a única coisa que conta é o que se põe nela e o que dela se tira (Latour, 2011, p. 4).

Latour afirma que:

> Afora as pessoas que fazem ciência, que a estudam, que a defendem ou que se submetem a ela, felizmente existem algumas outras, com formação científica ou não, que abrem as caixas-pretas para que os leigos possam dar uma olhadela. Estas podem apresentar-se com vários nomes diferentes (historiadores da ciência e da tecnologia, economistas, sociólogos, professores de ciências, analistas de política científica, jornalistas, filósofos, cientistas e cidadãos interessados, antropólogos cognitivos ou psicólogos cognitivos), tendo na maioria das vezes em comum o interesse por algo que é genericamente rotulado "ciência, tecnologia e sociedade. (LATOUR, 2001, p. 24).

Demo contextualiza a TAR na construção não linear de fatos controversos:

> A TAR, cuja referência maior tem sido Latour (2005), ao lado de Law (2005) e Callon (1999), é vista como projeto aberto e incompleto destinado a tomar como ponto de partida da realidade suas dinâmicas não lineares, ao contrário do positivismo, e que são as mesmas de todos os seres, apesar de especificidades em cada caso. A realidade é considerada uma malha infinda de redes de atores, postulando-se uma ontologia tipicamente complexa na qual todos os seres – humanos e não humanos – estão em pé de igualdade, interagindo incessantemente e, com isso, formando a realidade como entidade em evolução infinda (Demo, 2012, p. 28).

Como a mobilização de textos que reforçam uma alegação científica ajuda a constituí-la como fato, uma afirmativa na Wikipédia é reforçada quando ratificada por uma fonte externa. A verificabilidade é um requisito fundamental para a inclusão de uma afirmação na Wikipédia. "Incluir uma referência é um meio de trazer à cena pesquisadores, políticos, órgãos de imprensa, ONGs e outros aliados que fortaleçam uma afirmativa" (Esteves; Cukierman, 2012, p. 3).

"A resolução das controvérsias na ciência costuma envolver a decisão sobre o caso de uma entidade – um mineral, uma proteína, um fato histórico – existir ou não". (Esteves; Cukierman, 2012). Como resultado da resolução de uma controvérsia, uma afirmação se torna um fato científico indiscutível e se estabiliza como uma caixa-preta, de acordo com Latour (1987). A estabilização dos fatos científicos configura a realidade e produz a impressão de

que ela é definida, singular, independente do observador e anterior à observação (Esteves; Cukierman, 2012).

Alguns autores argumentam que uma controvérsia deve versar sobre alguma crença em torno da qual se abre um debate público – oral ou escrito – de argumentos e contra-argumentos, permitindo que qualquer pessoa, a qualquer momento, tendo acesso aos argumentos dos diferentes adversários, possa se envolver no debate. Outros, porém, defendem que qualquer fenômeno social é ou pode ser uma controvérsia, colocando em questão que a definição do termo se restrinja a uma "categoria lógica (possibilidade de proposições contrárias) ou cognitiva (existência de crenças contrárias) – o que não elimina, ao contrário, até amplia as possibilidades de participação" (Pedro, 2010).

Latour fala de como deve ser o comportamento diante de uma caixa-preta:

> Confrontados com uma caixa-preta, tomamos uma série de decisões. Pegamos? Rejeitamos? Reabrimos? Largamos por falta de interesse? Robustecemos a caixa-preta apropriando-nos dela sem discutir? Ou vamos transformá-la de tal modo que deixará de ser reconhecível? É isso o que acontece com as afirmações dos outros em nossas mãos, e com as nossas afirmações nas mãos dos outros (Latour, 2011, p. 42).

Para Esteves e Cukierman (2012), de acordo com as ferramentas conceituais da TAR, "a prevalência de um ponto de vista numa controvérsia pode ser entendida em termos do fortalecimento de uma rede sociotécnica de elementos que o sustentam". Tais redes abarcam não só os pesquisadores e seus objetos de estudo, mas também órgãos de financiamento, instituições do governo, entidades químicas e biológicas e uma grande diversidade de atores humanos e não humanos. Nos ambientes sociotécnicos, "não há outra forma de definir um ator senão por meio de sua ação" (Latour, 1999, p. 122). "Em outras palavras, os atores não são descritos em termos de quem são, mas do que fazem e do que fazem outros atores fazer" (Esteves; Cukierman, 2012).

A TAR oferece uma perspectiva conceitual apropriada para descrever a negociação do consenso no ambiente de edição colaborativa da Wikipédia e permite investigar a forma como as controvérsias da ciência são postas em cena num espaço com critérios de autoridade próprios, diferentes dos da academia. (Esteves; Cukierman, 2012). A TAR já foi adotada para descrever o funcionamento da Wikipédia. Destacando o papel dos *bots*, Niederer e Dijck (2010, p. 3), citados por Esteves e Cukierman, apresentaram-na como um ambiente em que "as contribuições de humanos e máquinas são partes complementares de um sistema sociotécnico que está no âmago de muitas plataformas da web 2.0" (Esteves; Cukierman, 2012, p. 3).

Ao abordar o problema da verdade das alegações científicas, Latour (1987 e 1989) propõe que factualidade e ficcionalidade não são propriedades intrínsecas de uma afirmativa, mas dependem de seu destino nas mãos de outros atores. "O destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois" (Latour, 2011, p. 42). Se essa proposição vai ou não se consolidar como fato científico depende do que será feito dela quando em mãos de outros atores. Da mesma forma, podemos avaliar a negociação do consenso nos artigos da Wikipédia em termos da permanência de uma afirmativa. Se a "realidade [...] é o que resiste", como postula Latour (1987, p.93), a estabilização de um verbete pode ser entendida nos termos da resistência de suas proposições às intervenções dos wikipedistas (Esteves; Cukierman, 2011; 2012).

Bem depressa a controvérsia torna-se tão complexa quanto à corrida armamentista: mísseis (argumentos) têm a oposição de mísseis antibalísticos (contra-argumentos), que, por sua vez, são contra-atacados por outras armas mais aperfeiçoadas (argumentos) (Latour, 2011, p. 38). O status de uma afirmação depende das afirmações ulteriores. Para Latour (2011), seu grau de certeza aumenta ou diminui, dependendo da sentença seguinte que a retomar; essa atribuição retrospectiva se repete na nova sentença, que, por sua vez, poderá ser tornada mais fato ou mais ficção por força de uma terceira, e assim por diante (Latour, 2011, p. 40).

"Não devemos procurar as qualidades intrínsecas de qualquer afirmação, mas, sim, todas as transformações por que ela passa mais tarde em mãos alheias" (Latour, 2011, p. 88-89). Afinal, "quando uma disputa oral fica acalorada demais, os discordantes, pressionados, logo farão alusão ao que outras pessoas escreveram ou disseram" (Latour, 2011, p. 45). Um ator-rede é rastreado sempre que se toma a decisão de substituir atores de qualquer tamanho por sítios e locais conectados, em vez de inseri-los no micro e no macro.

As duas partes são essenciais, daí o hífen, explica Latour:

> A primeira parte (o ator) revela o minguado espaço em que todos os grandiosos ingredientes do mundo começam a ser incubados; a segunda (a rede) explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação o mundo é colocado dentro desses lugares e depois, uma vez transformado ali, expelido de dentro de suas estreitas paredes. Eis por que a "rede" com hífen não está aí como presença sub-reptícia do Contexto, e sim como aquilo que conecta os atores (Latour, 2012, p. 260).

Em outras palavras, Freire interpreta que a utilização do hífen entre os termos ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando o ator e rede como duas faces do mesmo fenômeno:

> Entretanto, o par ator-rede, incluindo o hífen, é para Latour insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes tomado como o par indivíduo-sociedade. De todo modo, o que na TAR está sendo designado por "rede" refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos (Freire, 2006, p. 56).

"Há um ponto nas discussões orais em que invocar outros textos não é suficiente para levar o oponente a mudar de opinião" (Latour, 2011). O próprio texto deve ser apresentado e lido. O número de amigos externos com que o texto vem acompanhado é uma boa indicação de sua força, mas há um sinal mais seguro: as referências a outros documentos. A presença ou ausência de referências, citações e notas de rodapé é um sinal tão importante de que o documento é ou não sério que um fato pode ser transformado em ficção ou uma ficção em fato apenas com o acréscimo ou a subtração de referências (Latour, 2011, p. 48).

Com a TAR, as controvérsias científicas são descritas como um jogo de assimetrias entre elementos humanos e não humanos das redes nas quais se faz a ciência – uma malha de indivíduos, máquinas, objetos, instituições, construções discursivas. A preponderância de um determinado grupo de alegações sobre a natureza em relação a outro se explica em termos da força, coesão e amplitude de sua rede. O conceito de verdade não mais dá conta de explicar o triunfo de um ponto de vista: é preciso mostrar como as alegações conquistam adesões e se cristalizam como fatos. Elas se naturalizam, fecha-se o que se parece com uma caixa-preta e apaga-se o árduo trabalho de convencimento operado para a consolidação daquele fato (Esteves; Cukierman, 2011).

A Wikipédia é, portanto, um espaço de discussão (Laniado; Tasso; Volkovich; Kaltenbrunner, 2011, p. 1) tipicamente sociotécnico, regido por uma dinâmica própria e no qual interagem atores com diferentes graus de poder. É nesse fórum que as controvérsias científicas serão novamente postas em cena em vários verbetes à medida que os usuários acrescentam e removem alegações. Nesse ambiente, a voz dos diferentes atores tem peso distinto, mas o critério que rege a hierarquia é próprio desse fórum. Titulação, vínculo institucional e outros fatores que dão força a um ator na rede científica em que ele se insere não têm efeito na Wikipédia. O que confere força é o envolvimento com o próprio projeto: "o usuário com número suficientemente grande de contribuições torna-se elegível para postular o cargo de administrador a partir do julgamento feito entre os demais usuários" (Esteves; Cukierman, 2011).

A TAR é, nesse sentido, uma ferramenta adequada para descrever a negociação de pontos de vista na construção colaborativa dos verbetes. […] "Postulamos que as reversões e

bloqueios – dois tipos de eventos facilmente identificáveis no histórico – podem servir como indicadores da manifestação da controvérsia, por se tratar de eventos que evidenciam um choque de pontos de vista" (Esteves; Cukierman, 2011). Afinal, "um dos principais problemas é interessar alguém o suficiente para chegar a ser lido; em comparação com este, o problema de ser acreditado é, digamos, de menos" (Latour, 2011, p. 60).

Pedro e Nobre consideram que a TAR:

> [...] apresenta um olhar voltado para as práticas cotidianas a envolver ciência, tecnologia e sociedade. Temos amarrações de humanos e não- humanos – que, por sua vez, são também mais amarrações - configurando, portanto, um emaranhado de redes que fragmentam qualquer solidez em microconexões ou desconexões. Tal emaranhado nos possibilita pensar não mais em termos de unidade, mas a partir de um dinamismo processual e sempre constante de associações. (Pedro; Nobre, 2013, p. 48).

Pedro (2008) argumenta que pensar as redes implica também pensar com a rede. Para isso a autora considera como possibilidade pensar a cartografia de controvérsias (Latour, 2005) como um método "que apresenta grande afinidade com aspectos que parecem singularizar as redes, tais como complexidade, fluidez, heterogeneidade". A mesma ainda explica que a noção de **tradução** é o conceito-chave para este método, pois designa a apropriação singular que cada ator faz da rede e na rede (Pedro, 2008, grifo do autor). "A multiplicidade das traduções pode encontrar nas controvérsias uma oportunidade de expressão que o método da cartografia permitiria delinear" (Latour, 2012, p. 160-161).

Santaella (2013, p. 98) considera que o conceito de tradução opõe-se à ideia simples de transporte. Tradução é o lugar de nascimento da TAR e rede é aquilo que é rastreado por essas traduções e que faz proliferar os mediadores. "O significado especializado de *tradução* é, portanto, uma relação que não transporta causalidade, mas induz dois mediadores a coexistirem" (Santaella, 2013, p. 98-99).

Cartografar as controvérsias, portanto, aproxima-se do que propõe Latour (2000) como principal diretriz metodológica para o estudo prático das redes, que é "seguir os atores", pois possibilita apreender a rede "tal como ela se faz" (Pedro, 2008). Para a autora, seguir os atores é acompanhar suas ações e suas práticas por meio da evidenciação da relevância da cartografia de controvérsias. "Ao longo das controvérsias, os atores envolvidos interagem e constituem alianças que se configuram como pequenas redes, locais e transitórias, em nome das quais passam a falar" (Pedro, 2005).

As tecnologias da informação permitem rastrear as associações de um modo antes impensável, além de acompanhar o trabalho de construção do ator (Latour, 2012, p. 300).

"Não porque subvertam a velha sociedade "humana" concreta, transformando-nos em *cyborgs* formais ou "pós-humanos" fanstasmagóricos; o motivo é exatamente o oposto: tornam visível o que antes só existia virtualmente", esclarece Latour (2012, p. 298). "Cartografar as controvérsias refere-se, assim, a uma versão didática da TAR que Latour desenvolve para treinar estudantes a investigar os debates sociotécnicos contemporâneos" (Santaella, 2013, p. 99).

CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS COMO MÉTODO

A cartografia de controvérsias é o método de investigação para observar a formação do social baseado nos preceitos da Teoria do Ator-Rede, tendo como principais pontos a descrição daquilo que foi observado empiricamente acreditando no potencial dela em expor os fenômenos dispensando explicações. É encarar o fenômeno para, depois, perguntar-se qual a melhor maneira (ou maneiras) para descrevê-lo. Serviria, assim, para descrever a construção (humana e discursiva) do social (Venturini, 2010).

Na Wikipédia qualquer leitor com acesso à internet[8] pode acrescentar ou retirar informações de um verbete, independente de qual seja a instrução formal, titulação ou vínculo à academia. Para a edição dos verbetes o relacionamento entre os usuários logados (ou não) é regido por uma série de normas e princípios editoriais. Os usuários são organizados em categorias definidas em função do grau de acesso às ferramentas do sistema. Quem não está logado é identificado pelo número do IP da máquina que faz o acesso. Os que estão logados são identificados pelo nome de usuário registrado no cadastro (Esteves; Cukierman, 2012).

Na Wikipédia em português, a discussão da composição da lista dos 1000 artigos essenciais para a versão nesta língua origina-se a partir de outra lista criada na Wikipédia em inglês[9] cujo objetivo é listar os artigos que toda Wikipédia deve ter. Cabe aqui, portanto, a análise qualitativa da discussão que é desenvolvida entre os usuários da lista da versão em português.

Na página do projeto dessa lista encontra-se a seguinte descrição:

[8] Há versão da Wikipédia para dispositivos móveis suportado por: iPhone, iPod Touch, Android, Palm webOS, Opera Mini, NetFront (telefones SonyEricsson, Playstation Portable, Playstation 3) e Nintendo Wii, mas não é possível editar.

[9] Uma tradução desta lista é encontrada na Wikipédia em português http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Lista_dos_artigos_que_toda_Wikipédia_deve_ter.

> Com o objetivo de complementar a Wikipédia: Lista dos artigos que toda Wikipédia deve ter, que reúne os mil artigos mais importantes que toda Wikipédia deve ter, reunindo assim os assuntos mais relevantes mundialmente, foi feita esta lista complementar voltada especificamente para os interesses lusófonos[10].

Uma primeira lista[11] foi criada pelo usuário Manuel Anastácio[12] no dia 17 de junho de 2004, às 11:50. Ele é considerado o responsável por determinar o tamanho da rede, pois a iniciativa leva outros atores a contribuir para o aumento ou não da densidade da rede. Nas palavras de Manuel Anastácio:

> "OK. A minha ideia é colocar, de início, as propostas no artigo e, depois, vamos cortando o que ficar a mais. Pode-se também fazer alterações às categorias. Sou contra uma categoria apenas sobre mulheres... É um sexismo descabido e podemos indicar muitas mulheres nas outras categorias, sem ser necessário uma secção deste género. O que dizem"?

Em seguida, às 14:13, o mesmo usuário complementa:

> "Acho que ideia deverá ser, também, refletir sobre artigos prioritários e não indicar os "bons" artigos que já existem. Já tenho algumas objecções a algumas das propostas, mas vamos esperar que apareaçam mais".

Em um tópico chamado de Comentários da nova proposta, Manuel Anastácio e Joaotg iniciam uma conectividade e travam um debate sobre a importância da lista e os equívocos de criação da mesma. Joaotg comenta: "Parece-me que vamos chegar no entanto a um ponto em que teremos (digamos) 700 artigos existentes e 300 inexistentes, a partir do qual a discussão se tornará (ainda mais) absurda". Manuel Anastácio retruca e diz que João está "a confundir os 1000 melhores artigos com os 1000 essenciais". Para Anastácio, os "1000 essenciais representam aqueles que, na nossa opinião, qualquer enciclopédia deveria ter. A questão não é se existem ou não. Aliás, se não existirem é que a lista tem significado: para alertar para a urgência de os criar".

Rjclaudio, por exemplo, tem prestígio nas discussões porque interage e propicia intermediação com alguns dos atores da rede, promovendo, assim, aumento do grau de entrada e de saída. Neste caso, mostra posição de influência e parece controlar o fluxo de informação nos debates. Ao mesmo tempo, em relação à centralidade do ator, alguns (Tetrakys, Luan, RafaAzevedo e Helder) fazem colocações, mas não interagem com os demais atores da rede.

[10] http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia_Discussão:Lista_dos_1000_artigos_essenciais/Arquivo
[11] O nome de usuário será preservado conforme consta no login do wikipedista.
[12] Todas as transcrições são feitas exatamente como é publicada na Wikipédia.

Com relação aos laços e ao compartilhamento de informação nessa rede, percebe-se a formação de laços fracos, pois tratam-se de atores que não necessariamente andam nos mesmos círculos sociais tendendo, portanto, a serem diferentes. Nas trocas de informação ocorre pouca motivação para troca e compartilhamento de informação. RafaAzevedo, por exemplo, passa a ser um ator isolado, pois na participação do dia 18 de novembro de 2009 não obteve resposta à seguinte colocação:

> "Confesso que não entendi o propósito desta página. Quais artigos devem ser incluídos aqui? O que é um "artigo essencial"? Se estiver relacionado ao tema destes artigos, isto não estaria escapando ao Wikipédia: Princípio da imparcialidade?".

As opiniões sobre quais verbetes devem ou não entrar continuam em constante debate na página Discussão. Transcrever cada uma das trocas de ideias e mensagens torna-se insano porque no ambiente da Wikipédia a dinâmica, por meio de hipertexto, leva o leitor a inúmeros caminhos. Percebe-se que, por mínima que seja a atuação ou prestígio de um dos envolvidos, a colocação e/ou observação feita incita curiosidades no próximo que entrar para a discussão.

Wikipedistas sugerem qual deve ser o formato na ordenação da lista. Outros propõem votação para a escolha de quais artigos devem entrar. Como dito antes, devido à facilidade de uso de hipertexto nas colocações (basta usar os comandos de criação de hipertextos disponíveis no próprio ambiente de edição da Wikipédia), no caso de Muriel, no dia 18 de outubro de 2005, às 07:21, ela sugere a visita a uma lista encontrada na Wikipédia em inglês que busca construir a relação das 100 personalidades mais relevantes da história.

Desacordos, mas agora não mais com a criação da lista, e, sim, em relação à ordenação e escolha do que nela deve ter, Nuno Tavares, em 18 de outubro de 2005, às 11:44, comenta:

> Eu não conheço o islamismo, mas não deixa de ser curioso ver o Maomé acima do Newton, e Jesus abaixo dele:) Depois, Gutemberg em 8º, e Einstein em 10º. Como ateu, acho este lista um disparate, o Michael Hart que me desculpe:)[13].

O mecanismo da Wikipédia arquiva as discussões e move-as para uma subpágina. A justificativa é a de que em várias situações é útil arquivar discussões antigas. Desta maneira, em 2011, dia 11 de janeiro, às 12h13min[14], Goethe retoma a discussão com Rjclaudio acerca do tamanho das ilustrações, das imagens e das tabelas. Neste assunto, uma rede cria-se entre

[13] Todas as transcrições são feitas exatamente como é publicada na Wikipédia.
[14] Nova marcação de hora na Wikipédia passa a ser neste formato.

Goethe, Rjclaudio e Flávio, o Maddox. Rjclaudio passa a aumentar seu grau de entrada porque expande o número de ligações direcionais que ele recebe.

Como os usuários "logados" podem criar subtópicos de discussão, nesta segunda parte, que compreende de 11 de janeiro de 2011 a 24 de fevereiro de 2012 (data da última postagem desde o dia em que dá-se o recorte para esta pesquisa), a discussão gira em torno da qualidade das ilustrações e da revisão da lista. O subtópico "Palhaçada total", criado por Pelo Poder do Z, em 17 de setembro de 2011, às 23h02min, comenta:

> Esta lista é a maior palhaçada que já encontrei nesta wiki. Quem é que decide quais são os artigos essenciais? ninguém meus caros absolutamente ninguém, pois seja quem quer que seja que decida, mesmo que seja a comunidade, a lista vai ser sempre tendencioso e no fim vai ser o resultado dessas tendências e não do real objectivo que seria determinar quais são os 1000 artigos essenciais.

Pelo Poder do Z, amplia a intensidade porque provoca a discussão ao fazer a seguinte pergunta: "Mas já agora, será que alguém sabe explicar para que raio é ou serve esta lista?" Diversos usuários participam respondendo a ele. Otavio, 1981, Flávio, o Maddox, Rjclaudio formam uma subrede que entra em discussão a partir desta indagação. Pelo Poder do Z questiona o porquê de no item História só estarem artigos genéricos de história dos países lusófonos. Ele ressalta: "E então, os estão dos descobrimentos? Sem eles não teríamos o mundo que temos hoje, ou então o Regicídio de D. Carlos I de Portugal, ou a Guerra colonial, já para não falar das várias revoluções da lusofonia?".

A discussão permanece aberta e com possibilidade de contribuição de qualquer usuário interessado em montar esta lista. Tetraktys, em 24 de fevereiro de 2012, às 05h18min, deixa uma pergunta: "essa lista está parada ou sobrevive?". Mesmo estando isolado porque não interage com outro usuário (pelo menos até a data em que esta pesquisa foi feita) este usuário continua: "(...) de qualquer modo, deixo minha contribuição na parte dos artistas, sugerindo acrescentar:

> Artistas visuais: Mestre Ataíde, Victor Meirelles, Pedro Américo, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Tarsila do Amaral, Portinari, Lygia Clark, Hélio Oiticica. Músicos eruditos: José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, José Maurício Nunes Garcia, Carlos Gomes, Hans Joachim Koellreutter.

Tetraktys ainda completa: "P.S: na parte dos líderes políticos, embora não seja a minha área acho fundamental adicionar também Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Getúlio Vargas e o Lula". A partir da propriedade dos dados coletados é possível perceber que as redes podem ser analisadas com relação a sua estrutura, composição e dinâmica. A

estrutura, neste caso, compreende a forma de uma rede não tão intensa, mas, mesmo assim, é capaz de apresentar uma composição na qual é percebida que a qualidade da forma demonstra um ambiente de discussão e controvérsia.

Quanto à estrutura, Rjclaudio, enquanto nó desta rede, é o que apresenta maior grau de conexão. Essa conclusão é baseada na densidade da rede que ele cria. Outro fator a ser considerado é o histórico de participação dos atores nas demais discussões travadas ao longo da Wikipédia. Nessa enciclopédia on line, quanto mais se participa, melhor é entendida a dinâmica da participação colaborativa.

Inovações no processo de edição, portanto, passam a ser implementadas a partir de agora. A edição da Wikipédia exigia que as pessoas aprendessem a sintaxe do wikitexto, que é uma linguagem de marcação bastante complexa, seja para inserir informação ou até mesmo para fazer pequenas correções em um artigo. Quando foi criada, em 2001, esta prática até era aceitável. Nos dias atuais, entretanto, o wikitexto tem afastado colaboradores.

O Editor Visual[15], um novo sistema de edição da Wikipédia que está sendo desenvolvido pela Wikimedia Foundation, permite que as pessoas editem sem ter que aprender a sintaxe wikitexto. A ideia segue o que já é praticado por plataformas sociais, como, por exemplo, o Facebook. Espera-se, dessa forma, que se amplie a contribuição para a Wikipédia em todas as línguas em que ela existe.

CONTROVÉRSIA E ARGUMENTO

Como é possível surgir ordem social a partir de processos de formação de consenso que se encontram ameaçados por uma tensão explosiva entre facticidade e validade? Em relação ao agir comunicativo, a dupla contingência, a ser absorvida por qualquer formação de interação, assume a forma especialmente precária de um risco de dissenso, sempre presente, embutido no próprio mecanismo de entendimento, ainda mais que todo dissenso acarreta elevados custos para a coordenação da ação. Normalmente há poucas alternativas à disposição que podem resumir-se a simples consertos, à desconsideração de pretensões controversas à passagem para discursos mais pretensiosos (Habermas, 2003b, p. 40).

Destaca-se que as controvérsias são indispensáveis para formação, evolução e avaliação das teorias científicas porque é nelas que se exerce a crítica “séria”, ou seja, aquela

[15] Nova marcação de hora na Wikipédia passa a ser neste formato.

que permite engendrar, melhorar e controlar seja a “boa estruturação”, seja o “conteúdo empírico” das teorias científicas. A importância atribuída à crítica é elemento comum com o normativismo de Karl Popper. Em contrapartida, quando a rigorosa pesquisa das controvérsias é um meio indispensável para constituir uma descrição adequada da história e da práxis da ciência, observa-se algo em comum com o descritivismo de Thomas S. Kuhn (Dascal, 1994, p.77).

A ciência manifesta-se em sua história como uma sequência de controvérsias e são nelas na qual se exerce a atividade crítica e constitui-se dialogicamente o sentido das teorias e, também, produzem-se as mudanças e inovações e manifesta-se a racionalidade ou irracionalidade do empreendimento científico. O que são, entretanto, as controvérsias científicas? Por que a filosofia e a história da ciência não devem ignorá-las? (Dascal, 1994, p. 78).

Diante da família dos “fenômenos discursivos dialógicos polêmicos”, segundo Dascal (1994, p. 78), não há controvérsia propriamente dita sem que pelo menos duas pessoas empreguem a linguagem, na direção de uma à outra, em um confronto de opiniões, argumentos, teorias etc. Neste sentido, controvérsia é uma atividade que comporta sempre um elemento de imprevisibilidade. É essencial, portanto, que na controvérsia haja possibilidade do uso do direito de contestação ao oponente por parte de cada um dos contendentes. Afinal, um oponente vivo, real e ativo (ou seja, nem morto, nem imaginário, nem silencioso) é imprevisível em suas reações (Dascal, 1994, p.78).

Enquanto fenômeno dialógico, a controvérsia consiste primariamente naqueles textos ou intervenções orais diretamente dirigidos por cada contendente ao outro (ou aos outros), privada ou publicamente. Por meio do termo polêmica, que Dascal usa para designar o conjunto dos fenômenos discursivos dialógicos polêmicos, ele distingue três tipos ideais pertencentes aos membros da sub-família a qual pertencem as controvérsias: discussão, disputa e controvérsia (Dascal, 1994, p. 79).

Para discussão, o autor considera uma polêmica cujo objeto é um tema ou problema bem circunscrito. Enquanto a discussão é desenvolvida, os contendentes tendem a reconhecer que a raiz do problema é um erro relativo a algum conceito ou procedimento importante em um campo bem definido. Discussões permitem soluções, que consistem em corrigir graças à aplicação de procedimentos aceitos no campo (como prova, cálculo, repetição de experimentos etc.).

Na fala argumentativa, Habermas (2012, p. 61) diz que se podem distinguir três aspectos analíticos:

a) Processo – trata-se de uma forma de comunicação inverossímil, já que muito próxima de condições ideais. Participantes de uma argumentação têm de pressupor de maneira geral que a estrutura de sua comunicação, em virtude de traços que cabe descrever de maneira puramente formal, exclui toda coação (quer ela atue a partir de fora sobre o processo de entendimento mútuo, quer se origine dele), exceto a coação do melhor argumento (o que implica também a desativação de todos os motivos, exceto o da procura cooperante pela verdade). Sob esse aspecto, pode-se conceber a argumentação como um prosseguimento reflexivamente direcionado do agir que se orienta por outros meios de entendimento.
b) Procedimento – tem-se uma forma de interação especialmente regulamentada. E o processo de entendimento discursivo passa a ser normatizado sob a forma cooperativa de uma divisão de trabalho entre proponentes e oponentes. Isso ocorre, então, de maneira que os partícipes: (i) tematizem uma pretensão de validade problemática; (ii) assumam um posicionamento hipotético ao estarem desonerados da pressão acional e experiencial; (iii) chequem mediante razões, e tão somente mediante elas, se a pretensão defendida pelo proponente tem razão de subsistir ou não.
c) Produção de argumentos – a argumentação se volta a produzir argumentos procedentes e convincentes, em razão de propriedades intrínsecas com que é possível resolver ou refutar pretensões de validade. Argumentos são meios com os quais é possível obter o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade levantada pelo proponente de forma hipotética; com eles pode-se formar opinião em saber (Habermas, 2012, p. 61-62).

Os três aspectos analíticos mencionados podem revelar os pontos de vista teóricos sob os quais é possível demarcar as disciplinas do cânone aristotélico: a Retórica ocupa-se da argumentação enquanto processo; a Dialética ocupa-se dos procedimentos pragmáticos da argumentação; e a Lógica, de seus produtos (Habermas, 2012, p. 62). As informações que provêm dos conhecimentos dos outros são aceitas pelos outros com base na "autoridade cognitiva" não só de uma testemunha, mas também de livros, artigos e outros registros e instrumentos que são "porta-vozes" de autoridade cognitiva de seus autores e criadores. Às vezes, o testemunho subsiste, aliás, à rebeldia do silêncio ou incompreensão de quem for sua testemunha (González de Gómez, 2007, grifos do autor).

Argumentação, portanto, é o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos (Habermas, 2012, p. 48). A capacidade de fundamentar exteriorizações racionais, por parte das pessoas que se portam racionalmente, corresponde à sua disposição de se expor à crítica e participar regularmente de argumentações, sempre que necessário (Habermas, 2012, p. 49). No discurso argumentativo, como afirmam Lima, Moreira e Lima (2010, p. 692) "mostram-se estruturas de situação de fala que estão imunizadas contra repressão e desigualdade: elas se apresentam como uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais".

Um argumento contém razões que se ligam sistematicamente à pretensão de validade de uma exteriorização problemática. A "força" (grifo do autor) de um argumento mede-se, em dado contexto, pela acuidade das razões; esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja, de o argumento ser capaz de motivá-los, ou não, a dar assentimento à respectiva pretensão de validade. Em face disso, também podemos julgar a racionalidade de um sujeito capaz de falar e agir segundo sua maneira de comportar em cada caso enquanto participante da argumentação (Habermas, 2012, p. 48).

A proposta diferencial de Habermas é transformar o imperativo kantiano (ligado ao mesmo tempo a um "caráter inteligível" transcendental e a um sujeito monológico) em um princípio intersubjetivo, ancorado nas mesmas pressuposições pragmáticas universais do agir comunicativo e dos processos de argumentação. Quando os conflitos interpessoais impedem o convívio regulado por normas, o julgamento moral visaria à compreensão "sobre a solução justa" (Habermas, 1989; González de Gómez, 2010, p.54). Para Habermas, Kant é quem melhor representa a filosofia do sujeito (Cenci, 2012, p. 119).

"Um texto vale pelo argumento que contém, não pela boca que o profere" (Demo, 2005, p. 16). É preciso, portanto, propor maneiras e modos mais flexíveis de reconstruir conhecimento a fim de, em primeiro lugar, ser justo com a flexibilidade da realidade. González de Gómez (2007a, p. 6) completa a ideia de que o "autor da informação investe mais para gerá-la, mas em consequência, muitos poderão usá-la e validá-la com muito menor custo e gasto de energia".

Demo contextualiza a importância da discutibilidade dos argumentos:

> Não podemos ser imprecisos, porque captar de modo impreciso a realidade imprecisa só agravaria a imprecisão. Os métodos buscam precisão, mas esta deve ser flexível, pois, quanto mais os métodos forem precisos, mais longe estarão da

> realidade imprecisa. Não cabe tudo em lógica. Razão não é tudo. O coração tem razões que a razão desconhece. Neste contexto, diz-se hoje que o critério mais aceitável, ainda que longe de satisfatório, de cientificidade é a discutibilidade dos argumentos (Demo, 2005, p. 36).

Argumentar, para Demo (2005, p.36), supõe relacionamento social com os participantes do discurso. "A autoridade do argumento conclama autoridade não autoritária, combinando de modo perspicaz ciência e democracia, como transparece na teoria da ação comunicativa de Habermas". Como argumentar implica contra-argumentos, aparece a noção de direito recíproca à palavra. "Não se argumenta para calar o outro, mas, para movê-lo a manifestar-se com autonomia, em nome da autonomia. O argumento que tolhe a autonomia do outro é golpe" (Demo, 2005, p. 38). O conceito de autonomia proposto intersubjetivamente considera que o desenvolvimento da personalidade de cada um depende da realização da liberdade de todos (Hermann, 2012).

Habermas, por sua vez, comenta sobre a validade do agir orientado pelo entendimento:

> O autor imputável se comporta de modo autocrítico, não somente em suas ações diretamente moralizáveis, mas também em suas manifestações cognitivas e expressivas. Mesmo que a imputabilidade constitua, em seu âmago, uma categoria prático-moral, ela se estende às expressões e cognições inseridas no espectro de validade do agir orientado pelo entendimento (Habermas, 2012, p. 139).

Demo esclarece que, na obra excepcionalmente fecunda de Habermas, encontram-se "outros horizontes excitantes, como a noção da verdade como pretensão de validade, na qual expressa, de modo veemente, a politicidade da verdade e, por consequência, sua natural multiculturalidade" (Demo, 2005). Os consensos são possíveis, quanto frágeis, porque são obra de construção histórica de grupos humanos que sabem, ao mesmo tempo, propor e conceder, preferindo o melhor argumento (Demo, 2005, p. 39).

Demo (2005, p. 40-45) apresenta algumas dimensões na defesa de que ciência, epistemologicamente falando, é a arte de argumentar:

a) O cerne do argumento é o questionamento e que, no fundo do termo argumentar, está à noção de arguir, inquirir, duvidar.
b) Argumento reclama naturalmente, na mesma dinâmica, o contra-argumento.
c) Argumento é fundamentar. Nada é evidente. Tudo precisa ser devidamente fundamentado, mas toda fundamentação é transitória.
d) Argumentar é jogo aberto e produtivo. Quando bem formulado, exerce poder

reconstrutivo tanto em quem elabora, quanto em quem o reelabora, “pois é coisa de sujeito capaz de autonomia, que lê autor para se tornar autor, observa a realidade para mudar, se comunica para contribuir”.

e) Argumentar é compreender. “Para entender o outro é mister reconstruir o outro, passando isso inevitavelmente pela desconstrução; esta condição aguça tanto mais a necessidade de tentar compreender o outro da melhor maneira possível, (...)”.
f) Argumentar é reconstruir. “É mister saber colocar algo melhor no lugar”.
g) Argumentar é pesquisar. “Implica dizer que o bom argumento é fruto de processo incansável de busca, nunca se acomodando no conhecimento vigente e disponível. Pesquisa supõe rever o conhecimento existente, colocar novas perguntas e dúvidas, abalar o que está estabelecido, procurar novas fundações e fundamentações”.
h) Argumentar é elaborar. “Ao elaborar, percebemos melhor se o que vai ao papel se sustenta, tem começo, meio e fim, revela raciocínio completo e amarrado; bom argumento é argumento bem elaborado, de dentro para fora, o que evita, por exemplo, a discussão feita por parceiros despreparados, que falam qualquer coisa, sem maior nexo ou chão“.
i) Argumentar é saber pensar. “(...) saber pensar é ver mais longe, ir atrás do que não se sabe, considerar tudo que se fez muito pouco (...)“
j) Argumentar é constituir-se sujeito autônomo. “(...) dialeticamente falando, autonomia conclama, na outra face, subordinação, mas, tomando as relações como complexas não lineares, é possível montar um quadro de relações igualitárias (...)".

A arte de argumentar não é apenas a estratégia básica de se fazer ciência, é também procedimento espetacular de construção de processos emancipatórios. Tal perspectiva, segundo Demo (2005, p. 67), recorda a tese de Habermas sobre esfera pública e ação comunicativa:

> Uma ideia iluminada no sentido de que a prevalência do bem comum depende, em grande medida, dos espaços abertos de discussão livre, para que seja viável privilegiar os interesses.

Poker (2008, p. 72, grifo do autor) considera que a esfera pública é constituída pelas interações existentes numa situação de comunicação direcionada ao entendimento. Para isso exige a capacidade de descentração dos participantes à medida que consiste numa situação

dialógica presumida na relação *eu-outro*. "O desentendimento é tão possível quanto o entendimento, e em toda comunicação há suficiente ruído para que possa ser deturpada, tanto em quem emite, quanto em quem recebe". (Demo, 2005, p. 67). "Aprender a argumentar é profundamente saber arquitetar a democracia dos consensos possíveis e sempre abertos, à medida que aprendemos a modular a influência de tal sorte que não exija subordinação" (Demo, 2005, p. 68).

Demo esclarece sobre argumento de autoridade e autoridade do argumento:

> A verdadeira politicidade é aquela que influencia sem humilhar, porque supõe o "saber pensar" tanto em quem fala, quanto em quem escuta. O jogo inteligente da qualidade formal e política pode combinar, de maneira criativa, critérios formais e políticos da cientificidade, de tal sorte que, reduzindo-se ao mínimo o argumento de autoridade, prevaleça a autoridade do argumento. Esta não sobrevive apenas com lógica, porque supõe, ademais, o consenso possível entre interlocutores que "sabem pensar". Saber pensar pode levar ao consenso, mas nunca a ponto de impedir o afastamento crítico, bem como pode levar ao questionamento, mas nunca a ponto de impedir a convivência (Demo, 2005, p. 80-81).

O consenso que mais vale a pena é aquele feito de gente que discorda, por isso nunca completo, final, mas em situação aberta de revisão constante. Sua fragilidade é sua força. Só quem discorda pode consentir. Os outros apenas aplaudem ou são machucados na manipulação. Ao fundo, a arte de argumentar é também a arte de saber ceder, porque nisto surge a generosidade de quem prefere a parceria ao confronto (Demo, 2005, p. 91).

A comunicação não é, portanto, para Habermas, uma utopia e um lugar do qual os conflitos estariam ausentes. Ao contrário, é um espaço de requestionamento permanente:

> Mas sua força é justamente *poder progredir exclusivamente pela força do melhor argumento*, não somente pela ameaça ou pelo constrangimento (mesmo se estes puderem intervir), nem pela força exclusivamente da tradição ou de uma obrigação que viesse do alto e não pudesse ser discutida (Dupeyrix, 2012, p. 49).

No sentido da construção coletiva de verbetes na Wikipédia, pensa-se em, a fim de esclarecer a validade da informação produzida neste ambiente, à utilização da validação social como processo de agregação das opiniões extraídas de argumentos entre os wikipedistas. Assim, o que "mais decide é a habilidade de negociação com base na autoridade do argumento" (Demo, 2009, p. 99). "A autoridade do argumento é garantia da liberdade de expressão e interpretação porque não se sustenta à sombra de imposições e censuras, mas por conta da liberdade de pesquisar" (Demo, 2012, p. 33). Além disso, segundo Hermann (2012), Habermas está convencido que mediante argumentos pode-se produzir um acordo

racionalmente motivado cujos compromissos expandir-se-iam para toda sociedade.

González de Gómez (2007a, p. 7) afirma que os critérios e procedimentos de validação de conhecimentos e informações estão sujeitos às matrizes sócio-cognitivas de sujeitos coletivos situados e são constituídos pela interseção de muitas e mais específicas variáveis que aquelas genéricas que fazem parte idealmente os paradigmas disciplinares.

Os conhecimentos construídos coletivamente e dinamicamente são, consequentemente, pensados a partir de critérios de validade comunicativa estabelecidos por Habermas, como já fora ensaiado em estudos prévios de González de Gómez e de Gracioso (2007b). A partir de agora a Ciência da Informação deve fazer valer deste aporte teórico para que novas pesquisas ganhem força quando se pensam nos fenômenos sociais coletivos e dinâmicos que acontecem na Wikipédia ou em outras emergentes plataformas computacionais. A contribuição de Habermas (2005, p. 178) recai, como ele mesmo afirma, na busca de vestígios de uma razão capaz de integrar as coisas sem eliminar as distâncias e que reconheça a alteridade do outro tornando reconhecível, entre estranhos, o que é comum.

CONCLUSÃO

A Wikipédia, embora tenha iniciado a construção no início desse século XXI (mais precisamente em 15 de janeiro de 2001), ainda parece, para alguns, novidade na história editorial das enciclopédias. É hoje, porém, considerada a maior enciclopédia da história humana e ganha, com ajuda da evolução tecnológica, mais força no alcance da produção de mais verbetes e em mais línguas. É comum, entretanto, ver notícias que pregam menor interesse de colaboradores na produção da Wikipédia, mas, ao mesmo tempo, reconhece-se o esforço de colaboradores em angariar mais voluntários para dar força ao projeto.

Percebe-se que a Wikipédia configura o conhecimento enquanto discurso e que o hipertexto, nela, configura materialidade discursiva. Os laços sociais que se criam, assim, ficam sempre abertos ao escrutínio público concluindo-se que toda narrativa é uma controvérsia demandando participação do público, criando-se redes que se organizam socialmente, uma vez que a Wikipédia é tecida por discursos conduzidos por milhares de sujeitos pertencentes a diversas partes do planeta.

A Wikipédia reconhece a autoridade do melhor argumento porque admite cooperação e discussão no contexto mais puro Habermasiano. A autoria é relativa de todos e a produção textual colaborativa em rede faz repensar o conceito de autoria. O estudo conclui

que prevalece a autoridade do melhor argumento a partir da escuta dos pontos de vista, críticas, sugestões e interferências dos sujeitos. O uso que uma sociedade faz das ferramentas disponíveis depende das necessidades de cada comunidade e da maneira como cada grupo se organiza para fazer com que elas, as necessidades, sejam atendidas.

REFERÊNCIAS

CENCI, Angelo Vitório. Da ética do discurso à teoria do discurso. *In*: NOBRE, M; REPA, L (Org.). **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da Teoria Crítica Habermasiana. Campinas: Papirus, 2012.

DASCAL, Marcelo. Epistemologia, controvérsias e pragmática. **Revista da SBHC**, n. 12, 1994.

DEMO, Pedro. **Argumento da autoridade x autoridade do argumento**: interfaces da cidadania e da epistemologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

DEMO, Pedro. **Ciência rebelde**: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, Pedro. **Qualidade humana**: somos corpo e alma, nem só corpo, nem só alma. Campinas: Armazém do Ipê, 2009.

DUPEYRIX, Alexandre. **Compreender Habermas**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ESTEVES, Bernardo; CUKIERMAN, Henrique. A controvérsia sobre as causas do aquecimento global em 15 artigos da Wikipédia lusófona. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13., 2012, São Paulo. **Anais**... São Paulo: USP, 2012.

ESTEVES, Bernardo; CUKIERMAN, Henrique. **Consenso e controvérsia na wikipédia:** um olhar sociotécnico sobre o verbete "aquecimento global". *In*: CONGRESSO SCIENTIARUM HISTÓRIA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

FREIRE, Letícia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46-65, jan./jun. 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais**... Salvador: Enancib, 2007a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ciência da Informação e a ação comunicativa no cenário web. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais**... Salvador: Enancib, 2007b.

HABERMAS, Jürgen. **Diagnóstico do tempo**: seis ensaios. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: WMF Fontes, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 2.

HERMANN, Nadja. **Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro, 2012. Aula ministrada em 25 abril e 9 mai. 2012. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

LANIADO, D. *et al*. When the Wikipedians talk: network and tree structure of Wikipedia Discussion Pages. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WEBLOGS AND SOCIAL MEDIA, 5., 2011, [Madrid]. **Anais**… [Madrid]: Imagina Building, 2011.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2011.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume; 2013.

LIMA, C. R. M de; MOREIRA, F. K; LIMA, J. R. T. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 7, n. 3, p. 669- 692, 2010.

NIEDERER, Sabine; DIJCK, José van. Wisdom of the crowd or technicity of content? Wikipedia as a sociotechnical system. **New Media & Society**, v. 8, p. 1368-1387, dez. 2010.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Redes e Controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: ESOCITE – JORNADAS LATINO-AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS, 7., 2008, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias – ESOCITE.BR, 2008.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Tecnologias de vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; NOBRE, Júlio César de Almeida. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Revista Ator-Rede**, Rio de Janeiro, n. 1, 2013.

POKER, José Geraldo A. B. A democracia e o problema da racionalidade. *In*: MARTINS, C. A.; POKER, J. G. A. B. (org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina

Universitária Unesp, 2008.
Santaella, Lucia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-networl theory. **Public Understanding of Science**, n. 3, v. 19, maio 2010.

PTWIKIS. **Linha do tempo**. Tool Labs – Ferramentas para projetos lusófonos. [2013?]. Disponível em: https://tools.wmflabs.org/ptwikis/Linha_do_tempo. Acesso em: 10 dez. 2013.

WIKIMEDIA FOUNDATION. **Home**. [2013?]. Disponível em: http://wikimediafoundation.org/wiki/Home. Acesso em: 10 dez. 2013.

WIKIPEDIA. **Wikipédia**. [2013a?]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 10 dez. 2013.

WIKIPEDIA. **Wikipédia**:Lista dos 1000 artigos essenciais. [2013b?]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 10 dez. 2013.

YASSERI, Taha *et al*. Dynamics of conflicts in Wikipedia. **PLoS ONE**, v. 7, n. 6, June 2012.

YASSERI, T. *et al*. The most controversial topics in Wikipedia: a multilingual and geographical analysis. *In*: FRICHMAN P.; HARA N. (org.). **Global Wikipedia**: international and cross-cultural issues in online collaboration. [S.l.]: Scarecrow Press, 2014.

Capítulo 6

NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UMA TEORIA CRÍTICA DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Márcio Gonçalves

Mariângela Rebelo Maia

Resumo: Neste artigo são apresentadas anotações iniciais para uma teoria crítica discursiva da informação. A teoria crítica discursiva da informação parte da elaboração de Habermas, que considera que Discurso é uma forma especial de Agir Comunicativo para construção de entendimento intersubjetivo. A Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, em sua guinada linguística, traz elementos importantes de cognitivismo e de construtivismo. O discurso é o meio que os sujeitos usam para resolver conflitos sobre algo no mundo, trabalhando para construir acordos teóricos e práticos. O discurso entre sujeitos tem função de validação pragmática de expressões e representações do mundo da vida. Habermas observa a observação pragmática de que acordos por argumentos devem ter correspondência com o mundo objetivo. A partir desses pressupostos faz-se o esboço da teoria crítica discursiva da informação, que tem elementos cognitivos, construtivistas e pragmáticos. A informação é construção de significado e representação, mas é também acordo intersubjetivo sobre algo que existe no mundo. Assim, não existe informação fora, antes ou depois da comunicação. A informação faz parte da comunicação e da interação mediada pela linguagem.

INTRODUÇÃO

Neste artigo são apresentadas anotações iniciais para uma teoria crítica discursiva da informação. Esta teoria parte das teorias de Habermas, que considera que o discurso é uma forma especial de agir comunicativo para construção de entendimento intersubjetivo. A teoria do agir comunicativo de Habermas, após a sua guinada linguística, traz elementos importantes de cognitivismo e de construtivismo. O discurso é o meio que os sujeitos usam para resolver conflitos sobre algo que existe no mundo, trabalhando para construir acordos teóricos e práticos.

O discurso entre sujeitos tem função de validação pragmática de expressões e representações do mundo da vida, ao mesmo tempo que cria vínculos sociais. Habermas

observa que os acordos por argumentos devem ter correspondência com algo que existe no mundo objetivo. A partir desses pressupostos habermaseanos faz- se o esboço de uma teoria crítica discursiva da informação com elementos cognitivos, construtivistas e pragmáticos.

A informação é construção de significado e representação, mas é também acordo intersubjetivo sobre o mundo. Assim, não existe informação fora, antes ou depois da comunicação. A informação faz parte da comunicação, da interação mediada pela linguagem. A linguagem faz a distinção entre incerteza e informação significativa ser comunicada reflexivamente, e sua codificação consequente pode ser alterada sem se tornar confusa (Leydesdorff, 2000).

Ao começar pela elaboração de Jürgen Habermas, uma teoria discursiva da informação parte de uma forma especial de agir comunicativo orientado para a construção do entendimento intersubjetivo. A questão informacional abordada por Habermas em sua argumentação configura-se como um componente da comunicação, sendo legado à informação um caráter associado ao agir comunicativo. A informação é tratada segundo o viés da comunicação, não tendo um desenvolvimento teórico dedicado. A informação encontra-se na teoria do agir comunicativo como uma estrela na constelação de elementos evocados por Habermas para a reconstrução das condições do intento comunicativo liberto da coação dos avanços sistêmicos.

Como a informação aparece de maneira residual aos propósitos comunicativos, dedicamos esse texto a pensar seminalmente sobre o papel teórico da informação para os desígnios consensuais da comunicação, buscados por Habermas. Neste sentido, abordamos a informação sob a perspectiva do Discurso, pois é no seu advento teórico que o conteúdo informativo prévio da atividade comunicativa é colocado sob suspeita. No Discurso a informação opera na seleção de sentidos e na construção das pretensões de validade que, caso se realizem, contribuirão na formação dos consensos comunicativos sobre as coisas do mundo, das normas da sociedade e da inteligibilidade das expressões. No Discurso a questão informacional apresenta-se sem forma, como potência na instabilidade recursiva e estruturada linguisticamente do mundo da vida.

Torna-se claro que, em relação às gerações da Escola de Frankfurt de pesquisa social que lhe antecede, a teoria do agir comunicativo de Habermas encontra-se entrelaçada à guinada linguística da filosofia e traz consigo elementos reconstrutivos importantes do cognitivismo semântico e do construtivismo pragmático. O Discurso é acionado como meta-plano quase transcendental por meio do qual os sujeitos se confrontam para resolver conflitos e controvérsias sobre algo objetivo, subjetivo ou normativo no mundo da vida. A arena

linguística de universalização das falas é o lugar onde se constroem acordos teóricos e práticos de convivência (e sobrevivência). No plano orquestrado pelos meta-meios da linguagem e da dignidade humana, o Discurso entre sujeitos tem função de validação pragmática de expressões, representações e normas do mundo da vida.

No campo da linguística, há distinção entre os estudos da linguística formal e da linguística discursiva. A linguística do discurso se ocupa do uso da língua em situação real de comunicação e das relações existentes entre forma e função, não se limitando ao uso da linguagem como sistema formal. Considera-se que "a língua apresenta uma estrutura formal que é perpassada por realidades subjetivas sociais e históricas que influenciam no sistema e vice-versa" (Santos & Santos, 2016, p. 40).

A partir desses pressupostos faz-se o esboço da teoria crítica discursiva da informação, que tem elementos cognitivos, construtivistas e pragmáticos. A informação emerge como representação social fundada numa construção seletiva de significado experimentada entre as dores e as delícias dos acordos intersubjetivos sobre o mundo. No Discurso a informação integra-se à comunicação como parte da interação mediada pela linguagem.

AGIR COMUNICATIVO, COGNIÇÃO E CONSTRUTIVISMO

A teoria do Agir comunicativo de Habermas, em sua guinada linguística, traz elementos importantes de cognitivismo e de construtivismo. A teoria é um gigantesco esforço intelectual para pensar a construção dos indivíduos, a socialização, a formação de grupos, a partir das interações mediadas pela linguagem. Primeiro, porém, é preciso que se entenda a diferença entre os conceitos de giro, guinada ou virada linguística (*linguistic turn*) e guinada ou virada pragmática. É importante compreender que "virada" nada mais é do que uma mudança radical na pergunta filosófica sobre os elementos centrais de nossa experiência, que passa, assim, a ser articulada de outro modo.

A virada linguística constitui uma superação do método introspectivo ou especulativo típico da filosofia moderna, que era centrada na problemática da consciência, pela análise proposicional. O primeiro passo da virada linguística consiste em priorizar a lógica das proposições (uma rigorosa análise sintático- semântica), acreditando ser esse um passo prévio indispensável a qualquer estudo filosófico.

Quanto à virada pragmática, que ocorre posteriormente no interior da virada

linguística, pode-se dizer que ela se dá em função de um esgotamento da mera análise proposicional da linguagem. Após a virada pragmática, pelo contrário, a verdade de um enunciado pode ser demonstrada também com base em razões que podem ser reconhecidas por uma comunidade de participantes da comunicação. O papel, que no antigo paradigma era atribuído à consciência, passa, no novo paradigma, a uma comunicação mediada por argumentos.

Habermas rompe com a ideia de que o indivíduo pode fundamentar sua ação monologicamente, partindo então para a interação e a cooperação. O agir comunicativo é a interação na qual as pessoas envolvidas se põem de acordo para ordenar seus planos, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validez. No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das vivências a que têm acesso privilegiado).

O agir comunicativo é a forma de interação social na qual o plano de ação de vários agentes é coordenado mediante o intercâmbio de atos comunicativos – por intermédio do uso da linguagem verbalizada ou de expressões extraverbais correspondentes – orientados à obtenção do entendimento (González de Gómez, 2009a, p. 197).

No agir estratégico um sujeito interage com o outro para ensejar a continuação desejada, mas no agir comunicativo um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita. (Habermas, 2013, p. 79).

Habermas reconhece o poder da argumentação apresentando as diferenças entre assertabilidade e verdade: as qualidades formais da argumentação entre assertabilidade e verdade. Porque “no último instante” evidências concludentes e argumentos convincentes falham e opiniões bem fundamentadas podem ser falsas, somente a qualidade do processo discursivo de certificação da verdade fundamenta a esperança racional de que melhores fundamentos e informações acessíveis estejam realmente disponíveis e, no final, também “contém”. Inconsistências percebidas, que despertam a suspeita “de que aqui não se argumenta” se manifestam primeiramente quando participantes evidentemente relevantes são deixados de fora, contribuições relevantes são reprimidas, e tomadas de posição de sim e não

são manipuladas ou condicionadas através de influências de outro tipo (Habermas, 2002, p. 69).

Os atos de fala têm pretensões de validez e passam por um processo de validação até adquirirem validade. A validação discursiva é o processo de agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo alcançado pela ideia habermasiana de emancipação humana e de discurso. O processo envolve o uso da linguagem, que promove avanços nas pretensões de validez quando justificadas discursivamente (Gonçalves e Lima, 2014).

Em "A Pedagogia do oprimido" Paulo Freire elabora uma fundamentação teórico-filosófica sobre as condições da interação pela linguagem e seu papel central para uma educação libertadora. Freire retoma a tradição do diálogo como processo dialético e problematizador, e acredita que por ele podemos olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, de algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação.

A interação mediada pela linguagem impulsiona o pensar crítico- problematizador em relação à condição humana no mundo. É por meio dela que podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver. Além disso, a interação mediada pela linguagem implica numa práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. Abrem-se caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nossa cultura e nossa educação, e a possibilidade de agirmos de outro modo, que transforme o mundo que nos cerca (Zitkoski, 2010).

A interação mediada pela linguagem é o selo do ato cognoscitivo, em que o objeto cognoscível, mediado por sujeitos cognoscentes, se entrega a seu desvelamento crítico (Freire, 1981, p. 117). Na dimensão cognitiva os sentidos dos indivíduos são construções sociais. Belkin (1990, p.11) considera que a informação é entendida como conhecimento comunicado e que a mesma produz uma transformação na estrutura mental dos sujeitos. Fundamentado em uma perspectiva cognitivista, a forma como a informação é recebida pelos sujeitos é avaliada levando- se em conta os processos mentais efetuados pelos mesmos. Informação, portanto, seria aquilo que provoca uma mudança no estado mental do indivíduo.

Belkin (1990, p. 13) propõe uma abordagem cognitivista para as questões informacionais. A facilitação da comunicação entre seres humanos é o que está em questão, pois a informação é capaz de modificar estruturas, que são formas gerais de organização. É na intersubjetividade e na negociação com o outro que se estabelece a relação entre indivíduos com liberdade de ação.

O cognitivismo estuda os processos centrais do ser humano, como organização do

conhecimento, processamento da informação, estilos de pensamento, além dos comportamentos em grupo e individuais. “Os conhecimentos não partem, com efeito, nem do sujeito (...) nem do objeto (...), mas das interações entre sujeito e objeto” (Piaget, 1973, p. 39-40).

“Nós, os humanos, nos encontramos no mundo, com o mundo e com os outros, como seres concretamente situados e num processo de mútua construção”, diz Freire (Freire, 1987, p.39). O mundo a que Freire se refere permite o “intencionar” de nossas consciências. Podemos agir com base nos objetivos que nos propomos. Deste modo criamos novas ideias, produzimos o inédito e transformamos o entorno.

A construção do conhecimento se sustenta nas interações mediadas pela linguagem. A linguagem não é reflexo de uma ação, ela é a própria ação de um sujeito que a põe em prática. O construtivismo é uma regra que rege o Discurso, justificado pela ideia de que os indivíduos passam por etapas para construir e adquirir o conhecimento. A construção do Discurso é uma produção social, cuja comunicação permite ao sujeito fazer sentido, não só de si mesmo, mas também do mundo exterior (Campos, 2015).

DISCURSO, ARGUMENTAÇÃO E PRAGMÁTICA

O Discurso é o modo que os sujeitos usam para resolver conflitos sobre algo que existe no mundo, trabalhando para construir acordos teóricos e práticos. O Discurso entre sujeitos tem função de validação pragmática de expressões e representações do mundo da vida. Habermas salienta a necessidade de discussão e argumentação para garantir que os participantes estejam cientes das questões e das implicações de tópicos de discussão. As diferentes necessidades, interesses e opiniões de todas as partes interessadas devem ser discutidos em um fórum público para que outros possam debater, questionar e analisar as perspectivas de cada um.

O Discurso em Habermas é um exercício de argumentação, um processo comunicacional que, em relação com o objetivo de um acordo racionalmente motivado, tem que satisfazer a condições inverossímeis” (Habermas, 2003, p.111). Habermas observa que comunidade ideal de comunicação é contrafactual.

A teoria do Discurso não tem uma perspectiva de esclarecimento, no sentido dialético, mas sim de uma dinâmica interativa que remete a aprendizagem. Pode-se assim demarcar importante distinção entre diálogo e Discurso: o primeiro opera no terreno do

esclarecimento e o segundo na da construção.

O uso semântico da palavra Discurso em Habermas instaura-se na língua portuguesa de modo intensivamente neológico ou ao menos inabitual no plano de sentido comumente utilizado. A “nota preliminar do tradutor” escrita por Guido de Almeida (1989) no pré-texto de "Consciência Moral e Agir comunicativo" aborda esta questão. Habermas utiliza ao menos três palavras em alemão para referir-se à questão discursiva da comunicação: Diskurs (Discurso), Rede (discurso, fala) e Diskursiv (discursivo).

Na língua portuguesa essas palavras apresentam grandes semelhanças em seus contextos de uso. Todavia, a palavra Diskurs, que grafamos até então com inicial maiúscula, é usada por Habermas como um termo técnico que anuncia um conceito. No alemão, Diskurs é uma palavra antiquada, cujos usos semântico-pragmáticos anunciados por sua história se encontram na constelação de significados que Habermas aciona, isto é, o Discurso como “uma conversação animada ou uma discussão minuciosa, ou ainda os arrazoados ou explanações que um dirige ao outro”.

Esta crítica textual é valiosa visto que Habermas insere um aspecto contido nos usos do Diskurs que não é comum entre falantes da língua portuguesa, a saber: o aspecto intersubjetivo. O aspecto semântico-pragmático de subjetividade dos discursos, da vivacidade com que sujeitos proferem suas falas, em peças oratórias, por exemplo, assim como, o aspecto lógico-conceitual vinculado aos argumentos explanatórios e aos confrontos de opiniões, encontram-se na estância significativa da palavra discurso no português.

O Discurso enquanto Diskurs, em sua dimensão intersubjetiva, carregada de polêmicas e disputas significativas, que se dá no curso de uma conversação, discussão ou disputas de pontos de vista, não tem uso habitual no português. Dito isso, para acentuar o sentido do uso que faz Habermas, e cabe grifar a palavra Discurso como espécie de comunicação destinada a fundamentar significativamente as pretensões de validade das expressões subjetivas e normativas em que se baseia o agir comunicativo orientado para o entendimento.

Diálogo e discurso, esclarece Hermann (2012), referem-se a diferentes modos de interação mediada pela linguagem que podem ser esclarecidos pelo recurso à etimologia da palavra. Diálogo provém do grego *dia-logos*, que significa por meio da conversa, ou seja, uma conversa recíproca entre duas ou mais pessoas. Diferentemente do diálogo, o Discurso provém do termo latino *discurs*, que significa correr separados, correr para cá e para lá, dispersar-se. Constitui-se numa situação de conversa em que as contribuições de um e de

outro estão relacionadas e orientadas ao entendimento. Enquanto o diálogo filosófico realiza-se entre dois participantes, o Discurso busca entendimento pela discussão pública de participantes separados numa polifonia incômoda, própria das sociedades pluralistas.

O Discurso está além do encontro pessoal, não é privado, mas se dá numa esfera pública. A opção Habermas pelo Discurso deve-se ao seu ceticismo em relação a um diálogo platônico-metafísico e em seu interesse na estrutura não existencial de uma esfera pública política que ultrapassa o plano pessoal. O Discurso é uma forma especial de comunicação em que os participantes reagem diante de uma determinada perturbação (Hermann, 2012).

No agir comunicativo os falantes são motivados pelo outro a agir racionalmente em função do efeito de comprometimento que os atos de fala provocam. Um acordo racionalmente motivado entre todos os envolvidos só é possível de ser compreendido a partir dos estudos de Austin, que conferem à fala um sentido de ato, que não é assertórico (descrever algo), mas pragmático, ou seja, leva o outro a aceitar pressupostos pragmáticos da comunicação. As condições do Discurso e o acordo racional obtido dependem de uma situação ideal de fala, que se caracteriza pela simetria de oportunidades dos que participam do diálogo (Hermann, 2012).

Habermas indica um princípio que permite conduzir a um consenso de motivação racional acerca de questões prático-morais controversas. Como regra de argumentação, todas as normas em vigor têm de cumprir a condição de que as consequências e efeitos secundários, provavelmente decorrentes de um cumprimento geral dessas mesmas normas a favor da satisfação dos interesses de cada um, possam ser aceites voluntariamente por todos os indivíduos em causa (Habermas, 1999, p.34).

Na concepção de Habermas, falar de argumentação implica, em primeiro lugar, referir-se a atos (e não a textos ou proposições) e a atores. Cada participante pode e deve assumir por sua vez o papel do proponente (oferta enunciativa) e do oponente (aceita ou não a oferta enunciativa). As pretensões de validade do proponente eventualmente podem e devem ser resgatadas, colocando-se em questão as garantias argumentativas – as boas razões em que sustenta a oferta enunciativa inicial (González de Gómez, 2009a, p. 193).

O Discurso pode ser compreendido como a reconstrução das intuições da vida cotidiana que sustentam uma avaliação imparcial dos conflitos de ação e podem ser consideradas válidas somente aquelas que possam ser aceitas por todos os concernidos. A argumentação é fundamentada a partir dos pressupostos pragmáticos da argumentação em geral, com a explicitação do sentido das pretensões de validez normativas, ou seja, a validez universal do princípio de universalização ultrapassa a perspectiva de uma cultura determinada,

baseando-se na comprovação pragmático e transcendental de pressupostos universais e necessários de argumentação (Habermas, 2003).

Habermas (2010) explica a pretensão de validade a partir dos enunciados: a verdade é uma pretensão de validade que associamos a enunciados na medida em que os afirmamos. As afirmações pertencem à classe dos actos de fala constativos. Ao afirmar algo, faço valer a pretensão de que o enunciado que afirmei é verdadeiro. Posso fazer valer esta pretensão de forma legítima ou de forma ilegítima. As afirmações não podem ser nem verdadeiras nem falsas, são, isso, sim, legítimas ou ilegítimas (Habermas, 2010, p. 183).

Pode-se elucidar o que é uma pretensão de validade com recurso ao modelo da pretensão jurídica. Uma pretensão pode ser reclamada, isto é, feita valer, pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões que são reconhecidas são válidas. A circunstância de pretensões de validade realmente encontrarem reconhecimento pode ter muitos motivos (ou causas). No entanto, se e enquanto da "própria coisa" puder ser deduzido razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, dizemos que esta é reconhecida porque e, exclusivamente, é legítima (ou se afigura legítima aos que a reconhecem). Uma pretensão é designada por legítima se e na medida em que pode ser sustentada. "É que a validade legítima de uma pretensão garante a fiabilidade com que as expectativas resultantes de uma determinada pretensão são satisfeitas" (Habermas, 2010, p. 183).

Habermas faz distinção entre enunciados verdadeiros e falsos com referência à avaliação de outros – a saber, ao juízo de todos os outros com que alguma vez pudesse interagir pela linguagem. A condição para a verdade dos enunciados é a concordância de alcançar um consenso racional sobre aquilo que é dito (Habermas, 2010, p. 190).

Em sua guinada linguística, Habermas critica a filosofia que se concentra nas relações entre sujeito e objeto, e se desloca do paradigma da filosofia da consciência para a da filosofia da linguagem. Contudo, em "Verdade e Justificação", Habermas critica a ideia de que a função principal da linguagem é desvendar o mundo - o poder formativo dessa função - considerando que o centro dos processos de aprendizagem é a resolução de problemas, nos quais os interlocutores podem chegar ao entendimento mútuo sobre algo:

> [...] O mundo objetivo não é mais algo a ser retratado, mas apenas o ponto de referência comum de um processo de entendimento mútuo entre membros de uma comunidade de comunicação que se entendem sobre algo no mundo (Habermas, 2004, P. 234).

O conceito discursivo de verdade deve levar em conta que a verdade de um enunciado – dada à impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas – não pode ser medida por "evidências peremptórias", mas apenas por razões justificadoras. A idealização de determinadas propriedades formais e processuais da práxis argumentativa deveria pôr em relevo um procedimento que, mediante uma consideração sensata de todas as vozes, temas e contribuições relevantes, faça justiça à transcendência da verdade em relação a seu contexto, tal como é reivindicada pelo falante para seu enunciado. Reivindica-se, assim, verdade para enunciados sobre coisas e eventos no mundo objetivo (Habermas, 2004, p. 46-47).

As condições da comunicação são expostas quando Habermas elabora uma pragmática universal. Quer dizer que a teoria da verdade de Habermas aponta que quando a linguagem é usada, avança-se em pretensões de validade que devem ser justificadas discursivamente. Por este motivo, a teoria discursiva da verdade é um processo discursivo de entendimento cujo objetivo é a chegada de um consenso apoiado em razões ou argumentos entre as pessoas. Diante deste processo argumentativo, prevalece o melhor argumento. O argumento da autoridade cede lugar à autoridade do argumento.

Habermas afirma que linguagens diferentes podem produzir visões de mundo diferenciadas. Ele acredita que a linguagem é constitutiva da experiência e da identidade, mas argumenta que os modos de ação constituídos por uma visão de mundo linguístico operam à luz de uma racionalidade comunicativa que impõe aos participantes uma orientação por pretensões de validade.

Na Teoria do Agir Comunicativo há tensão entre Contextualismo (baseado na categoria de mundo de vida) e Universalismo (ancorado na ideia de que uma pretensão de validade constitui pretensão universal). Em "Verdade e Justificação", Habermas afirma que o resgate ou pretensões de validade de um ato de fala, vem sempre ligado a uma questão intersubjetiva de justificação através do Discurso.

DISCURSO E INFORMAÇÃO

A partir dos pressupostos da teoria do agir comunicativo, particularmente do Discurso, faz-se o esboço de uma teoria crítica da informação que tem elementos cognitivos, construtivistas e pragmáticos. A informação é construção de significado e representação, mas é também acordo intersubjetivo sobre o mundo. Assim, não existe informação fora, antes ou

depois da comunicação. A informação faz parte da comunicação, da interação mediada pela linguagem.

González de Gomez afirma que a informação é aquilo que se constitui em dois pontos de difícil sutura, em que é confrontada a função integradora da linguagem: entre a representação e a abdução linguística e entre os usos sistêmicos e administrativos e os usos comunicacionais da linguagem (González de Gómez, 2009a, p. 183).

A informação tem, de acordo com González de Gómez, dupla ancoragem – sócio-cognitiva e instrumental-estratégica. Por um lado, a informação estaria ancorada naquela temporalidade que atrela corpo e cultura numa configuração diferenciada da aisthesis e permite a abertura de múltiplas perspectivas sobre o mundo. Associada a algumas das plurais possibilidades heurísticas das ações – cotidianas e especializadas – a informação designa a diferença que se instala nas experiências de confronto entre nossas expectativas prévias e do que acontece em nossas relações atuais com o mundo. Por outro lado, a informação, enquanto codificada, reconstitui- se através dos meios, nas zonas de trocas e negociação entre os sistemas e o mundo da vida – mediação porém constituída numa relação histórica e não "lógica", plausível, então, de ambivalências e de transformações (González de Gómez, 2009b, p. 117).

As informações constituem, assim, uma zona de negociação entre mundo da vida e mundo. A comunicação intersubjetiva, porém, estaria em dependência do que o mundo "decide" comunicar, seja sobre a existência dos objetos a que remetem as informações, seja acerca dos estados de coisas no mundo descritos em proposições assertóricas (González de Gómez, 2009a, p. 186).

O Discurso designa a forma de comunicação na qual são tematizadas as pretensões de validade que se constituem nos processos de busca do entendimento mútuo, mas que se tornaram problemáticas e que passarão a ser examinadas à luz de processos argumentativos. No Discurso não se faria intercâmbio de informação (que remete a objetos ou estados de coisas no mundo), mas se expressam argumentos que servem para justificar ou rejeitar pretensões de validade problematizadas (González de Gómez, 2009a, p. 188).

Todo uso social da linguagem inclui a matriz dialógica da relação nós-outros (ou ego-alter). Em contextos de Discurso não se impõem as relações lógicas formais entre proposições nem a estrutura hipotético-dedutiva dos discursos de verificação (González de Gómez, 2009a, p. 193- 194). As pessoas em contextos culturais diferentes para se entender-se numa conversação são obrigadas a adotar reciprocamente as perspectivas de falante e de

ouvinte (González de Gómez, 2009a, p. 195).

A teoria discursiva da verdade foi proposta, a partir da virada linguística de Habermas, como uma tentativa de sair do dilema da teoria da verdade por correspondência e oferecer a tentativa de combinar a compreensão de referência transcendente em relação à linguagem com uma compreensão, imanente à linguagem, de verdade como assertividade ideal.

Neste sentido, o conceito de verdade como assertividade ideal não considera a possibilidade de falibilidade de nossas justificações. Por esse motivo, foram levantadas objeções convincentes à teoria discursiva da verdade e a ideia de que é verdadeiro aquilo que pode ser racionalmente aceito em circunstâncias ideais (Lima e Corbo, 2013, p. 56-57).

Habermas modificou a concepção de verdade para uma concepção pragmática de verdade que preserva a justificação como processo de verificação da validade de pretensão da verdade do conteúdo proposicional de atos de fala. Fazendo a análise da função cognitiva da linguagem na dimensão de uma prática discursiva e de referência e verdade dos enunciados, Habermas desenvolve uma concepção pragmática de cognição – a função cognitiva da linguagem é amarrada aos contextos de experiência, ação e justificação discursiva. O resultado é o pressuposto de que a função representacional e comunicativa da linguagem se pressupõe uma à outra, ou seja, são equiprimordiais.

Habermas quer um realismo que pressupõe objetos que têm existência extralinguística, mas as pretensões de verdade em atos de fala que descrevem esse mundo somente podem ser desafiadas dentro da linguagem.

A questão da verdade em documentos é desafiadora, pois é necessário avaliar qual a relação entre o acesso às informações por meio dos atos de fala do testemunho e dos documentos que se originariam na esfera da ação comunicativa, dos argumentos do discurso e da aprendizagem. Neste sentido, o conceito de verdade em Habermas é quem contribui para a reflexão entre informação, documento e verdade.

Corbo e Lima (2013, p. 63) consideram que a "reformulação do conceito de verdade abre uma nova possibilidade para a abordagem da informação no contexto das práticas de atores sociais, pois a informação se evidencia como uma ligação entre o mundo objetivo e o discurso".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria crítica construída por Habermas em sua primeira fase, inspirada no pensamento de Hegel, concebe a construção da sociedade a partir das dialéticas de construção do ser por linguagem, interação e trabalho.

A partir da guinada linguística, Habermas faz o deslocamento da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem. As interações mediadas pela linguagem sobrepõem como andaimes a partir dos quais se ergue o tecido social.

A maioria dos autores atribui dupla função à linguagem: representar e interpretar as coisas e acontecimentos (significante e significado, forma e conteúdo). Habermas afirma que a linguagem tem uma terceira função: é também constitutiva da sociedade. É com e na linguagem que se constrói a sociedade.

Assim se estabelece uma relação entre o uso da linguagem e a formação da personalidade, dos grupos sociais e da sociedade. Na teoria do agir comunicativo há um elemento importante que é a relação co-originária entre subjetividade e intersubjetividade. Eu sou porque nós somos.

A subjetividade não existe fora da comunicação entre os sujeitos. Não existe distinção na formação da subjetividade e da intersubjetividade. A forma como cada pessoa transforma as coisas que são vistas em informação acontece dentro da dinâmica interativa que é estabelecida entre sujeitos. A informação é atribuição de significado.

Entende-se que é na dinâmica comunicacional que se constitui a informação. A informação só existe no contexto da comunicação. Habermas acredita que, quando os indivíduos expressam seus pontos de vista, pode ou não haver conflitos.

O Discurso só é necessário quando os indivíduos entram em conflito teórico e prático sobre algo no mundo. Quando existe o conflito, cria-se a demanda por continuar a interação mediada por um tipo específico de agir comunicativo: o Discurso, em que os sujeitos se empenham a reconstruir o entendimento racional através da discussão. O Discurso é o modo de resgatar o entendimento que se perdeu a partir da continuidade de uso da linguagem. Os argumentos são proferidos no sentido de reconstruir o entendimento racional entre sujeitos. A teoria de Habermas facilita entender a simultaneidade da formação da subjetividade e intersubjetividade. A partir do entendimento constrói-se interpretação e representação das coisas.

Um outro ponto importante para o desenvolvimento de uma teoria crítica discursiva da informação é analisar as consequências da guinada pragmática de Habermas. Nela o autor tenta responder às críticas a sua teoria de entendimento no que se refere a correspondência entre os acordos teóricos e práticos com o mundo da vida.

Não basta que os sujeitos se entendam. É necessário que o entendimento tenha por base o mundo objetivo. Sinceridade e correção são necessárias, mas não são suficientes para demarcar a veracidade de uma fala. É necessário também a correspondência com coisas e acontecimentos.

Isto é especialmente importante para a discussão na Filosofia da Informação da relação entre informação e documento. O entendimento entre os sujeitos se faz pelo Discurso, mas não pode dar as costas para o mundo.

Conclui-se, assim, que a informação não é mero processamento individual, mas a construção intersubjetiva sobre algo no mundo da vida dentro do processo de comunicação.

REFERÊNCIAS

BELKIN, Nicholas J. The cognitive viewpoint in information science. **Journal of Information Science**, v. 16, p. 11-15, 1990.

CAMPOS, Milton N. Integrando Habermas, Piaget e Grize: contribuições para uma Teoria Construtivista-Crítica da Comunicação. **Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia,** v. 21, n. 3, p. 966-996, 3 fev. 2015.

CORBO, Dayo; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso. **Inf. Prof**., Londrina, v. 2, n. 2, p. 45 – 65, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Marcio; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Validação discursiva da informação. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 17, n. 3, p. 901-925, set./dez. 2014.

GONÇALVES, M.; LIMA, C. R. M. Pretensões de validade da informação diante da autoridade do argumento na Wikipédia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15. 2014, Belo Horizonte-MG. **Anais**… Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 2616-2628.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. *In*: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.) **Desafios do impresso ao digital:** questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: Unesco, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Habermas, informação e argumentação. *In*: PINZANI, A.; LIMA, C. R. M.; DUTRA, D. V. **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009. p. 115-138.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso.** Tradução Gilda L. Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 221 p.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Fundamentação linguística da sociologia**: obras escolhidas de Jürgen Habermas. Lisboa: Edições 70, 2010.

HERMANN, Nadja. **Conferência sobre Jürgen Habermas.** Rio de Janeiro. 2012. Aula ministrada em 25 abril e 9 mai. 2012. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

LEYDESDORFF, L. Luhmann, Habermas, and the Theory of Communication. **Systems Research and Behavioral Science**, 17, 273-288. 2000.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CORBO, D. Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso. **Informação@Profissões**, v. 2, p. 45-65, 2013.

PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento**: ensaio sobre as relações orgânicas e os processos cognitivos. Petrópolis: Vozes, 1973.

SANTOS, Fabiana, S; SANTOS, Thais S. Linguística formal e linguística do discurso: continuidades e rupturas teóricas. **Linguística Rio**, v. 2, n. 2, abr. 2016.

Capítulo 7

LINGUAGEM, DISCURSO E HUMANISMO NAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Traduzido por Carolina Freitas

Resumo: Neste artigo, queremos estabelecer a relação entre o discurso, como uma forma especial de ação comunicativa, e a humanização nas organizações de saúde. Toda essa discussão tem fortes referências nas teorias de ação comunicativa e discurso de Jürgen Habermas. Inicia-se com a crítica à burocratização das organizações de saúde feita pela racionalização médica, que cria uma profunda assimetria entre profissionais de saúde e pacientes. Essa desigualdade implica perda da dimensão humana na atenção à saúde. Esta se foca na questão do poder e na possibilidade de reconstrução racional das relações a partir de uma ética do discurso. Discute a questão das políticas de saúde na esfera pública. Nos perguntamos como o cidadão comum pode participar efetivamente da discussão dessas políticas, se elas não tiverem a expertise dos médicos. A mesma assimetria entre profissionais de saúde e pacientes é reproduzida na esfera pública, criando uma questão política nas sociedades democráticas. Uma reconstrução racional de uma política de saúde requer uma forma de decisão deliberativa. A perda da dimensão humana na atenção à saúde e o problema de tomada de decisão da política de saúde parecem encontrar espaço na complexidade da atenção à saúde. A discussão sobre qualidade envolve considerar os indicadores produzidos pelo conhecimento médico especializado, no entanto, eles exigem a mediação de interesses dos profissionais de saúde e dos pacientes. Essa diversidade de perspectivas requer procedimentos que proporcionem entendimento entre as partes para a construção de acordos racionais de ação comum. Esses procedimentos progridem entre ética e política. Acreditamos que esses procedimentos devem ser baseados no discurso.

INTRODUÇÃO

Este artigo descreve meu processo de aprendizado como profissional em organizações de saúde, inicialmente como médico e depois como um administrador. Utilizamos esse aprendizado para nos referirmos às teorias da ação comunicativa e do discurso de Jurgen Habermas (1987, 1990), em particular seu uso na construção de arranjos práticos para a solução de problemas relacionados às políticas de saúde em sociedades democráticas e

pluralistas. Por fim, gostaríamos de mostrar a relação entre discurso e humanização nas organizações de saúde.

Este processo de aprendizagem começou com uma inquietação criada pelo sentimento de impotência contra a epidemia do HIV/AIDS em meados dos anos 80. Essa inquietação implica uma melhor compreensão das dimensões humana e social do trabalho médico. Compreender a medicina como uma prática social resulta na compreensão das limitações da prática clínica individual e requer abordagens sociais críticas para problemas de saúde e doença na sociedade, especialmente em sociedades desiguais. Essas abordagens não se restringem à epistemologia e realizam ações sociais, profissionais ou não.

No final dos anos 80, descobri Jurgen Habermas, quando visitou o Brasil para lançar a tradução de seu livro "Consciência Moral e Ação Comunicativa" (1990). Naquela época, tive a oportunidade de fazer um curso relacionado ao seu trabalho, com seu tradutor de português, Flavio Beno Siebeneichler. Fui imbuído dessa leitura com uma abordagem materialista que rompe com a filosofia da consciência e me mostrou todas as possibilidades da filosofia da linguagem em sua abordagem pragmática. Foi um profundo ponto de virada na minha compreensão da realidade, dando origem à realidade material das interações mediadas pela linguagem.

Nos anos 90, dediquei-me principalmente ao trabalho profissional como administrador de organizações de saúde, atuando principalmente nos serviços públicos desaúde. Naquela época, trabalhei no delineamento de uma compreensão da ação comunicativa com foco nos sistemas como parte do mundo vivo. Nesse sentido, o discurso é uma possibilidade dentro das organizações de saúde. A opção pelo discurso é uma decisão ética, pelo administrador, embora suas implicações sejam mais fortes na moralidade dos grupos sociais.

Vale ressaltar que durante todo esse tempo trabalhei e estudei em organizações de saúde. Nos anos 90, fiz o mestrado e doutorado em Administração de Empresas e mestrado em Ciência da Informação. Essa simultaneidade me levou a um melhor relacionamento com teoria e prática. Eu sempre tento fazer melhor teorização e sempre submeto minha ação à crítica teórica. Esse relacionamento esclarece as coisas que estudo, ao mesmo tempo em que induz uma ação fortemente criticada em meu trabalho profissional.

Habermas (1987) ensina sobre a co-origem entre subjetividade e intersubjetividade. Não posso aprender sem interagir com os outros e não posso fazer melhor sem aprender. Entender o papel de outra pessoa na formação da intersubjetividade e o lugar da intersubjetividade na formação da subjetividade tem profundas consequências para a gestão das organizações. O administrador que entende o lugar dos outros deixa a perspectiva do

observador e procura a perspectiva dos participantes nas organizações. Esse entendimento requer uma clara escolha ética por discussão, pela disposição de interagir e argumentar, pela definição de arranjos práticos nos melhores argumentos.

Por fim, destacamos a importância de uma crítica do funcionalismo nas organizações, a fim de compreender como se processam reduzindo sua interno complexidade interna, em relação às circundezas. Luhmann (1996) destaca como o sistema é basicamente uma diferença para o ambiente, construído a partir das escolhas de fins e meios para sua realização e reprodução. Essa redução de complexidade também é uma redução das interações mediadas pela linguagem, que são substituídas por fluxos deinformações estruturados.

Portanto, a escolha de discutir problemas nas organizações com seus participantes, e mesmo com seus usuários, está indo contra o processo de redução da complexidade que os originou. Deve-se notar que essa redução não é realizada por razões morais, mas por resultados pragmáticos. O administrador deve sempre verificar como a organização suporta a entropia, para que todos possam se beneficiar expandindo o discurso da racionalidade e reconstruindo racionalmente os arranjos práticos.

MEDICINA, BUROCRACIA E DIMENSÃO HUMANA DOS CUIDADOS DE SAÚDE

Ao discutir sobre o nascimento da medicina social, Michel Foucault (1992) argumenta que a medicina é sempre social, e é apenas na relação entre o médico e o paciente que ela possui algumas características individuais. Ele afirma que a medicina é parte de uma estratégia política para controlar os corpos e os governos de populações. Assim, a medicina é também um exercício de um poder disseminado pela sociedade, mediando a relação das pessoas com o próprio corpo e os corpos dos outros.

Trabalhando como médico especialista em doenças infecciosas, na cidade de São Paulo, em meados dos anos 80, enquanto surgia a epidemia do HIV/AIDS, não foi difícil entender essa dimensão do exercício do poder na medicina. Em primeiro lugar, a própria natureza das doenças infecciosas, que são transmitidas de uma pessoa para outra na sociedade. Em segundo lugar, por todos os conflitos científicos, morais e políticos em torno da vigilância epidemiológica dessas doenças. A AIDS trouxe questões sobre sangue e sexo, pelas quais o HIV fluía socialmente.

O auge da desumanização das organizações de saúde em relação à epidemia de AIDS foi a negação do cuidado às pessoas com essa doença. Apesar da alta mortalidade da doença,

que exigiu cuidados hospitalares e unidades de terapia intensiva, houve muitos casos de organizações e profissionais de saúde que se recusaram a atender os necessitados. Essa recusa está entrelaçada com a negação da própria razão de ser dessas organizações. Algumas autoridades de saúde chegaram a sugerir a exclusão social de pessoas com AIDS, reproduzindo o modelo médico clássico do controle da hanseníase.

A epidemia de AIDS me mostrou algo que permaneceu opaco ao longo da formação médica: o forte conteúdo da racionalização burocrática da vida existente na ação profissional médica. Cada pequena ação de um médico tem seu conteúdo de mediação. Nascer, comer, chorar, crescer, andar, interagir, aprender: tudo é mediado pormilhares de modelos científicos, burocráticos, interferindo profundamente na dimensão humana da existência. A dimensão humana parece esvaziada e substituída por uma razão burocrática. Tal questão me empurrou para uma abordagem de ciências sociais para a medicina (Lima, 2005).

Uma das principais consequências dessa crítica à racionalização burocrática na prática médica é a evidência da necessidade de ir além da discussão dos principais conflitos sociais. A crítica do poder na medicina envolve o desenvolvimento de teorias e métodos que levam em conta a distribuição de ações, reações e conflitos na sociedade. As vítimas da doença epidêmica defendem seu papel de liderança na luta pela vida e pela saúde como uma representação positiva do bem-estar. As pessoas se reúnem para proteger a privacidade, a confidencialidade, o direito à informação, a antecipação de benefícios sociais, o acesso a procedimentos para contagem de linfócitos e medição de carga viral e acesso à terapia anti-retroviral (Lima, 2005).

A AIDS colocou o sexo no centro dos debates da sociedade. Algo tão profundamente íntimo e pessoal tornou-se parte da agenda da razão pública. A AIDS precoce é amplamente usada como um instrumento contra a liberdade de orientação sexual, como se a transmissão do HIV estivesse associada a opções de orientação e não tivesse múltiplos parceiros. Mais tarde, a AIDS tornou-se o centro de um gigantesco esforço de ordenar a ação sexual por meio de modelos científicos. A popularização do uso de preservativos está prestes a mudar a maneira como a sociedade se relaciona com sua dinâmica sexual.

A questão que me fez buscar uma abordagem de ciências sociais para a medicina foi: considerando que a tecnologia médica é eficaz para resolver alguns problemas dos indivíduos e da sociedade, é necessário não apenas organizar as vítimas das epidemias de HIV/AIDS para defender seus interesses, mas também para reconstruir a racionalidade médica em termos de interesses que são mais amplos do que aqueles estabelecidos dentro da própria corporação profissional. Essa reconstrução da racionalidade médica implica em ampliar o universo de

atores que discutem suas premissas, seus métodos e suas aplicações (Lima, 2005).

A reconstrução do raciocínio médico, orientando ações nas organizações de saúde, tornou-se necessária. Primeiro, as vítimas do HIV/AIDS construíram suas próprias organizações, com base em suas demandas pessoais e coletivas. Essas organizações de auto-ajuda desenvolveram sua própria racionalidade que entra em choque com a racionalidade médica tradicional estabelecida. A fraternidade médica acabou, e logo havia atores dispostos a conversar com os pacientes de maneira amigável. Essa conversa fluiu em direção a uma discussão pública sobre o uso da racionalidade médica, que diminui seus aspectos sombrios e inclui os interesses dos pacientes.

Deve-se notar que a comunicação e o compartilhamento de informações na sociedade foram extremamente importantes nesses processos dinâmicos de mudança operacional e organizacional. As organizações de medicina e saúde mudaram. De certo modo, pode-se dizer que a epidemia do HIV/AIDS produziu uma terceira epidemia: a epidemia da informação. A primeira informação relevante produzida pelo surto da doença foi exatamente a discriminação dos envolvidos. Não podemos minimizar o problema da exclusão social para inclusão nesse grupo de pacientes.

A questão ética da propriedade da informação médica surge com grande força após a epidemia do HIV/AIDS. A informação sobre a condição de uma pessoa com HIV ou AIDS torna-se relevante porque a alta letalidade da doença em seus primeiros anos tornou-a um fardo, então grupos sociais, empresas e governos desejam evitá-la.

Saber se alguém está doente ou potencialmente portador do vírus é um instrumento para evitar perdas. O controle dessas informações torna-se uma poderosa ferramenta de controle social, para inclusão ou exclusão (Lima, 2005).

A medicina como instituição produz uma linha baseada no medo da morte. Esse medo é usado para induzir as pessoas a se comportarem "corretamente". Se você agir corretamente, estará protegido contra o HIV e a AIDS. Gradualmente, esse discurso se tornará mais sofisticado e logo adquirirá a face de um debate para disciplinar as relações das pessoas entre si, com os outros e com as coisas. A disseminação seletiva de informações faz parte da estratégia médica de controle biopolítico. A informação parece ser exatamente o que os críticos da indústria cultural disseram para reduzir as possibilidades de representação e expressão.

As vítimas do HIV/AIDS produzem seus próprios discursos. Inicialmente é um discurso defensivo, que busca ressaltar seu papel de vítimas e sua preocupação em causar essa grave questão social. Gradualmente, esse discurso formará uma agenda de direitos sociais e

humanos e logo constituirá um corpo de interesses morais e políticos. É um discurso fortemente ancorado na defesa da dignidade humana em seu sentido estrito. Namedida em que a epidemia progride e se diferencia, esses discursos incluirão novas demandas e expandirão acordos em advocacia. A proliferação de discursos na esfera pública implica a definição de métodos para a construção de arranjos práticos. A tradicional racionalização médica parece não responder à dimensão humana da epidemia do HIV/AIDS. Contudo, essa racionalidade não é simplesmente substituída por outra: precisamos amplificar suas bases humanísticas. Esse conflito também pode ser entendido como uma versão contemporânea do que é chamado de luta pela hegemonia cultural.

Minha percepção do processo social da epidemia apresenta dois grandes problemas: primeiro, a questão epistemológica de entender essa dinâmica; e segundo, a questão prática de como equacionar as demandas criadas na ética e na política. Em ambos os casos, parece que a ação comunicativa e as teorias discursivas de Habermas podem ser úteis para pensar racionalmente e buscar soluções. Este foi o meu ponto de partida no estudo da filosofia da linguagem, especialmente os estudos da abordagem pragmática de Habermas (Habermas, 1990).

Em termos epistemológicos, a solução que encontrei foi pensar nessa discussão sobre a racionalidade médica dos modos de ação na epidemia do HIV/AIDS como um jogo de linguagem. A acomodação dos interesses em uma racionalidade humanística reconstruída pelos atores pode ser pensada como uma gramática do modo de vida em sociedades pluralistas e democráticas. Os acordos não envolvem práticas construídas em um esforço para mudar a consciência das pessoas, mas simplesmente oferecer pontos de vista e argumentos que as apoiem.

POLÍTICAS DE SAÚDE NA ESFERA PÚBLICA

No início dos anos 90, eu trabalhava na cidade de Joinville, no sul do Brasil. Este centro urbano de meio milhão de habitantes foi fundado por descendentes de alemães e mais de um terço de sua população trabalhava nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de materiais plásticos. Naquela época, eu estava fazendo a transição profissional da medicina clínica para a administração de organizações de saúde. Minha preocupação com a interação das organizações de saúde com a sociedade tornou-se cada vez mais forte (Lima, 2007).

Trabalhando com a medicina ambulatorial em um centro de saúde pública na

periferia da cidade, minha deficiência tornou-se clara, pois eu estava usando as habilidades da clínica médica individual para resolver os principais problemas de saúde daquela pequena comunidade. Tal ansiedade foi compartilhada com outros colegas que trabalhavam em outros centros de saúde públicos. Os processos sociais de saúde e doença eram muito mais fortes do que nossa capacidade de intervir e resolver problemas em centros de saúde. Era um remédio pobre para os pobres.

Curiosamente, esta cidade possuía uma das raríssimas residências médicas em medicina geral comunitária no Brasil, tentando preparar os estudantes com as mesmas habilidades da prática clínica geral do NHS na Inglaterra. Esta residência funciona desde meados dos anos 80 e tem enfrentado grandes dificuldades para sobreviver. Tive a sorte de ser convidado para trabalhar com os jovens médicos residentes, ministrando cursos de epidemiologia e administração de serviços de saúde. Foi um processo de aprendizagem extremamente importante sobre a possibilidade de superar a fragmentação do trabalho médico no nível da atenção primária à saúde.

Agregando as experiências de medicina ambulatorial em um centro de saúde pública na periferia com residência de ensino em medicina geral comunitária, iniciei um diálogo duplo extremamente importante. Por um lado, eu estava conversando com outros profissionais de saúde que estavam insatisfeitos com os resultados de seu trabalho todos os dias. Por outro lado, eu estava me encontrando com setores organizados da sociedade local, especialmente nas periferias. Essas reuniões envolvem associações em bairros pobres e grupos de saúde pastoral da Igreja Católica.

Essas conversas me mostraram a dinâmica de exclusão das populações pobres e periféricas da discussão sobre políticas de saúde na cidade. Foi extremamente doloroso perceber como 400 médicos trabalhando na cidade estavam focados principalmente na defesa de seus interesses corporativos, formalmente na forma de trabalho cooperativo. A maioria dos trabalhadores nas indústrias locais tinha planos privados para assistência à saúde. Assim, o sistema público de saúde não teve muita relevância para a economia formal da cidade e permaneceu trabalhando em um nível precário.

Nesse contexto, começamos a trabalhar em dois níveis de ação para mudar as políticas de saúde na cidade de Joinville. Em um nível, articulando profissionais de saúde para realizar trabalhos experimentais de atenção primária à saúde em um dos bairros mais pobres da cidade, em uma área ocupada de manguezais. Em outro nível, participar de um circuito de reuniões e discussões com associações de bairro e grupos pastorais sobre a necessidade de mudar as políticas de saúde como parte de uma estratégia de defesa dos direitos humanos.

A articulação dos profissionais de saúde resultou em um projeto experimental chamado "Fábrica de Saúde", que visava desenvolver tecnologias apropriadas para cuidados de saúde. Sua principal linha de ação foi a discussão entre os diferentes profissionais de saúde, e estes com a sociedade, para definir as modalidades práticas para ação comum. Este projeto envolveu um acordo entre duas instituições de ensino superiorna cidade. Nós nunca chegamos a um acordo formal com o governo municipal. Obtivemos resultados importantes em termos concretos a nível local e, acima de tudo, criamos evidências para mostrar que os centros de saúde pública poderiam operar de forma diferente.

Em outro nível, participamos ativamente da rica dinâmica social de construir um grupo mais articulado em defesa da implantação do Sistema Único de Saúde na cidade. Esse sistema de saúde foi uma inovação em seguridade social no Brasil, determinada pela Constituição de 1988, que só foi regulamentado por lei dois anos depois. O grupo conjunto foi iniciado pelo Centro local de Defesa dos Direitos Humanos e envolveu outrosgrupos de pastoral da saúde da Igreja Católica e da federação de associações de moradores de Joinville. Posteriormente esta articulação ganhou adesão de sindicatos e associações de profissionais de saúde.

A regulamentação do Sistema de Saúde prevê, em lei, a criação de conselhos colegiados permanentes, com a participação de governos, prestadores de serviços, profissionais de saúde e 50% de representantes de diferentes segmentos de usuários. A institucionalização dessas conversas informais entre profissionais de saúde, líderes comunitários e líderes sindicais na forma de um conselho municipal de saúde torna-se o principal confronto político na cidade. A intervenção do ministério público para defender os interesses coletivos difusos foi importante para o sucesso na criação deste conselho de saúde (Lima, 2007).

Essa experiência mostrou que a sociedade não esperava uma mudança no sistema público de saúde a partir de seus atores internos. As agências reguladoras de poder e dinheiro fazem do sistema um jogador de interesses, incapaz de atender às necessidades de saúde da maioria em uma sociedade desigual. Somente a ação externa organizada proporcionou uma mudança em direção ao sistema de saúde. No entanto, há sempre umanecessidade de mutação nos sistemas internos, proporcionando consequências aos esforços da sociedade. Essa internalização das demandas requer participação direta no governo e na administração dos serviços de saúde.

Podemos entender essa rede de interesses como um esforço em torno de um ponto de vista com bons argumentos. Não havia e não poderia haver um desejo de quebrar as

suposições de nenhum dos participantes dessa ampla aliança. O objetivo não era educar um ao outro de acordo com os pressupostos de um, mas interagir pragmaticamente em defesa de interesses comuns. A expansão dinâmica da comunidade envolvida na discussão também reflete a expansão do poder dessa mesma comunidade (Lima, 2007).

Neste caso, parece ter sido uma mudança na moralidade da cidade em torno do direito humano à saúde, o que implica a necessidade de uma mudança no sistema público de saúde. A discussão em torno dessa moralidade resultou no confronto entre duas políticas. Por um lado, uma política elitista, excludente, liderada por grandes empreendedores em associação com um governo conservador local. De outro, uma política democrática, inclusiva, que surge nos bairros pobres, mas com força para conquistar aliados entre a classe média e os profissionais de saúde.

Em meados de 1992, o conselho da cidade aprovou a criação do Conselho de Saúde da cidade, mas este só entrou em vigor no final do ano. Na mesma época, foi eleito um novo governo para a cidade que, apesar de politicamente liberal, ampliou seu programa de implantação do Sistema Único de Saúde. Isso facilitou a institucionalização das decisões do Conselho de Saúde da cidade, com maior investimento na atenção primária à saúde e um real fortalecimento do modelo de medicina geral comunitária.

A legitimidade proporcionada pelo Conselho de Saúde da cidade permitiu que os gerentes do Departamento de Saúde fizessem grandes mudanças na gestão de seus recursos e de suas organizações: seu orçamento anual correspondia a 1/3 do orçamento geral do município e o Departamento, tinha 3 hospitais próprios e 50 centros de saúde de diferentes tamanhos espalhados pela cidade. A cidade tornou-se pioneira na gestão local completa do Sistema Único de Saúde no Brasil, com todos os recursos depositados e administrados em um Fundo Municipal de Saúde.

Outro aspecto importante nesse processo de mudança no sistema público de saúde na cidade de Joinville é que esta foi uma das primeiras vinte cidades brasileiras a implementar o programa de saúde da família. Este programa visava fortalecer a atenção primária à saúde com equipes de saúde multidisciplinares e a inclusão de agentes comunitários. Este contém elementos da medicina geral comunitária e a adaptação tecnológica exigida na "Fábrica de Saúde". Uma das características do programa de saúde da família é a discussão com a sociedade sobre a solução local de problemas práticos.

Em termos mais abstratos, essa experiência em Joinville mostrou que a percepção das relações sociais como interações mediadas pela linguagem tem vantagens metodológicas. Assim, esta experiência mostra um conflito que pode servir, ao mesmo tempo, como uma

discussão para construir entendimento e fazer arranjos práticos. Romper com o monopólio do discurso da fraternidade médica foi muito importante para uma discussão efetiva das políticas de saúde na cidade. A incorporação dos discursos de outros profissionais de saúde e do discurso do homem comum expandiu a comunidade de comunicação envolvida e exigiu melhores argumentos (Lima, 2007).

A QUALIDADE DO ATENDIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

Em meados dos anos 90, fui trabalhar na implementação do Programa Nacional de AIDS no Ministério da Saúde do Brasil, facilitado pelo empréstimo de US$ 160 milhões do Banco Mundial. Naquela época, esse era o maior empréstimo da Divisão de Recursos Humanos do Banco em todo o mundo. O governo federal brasileiro estava fortemente comprometido com a agenda do Banco Mundial "Investindo na Saúde", publicada em 1993. A implementação do programa de AIDS foi parte desse compromisso(Lima, 2005).

Eu trabalhei na divisão de planejamento do programa nacional de AIDS, revisando os primeiros planos operacionais de 27 estados e 50 municípios prioritários. Nosso foco neste trabalho foi a integração do programa em ações permanentes do Sistema Único de Saúde, especialmente sua inclusão entre as atividades do programa de saúde da família. Esse trabalho foi bem sucedido e ajudou o programa brasileiro a se tornar referência mundial no controle da epidemia do HIV/AIDS.

Uma das situações mais embaraçosas da minha vida aconteceu quando eu trabalhava no programa nacional de AIDS do Ministério da Saúde do Brasil. Alguns coordenadores estaduais e locais do programa solicitavam autorização para usar os fundos transferidos para a compra de medicamentos antirretrovirais. Acontece que, neste momento, a rentabilidade econômica dessas drogas era baixa, e o Banco Mundial não recomendou sua aquisição por países pobres e de renda média. O governo brasileiro devia seguir esta recomendação. Nossa divisão recusou-se a reproduzir essa recomendação, por ser considerada contrária aos direitos humanos.

Trabalhando no programa nacional de AIDS e atento a esses problemas, decidi fazer do meu trabalho o meu tema de pesquisa de doutorado em gestão. Então eu trabalhei na questão da qualidade das organizações de saúde de pessoas com HIV/AIDS como uma tese. Minha suposição era de que o foco de interesse na qualidade entre profissionais de saúde e seus pacientes não é o mesmo. Entendo que os profissionais de saúde estão mais interessados em

aspectos técnicos e os pacientes em aspectos e amenidades interacionais. Fiz minha qualificação em meados de 1995. E, felizmente, eu estava errado (Lima, 2005).

No início de 1996, alguns pesquisadores médicos apresentaram seus primeiros resultados da terapia tripla antirretroviral combinada. Esses resultados mudaram toda a estratégia para os cuidados de saúde das pessoas com HIV/AIDS. Essa estratégia foi baseada em cuidados paliativos e suporte psicossocial e agora está focada em testes para contagem de linfócitos e carga viral, e consequente acesso a medicação. O Congresso Nacional Brasileiro aprovou uma lei garantindo o livre acesso aos medicamentos antirretrovirais. Tudo isso sob o olhar atento das pessoas mobilizadas com HIV/AIDS e seus grupos de autoajuda.

Na mesma época, trabalhei com o grupo que fez o primeiro teste do método de acreditação hospitalar no Brasil, que é uma certificação de qualidade dos itens de controle. Este teste foi patrocinado pela Organização Pan-americana da Saúde - OPAS. Foram avaliados 23 hospitais públicos na região metropolitana de São Paulo. Apenas um deles tinha a qualidade mínima recomendada pela OPAS. Depois desse trabalho de grupo, fui gerenciar o pior hospital em termos de qualidade, entre os que foram testados.

O "pior" hospital foi o maior hospital público da Zona Leste da região metropolitana de São Paulo, com 500 leitos, em condições físicas precárias e com sérios problemas de gestão. O eixo da gestão estava discutindo com seus dois mil trabalhadores e representantes da sociedade sobre os problemas detectados no processo de acreditação hospitalar e buscando arranjos práticos em relação às prioridades de ação e os meios a serem utilizados para melhorar a qualidade.

Aos poucos, a solidariedade entre os profissionais de saúde e os usuários desse hospital público foi sendo transformada em resultados. Aumentamos os requisitos mínimos totais de qualidade hospitalar identificados em um ano de 20% para 80%. Houve investimento prioritário na melhoria de todos os processos de trabalho, devido ao fato de que, para melhorar a estrutura do hospital, estavam envolvidas decisões orçamentárias externas. O achatamento dos problemas nas discussões possibilitou o envolvimento de todos os trabalhadores na solução do problema, reduzindo o tempo para resolvê-lo.

A lição mais importante que tive na direção geral deste hospital público foi perceber que os itens da lista podem atuar como sujeitos de controle para a discussão sobre melhoria da qualidade nas organizações de saúde. Os indicadores podem ser trabalhados como áreas temáticas para discussão. Esse foi o método usado quando o UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, realizou uma revisão da implantação da terapia antirretroviral tripla no Brasil em 1997. Discutir não é apenas a melhor maneira de fazer o

diagnóstico, mas também a melhor maneira de encontrar soluções e fazer arranjos para sua implementação (Lima, 2005).

Na avaliação da implantação da terapia antirretroviral tripla no Brasil, foram utilizados os sete pilares de qualidade definidos por Avedis Donabedian (1980): eficácia, eficiência, efetividade, aceitabilidade, legitimidade, rentabilidade e equidade. Em torno desses pilares nós tentamos discutir com os protagonistas do processo social: coordenação nacional do programa da AIDS, coordenadores estaduais e municipais, profissionais de saúde e pessoas com HIV/AIDS. Essa discussão permitiu ganhar posse de diferentes pontos de vista e construir uma narrativa que possibilite a compreensão do ocorrido (Lima, 2005).

Este rico processo de aprendizagem das organizações avaliadoras contribuiu para uma melhor compreensão do que é racionalização instrumental. A compreensão de que o discurso reconstrói as organizações difere da simples escolha de formas eficazes de fazer as coisas. A reconstrução discursiva implica a inclusão da perspectiva dos agentes e a definição de arranjos práticos em torno do melhor argumento dentro das organizações.

Niklas Luhmann (1996) nos ensina que as organizações são construídas a partir da redução da complexidade em relação ao ambiente. Assim, uma organização está sempre escolhendo meios para realizar um objetivo entre muitas possibilidades. Essa redução de complexidade nas organizações ocorre principalmente pela redução da comunicação interna, com a estruturação de fluxos de informações em torno das escolhas feitas. A racionalização nas organizações é sempre uma escolha, voltada para um propósito, observando os imperativos do poder e do dinheiro (Carvalho; Lima, 2009; Lima; Lima; Kempner, 2010).

Uma reconstrução racional através do discurso implica que as pessoas nas organizações podem interagir e comunicar mais do que aquilo que foi definido na redução da complexidade que as originou. Essa redução de complexidade começou com a escolha de meios e acompanhou a efetiva coordenação de recursos para sua implementação. Fazer mais, fazer melhor ou fazer diferente também significa aumentar a complexidade dentro das organizações, aumentando o número de interações e comunicação entre as pessoas. A argumentação está aumentando a complexidade de uma organização (Carvalho; Lima, 2009; Lima; Lima; Kempner, 2010).

PENSAMENTOS FINAIS

Habermas (1985) em "Técnica e ciência como ideologia" discute como o jovem

Hegel fala da ontologia do ser, para discutir a relevância da relação entre trabalho e interação. Hegel observou que a constituição do ser humano passa por três dialéticas entrelaçadas: o uso da linguagem, o relacionamento com os outros na vida familiar e comunitária, e o uso de instrumentos para trabalhar na produção social. Cada uma dessas três dialéticas tem seu papel na formação do ser social, e o uso da linguagem precede as interações e o uso de instrumentos. Nossa humanidade está relacionada a essas dinâmicas.

Habermas (1985) menciona que Marx seguiu a intuição de Hegel ao construir sua teoria sobre a sociedade do trabalho e o lugar do trabalho na formação do ser humano na sociedade. Marx reconhece isso em mais de uma ocasião em seu trabalho. No entanto, existem muitos e óbvios sinais de esgotamento de tal sociedade de trabalho. Deve-se discutir onde e como a dimensão humana da existência pode ser redimida.

Esta questão parece particularmente relevante quando os meios tradicionais de regulação social, dinheiro e poder não podem ser equiparados a uma vida socialmente mais justa e à dignidade humana. A sociedade que construiu seus sistemas, instituições, organizações e grupos a partir de interações mediadas pela linguagem parece ter alguma dificuldade em encontrar as condições para uma vida boa e menos ameaçada.

A teoria da ação comunicativa e o discurso de Habermas (1987, 1990) podem ser valiosos nesse contexto. Pensar na formação do ser humano a partir de interações mediadas por resultados de linguagem poderia estar pensando na redenção da dimensão humana da existência, dentro e fora das organizações, dentro dessa mesma dinâmica. Assim, discutir nas organizações implica aumentar sua complexidade em relação ao ambiente. Esta complexidade acrescida é o espaço onde se produz e reproduz a humanidade daqueles que trabalham, expressos na sua fala, os seus argumentos e os seus arranjos práticos.

Uma das questões que podem ser especificadas como uma objeção a essa compreensão da teoria do discurso é se esse tipo de ação comunicativa pode ser realizada dentro dos sistemas. Em primeiro lugar, deve-se notar que os sistemas fazem parte do mundo vivo. Em segundo lugar, Habermas (1990) diferencia a força do ato comunicativo dependendo dos contextos. Pode-se dizer que a fala tem limitações dentro das organizações, mas elas não são possíveis.

O que este processo de aprendizagem demonstra é uma oportunidade, embora não pretenda apresentar uma lista de procedimentos operacionais para a ação comunicativa dentro das organizações. Uma lista como essa pode não ser muito útil, porque no discurso, o outro sempre pode dizer não. O que parece importante é saber quais procedimentos contribuem para mais interação, cooperação e discurso dentro das organizações e quais não contribuem. Tal

distinção nos permite avaliar a relação entre os procedimentos de administração e sua contribuição para manter ou aumentar a complexidade da organização.

Se o administrador está interessado em promover a inovação tecnológica dentro das organizações, por exemplo, ele deve, em primeiro lugar, entender que os fluxos de informação estruturada contribuem para a execução de ciclos repetitivos de produção e implicam uma complexidade reduzida. Então, quando se deseja inovar, não há informação suficiente para ciclos eficientes. É necessário aumentar as possibilidades de interação mediada pela linguagem, incluindo este modo especial que é o discurso. Trabalhar para aumentar essas possibilidades de interação é uma opção ética (Carvalho; Lima, 2009; Lima; Lima; Kempner, 2010).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Lidiane; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Informação, comunicação e inovação: gestão da informação para inovação em uma organizaçãocomplexa. **Informação & Informação**, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3116/4144.Acesso em: 22 mai. de 2010.

DONABEDIAN, A. **Explorations in quality assessment and monitoring**, v.1: Thedefinitios of quality and approaches to its assessment. Ann Arbor (Michigan): HealthAdministration Press, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 10. ed. Tradução e organização deRoberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Moral consciouness and communicative action**. Cambrigde,Mass: MIT Press, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Technique and science as ideology**. Boston (Mass): BeaconPress, 1985.

HABERMAS, Jürgen. Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. *In*: HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action.** Boston (Mass): Beacon Press, 1987,v.2.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **Conselhos de saúde - informação, poder epolítica social**. Rio de Janeiro: Epapers, 2007.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **AIDS - uma epidemia de informações**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; KEMPNER, Fernanda. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 7, n. 3, p. 669-692, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jistm/v7n3/09.pdf .Acesso em: 22 mai. 2011.
LUHMANN, Niklas. **Introducción a lateoría de sistemas.** Lecciones publicadas porJavier Torres Nafarrete. Guadalajara/Barcelona: Anthropos, 1996.

Capítulo 8

INFORMAÇÃO DE QUALIDADE PARA LIDAR COM A PANDEMIA DE COVID-19: AS INICIATIVAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Clovis Ricardo Montenegro de Lima

Jorge Calmón de Almeida Biolchini

Mariangela Rebelo Maia

Eliane Azevedo Gomes

Daniela Capri

Resumo: Neste artigo são apresentadas duas iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia para lidar com a pandemia de COVID-19 em 2020: o Observatório de Evidências Científicas COVID-19 e a CoronaWiki. No início de 2020 o alerta sanitário global da Organização Mundial da Saúde advertiu sobre a nova doença viral, que se disseminou rapidamente e para a qual não existia vacina nem remédios específicos. Naquele instante se iniciou uma corrida para a construção de conhecimentos válidos, que resulta em correspondente pandemia de informações. Há uma explosão tanto de produção científica quanto de notícias fraudulentas e desinformação. Assim, investigadores do grupo de pesquisa em Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia propõem, por um lado, trabalhar com revisões sistemáticas da literatura científica pertinente e, por outro, abrir uma plataforma colaborativa para registro e discussão de atividades de atenção primária à saúde. O Observatório é construído em *Wordpres*s e a CoronaWiki em *Wikimedia*. As revisões sistemáticas vão então sendo desenvolvidas e publicadas, algumas delas em resposta a importantes controvérsias e desinformação, como nos casos das medidas de prevenção, de uso de novas tecnologias e de medicamentos como a cloroquina. Os verbetes da CoronaWiki vão sendo publicados conforme são identificadas e discutidas atividades de atenção primária à saúde no Brasil. As iniciativas estão *online* no portal da COVID-19 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e são exemplos da colaboração possível da Ciência da Informação para a promoção da saúde e do bem estar social.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata a experiência de construção e de desenvolvimento de iniciativas do

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para proporcionar informação de qualidade e útil para a sociedade em geral, e os profissionais da saúde e da informação em particular, capacitando-os a reagir e enfrentar a pandemia da COVID-19 a partir de meados de 2020.

A pandemia de COVID-19, iniciada na China no final de 2019, atualiza a discussão das estratégias e operações de produção, disseminação e uso da informação, agora caracterizada pela disseminação intensiva em tempo real na Internet. Esse fenômeno traz consigo questõescríticas de sinceridade, veracidade e honestidade. A sinceridade diz respeito à dimensão subjetiva, a veracidade sobre a dimensão objetiva e a honestidade sobre a dimensão social. Na pandemia de COVID-19 são muitas as tensões e conflitos sobre a objetividade das informações, particularmente a sua veracidade. A declaração de alerta sanitário pela Organização Mundial de Saúde lhes dá uma dimensão global.

Além disso, as notícias na Internet retomam a discussão sobre fraudes que são, de certo modo, a atualização da questão da "manipulação" nos meios de comunicação. A mudança do modo de comunicação de um para muitos para uma comunicação de muitos com muitostorna as questões mais complexas.

O processo de desinformação ou má informação da sociedade se torna problema de saúde pública e de bem estar, pois impacta na forma como ela enfrenta a pandemia. A garantia da qualidade da informação, com base em evidências científicas ou com outros modos de validação, se faz necessária.

No sentido de responder a este problema o grupo de pesquisa Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desenvolveu duas iniciativas: o Observatório de Evidências Científicas COVID-19 e a Coronawiki.

A PANDEMIA DE COVID-19: ALERTA DE AÇÃO GLOBAL, PESQUISA CIENTÍFICA E COMUNICAÇÃO EM TEMPO REAL

A pandemia de COVID-19 está nos mostrando a complexidade da relação entre informação científica e política pública, que está muito além de uma atualização do conflito entre opinião e verdade. Inicialmente, houve conflito para determinar a gravidade da doença viral. Foi necessário demonstrar a capacidade de rápida disseminação e de saturação dos sistemas de saúde para que a Organização Mundial de Saúde declarasse emergência global.

Uma das primeiras querelas em torno da pandemia foi à origem do coronavírus, onde não faltaram teorias conspiratórias.(1)

Adicionalmente, foi necessário um grande confronto público entre cientistas e políticos com distintas perspectivas para que a maioria entendesse que o vírus tem características biológicas que indicam fortemente que ele não foi produzido em laboratório.(1)

As doenças transmissíveis podem ser controladas com a proteção específica das vacinas. Contudo, elas demoram para ser desenvolvidas e produzidas com eficácia e segurança.(2) Assim, especulações sobre iniciativas neste sentido proliferam, envolvendo dimensões relativas a potenciais conflitos de interesse, e concomitantemente há a guerra pelo pioneirismo tecnológico e econômico.

A rápida disseminação do coronavírus é a principal razão para que a Organização Mundial de Saúde recomende medidas de isolamento e distanciamento social. A aplicação desta medida tem consequências sociais terríveis e muito impactantes sobre diversos determinantes da saúde biopsicossociais. O isolamento social tem diferentes modos de expressão em sociedades marcadas pela desigualdade.

O tratamento da doença em suas versões moderada e grave é território onde emergem continuamente notícias fraudulentas. Neste caso, deve-se observar que em muitos casos a origem destas informações está em cientistas ou institutos de pesquisa. Elas são apropriadase disseminadas de acordo com interesses políticos e econômicos.(3)

Uma das primeiras controvérsias sobre tratamento da COVID-19 acontece em torno do uso da cloroquina, medicamento disponível para tratamento de malária e de doenças reumatológicas. Atores políticos se apressam a abraçar a ideia do uso da cloroquina, particularmente aqueles interessados no fim do isolamento social. Contudo, logo que são realizadas as primeiras investigações controladas do uso da cloroquina aparecem os seus efeitos colaterais graves.(3)

A cloroquina é abandonada como a panaceia contra a pandemia. A experiência anterior no enfrentamento de viroses mostra ser extremamente difícil desenvolver drogas antirretrovirais. São muitas as razões biológicas para isso, incluindo a mutação genética dos vírus. Emergem outras candidatas a medicamento, seguidas de mais ou menos entusiasmo.(3) Além de buscar medicamentos para tratar a doença, cientistas do mundo todo investigam a produção de vacinas eficazes contra a COVID-19. Uma onda de notícias falsas circulando nas redes sociais serviu para gerar dúvidas sobre eficácia e riscos, e impulsionou controvérsias sobre os testes necessários para se obter uma vacina segura e eficaz.(4) Em paralelo, um

minúsculo movimento antivacina prospera neste cenário e ganha visibilidade impensável. Ele faz parte de uma mobilização extrema contra a ciência.[1,4]

Estes acontecimentos reforçam a necessidade de inciativas que divulguem e esclareçam os caminhos da ciência para enfrentar a pandemia e produzir vacinas, a fim de mitigar os impactos da desinformação.[1,4]

OBSERVATÓRIO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS: PERTINÊNCIA E QUALIDADEDA INFORMAÇÃO

O Observatório de Evidências Científicas COVID-19 (OECC) foi criado para suprir as necessidades informacionais com relação à produção científica gerada intensivamente pela pandemia da COVID-19. Seu objetivo é disponibilizar o acesso à informação científica de qualidade, para permitir que diferentes setores da sociedade possam ter acesso a informaçãorelevante.[5]

Os diferentes tipos de público atendidos pelo Observatório abrangem desde profissionais da saúde especializados e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, até pessoas leigas, ou seja, a população em geral.[5]

No início da implementação do projeto, no mês de abril de 2020, foi realizado pela equipe de desenvolvimento um levantamento dos tipos e das fontes de informação que estavam sendo oferecidos para a população naquela ocasião. Foram identificados diferentes tipos de conteúdos, consistindo principalmente em artigos científicos, materiais instrucionais relativos a medidas de autocuidado durante a pandemia para evitar contágio e disseminação do vírus, notícias e reportagens de distintas naturezas, além de fontes de informação de diferentes naturezas e localizações ao redor do mundo. Foram também identificadas diversas listagens de fontes de informação, organizadas de distintas maneiras, sem que estivesse claro que estas tivessem passado por um processo de curadoria, e em caso positivosem que estivessem explícitos os critérios de tal processo.[5]

Desta forma, foi identificada pela equipe de desenvolvimento a necessidade de se criar um local que reunisse e publicasse informação que atendesse critérios metodologicamente rigorosos nas etapas de produção dos conteúdos. O objetivo consistiu em abranger principalmente a produção científica intensiva e crescente na área e a organização de fontes de informação em sua diversidade e origem, compreendendo um processo de curadoria científica e de gestão do conhecimento.[5]

Associado a esses requisitos de qualidade acadêmica, a equipe notou a necessidade de que essa informação pudesse ser acessada não apenas pelas comunidades vinculadas a atividadesacadêmicas ou por profissionais da área da saúde, mas também por segmentos amplos da população em geral, que vinham sendo submetidos a processos constantes e crescentes de desinformação.

Desta forma, para efetivar o desenvolvimento desse amplo recurso de informação, em 15 de

abril de 2020 foi enviada ao Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) uma proposta de criação do Observatório de Evidências Científicas COVID-19.

O eixo da proposta foi construído com base na reunião de seleção de materiais científicos de alta qualidade e de técnicas da divulgação científica, incluindo neste segundo conjunto recursos de acessibilidade. Em 23 de abril de 2020 o IBICT disponibilizou o acesso à plataforma de desenvolvimento pela URL http://evidenciascovid19.ibict.br/.(5)

O desenvolvimento da arquitetura da informação adotada no site seguiu princípios extraídos da análise de outras fontes de informação disponíveis, para facilitar a localização dos itens contidos e a navegação das pessoas interessadas em buscar informação de qualidadeembasada cientificamente.(5,6)

A equipe procedeu então ao desenvolvimento do *layout* do site e deu início à disponibilização dos conteúdos que vinham sendo selecionados da literatura científica mundial e desenvolvidos para fins de divulgação científica e instruções sobre a doença e o fenômeno coletivo da pandemia.

A equipe do Observatório desenvolveu conteúdos de natureza descritiva e explicativa sobre a COVID-19, a fim de informar a população sobre diferentes aspectos da doença, incluindo sua natureza, seu histórico epidemiológico, formas de transmissão, história natural da doença, sinais e sintomas, diagnóstico, tratamento, prognóstico e prevenção.(5)

Outra área de assuntos desenvolvida pela equipe abordava a metodologia de Revisão Sistemática relativa aos estudos primários produzidos de forma crescente sobre diferentes aspectos da doença e da pandemia. Além da descrição do processo metodológico utilizado para realização da Revisão Sistemática e da Revisão Rápida, foi desenvolvido o conteúdo referente a cada possível aspecto temático que poderia ser coberto pela metodologia.(7) Desta forma permitindo ao usuário entender as diferentes facetas do conhecimento científico.

Em 10 de maio de 2020, foi realizado um processo de aprimoramento do Observatório, por meio do envio aos colaboradores de um formulário com esta finalidade no formato *Google Docs*, com objetivos de avaliação da versão Beta do site e indicação de possíveis aprimoramentos do mesmo, os quais em seguida foram efetuados.(5)

Em 20 de maio de 2020, o site foi lançado em âmbito nacional em caráter oficial em um evento promovido pelo MCTI para lançamento do Portal Ciência MCTI no Combate à COVID-19, que se encontra disponível na URL http://covid19.mctic.gov.br/, do qual o Observatório faz parte. Na ocasião, em função da importância do Portal, o lançamento foi realizado pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. Marcos Pontes, com a presença da

diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Cecília Leite.[8]

Todo o conteúdo do site passa por uma curadoria científica. Para realizar essa curadoria foram reunidas oito profissionais numa equipe de gestores do conhecimento, formada por três doutores em Ciência da Informação, duas doutorandas em Ciência da Informação, um mestre em Comunicação, uma mestranda em Ciência da Informação e um graduando em Comunicação.[5]

Esse grupo faz a seleção dos artigos científicos nas bases de dados e a identificação dos artigos de maior relevância, confiabilidade, qualidade e rigor científico. Esses artigos selecionados são disponibilizados em um banco de artigos para que diferentes especialistas que compõem a equipe de analistas da produção científica possam escolher o artigo de interesse e resenhá-lo.[5]

No final de maio e início de junho de 2020, a equipe do OECC confeccionou um modelo padronizado para a elaboração das resenhas, iniciou o processo de curadoria científica paracoleta e seleção do material a ser resenhado a partir de temáticas diferenciadas e iniciou o treinamento dos resenhistas para a elaboração das mesmas.

Em 11 de junho de 2020 as primeiras resenhas foram publicadas no site, que hoje disponibiliza mais de 120 resenhas, as quais abarcam as mais variadas temáticas sobre a pandemia da COVID-19 e diferentes abordagens metodológicas de estudo científico de natureza empírica, incluindo tanto estudos primários quanto estudos de revisão.

As pesquisas apresentadas abrangem desde pesquisas clínicas, em todo o seu espectro temático - rastreamento, causalidade, diagnóstico, tratamento, prevenção, promoção da saúde - até pesquisas relativas a tecnologia e inovação - de produtos e processos, de dispositivos e sistemas. Compreendem também estudos científicos sobre diferentes dimensões e aspectos sociais e humanos, desde a escala pessoal à esfera interpessoal até a coletiva e ambiental.[5]

As resenhas são escritas por especialistas de um amplo espectro de áreas do conhecimento, de modo a abarcar todas as temáticas relacionadas no parágrafo anterior, com propriedade e expertise acadêmica e profissional. O material básico extraído da literatura científica utiliza fontes primárias pré-selecionadas, com base em critérios de qualidade científica rigorosos.

As resenhas são escritas em linguagem natural, com o mínimo de complexidade acadêmica nos conteúdos que compõem sua redação, para torná-las simples e mais compreensíveis aos leitores não-especializados, voltadas desta forma a atender os diferentes

públicos do site. Para garantir que a informação seja acessível tanto pelos profissionais e pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento, quanto pelos docentes e discentes na esfera educacional, e também pela população leiga em geral, foi desenvolvido no site um glossário, que abarca os termos técnicos presentes nas publicações. Esse instrumento possibilita ao leitor da resenha compreender facilmente os termos especializados presentes nos textos, permitindo prosseguir na fluência da sua leitura de forma direta e contínua. Para obter esse efeito facilitador da leitura, basta o leitor passar o cursor sobre o termo técnico específico, fazendo assim com que possa surgir na tela uma caixa flutuante, a qual contém uma definição simples e facilmente compreensível, em linguagem natural, vinculada ao termo selecionadopelo leitor.(5)

O glossário é construído de modo contínuo pela equipe de gestão do Observatório, a partir do processo de inclusão de novas resenhas e da seleção dos termos que aparecem em cada uma delas. Cada definição é gerada a partir de consulta em diferentes fontes especializadas, incluindo dicionários da área da saúde, outros glossários sobre COVID-19, o Medical Subject Headings (MeSH) e artigos científicos.

Além da preocupação em atender os diferentes segmentos de público de língua portuguesa, o site se preocupa em atingir também os públicos correspondentes de diferentes países, proporcionando ao mundo em esfera planetária informação de qualidade sobre uma doença que afeta a todos de forma pandêmica. Desta forma, são utilizadas ferramentas tecnológicasque permitem que o site seja multilíngue.

Nas resenhas os leitores também podem encontrar recomendações para outras resenhas presentes no próprio site, sobre a mesma temática que está sendo objeto de leitura pelo usuário. Desta forma, se o usuário tem um interesse específico sobre determinado assunto ele pode expandir sua leitura e encontrar destaques sobre o tema desejado.

Visando ampliar a divulgação do site e principalmente das informações nele veiculadas, em 18 de junho de 2020 foi criado um perfil do Observatório nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter. No dia 29 de junho de 2020 foi realizada a primeira postagem de formasimultânea nas três redes, prosseguindo desde então a difusão científica ampliada dos conteúdos novos.(5)

Pensando em uma experiência navegacional de natureza multimodal, que permitisse ao usuário caminhar pelos níveis classificatórios de uma forma mais estimulante e sem perder sua motivação, e concomitantemente podendo vivenciar uma experiência de aprendizagem cognitiva, a equipe do observatório começou a desenvolver, em 30 de junho de 2020, o Caleidoscópio da Ciência. Este consiste em uma metafonte informacional que permite

profissionais e leigos acessarem informações científicas sobre a COVID-19 em escala mundial.(5)

Em 17 de julho de 2020 a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) divulgou em seu próprio site o trabalho do OECC, dando ênfase a sua relevância e a sua importante contribuição para a sociedade.(5)

Seguindo os princípios conceituais e de design do Caleidoscópio da Ciência, em 14 de agosto foi iniciada a construção de um recurso capaz de propiciar uma experiência semelhante com relação à produção científica interna, dando nascimento ao Caleidoscópio da COVID-19, que teve seu lançamento em 22 de setembro de 2020. Nele o usuário encontra as diferentes resenhas oferecidas no site, organizadas por categorias temáticas e interligadas, o que proporciona uma navegabilidade mais atraente e facilitada, gerando uma economia de tempo para o usuário.(5)

Na semana de 10 a 15 de agosto de 2020, a equipe gestora do Observatório identificou que o site se tornou fonte de informação científica para a Escola Municipal Vereador Américo dos Santos, localizada em Mesquita, Rio de Janeiro.(5)

A equipe do Observatório percebeu nessa ocasião a necessidade de ampliar suas ações informativas para os diferentes públicos e em 26 de agosto de 2020 iniciou a realização de uma série de *lives* junto ao canal do YouTube do IBICT. As temáticas abordadas eram direcionadas às necessidades informacionais que foram identificadas pela equipe gestora nos meses anteriores. Os convidados para as *lives* eram especialistas de diferentes áreas do conhecimento, com experiência nos temas abordados. A interação durante as *lives* era conduzida de forma dialógica e didática e com uma linguagem simples, visando atingir diferentes setores e camadas sociais.(5)

Além das *lives*, em 21 de outubro de 2020, o site lançou seu próprio canal de materiais audiovisuais no YouTube, incluindo e divulgando pequenos vídeos que sintetizam, em apresentações imagéticas dinâmicas, as mensagens das resenhas. Desta forma, o usuário passa a ter uma experiência mais completa da aquisição do conhecimento, em que ele tem acesso a artigos de alta qualidade e seletividade, resenhas desses artigos escritas por profissionais especializados de diferentes áreas, e também vídeos mais curtos que as resenhas contendo a mensagem central das mesmas.(5)

Para reunir esse material em formato audiovisual dentro do site, foi construído o Ciência emMovimento, que é um espaço de divulgação das *lives* promovidas e realizadas pelo Observatório e que reúne os vídeos publicados no canal do YouTube do OECC.(5)

Em 20 de outubro de 2020 o Observatório foi convidado pela organização do III

Simpósio International Network Science para relatar a sua experiência de construção e desenvolvimento do seu trabalho. Em 11 de dezembro o OECC recebeu o convite do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense para divulgar o Observatório a partir da perspectiva do uso da informação científica de qualidade para auxiliar a sociedade a lidar com a pandemia.(5)

Além desses reconhecimentos, o Observatório foi indicado como fonte de informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e pela Biblioteca Virtual do Estado de São Paulo. Em 11 de dezembro de 2020, o OECC foi incluído no acervo da Biblioteca Digital do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a partir da inserção em seu catálogo, o que consolida, registra e legitima o OECC como fonte de informação de qualidade.(5)

CORONAWIKI: COMPARTILHAMENTO E VALIDAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

Em 2014 surgiu uma proposta de criação e uso da Wikipédia para procedimentos realizados pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), com ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde que fazem parte do cotidiano e rotina dos profissionais da saúde.(9)

A Wikipédia[a] permite um amplo espaço de discursividade através da construção aberta e colaborativa de verbetes, cujos textos são discutidos e aprimorados.

A promoção de um espaço de discussão de ações, entre profissionais da Atenção Básica, facilita o comportamento de experiências e de informações entre as equipes da ESF.(4) Por isso, diante da situação da pandemia da COVID-19, o *boom* informacional remeteu ao uso prático dessa ideia inicial de desenvolver uma plataforma colaborativa para registro e discussão de atividades de Atenção Primária à Saúde (APS) relacionadas à doença emergente, particularmente direcionada para as 50 mil equipes de saúde da família e os 250 mil agentes comunitários de saúde.(9)

Assim, criou-se a CoronaWiki, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em parceria com pesquisadores e profissionais de ciências da informação e de ciências da saúde de diversas instituições brasileiras. Ela é um espaço de registro, compartilhamento e discussão de iniciativas para controle da pandemia da COVID-19.(10)

A wikipédia destinada a ações das equipes de saúde da família e ações comunitárias contraa pandemia da COVID-19 tem o objetivo de identificar e catalogar iniciativas eficazes das equipes de saúde da família para controle da doença. Além disto, pode ratificar e fortalecera capacidade assistencial das equipes de saúde da família na prevenção e no cuidado de casos de infecções por Coronavírus.(9)

No esboço inicial o projeto pretendia obter dois resultados principais: construir um catálogo de ações locais eficazes das equipes de saúde da família para controle da doença e promover o compartilhamento das experiências eficazes das 50 mil equipes de saúde da família na suaprevenção e tratamento. A CoronaWiki usa a discussão aberta e colaborativa como modo de validação e disseminação dos procedimentos compartilhados, coletando registros de experiências comunitárias de enfrentamento da pandemia, particularmente no isolamento social e em medidas de prevenção.(9)

As atividades propostas para o desenvolvimento da CoronaWiki são os seguintes:(9)

a) Criar uma plataforma wiki para registro das iniciativas eficazes da equipe do saúde da família: documentos, áudios e vídeos;
b) Elaborar e desenvolver um sistema de classificação das iniciativas registradas;
c) Divulgar a CoronaWiki entre as 50 mil equipes de saúde da família, como espaço de registro, comunicação e recuperação de experiências eficazes;
d) Abrir para as próprias equipes de saúde da família o controle de notíciasfraudulentas e de vandalismo.

A equipe da CoronaWiki possui dois coordenadores pesquisadores e uma equipe multiprofissional, composta por médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas, bibliotecários, analista de sistemas, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, bióloga e advogada.(9)

Em função da gravidade e da agressividade da pandemia, os prazos do projeto foram curtos. O cronograma inicialmente proposto previa 15 dias para o desenvolvimento da plataforma; posteriormente, 15 a 30 dias para sua divulgação, concomitante ao desenvolvimento do sistema de classificação (0 a 30 dias). Foram previstos 15 dias para iniciar o autoarquivamento, assim como de 15 a 120 dias destinados à adaptação permanente da plataforma.

A avalanche de conteúdo informacional relacionado a pandemia obrigou a subdivisão por assuntos. O ponto de partida para a organização das categorias são os três níveis de aplicação da medicina preventiva, criadas pelos sanitaristas norte-americanos Leavell e Clark (1976). O nível primário inclui promoção da saúde e proteção específica da saúde; o nível secundário compreende diagnóstico e tratamento; e o nível terciário é a recuperação.

São destacadas a estratégia de saúde da família, as questões éticas, as ações comunitárias e a vigilância epidemiológica. As categorias criadas são as seguintes:[9]

1. Coronavírus
2. Saúde da família
3. Questões éticas
4. Promoção da saúde
5. Ações comunitárias
6. Proteção específica
7. Vigilância epidemiológica
8. Diagnóstico
9. Tratamento e
10. Recuperação

No tópico Coronavírus discute-se sobre o vírus Corona, infecção e reinfecção, contágio e transmissão, a doença COVID-19, estratégias de prevenção, gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil.[9]

Na categoria "Saúde da família" discute-se sobre agentes comunitários de saúde, desafios em época de pandemia, Estratégia de saúde da família, história natural da doença, prevenção, rede de atenção primária no enfrentamento da COVID-19 e saúde da família e das comunidades contra a COVID-19.[9]

Entre as "questões éticas" durante a pandemia, destaca-se a ética em pesquisa e ética, saúdecoletiva e pandemia, responsabilidade e liberdade nas prescrições médicas.[9]

Na categoria "promoção de saúde" são abordadas questões relativas à alimentação e higiene dos alimentos, higiene e lavagem de mãos, limpeza da casa, e orientações sobre isolamentodomiciliar. São também discutidas questões referentes à atenção primária à saúde, ao saneamento básico, à promoção específica em áreas carentes e à violência doméstica durante a pandemia.[9]

A agregação de ações comunitárias efetivas durante a pandemia foi feita na categoria "ações comunitárias". Nela reúne-se iniciativas para enfrentar a pandemia de COVID-19. Estão entre os exemplos de iniciativas cadastradas o "Mapa Corona nas Periferias", um mapa quebusca dar visibilidade às iniciativas de combate ao Coronavírus nas favelas e periferias do Brasil; o "Projeto Madacaru", uma plataforma de colaboração voluntária, que é uma iniciativa do Comitê Científico do Nordeste articulada pelos governadores de estado da região; a cartilha "Coronavírus: uma história contada", resultado do projeto de extensão "Dúvidas sobre o Coronavírus? Nós dos movimentos sociais respondemos!"; e diversos

outros projetos comunitários que preconizam a orientação e o esclarecimento da população.[9]

Na categoria "proteção específica" podem ser encontrados verbetes como vacinas, álcool em gel, equipamento de proteção individual para trabalhadores da saúde. Estes verbetes sãoações de controle e prevenção, ou seja, medidas a serem tomadas no período pré-doença.[9] Na categoria “vigilância epidemiológica” são apresentados boletins epidemiológicos; taxasde incidência, prevalência e mortalidade; sites de monitoramento e visualização de dados referentes à COVID-19; assuntos relevantes e importantes para controle e prevenção da doença, além de orientar os cuidados.[9]

Na categoria “diagnóstico” são apresentadas e discutidas as principais características clínicas da doença e da sua evolução; os meios de diagnóstico mais usados; os testes diagnósticos; a importância da assistência precoce e os cuidados precoces. Também são abordados a telemedicina, a autopercepção de sintomas e as notas técnicas para equipes de atenção básica.[9]

A discussão sobre “tratamento” abrange assuntos importantes, pois desde o início da pandemia estão sendo pesquisadas e testadas diversas condutas, procedimentos e medicamentos. Os cientistas estão trabalhando intensamente para desenvolver tratamentos para a COVID-19. Nesta categoria são discutidos assuntos como a automedicação; e as controvérsias e a contraindicação do uso de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. São apresentados e discutidos os denominados usos "fora da bula". Discute- se também o uso de anti-inflamatórias não hormonais.[3,9]

São apresentadas também diretrizes para o tratamento da COVID-19 de acordo com as entidades de médicos especialistas: a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) e a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). Destacam-se informações sobre manejo clínico na atenção primária e recomendações para cuidado de crianças em situação de isolamento hospitalar.[9]

Na categoria “recuperação” busca-se apresentar e discutir complicações e sequelas da doença, além de orientações para reabilitação. A medida em que a pandemia avança, eventos tornam-se mais frequentes, assim como se desenvolvem os procedimentos.[9]

Tão importante quanto à capacidade de inovar é a capacidade de processar e recriar conhecimento, por meio de processos de aprendizado; e, mais ainda, a capacidade de converter esse conhecimento em ação ou em inovação. Isto mostrou-se relevante durante a pandemia de COVID-19.

O aprendizado consiste na aquisição e construção de diferentes tipos de conhecimentos, competências e habilidades. É importante observar que a difusão e o

compartilhamento de informações e conhecimentos requer que os atores tenham conexões, com interação que propicie fluxos de conhecimento e aprendizagem.

A pandemia de COVID-19 evidencia a inovação como produção em que existe relevância das redes e interdependência dos atores sociais. A comunicação não linear parece ser fundamental para os processos de inovação. Uma medida importante para criar e manter ambiente propício à inovação consiste em abrir e usar múltiplos canais de comunicação, bem como em complementar os habituais canais verticais com os canais horizontais e diagonais que unam indivíduos localizados em diferentes unidades da organização e do tecido social. A fluidez da comunicação e, acima de tudo, a integração das atividades, contribui para inovações com sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolvimento do Observatório de Evidências Científicas COVID-19 e da CoronaWiki no IBICT demonstra, em primeiro lugar, que a Ciência da Informação tem enorme relevância na execução de políticas sociais. Em segundo lugar, posiciona o Institutocomo centro de pesquisas avançadas que oferece serviços e produtos para promoção de bem-estar.

A Ciência da Informação enfrenta com racionalidade um grande conflito das sociedades contemporâneas: as controvérsias em torno da veracidade das informações que circulam com velocidade na Internet. A construção de entendimento para a elaboração e execução depolíticas de saúde demanda que os sujeitos trabalhem com correção em relação à representação e interpretação de fatos e coisas no mundo da vida.

Enfim, as organizações executoras de políticas públicas devem se adaptar de modo contínuoàs necessidades e usos da sociedade. No caso das organizações de saúde deve haver orientação por necessidades objetivas em termos epidemiológicos, sanitários e clínicos. A informação construída na relação das organizações com a sociedade faz este trabalho.

As iniciativas propostas para o portal COVID-19 do IBICT partem do reconhecimento do protagonismo que ele ocupa na rede brasileira de informações em Ciência, Tecnologia e Inovação. No meio de uma pandemia de controvérsias cabe às instituições de referência oferecer o norte da veracidade.

Os métodos propostos nas iniciativas são de uso corrente na Ciência da Informação. Por umlado, o serviço de referência das bibliotecas é atualizado sob a forma de Observatório

capaz de recuperar e selecionar informações nas muitas bases científicas e tecnológicas. O procedimento das revisões sistemáticas busca selecionar, articular e organizar as informações.

O foco do Observatório é orientar com Ciência e Tecnologia sobre as controvérsias em torno de fatos, procedimentos, normas e protocolos durante a pandemia de COVID-19. Entre as controvérsias destaca-se a origem do agente etiológico, os testes diagnósticos, as medidas de prevenção, o isolamento social, o uso experimental e empírico de drogas, os cuidados terapêuticos e, mais recentemente, as vacinas.

Por outro lado, há um produto de referência nas bibliotecas: as enciclopédias. No caso ela está atualizada sob enciclopédia construída e revisada de modo permanente e colaborativo através da Internet. O uso de wikimedia adquire crescente validade em uma sociedade que cada vez mais busca a Ciência aberta, e colaborativa.

O foco da CoronaWiki é a atenção básica de saúde contra a pandemia de COVID-19 no Brasil. Isto se desdobra em 3 grandes eixos de organização das informações: a estratégia de saúde da família, as ações comunitárias em geral e o trabalho dos agentes comunitários em particular. Os conteúdos foram organizados em torno de categorias da atenção básica: promoção de saúde, proteção da saúde, e diagnóstico e tratamento em nível ambulatorial. Estas duas iniciativas, combinadas com outras de cientistas e profissionais de saúde, contribuem para defender e fortalecer a ciência em tempos marcados por informações fraudulentas. Quando estas ameaçam a vida das pessoas e a integridade da sociedade, a ciência parece ser a resposta necessária frente a pandemia de COVID-19. O IBICT cumpre assim o seu papel de organizador e difusor de informação em ciência e tecnologia no Brasil. Sendo a saúde uma das principais áreas de sua ação e de contribuição relevante para a sociedade.

REFERÊNCIAS

1. LIMA, C. R. M.; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N.; MORAES, D. *et al*. Emergência de saúde pública global por pandemia de COVID-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. **Folha de Rosto**. 2020. Acesso em: 20 abr. 2021, 6(2):5-21. Disponivel em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/ index.php/folhaderosto/ article/view/490.

2. LEAVELL H.; CLARK, E. G. **Medicina Preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill Inc, 1976.

3. FERREIRA, L. L. G.; ANDRICOPULO, A. D. **Medicamentos e tratamentos para a COVID-19**. Estudos Avançados. 2020. Acesso em: 12 mar. 2021. 34 (100): 1-23. Disponivel em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n100/1806-9592-ea-100-7.pdf.

4. LIMA, C. R. M.; GOMES, E. A.; GALVÃO, M. C. B.; SIMÕES, K. O. Contribuição para uma agenda deatenção básica de saúde em tempos de pandemia de COVID-19. **P2P & Inovação**. 2021. Acesso em: 20 abr. 2021, 7(2):1-24. Disponivel em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5615.

5. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Observatório de Evidências CientíficasCOVID-19**. Rio de Janeiro: MCTI; 2021. Acesso em: 20 abr. 2021. Disponivel em: https://evidenciascovid19.ibict.br/.

6. LIMA, C. R. M.; NOGUEIRA, A. C.; MARTINS, J. A. Observatório da Saúde da UFSC: redução das assimetrias de informações entre operadoras de planos de saúde e seus beneficiários. **Revista Textos de la CiberSociedad**, 2009. Acesso em: 20 abr. 2021.16:1-16. Disponivel em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/134/1/ClovisOCS200916.pdf.

7. Galvão, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção epublicação. **Logeion.** 2019. Acesso em: 20 abr. 2021. 6(1):57-73. Disponivel em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835.

8. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. #CiênciaMCTIno Combate#COVID-19. Rio de Janeiro: MCTI; 2021. Acesso em: 20 abr. 2021. Disponivel em: https://covid19.mctic.gov.br/sobre-o-portal/.

9. MAIA, M. R.; COSTA, E. H. S.; LIMA, C. M. **Wikipédia de procedimentos da estratégia saúde dafamília**: espaço possível de discussão para melhoria de processos e inovação. Encontro Nac Pesquisa Ciênc Inf. Belo Horizonte: ANCIB; 2014.

10. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **CoronaWiki**. Rio de Janeiro: MCTI,2021. Disponivel em: https://coronawiki.ibict.br/index.php/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 20 abr. 2021.

11. WIKIPEDIA. **Wikipédia**. 2021. Acesso em: 20 abr. 2021. Disponivel em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal.

12. PRIMO, A. F. T.; RECUERO, R. C. Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva apartir dos Blogs e da Wikipédia. **Revista FAMECOS**. 2008. Acesso em: 20 abr. 2021. 10(22):54-65. Disponivel em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3235.

Capítulo 9

CORONAWIKI: EXPERIÊNCIA INOVADORA DE VALIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO IBICT

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Bárbara Coelho Neves

Bruna Lessa

Daniela Capri

Resumo: Neste artigo descreve-se uma das iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em resposta à pandemia de Covid-19: a CoronaWiki, disponível online no portal da Covid-19 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Da descoberta do Coronavírus-19 decorre uma explosão tanto de produção científica quanto de notícias fraudulentas e desinformação. Assim, pesquisadores do IBICT, em parceria com pesquisadores de diversas universidades, se propõem a criar uma plataforma colaborativa para registro e discussão de atividades necessárias e possíveis de atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). A CoronaWiki é construída em Wikimedia e os verbetes vão sendo publicados conforme se identificam as atividades de atenção primária à saúde no Brasil. A partir da descrição da iniciativa são feitas discussões pertinentes: epidemia de informação e desinformação, e validação pragmática da informação na Wiki. Os ambientes wiki permitem que todos os interessados possam apresentar seus pontos de vista e argumentar em defesa deles, sendo o desenvolvimento desta ferramenta orientada para atenção primária no controle da Covid-19 uma inovação tecnológica e social que aplica a teoria do Discurso para combater a desinformação e notícias fraudulentas, especialmente sobre isolamento social, terapias e vacinas.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 está nos mostrando a complexidade da relação entre informação científica e política pública. Inicialmente, houve conflito para determinar a gravidade da doença viral. Foi necessário demonstrar a capacidadede rápida disseminação e de saturação dos sistemas de saúde para que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse emergência global. Uma das primeiras querelas em torno da pandemia foi a origem do coronavírus, onde nãofaltaram teorias conspiratórias.

As doenças transmissíveis podem ser controladas com a proteção específica das vacinas. Contudo, elas demoram para ser desenvolvidas e produzidas com eficácia e segurança. Assim, especulações sobre iniciativas neste sentido proliferaram, envolvendo dimensões relativas a potenciais conflitos de interesse, e houve uma guerra pelo pioneirismo tecnológico e econômico.

A rápida disseminação do coronavírus é a principal razão para que a Organização Mundial de Saúde recomendasse medidas de isolamento e distanciamento social. A aplicação desta medida teve consequências sociais terríveis e muito impactantes sobre diversos determinantes da saúde biopsicossociais. O isolamento social teve diferentes modos de expressão em sociedades marcadaspela desigualdade.

O tratamento da doença em suas versões moderada e grave foi território onde emergiram continuamente notícias fraudulentas. Neste caso, deve-se observarque em muitos casos a origem destas informações estão em cientistas ou institutos de pesquisa. Contudo, elas são apropriadas e disseminadas de acordocom interesses políticos e econômicos.

Uma das primeiras controvérsias sobre tratamento da COVID-19 aconteceu emtorno do uso da cloroquina, medicamento disponível para tratamento de malária e de doenças reumatológicas. Atores políticos se apressaram a abraçar a ideia do uso da cloroquina, particularmente aqueles interessados no fim do isolamento social. Contudo, logo que foram realizadas as primeiras investigações controladas do uso da cloroquina apareceram a ineficácia e os seus efeitos colaterais graves.

Além de buscar medicamentos para tratar a doença, cientistas do mundo todo investigaram a produção de vacinas eficazes contra a Covid-19. Uma onda de notícias falsas circulando nas redes sociais serviu para gerar dúvidas sobre eficácia e riscos, e impulsionou controvérsias sobre os testes necessários parase obter uma vacina segura e eficaz.

Um minúsculo movimento antivacina prosperou neste cenário e ganhou visibilidade impensável. Estes acontecimentos reforçaram a necessidade de divulgar e esclarecer os caminhos da ciência para enfrentar a pandemia, a fim de combater os impactos da desinformação e das notícias fraudulentas.

A CONSTRUÇÃO DA CORONAWIKI NA PANDEMIA DA COVID-19

O ambiente Wiki permite um amplo espaço de discurso através da construção aberta e colaborativa de verbetes, no qual os textos podem ser discutidos e aprimorados. Baseado

neste ambiente, em 2014 foi apresentada no Encontro Nacional da Associação de Pesquisadores em Ciência da Informação (Enancib) a proposta de criação e uso de um ambiente Wiki que reunisse procedimentos realizados pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde (APS) que fazem parte do cotidianoe rotina dos profissionais da saúde (Maia; Costa; Lima, 2014).

O desenvolvimento de espaços colaborativos de discussão tem o potencial de melhorar o uso de evidências tanto na saúde pública quanto nos cuidados de saúde (Archambault *et al*., 2013). No contexto da Atenção Básica facilita compartilhar experiências e informações entre as equipes da ESF do Sistema Único de Saúde - SUS. Por isso, diante da situação da pandemia de Covid-19 e do grande fluxo de informações decorrentes, retomou-se a ideia inicial de desenvolver uma plataforma colaborativa para registro e discussão de atividades de Atenção Primária à Saúde (APS) relacionadas à doença emergente.

Em função da gravidade e da agressividade da pandemia, os prazos do projeto eram curtos. O cronograma inicialmente proposto previa 120 dias para o desenvolvimento da plataforma. Assim, em abril de 2020, foi lançada a CoronaWiki, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) concebida em parceria com pesquisadores e profissionais de ciências da informação e de ciências da saúde de diversas universidades e institutos de pesquisa brasileiros.

Este ambiente wiki foi desenvolvido como um espaço de registro, compartilhamento e discussão de iniciativas eficazes para controle da pandemia da Covid-19, particularmente direcionado para as 50 mil equipes de saúde da família e os 250 mil agentes comunitários de saúde. Além disso, pode ratificar efortalecer a capacidade assistencial das equipes de saúde da família na prevenção e no cuidado de casos de infecções por coronavírus.

A proposta inicial de desenvolvimento da CoronaWiki previa dois objetivos principais a serem atingidos:

a) Construir um catálogo de ações eficazes das equipes de saúde da família para controle da doença;
b) Promover o compartilhamento das experiências eficazes das 50 mil equipesde saúde da família do SUS na sua prevenção e tratamento.

Contudo, em função da gravidade e da agressividade da pandemia e do número de informações fraudulentas que surgiam em todas as mídias foram incluídos, além de iniciativas, informações gerais sobre a doença, resultando na classificação dos termos por assuntos.

Para que a wiki fosse concretizada e desenvolvida dentro do prazo de 120 dias, foi necessário organizar atividades e planejar etapas de desenvolvimento, sendoelas:

a) Construir um sistema de classificação/categorização das iniciativas eassuntos que seriam registrados;
b) Desenvolver uma plataforma wiki para registro das iniciativas eficazes daequipe do Saúde da Família: documentos, áudios e vídeos;
c) Divulgar a CoronaWiki entre as 50 mil equipes de saúde da família, como espaço de registro, comunicação e recuperação de experiências eficazes;
d) Abrir para as próprias equipes de saúde da família o controle de notícias fraudulentas e de vandalismo.

A wiki para profissionais de atenção primária de saúde utiliza como ponto de partida para organização das categorias de conceitos os três níveis de aplicaçãoda medicina preventiva, criadas pelos sanitaristas norte-americanos Leavell e Clark (1976).

O nível primário inclui promoção da saúde e proteção específica da saúde; o nível secundário compreende diagnóstico e tratamento; e o nível terciário é a recuperação. São destacadas a estratégia de saúde da família, as questões éticas, as ações comunitárias e a vigilância epidemiológica.

As categorias criadas são as seguintes: 1) Coronavírus; 2) Saúde da Família; 3) Questões éticas; 4) Promoção da saúde; 5) Ações comunitárias; 6) Proteção específica; 7) Vigilância epidemiológica; 8) Diagnóstico; 9) Tratamento; e 10) Recuperação. Ao clicar sobre uma das categorias é possível observar todos os verbetes existentes, assim como ao cadastrar um novo verbete é possívelclassificá-lo dentro de uma das categorias para facilitar a sua recuperação e acesso.

Dentre as categorias os assuntos são divididos da seguinte forma: no tópico **Coronavírus** discute-se sobre o vírus Corona, infecção e reinfecção, contágio e transmissão, a doença Covid-19, estratégias de prevenção, gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil.

Na categoria **Saúde da Família** são abordados temas sobre agentes comunitários de saúde e Estratégia de Saúde da família do SUS, desafios na época da pandemia, história natural da doença, prevenção, rede de atenção primária no enfrentamento da Covid-19 e Saúde da família e das comunidades contra a Covid-19.

Entre as **Questões éticas** durante a pandemia, destaca-se a ética em pesquisa eética, saúde coletiva e pandemia, responsabilidade e liberdade nas prescrições médicas.

Na categoria de **Promoção de Saúde** são abordadas questões relacionadas a ações

voltadas a evitar que as pessoas se exponham a fatores condicionantes e determinantes de doenças como questões relativas à alimentação e higiene dos alimentos, higiene e lavagem de mãos, limpeza da casa, e orientações sobre isolamento domiciliar. São também discutidas questões referentes à atenção primária à saúde, ao saneamento básico, à promoção específica em áreas carentes e à violência doméstica durante a pandemia.

Ações comunitárias efetivas realizadas durante a pandemia foram realizadas na categoria de mesmo nome. Reúne-se iniciativas para enfrentar a pandemia de Covid-19. Estão entre os exemplos de iniciativas cadastradas o 'Mapa Corona nas Periferias', um mapa que busca dar visibilidade às iniciativas de combate ao Coronavírus nas favelas e periferias do Brasil; o 'Projeto Madacaru', plataforma de colaboração voluntária, uma iniciativa do Comitê Científico do Nordeste articulado por governadores de estado da região; 'Dúvidas sobre o Coronavírus? Nós dos movimentos sociais respondemos!'; e outros projetos comunitários que preconizavam a orientação e o esclarecimento da população.

Na categoria **Proteção específica** encontram-se verbetes referentes às ações que incidem no período anterior à instalação de uma doença. Podem ser encontrados verbetes como 'Uso de w de Proteção individual para trabalhadores da saúde' e 'Vacinas'.

A categoria **Vigilância Epidemiológica** apresenta anotações que tem por finalidade promover, detectar e prevenir doenças e agravos transmissíveis à saúde e seus fatores de risco. Nesta categoria são apresentados boletins epidemiológicos; taxas de incidência, prevalência e mortalidade; sites de monitoramento e visualização de dados referentes à Covid-19; dentre os assuntos relevantes e importantes para controle e prevenção da doença, além de orientar os cuidados.

Na categoria **Diagnóstico** são apresentadas e discutidas as principais características clínicas da doença e da sua evolução; os meios de diagnóstico mais usados; os testes diagnósticos; a importância da assistência precoce e os cuidados precoces. Também são abordados a telemedicina, a autopercepção de sintomas e as notas técnicas para equipes de atenção básica.

Na categoria **Tratamento** são discutidos assuntos como a automedicação; controvérsias e contraindicação do uso de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. São apresentados e discutidos os denominados usos 'fora da bula'. Discute-se também o uso de drogas anti-inflamatórias não hormonais. A discussão neste tópico abrange assuntos importantes, pois desde o início da pandemia estão sendo pesquisados e testados diversas condutas, procedimentos e medicamentos.

Na categoria **Recuperação** são apresentadas e discutidas complicações e sequelas da

doença, e orientações para reabilitação. À medida que a pandemia avança, eventos tornam-se mais frequentes, assim como se desenvolvem os procedimentos.

A inclusão e construção dos verbetes se faz com a discussão aberta e colaborativa como modo de validação e disseminação dos procedimentos compartilhados. São coletados registros de experiências comunitárias de enfrentamento da pandemia, além de informações e publicações relevantes ao serviço das equipes da ESF do SUS.

Archambault *et al*. (2013) ressalta que os ambientes wikis vem sendo utilizados na área da saúde por diferentes instituições há mais de uma década. Tanto instituições acadêmicas têm utilizado para treinar profissionais de saúde, quanto a OMS para atualizar a Classificação Internacional de Doenças. Estudos de países desenvolvidos relatam que 70% dos médicos iniciantes usam a Wikipédia semanalmente (Hughes *et al.*, 2009).

EPIDEMIA DE INFORMAÇÕES, DESINFORMAÇÃO E NOTÍCIAS FRAUDULENTAS

Uma formação histórica compõe-se na agonística geral revelada nos atos de fala. Os jogos de linguagem significam que cada uma das diversas categorias de enunciados pode ser determinada por regras que especifiquem as suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define por um grupo de regras que determinam quer as propriedades das peças, quer a maneira conveniente de as deslocar (Lima, 1993).

Goffman (1979) elabora o conceito de epidemia de informações dentro de sua teoria geral da comunicação, no quadro disciplinar da Ciência da Informação. Sua teoria estuda os processos de comunicação orientado para três problemas: o comportamento, a representação e a tecnologia. Goffman (1979) usa a metáfora dos processos epidêmicos e suas representações para a otimização e a estabilização de sistemas de comunicação, especialmente para melhorar a performance de recuperação da informação.

Goffman (1979) considera que conceito fundamental que marca o comportamento da comunicação é a noção de efetivo contato entre a informação e o seu destino. Este efetivo contato é claramente um fator determinante que aparece em dois processos de comunicação muito familiares, designados de transmissão do conhecimento e de transmissão de doenças.

Existem muitas características semelhantes entre os dois processos: no caso das doenças nós estamos nos referindo a material infectante que pode ser transportado e transmitido, enquanto no caso do conhecimento se trata de transporte e transmissão de ideias,

boas ou más dependendo do ponto de vista.

As noções primitivas de conhecimento, de informação e de ideias compõem a mesma relação umas com as outras como no caso das noções primitivas de doença, agente e material infectante. Na transmissão de conhecimento as ideias jogam as mesmas regras do material infectante; a informação corresponde ao agente cujo material infectante é transmitido e a interação entre um indivíduo e uma ideia pode ou não resultar em uma acumulação de conhecimento, da mesma forma que a interação entre um indivíduo e o material infectante pode ounão resultar em um caso de doença.

O processo de interação é dependente do fator tempo, isto é, uma sequência de eventos acontece descrevendo um determinado comportamento. Um indivíduoestá exposto ao material infectante pelo contato direto com um infectante ou através de um hospedeiro intermediário. O indivíduo exposto pode ser resistenteao organismo infeccioso, e neste caso este é rejeitado, ou pode ser infectado porele, e neste caso o organismo infeccioso desenvolve um processo invasor.

Há 30 anos atrás a epidemia de AIDS evidenciou que a cada processo social corresponde outro processo de representação do mesmo, com organização do conhecimento e produção da informação. A epidemia de informações a partir daAIDS dissemina pelo espaço social as normas de produção de uma ordem do real, que se organiza com o conhecimento racional da virtualidade do risco de morrer com o vírus e a doença. A epidemia de informações contamina a todos, individualizando a cada um no que se refere ao normal e às normas para o controle e a prevenção da AIDS (Lima, 1993).

Existe um jogo complexo em que o conhecimento e a informação podem ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, mas também o obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O conhecimento e a informação veiculam e produzem poder, reforçam-no; mas também pode expô-lo, debilitá-lo e barrá-lo.

O enfrentamento de falas pode ser entendido como jogo de linguagem em que se amplia o universo de atores que se posicionam para a composição das forçasque resulta em uma formação de conhecimento e de informação. Não apenas setematiza e se representa a epidemia de AIDS, mas faz-se a discussão darepresentação e da interpretação desta epidemia em uma outra: a epidemia de informações (Lima, 1993; 2006).

A pandemia da Covid-19 traz consigo uma outra pandemia: a epidemia de informações em dimensões pandêmicas.

Em maio de 2021 haviam sido postados 361 milhões de vídeos na plataforma YouTube do Google, com o termo COVID-19. No mesmo período o termo Covid- 19 foi

verificado em 550 milhões de mensagens postadas no Twitter, onde se destacam os termos #Covid19 #Pandemia ou #Coronavírus (Haraki, 2021). Esse aspecto nas mídias sociais expõe este fenômeno que acompanhou a pandemia.

Neste contexto, a epidemia de informações está ligada a um volume desproporcional de informações dispersas e conflituosas em contextos vinculados a um assunto de interesse social amplo. O excesso de informações, muitas vezes conflitantes, torna difícil encontrar e identificar as que são verdadeiramente úteis para orientar as pessoas, e pode dificultar a tomada de decisão por gestores e profissionais da saúde, especialmente quando não há tempo hábil para avaliar as evidências disponíveis (Garcia; Duarte, 2020).

A epidemia de informações trouxe consigo desinformação e informações falsas, quando da chegada das vacinas contra Covid-19 no Brasil (Avaaz, 2020). A inexistência de um tratamento específico para COVID-19 havia se desdobrado em clamor pelo desenvolvimento e a oferta de vacinas. A recusa destas emerge baseada em desinformação e informações falsas sobre elas (Frugoli *et al*., 2021).

Pesquisa do IBOPE Inteligência em 2020, com entrevistas na população com 16 anos ou mais), apontam como razões que melhor explicam o porquê não tomariam a vacina, revela que:

a) 7,8 milhões de brasileiros podem não se vacinar por acreditar que a vacina da COVID-19 contém chips implantados para controle populacional;
b) 8,2 milhões podem não se vacinar por acreditar que o Bill Gates teria dito que a vacina pode matar cerca de 700 mil pessoas;
c) 5,7 milhões de pessoas podem não se vacinar por acreditar que a vacina poderia alterar o DNA; e
d) 4,9 milhões podem não se vacinar por acreditar que as vacinas são produzidas a partir de células de fetos abortados.

Em meados de 2020, a revista *The Lancet: infectious diseases* destaca, em um de seus artigos (O'connor; Worrell, 2021), que os presidentes dos Estado Unidos e do Brasil tiveram reações deliberadamente enganosas sobre a pandemia, fato que abalou a confiança da população em geral nas organizações de Saúde. Outra pesquisa (Avaaz, 2020) também mostra que um (1) em cada quatro (4) brasileiros afirma que não vai tomar a vacina contra a COVID-19, tendo como justificativa alguma notícia falsa.

A pandemia de informações fraudulentas cria dificuldades para o cidadão comum recuperar, escolher e usar informações. Neves e Borges (2020) apontam recursos usados para enfrentar a desinformação e as notícias fraudulentas, que foram identificados em artigos

selecionados na base de dados ERIC, com descritores escolhidos a partir do Tesauro Internacional de Educação e com recorte temporal de 2016 a 2019. Neves e Borges (2020) destacaram como principais recursos para combater as notícias fraudulentas:

a) Estimular o debate crítico,

b) Alfabetização midiática e

c) Estratégias metacognitivas.

Neste contexto, a CoronaWiki funciona como instrumento para organizar o conteúdo das temáticas relacionadas à doença Covid-19, para validar a informação, e, também, possibilitar a construção de uma estrutura que viabilizafuturas buscas, pois conforme Lessa e Santana (2022, p. 89):

> [...] o ciclo exponencial do volume de publicações científicas sobre essadoença abre precedentes para novos instrumentos que possibilitem padronizar e estruturar o conhecimento produzido, facilitando a reutilização desses dados e seu compartilhamento.

A pandemia de informações a partir da pandemia da Covid-19 potencializou a oferta, o acesso e uso de informações descentralizadas, desorganizadas, e compartilhadas sem avaliação. A Coronawiki oferece informações organizadasem torno de conceitos. Constitui-se uma inovação para organizar informações válidas na Internet. A validação pragmática da informação na wiki acontece na Discurso de cada termo ou conceito e na construção de significados compartilhados.

VALIDAÇÃO PRAGMÁTICA DA INFORMAÇÃO NA WIKI

No cenário da web as relações entre o contexto e os textos produzidos e disponíveis, o viés pragmático, que também inclui as relações e interpretações dos sujeitos com os fenômenos sociais, permitem a negociação para construção do conhecimento de forma compartilhada, a partir de diferentes perspectivas sobre um objeto em análise.

Tais negociações são produtos das relações entre o científico, o social e o político, constituídas em um regime informacional quando as ações de mediação, as ações relacionais e as ações formativas (González De Gómez, 2003), tornam-se promotoras das transformações necessárias para que um fatocientífico venha interessar a outros (Latour, 2000).

A Wikipédia configura-se com espaço colaborativo para disseminação e construção

coletiva de conceitos, tendo como um dos principais objetivos a organização do conhecimento. O caráter pragmático, caracterizado pela produção da informação por meio de redes colaborativas, e as trocas comunicativas que validam a linguagem ancorada no acordo entre os sujeitos em relação aos objetos, faz da Wikipedia um instrumento para organização e oferta da informação.

Os conceitos produzidos e disseminados neste espaço colaborativo são estruturados conforme a demanda social ou, na perspectiva pragmática da noção de conceito em Hjørland (2009, p. 1522-1523), "[...] conceitos são dinamicamente construídos e seus significados, que classificam o mundo acordando interesses e teorias, são coletivamente negociados".

A construção dos verbetes na Wikipédia aproxima-se da noção de conceito em Dalhberg (1978), quando as relações entre conceitos de maneira funcionalocorrem a partir dos questionamentos que se deve fazer para compreender suas relações a partir de outras questões complementares, tais como contexto,propriedades, forma, etc.

No âmbito das tecnologias da linguagem, a Wikipedia, categorizada como uma tecnologia de acesso, possibilita a tradução da linguagem dos 'bits', variados tipos de texto, hipertextos, áudios e imagens, organizados e disseminados em diversas redes, com diferentes tipos de uso, potencialmente a serviço dasinterações mediadas por computador, culminando na interatividade entre múltiplos níveis de acesso à comunicação e informação.

O processo de categorização dos conteúdos, extraídos os conceitos, para apresentação no formato wiki, e facilitação da recuperação de informação, inclusive em linguagem natural, visto que o ambiente da Wikipédia não é exclusivamente científico, conforme apontado em Gonçalves e Lima (2014a), e considera também a análise facetada com aporte teórico como descrito por Ranganathan (1967), uma vez que tem como referência a caracterização, categorização e decomposição de conceitos, de modo a traduzir o tema dos documentos compartilhados, a exemplo das 'coleções', categorias criadas resultantes desse processo classificatório.

A Wikipédia reconhece a autoridade do melhor argumento porque admite cooperação e discussão. A autoria é relativa de todos e a produção textual colaborativa em rede faz repensar o conceito de autoria. Prevalece a autoridadedo melhor argumento a partir da escuta dos pontos de vista, críticas, sugestões e interferências dos sujeitos. O uso que uma sociedade faz da ferramenta depende das necessidades de cada comunidade e da maneira como cada grupose organiza para fazer com que as necessidades sejam atendidas (Gonçalves;Lima, 2014b).

Falar de argumentação implica, em primeiro lugar, referir-se a atos e a atores, sendo

que cada participante da argumentação pode e deve assumir a sua vez no papel do proponente (oferta enunciativa) e do oponente (aceita ou não a oferta enunciativa). A argumentação em geral, como forma de reflexão do agir comunicativo, exige, para a passagem do agir para o discurso, uma mudança deatitude (Lima; Carvalho, 2011).

O Discurso amplia as perspectivas de representação de interesses, politizando suas decisões e possibilitando a racionalização mediadora discursiva. Tem papel ativo na transformação das organizações, valorizando e viabilizando expressão e comunicação entre os que participam dos processos produtivos. A ampliação da expressão das perspectivas e a viabilidade da comunicação que vão proporcionar a aprendizagem a partir dos próprios processos produtivos (Lima;Carvalho; Lima, 2010).

O Discurso pode ser uma esfera de aprendizagem, pois o aprendizado é socialmente determinado por interações subjetivas e intersubjetivas entre os atores no processo de interação mediado pela linguagem em contextos específicos. A linguagem empreende a cooperação intersubjetiva de estruturascognitivas, à medida que o aprendizado é fixado através do Discurso, permitindo concluir que a produção de informação está intimamente ligada à capacidade de aprender dos atores. A organização pode ser entendida como um sistema cognitivo capaz de sustentar processos de aprendizagem, isto é, as organizações que discutem são organizações capazes de aprender (Lima; Carvalho; Lima,2010).

Habermas (2003) observa que o discurso vem ao encontro de uma concepção construtivista da aprendizagem na medida em que compreende a formação discursiva da vontade e a argumentação em geral como formas de reflexão do agir comunicativo e na medida em que exige, para a passagem do agir para o discurso, uma mudança de atitude.

O abandono da visão funcionalista e instrumental pode ser compensado por uma avaliação e uma reconstrução dos modos de ação nos contextos organizacionais a partir dos recursos dos mundos da vida dos seus participantes, mais amplos e mais complexos do que a visão do observador não-participante e do participante não-crítico. A inclusão discursiva das perspectivas críticas pode contribuir para uma abordagem racional ampliada das situações organizacionais (Lima; Lima;Moreira, 2010).

Habermas (2003) observa que, a partir de aspectos processuais, o discurso argumentativo se apresenta como um processo comunicacional que, em relação com o objetivo de acordo racionalmente motivado, tem que satisfazer a condições inverossímeis. No discurso argumentativo, mostram-se estruturas desituação de fala que estão imunizadas contra repressão e desigualdade: elas se apresentam como uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais. Habermas considera acertado fazer a reconstrução das

condições universais de simetria que todo falante competente, na medida em que pensar em entrar numa argumentação (forma mais exigente da comunicação), tem que pressupor como preenchidas. Não importa se e em que medida essa presunção tem ou não, no caso dado, um caráter contrafactual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo é descrita uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia como resposta à pandemia de Covid-19: a CoronaWiki. No início de 2020 a Organização Mundial da Saúde advertiu sobre a nova doença viral, que se disseminou rapidamente e para a qual não existiam nem vacina nemremédio específicos.

Naquele instante se inicia uma corrida para construção e organização de conhecimentos válidos, com uma correspondente pandemia de informações. Há uma explosão tanto de produção científica quanto de notícias fraudulentas e desinformação. Assim, pesquisadores do IBICT se propõem a criar uma plataforma colaborativa para registro e discussão de atividades necessárias e possíveis de atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS. A iniciativa mobiliza dezenas de pessoas de diversas universidades nas equipes editoriais e de consultores técnicos.

A CoronaWiki é construída em Wikimedia. Os verbetes da CoronaWiki vão sendo publicados conforme se identificam as atividades de atenção primária à saúde no Brasil. A iniciativa está online no portal da Covid-19 do Ministério da Ciência,Tecnologia e Inovações. A partir da descrição, são feitas duas discussões pertinentes: a epidemia de informações, a desinformação e as notícias fraudulentas, e a validação pragmática da informação na Wiki.

As plataformas colaborativas da wiki permitem que todos os interessados possam apresentar seus pontos de vista e argumentar em defesa deles. Assim, abre-se processo cooperativo de construção de verbetes que informam sobre osfatos e as coisas, necessariamente referenciadas. Esta dinâmica submete todos os registros a crítica aberta e contínua, que legitimam de modo pragmático as palavras e frases que permanecem.

O desenvolvimento da CoronaWiki, wiki orientada para atenção primária no controle da Covid-19 é uma inovação tecnológica e social. A wiki é um modo de aplicar a teoria do Discurso para validar informações e os verbetes, e assim combater a desinformação e as notícias fraudulentas. A validação da informação contribui para construção e execução das estratégias racionais de controle da epidemia: isolamento social, terapias e vacinas.

REFERÊNCIAS

ARCHAMBAULT, Patrick M. *et al.* Wikis e aplicativos de escrita colaborativa em saúde: uma revisão de escopo. **Journal of medical internet research**, *[S.l.]*, v. 15, n. 10, p. e210, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.2196/jmir.2787. Acesso em: 20 mai. 2022.

AVAAZ. **1 em cada 4 brasileiros pode não se vacinar contra a COVID-19** [Internet]. Avaaz, 7 set. 2020. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasileiros_ nao_vacinar_covid/. Acesso em: 14 mai. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

FRUGOLI, Alice Gomes *et al*. Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 55,e03736, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020028303736. Acesso em: 24 mai. 2022.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020186, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400019. Acesso em: 24 mai. 2022.

GOFFMAN, William. A general theory of communication. *In:* SERACEVIC, Tefko. **Introductionto information science**. New York, Bowker, 1979. p. 726-736.

GONÇALVES, Márcio; LIMA; Clóvis Ricardo Montenegro de. Validação discursiva da informação. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 17, n. 3, p. 901-925, set./dez. 2014a. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15319. Acesso em: 27 mai. 2022.

GONÇALVES, Márcio; LIMA; Clóvis Ricardo Montenegro de. Pretensões de validade da informação diante da autoridade do argumento na Wikipédia. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 2014b. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119532. Acesso em: 28 mai. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p.31-43, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/02.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HJØRLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Scienceand Technology**, *[S.l.]*, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HUGHES, Benjamin *et al*. Junior physician's use of Web 2.0 for information seeking and medical education: a qualitative study. **International Journal of Medical Information**, *[S.l.]*, v. 78, n. 10, p. 645–55, Oct. 2009. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19501017/. Acesso em: 28 dez. 2022.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. SãoPaulo: Editora UNESP, 2000.

LEAVELL Hugh; CLARK E. Gurney. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill Inc; 1976.

LESSA, Bruna; SANTANA, Eneida. Representação da informação sobre a covid-19: rede semântica de títulos de artigos na web of science. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1366545. Acesso em: 27 mai. 2022.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. AIDS: as epidemias dos vírus e das informações. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, 1993. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v22i3.477. Acesso em: 20 mai. 2022.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **AIDS uma epidemia de informações**. Brasília: Ibict, 2006.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CARVALHO, Lidiane dos Santos; LIMA, José RodolfoTenório. Notas para uma administração discursiva das organizações. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7224. Acesso em: 22 dez. 2022.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CARVALHO, Lidiane dos Santos. Uma abordagem discursiva da avaliação do ensino de Graduação em Biblioteconomia no Brasil. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 1, p. 50-70, jan./mar. 2011. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/131/1/ClovisEDICIC2011.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; MOREIRA, Fernanda Kempner. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 7, n. 3, p. 669-692, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jistm/v7n3/09.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

MAIA, Mariângela Rabelo; COSTA, Elaine Hipólito dos Santos; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Wikipédia de procedimentos da estratégia saúde da família: espaço possívelde discussão para melhoria de processos e inovação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 5278-5290. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/832. Acesso em: 26 dez. 2022.

NEVES, Bárbara Coelho; BORGES, Jussara. Por que as Fake News têm espaço nas mídias sociais?: uma discussão a luz do comportamento infocomunicacional. **Informação &**

Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.50410. Acesso em: 20 mai. 2022.

HARAKI, Cristianne Aparecida Costa. **Estratégias adotadas na América do Sul para a gestão da infodemia da COVID-19**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2021. Disponívelem: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53851/v45e432021.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 27 dez. 2022.

O'CONNOR, Aine; WORRELL, Rose. Bring Your Own Brain to your living room, via the Internet. **The Lancet Neurology**, v. 20, n. 7, p. 514, 2021.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to library classification**. Bombay: AsiaPubl. House, 1967.

Capítulo 10

ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA INFORMAÇÃO

Clovis Ricardo Montenegro de Lima

Ana Gabriela Clipes Ferreira

Tirza Rodrigues

Nelson Alfredo Salomão Neto

Resumo: Neste artigo apresenta-se a proposta de estudos humanísticos da informação, particularmente a partir das observações do filósofo holandês Harry Kunneman. Esse trabalho se inicia com a investigação e a discussão da noção hegemônica do que é Informação dentro da Ciência da Informação, vinculada a sua origem funcionalista. Nesta discussão cabe destacar na demarcação do conceito de informação a teoria matemática da comunicação e das teorias de sistemas. As limitações das abordagens funcionalistas da Informação tem como resposta a busca e o desenvolvimento de teorias críticas. Discute a origem funcionalista do conceito de informação. Nas seções seguintes aborda os artigos de Kunneman, começando pelas perspectivas de uma abordagem humanista da Informação, com destaque aos modos de produção do conhecimento. O item a seguir trata sobre a profissionalização normativa visando o exercício das profissões privilegiando os valores humanísticos. A profissionalização normativa e seu caráter interdisciplinar se liga aos modos de produção do conhecimento. Conclui-se que há a necessidade de inserção dos conceitos abordados na pesquisa no dia a dia do profissional da informação, alinhando as preocupações éticas incorporadas às questões de vida.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho inicia com a investigação e a discussão da noção hegemônica do que é Informação dentro da Ciência da Informação, vinculada a sua origem funcionalista. Nesta discussão cabe destacar na demarcação do conceito de informação a teoria matemática da comunicação e das teorias de sistemas.

As limitações das abordagens funcionalistas da Informação tem como resposta a busca e o desenvolvimento de teorias críticas. A maioria delas está vinculada à teoria marxista, e reproduz a ideia que a informação faz parte das estruturas e dos processos de exploração e opressão.

Neste artigo apresentaremos a proposta de estudos humanísticos da Informação, particularmente a partir das observações do filósofo holandês Harry Kunneman. Em 2014 esteve no Rio de Janeiro em como pesquisador visitante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde realizou duas conferências sobre este tema, posteriormente publicadas sob a forma de artigos.

O documento está organizado da seguinte maneira: primeira seção: introdução; segunda seção: origem funcionalista do conceito de informação; terceira seção: Perspectivas de uma abordagem humanista da Informação; quarta seção: profissionalização normativa; quinta seção: considerações finais. Por fim, apresenta as referências utilizadas como apoio à pesquisa.

A ORIGEM FUNCIONALISTA DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO

Day (2001) propõe a ideia de que informação é diferente de conhecimento. Informação é a qualidade de ser informado. Mas este é um estado de coisas altamente ambíguo — "teórico" e afetivo —, em que a natureza do conhecimento, bem como do mundo e do sujeito, fica ainda por ser formada e descoberta. E é um sinal dos nossos tempos que uma noção limitada, mas "arriscada" de que a informação seja não apenas evitada, mas também enterrada por uma noção reificada e mercantilizada de "informação", pois o "mundo" todo agora parece estar mais uma vez apostando em uma retórica ideológica da informação e na sua promessa de um futuro melhor (Day, 2001).

A origem do conceito de informação tem como raiz referências latinas e gregas (Capurro; Hjorland, 2007): *informare*, ou dar forma, estabelecer limites, estrutura e organização. Segundo os autores, o conceito de informação passa a ser físico com o surgimento da Teoria Matemática da Comunicação no século XX.

Dois marcos nos estudos da informação do século XX podem ser destacados: as teorias apresentadas pelo matemático Norbert Weiner em "*Cybernetics"* (1948) e as de Claude Shannon e Warren Weaver em "*The Mathematical Theory of Communication"* (1949). A primeira, apresentada pelo pai da cibernética, introduz a tese de que a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e dos seus emissores e receptores.

Shannon (1948) e Weaver (1949) apresentam uma teoria inovadora sobre o processamento de informação, a Teoria Matemática da Comunicação (TMC). Com foco

funcionalista, a teoria se concentra na transmissão e na recepção de informações para atingir determinados objetivos.

A origem funcionalista do conceito de informação se encontra nestes estudos da década de 1940. A informação dentro da teoria de Shannon (1948) pode ser medida e quantificada assim como outras grandezas físicas, como o comprimento ou a massa. A unidade para armazenar e transmitir dados é o *binary digit* (dígito binário), ou simplesmente *bit*. O *bit* é a menor unidade de informação e pode ser representado por zero ou um (0-1).

Na TMC de Shannon (1948) há também a noção de entropia, que mede a quantidade média de informação contida em uma fonte. O conceito de entropia, está presente em áreas como a mecânica estatística e a termodinâmica. Os autores (Shannon, 1948; Weaver, 1949) formularam uma aproximação quantitativa para a teoria da informação: a entropia, que seria uma medida de variação ou desordem em um sistema, encontraria um equivalente na incerteza, de forma que quanto mais incerteza em um sistema, mais entropia, e quanto mais entropia, mais informação.

Além disso, Shannon estabelece o conceito de canal de comunicação, que é o meio pelo qual as informações são transmitidas. Desenvolve fórmulas matemáticas para calcular a capacidade máxima de um canal em transmitir informações sem erros.

A teoria de Shannon e Weaver tem impacto mais profundo e duradouro sobre as teorias da informação e sobre o campo que viria a ser conhecido como Ciência da Informação. Ao passo que a teoria quantitativa de Shannon e Weaver popularizou-se em diversas áreas - a Tecnologia da Informação (TI) adotou amplamente a abordagem funcionalista - algumas ainda em busca de *status* científico, legitimidade, reconhecimento e mesmo fundamentação teórica, como era o caso da incipiente Ciência da Informação à época.

A teoria funcionalista do conceito de informação é limitada quando tem o foco apenas na transmissão e no processamento de dados e ignora o contexto e a interpretação, a complexidade e a subjetividade da informação não são levadas em consideração. Além disso, não leva em conta a natureza dinâmica da informação. Ela trata a informação como algo estático e fixo, quando na verdade está em constante evolução e transformação.

Alguns obstáculos a fizeram limitar-se às aplicações que mobilizam a teoria apenas em seus aspectos estritamente técnicos, vinculados à quantidade e à precisão da informação transmitida, caso das aplicações em codificação e desenho de sistemas de recuperação de informação. Os aspectos semânticos (significados, verdade) e pragmático (impacto real,

eficiência) não obtiveram resultados esperados na teoria da comunicação, dando início a um processo de demarcação da teoria para proteger a Ciência da Informação e suas aplicações técnicas de controle externo por outras áreas.

É importante reconhecer, contudo, as limitações do conceito de informação sob a perspectiva funcionalista. Embora seja eficiente para medir e transmitir informações quantificáveis, essa abordagem não considera o contexto, o significado ou a interpretação da informação.

Essa abordagem reducionista negligencia a importância da experiência humana na compreensão da informação. Além disso, a teoria funcionalista não considera as diferenças culturais e sociais na interpretação da informação. Ela pressupõe uma visão universal e objetiva da informação, o que é um equívoco. Também falha ao não reconhecer a influência dos valores e crenças na interpretação da informação, trata a informação como algo neutro e objetivo, quando na verdade está sempre impregnada de subjetividade. E ainda, não leva em conta o papel ativo do receptor na construção do significado da informação, ou seja, coloca todo o foco no emissor, ignorando a importância da interação entre emissor e receptor.

Pois, em vez de avançarmos implacavelmente com base nas novas tecnologias, é hora de olhar de soslaio e levar em conta o que está na periferia: a informação. A informação nem sempre fala por si e o contexto social molda como a informação é interpretada e usada. Os recursos para aprender não estão simplesmente na informação, mas na prática que permite que as pessoas entendam e usem essa informação e os praticantes que sabem como usar essa informação. Afinal, os fins da informação são fins humanos. A lógica da informação deve ser, em última análise, a lógica da humanidade.

Para toda a independência e extensão da informação, são as pessoas, em suas comunidades, organizações e instituições, que finalmente decidem o que tudo isso significa e por que é importante. Isto é, a "vida social" da informação que nos obrigar a prestar atenção à teimosia, ao que não se move, às coisas pelas quais as pessoas lutam – levando em consideração os recursos sociais pelos quais as pessoas se importam –, por sua vez, nos ajudará a produzir ferramentas com as quais as pessoas se preocupam. E isso só será frutífero até que as pessoas olhem além da limitação da informação e dos indivíduos para as complexidades do aprendizado, do conhecimento, julgamento, comunidades, nas trocas substantivas, nas organizações e instituições. Pois, a promessa tecnológica já provou que não podem acontecer até que o design se ajuste às necessidades humanas – e não o contrário (Brown; Duguid, 2000).

Por isso, Marcuse (1973) considera que a palavra, assim como a linguagem e as

formas de comunicação e interação, pode se tornar clichê e, assim, dependendo do uso, configurar uma falta de desenvolvimento genuíno de aprendizados, valores, significados e intenções benéficos para o desenvolvimento organizacional e social do ambiente corporativo. O discurso científico, tecnológico e administrativo muitas das vezes possui a exploração instrumental ou técnica como meio; logo, a "linguagem", que constantemente impinge imagens, milita contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos. Em sua imediação e objetividade, impede o pensamento conceptual; impede assim o pensar".

O indivíduo possui a capacidade de usar a linguagem não apenas como ferramenta de controle (gestão) mas também como um instrumento em que não há ordens, ódio, controles e agressões, mas informação, conhecimento, aprendizagem, agregação de valor e emancipação, não se exigindo obediência, mas escolhas, não se exigindo submissão, mas liberdade para promover inovação, trocas de saberes e relações dialógicas, "incorporando a hierarquia racional no social", nas trocas intersubjetivas da linguagem, na comunicação, nos dados e na informação.

Nas últimas quatro décadas, houve um crescimento de um campo complexo e multidisciplinar que engloba várias disciplinas. Esse campo concentra-se na natureza da informação, sua transmissão e armazenamento digitais, bem como seu papel nas sociedades modernas. Além disso, essa área é caracterizada por uma constante inovação econômica e tecnológica, abrangendo não apenas o desenvolvimento de *hardware* e *software*, mas também setores como telecomunicações, saúde, educação, tecnologia militar e espionagem, e até mesmo novos domínios, como a descrição e manipulação da informação genética em nível molecular na genômica.

É importante destacar que essa dinâmica informacional exerce uma influência significativa no âmbito social e cultural, especialmente evidenciada pelas novas redes de informação que surgiram com a disseminação da internet e pelas novas formas de comunicação personalizadas por meio de dispositivos móveis e tablets. Por fim, não se pode negligenciar as grandes implicações políticas da dinâmica informacional. Por um lado, estão relacionadas aos direitos humanos, especialmente o direito de coletar, disseminar e investigar informações livremente. Por outro lado, há questões políticas envolvendo as novas possibilidades de manipulação, distorção e ocultação de informações (Kunneman, 2015).

Devido às tensões e fatores diversos na sociedade, no meio organizacional, como a competição e o individualismo provocados pelas novas formas de organização do trabalho, relações sociais desalentaram os trabalhadores e fez desaparecer "o *ethos* do bom trabalho pelo

bom trabalho". Tal como o artífice. Todos na organização e todas as profissões, podem explorar dimensões de habilidades, empenho e avaliação de um jeito específico. Como prática, o artesanato não é apenas a aquisição de um conhecimento em profundidade e o desenvolvimento de uma habilidade, mas o diálogo constante entre o fazer e o pensar, de forma indissociada, focalizada na relação íntima entre a mão e a cabeça.

Todo bom artífice sustenta um diálogo entre práticas concretas e ideias; esse diálogo evolui para o estabelecimento de hábitos prolongados, que por sua vez criam um ritmo entre a solução de problemas e a detecção de problemas. Está na articulação entre o pensar e fazer (Sennet, 2015) está nas ações de um bom trabalho (Kunneman, 2016) ou que (Zuboff, 1988) chama de trabalho "centrado na ação": distinções entre "trabalhos gerenciais e de colarinho azul" devem desaparecer na empresa eficiente do futuro, à medida que "trabalho centrado na ação" – baseado em pistas físicas e nos padrões sociais da cultura oral – é substituído por "trabalho intelectual".

Neste sentido, o artesanato do trabalho com informação pode ser visto como a habilidade de lidar com informações de forma cuidadosa, organizada e criativa, de maneira semelhante à habilidade de um artesão em trabalhar com materiais como madeira, cerâmica ou tecido. Isso envolve o artesanato do trabalho com informação na capacidade de comunicar, interagir e de trocas de informações de maneira clara e acessível, tanto por meio de textos quanto por meio de representações gráficas ou outras formas de visualização. Essa habilidade é cada vez mais importante em um mundo onde a informação é abundante e a capacidade de lidar com ela de maneira eficaz é um diferencial para indivíduos na sociedade e organizações.

Kunneman (2015) propõem modos de conhecimento que só podem existir quando combinados e transformados em conjunto com outros modos de conhecimento. Essa característica é fundamental na construção do conhecimento, pois está estreitamente relacionada com a segunda vantagem conceitual de enfatizar o papel das relações, pessoas e das culturas. Ao definir e colocar em práticas os modos de conhecimento proposto pelo autor, amplia-se a compreensão das novas possibilidades de conectar as ciências e as humanidades por meio da dinâmica informacional e comunicacional. Isso ecoa o conceito introduzido por Habermas nos anos 80, que destaca a relação entre cultura, significado e ação comunicativa no mundo da vida - transição entre o sistema e o mundo da vida -, enquanto associa tecnologia, economia e burocracia à supressão de significado, valores e cultura.

A zona de transição entre o sistema e o mundo da vida está se tornando o local mais importante onde os valores humanísticos podem e devem florescer. Aqui, nesta zona de

interferência, profissionais e organizações orientadas até certo ponto por valores humanísticos lutam para conectar a lógica sistêmica caracterizada pelo cerceamento da deliberação e do diálogo, por um lado, e a 'lógica' comunicativa e dialógica do mundo da vida, por outro lado, no nível do conteúdo do trabalho que fazem e do conhecimento em que este trabalho se baseia. Em outras palavras: os valores tradicionalmente associados ao humanismo e aos estudos humanísticos devem ser defendidos e desenvolvidos nas sociedades informacionais atuais, principalmente na zona de transição entre sistema e mundo da vida, ao nível da cultura das organizações e das decisões normativas que moldam o conteúdo do trabalho orientado pelo conhecimento que realizam. Neste sentido, Estudos Humanísticos da Informação visam enriquecer as diferentes formas de produção de conhecimento que impulsionam a dinâmica informacional com o conhecimento, ou seja, com o conhecimento moral recursos e insights articulados com vistas a promover uma vida significativa, laços sociais justos e uma sociedade mundial sustentável Kunneman (2015).

Nas relações entre as informações, a comunicação e a linguagem no âmbito do trabalho, ao se tentar reorganizar os contextos comunicativos da interação, embora se trate de uma interação consolidada de forma natural, segundo o modelo dos sistemas tecnicamente progressivos da ação racional relativamente a fins, temos razões suficientes para manter estritamente separados os momentos do trabalho e da interação. A ideia de uma progressiva racionalização técnico-instrumental do trabalho está integrada a uma massa de representações históricas do desejo humano.

Habermas propõe, assim, o reconhecimento da cisão entre os momentos do trabalho (ação instrumental) e da interação (ação comunicativa), de modo a diagnosticar o colapso da interação subsumida na categoria trabalho, categoria está responsável por fazer as ciências naturais, e igualmente as ciências sociais, adotarem a exploração instrumental ou técnica como característica essencial do conhecimento e de sua produção. Os três conceitos: linguagem, trabalho e interação, distintos entre si, vinculam-se à tríplice identidade da consciência, e esses três tipos de consciência assim se constituem na dialética da representação, do trabalho e interação em busca da emancipação (Habermas, 1970, p. 12).

Pois, das informações dizemos que são confiáveis (ou não fiáveis). A confiabilidade de uma informação se mede pela probabilidade com que (nos contextos de ação) se cumprem as expectativas de comportamento derivadas dessa informação. É possível que possamos explicar a relação pragmática entre conhecimento e objetos da experiência com a ajuda do conceito de correspondência (ainda assim, tampouco deve esquecer-se que a objetividade da

experiência funda-se nas condições subjetivas gerais da possibilidade de experiência).

A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade das informações, mas dos enunciados, se mede não pela probabilidade de cumprimento de prognósticos, mas pela única alternativa de ver se a pretensão de validade das informações é discursivamente desempenhável ou não é (Habermas, 1994, p. 120). Por isso, Kunneman (2015) questiona: como aprofundar o desenvolvimento dos Estudos Humanísticos da Informação? Sua proposta inicial é o caminho para avançarmos neste quesito primordial em nossa sociedade.

PERSPECTIVAS DE UMA ABORDAGEM HUMANÍSTICA DA INFORMAÇÃO

Nas duas próximas seções do artigo são abordados os estudos humanísticos de Kunneman (2015; 2015/2016), produtos da sua passagem como pesquisador visitante no IBICT em 2014. Buscaremos analisar o trabalho do autor e fazer uma "conversa" entre os dois textos e as demais discussões aqui apresentadas.

O primeiro artigo de Kunneman (2015) é apresentado em duas partes e tem como objetivo fornecer uma estrutura conceitual para os Estudos Humanísticos da Informação em um quadro provisório, segundo o autor, indica um caminho para os Estudos da Informação no sentido crítico e humanista. As questões epistemológicas relacionadas aos fundamentos conceituais dos Estudos Humanísticos da Informação (EHI) são o centro da primeira parte, questionando quais são as suas características.

Na segunda parte do artigo, consta o desenvolvimento da proposta apresentada anteriormente. Parte-se de um ponto de vista específico: a promoção, através dos EHI, de uma forma de profissionalismo normativo e transformação organizacional.

Inicialmente, para contextualizar os EHI é necessário antes de defini-los: assim, Kunneman (2015) indica a importância desses estudos e como são inseridos nos estudos da informação. O campo de estudos está em dois níveis, a saber: (a) primeiro nível- descritivo; e (b) segundo nível - normativo.

O primeiro nível - descritivo - tem as ciências como forte influência, alimentado nas últimas décadas com o surgimento de campo multidisciplinar complexo formado, a saber, por diferentes disciplinas específicas. Assim, é um campo dinâmico de inovação econômica e tecnológica em diferentes domínios, como o desenvolvimento de hardware e software e também nas, nas telecomunicações, nos cuidados de saúde e na educação, entre outros, e em domínios novos, como a descrição e manipulação da informação genética.

A dinâmica informacional exerce influência nos campos sociais e culturais ao promover novas redes informativas com a difusão da internet. Por fim, a dinâmica informativa tem consequências políticas importantes, ligadas concomitantemente aos direitos humanos e às questões políticas relativas às novas possibilidades de manipulação , distorção e ocultação de informações.

Partindo para o segundo nível - normativo -, conduzido pelas questões políticas do primeiro nível, surge um caminho para o desenvolvimento e transformações centrais do nosso tempo, segundo Kunneman. As questões normativas e morais estão relacionadas com a dinâmica informacional neste nível, dinâmica aparentemente ambígua: porém, estão ligadas a novas formas de poder econômico, desigualmente, desconexão e alienação[1].

Realizada então a breve introdução da definição de Estudos Humanísticos da Informação, o texto segue para a abordagem que conecta o estudo descritivo e explicativo da dinâmica informacional. Tal reflexão está internamente relacionada com questões éticas, morais e políticas. A definição inicial dos EHI confronta e conecta duas maneiras de complexidade, a saber: complexidade empírica e complexidade ética.

Na visão do autor, é possível constatar imediatamente que essas duas complexidades criam obstáculos para o desenvolvimento dos estudos humanísticos, uma vez que há falta de ligação entre tais estudos e a ciência e tecnologia. A dureza das ciências através de leis (biologia, química e física), presas a um mundo reducionista, acabam banindo os estudos humanísticos do domínio da ciência. Por outro lado, as humanidades e suas características culturalistas são consideradas como a única forma válida de esforço intelectual.

A desconexão entre a ciência e tecnologia e os estudos humanísticos em lados opostos influenciam continuamente na academia de forma ampla. Se vista como um obstáculo num primeiro momento para transformar os quadros epistemológicos, se observada com outras lentes, será possível concluir que a dinâmica informacional com seus fatores tecnológico, social e cultural oferece novos impulsos para superar essa oposição.

Essa dinâmica contribuiu também para conectar o desenvolvimento do conhecimento científico com a humanística. São citados grandes humanistas da época do renascentismo que naturalmente transitavam nas artes, literatura e na ciência. Essa "naturalidade" de transitar nas diferentes áreas do conhecimento foi gradualmente enfraquecendo ao ponto de se transformarem em oposição, ou seja, se desconectaram durante o decorrer do modernismo. A seguir são apresentados dois modos de produção do conhecimento científico: Modo 1 e Modo

[1] GLOTZ, P. Die beschleunigte gesellschaft. Kulturkämpfe im digatalen Kapitalismus. München: Kindler Verlang, 1999.

2 (Gibbons *et al.*, 1995; Nowotny; Scott; Gibbons, 2001), desenvolvidos a fim de legitimar o conhecimento científico na sociedade moderna.

Os modos do conhecimento estão ligados diretamente às teorias do conhecimento enraizadas por filósofos clássicos como Platão e Aristóteles - pré socráticos - aos modernos como Sócrates e Bacon. Na contemporaneidade, Kant e Locke são alguns dos filósofos responsáveis pelo desenvolvimento das teorias do conhecimento. O movimento é centrado na tentativa de compressão do mundo de forma racional, se afastando do pensamento mitológico e se aproximando do conhecimento racional (Silvestri, 2018).

Sanar a necessidade de entender como funcionam as coisas e não apenas aceitar está entre os motivos do desenvolvimento dos modos, que buscam novas possibilidades de reconectar as ciências e as humanidades. O Quadro 1 resume os modos do conhecimento através da visão de Gibbons, Trow, Scott *et al.* (1994).

Quadro 1 - Modos de produção do conhecimento

Modo 1 (linear)	**Modo 2 (não-linear)**	**Modo 3**
O conhecimento básico é produzido antes e independentemente de aplicações	O conhecimento é produzido no contexto das aplicações	Produção colaborativa: colocar os indivíduos para conversarem e produzirem
Organização da pesquisa de forma disciplinar	Transdisciplinaridade	Organização do conhecimento sob o viés do mundo da vida. Interdisciplinar, sem perder a disciplinaridade
Organizações de pesquisa homogêneas	Heterogeneidade e diversidade organizacional	Busca e Seleção das informações - ação humana
Compromisso estrito com o conhecimento: os pesquisadores não se sentem responsáveis pelas possíveis implicações práticas de seus trabalhos	'Accountability' e reflexividade: os pesquisadores se preocupam e são responsáveis pelas implicações não científicas de seu trabalho	Mediação de conflitos - profissional da informação atua como "catalisador nas interações entre os indivíduos (por exemplo em grupos de pesquisas)

Fonte: Gibbons, Trow, Scott *et al.* 1994 (adaptação dos autores)

Enquanto o **Modo 1** orienta-se para questões definidas por comunidades científicas ligadas a determinadas áreas do conhecimento, como física, química e biologia, sendo, portanto, de caráter monodisciplinar. Em contraste, o **Modo 2** tem abordagem multidisciplinar e tem sua produção voltada à solução de problemas práticos: entre os diversos exemplos, destacamos o desenvolvimento de medicamentos e formas sustentáveis de produção de energia. Para

Kunneman, a distinção entre os dois modos oferece importante vantagem conceitual em comparação com outras abordagens construcionistas da filosofia e sociologia da ciência ao manter a autonomia da ciência no Modo 1.

Para Dias Sobrinho (2006), o modo 1 é o tradicional, fechado e monodisciplinar: já o modo 2, é o novo, aberto, transdisciplinar, de uso intensivo e extensivo dos meios informáticos. Já Wood Jr. (2016), apresenta a discussão sobre os modos científicos de produção e questiona qual é o modo de produção científico é o mais adequado para gerar impacto social. O autor cita correntes de pesquisa significativas que contrapõe o Modo 1, ou modelo tradicional, e apresenta o Modo 2 como alternativo.

Seguindo, é apresentada a sugestão do **Modo 3** de produção do conhecimento, proposto por diferentes autores e pelo próprio Kunneman. Esse modo, resumidamente, consiste em apresentar uma zona de transição entre os sistemas, não independente e só podendo existir como parte do Modo 1 ou 2. O modo 3 ainda possibilita novas formas de vislumbrar a conexão entre as ciências e as humanidades. O Quadro 2 apresenta resumo dos 3 modos com a visão de Callon (1995), que ainda propõe um quarto modo do conhecimento e Kunneman (2015), embasado na literatura principalmente por Gibbons (1995).

Quadro 2 - Resumo das características dos modos da produção do conhecimento científico

Modo	Gibbons *et al.* (1994)	Kunneman (2015)	Callon (1995)
1	Tradicional, promovidos na academia e institutos de pesquisa	Monodisciplinar	Ciência como conhecimento racional
2	Descoberta por meio de solução, fora da academia	Multidisciplinar	Ciência como empreendimento competitivo
3	X	Zona de transição entre modos 1 e 2	Ciência como prática sociocultural
4	X	X	Ciência como tradução estendida a outros universos e atores

Fonte: elaborado pelos autores, baseado nos autores supracitados.

Ao finalizar o primeiro artigo, Kunneman retoma os assuntos abordados no texto, realizando reflexões finais sobre os EHI. Entre essas, lista-se: a necessidade de os Estudos humanísticos da informação enfrentarem a dupla complexidade, a empírica e a ética; a falta de conexão entre ciência e tecnologia e os estudos humanísticos. Por fim, são apresentados três modos de produção do conhecimento, suas características e como podem contribuir para diminuir ou amenizar a lacuna existente entre os estudos. O próprio autor define que suas contribuições são preliminares, o que nos deixa com o intuito e motivados a abordar cada vez mais os EHI.

A PROFISSIONALIZAÇÃO NORMATIVA

Na segunda parte de seu artigo-proposta, Kunneman trabalha a profissionalização normativa como forma de desenvolver os conhecimentos dos modos de produção 1 e 2 com os conhecimentos do modo 3, já anteriormente descritos. A proposta visa oferecer diretrizes, ainda que provisórias, para o exercício das profissões de forma a privilegiar os valores humanísticos e em última análise interferir nos modos de produção do conhecimento. Da mesma forma, enxerga que as mesmas diretrizes podem servir de base para o desenvolvimento dos próprios Estudos Humanísticos da Informação, de forma a inserir uma zona de interferência entre o sistema e o mundo da vida conforme distinção de Habermas.

Nesta zona de interferência, os profissionais e as organizações profissionais dialogam, interferem e são disputados simultaneamente pelos dois pólos representados pelas lógicas do sistema e do mundo da vida, desempenhando papel crucial na busca pela equidade entre os tipos de conhecimento.

Para "limpar o terreno" e estabelecer as primeiras premissas, o autor recupera o breve histórico da Profissionalização Normativa, por ele dividido em três fases. A primeira começa ainda nos anos 1990 com pesquisadores da University of Humanistic Studies de Utrecht e foi uma etapa importante para compreender a ação profissional em termos filosóficos, epistemológicos e éticos. Nesta fase foram fundamentais os aportes de Habermas no que tange à dualidade sistema x mundo da vida, assim como a crítica de Foucault à conexão entre "verdade" e poder nas ciências sociais.

A segunda fase da pesquisa inicia-se há cerca de 15 anos, em 2005, e marca a abordagem da Profissionalização Normativa como um processo ativo de crítica reflexiva acerca do conhecimento e da prática profissional, tendo por base um horizonte de valores morais. É nessa etapa também, dialogando com autores como Freidson, que Kunneman procura uma saída teórica e prática para o que seria o conflito entre os valores éticos do indivíduo profissional e as pressões econômicas e burocráticas exercidas pelo sistema junto ao mundo da vida. Por fim, a fase mais recente, de 2010, viu uma verticalização teórica e prática da Profissionalização Normativa em três dimensões: ética, epistemológica e organizacional.

A dimensão ética, que era baseada na ação comunicativa e na argumentação racional de Habermas, incorpora as contribuições e perspectivas de Paul Ricoeur para expandi-las e chegar a diretriz ética sintetizada em: "[...] uma vida boa e significativa baseada em boas

palavras com e para os outros em instituições justas" (Kunneman, 2016, p.16, tradução nossa). A estas contribuições, somaram-se também as análises de Frans de Waal das raízes evolutivas da empatia (macacos e humanos), a noção de "artesanato" e a cooperação de Richard Sennett e a análise de Donald Schon sobre a reflexividade profissional. A partir destes aportes conceituais, Kunneman desnuda o papel crucial dos recursos morais e éticos dos quais os profissionais dispõem.

Outras duas perspectivas fortalecem o quadro conceitual da profissionalização normativa. A segunda está centrada na dimensão ética de Frans de Waal e na análise das continuidades éticas e morais entre macacos e seres humanos. O resultado da pesquisa fornece visão mais aprofundada da compreensão da complexidade das emoções humanas, o que auxiliou na correção da falta de atenção na ética de Paul Ricoeur para a influência generalizada do poder relações e as profundas raízes emocionais da dominação e da submissão (Kunneman, 2013).

A terceira perspectiva se dá através do trabalho de Senett sobre a habilidade e cooperação, combinada com a análise de reflexividade profissional de Schon (1983). Destacamos a importância do "artesanato dedicado" (tradução nossa) vislumbrar na análise de Sennett e que combinou com a análise clássica da reflexividade profissional de Schon. Ao longo do artigo, Kunneman segue discutindo e analisando as convergências e divergências entre diferentes autores ao traçar o histórico sobre a profissionalização normativa.

Para finalizar a análise da estrutura conceitual, o autor explica que foi realizada com um objetivo maior: demonstrar que a pesquisa é orientada para a prática sobre profissionalização em domínios como saúde, serviço social, educação, força policial, entre outros, e reflete sobre as pesquisas apresentadas entre 2009 e 2014 na Universidade de Estudos Humanísticos sob diferentes lentes sobre a profissionalização normativa. Seria interessante, em pesquisa futura, observar como essas e outras pesquisas se desenvolveram nos últimos anos.

Na seção seguinte, Kunneman retoma as diferentes áreas do conhecimento ligadas à profissionalização normativa, com destaque para a filosofia, ética, sociologia, psicologia e teoria organizacional e reforça o caráter interdisciplinar/transdisciplinar que possui. Ponto interessante surge quando Kunneman faz uma reflexão e "linka" a profissionalização normativa e sua contribuição com os três modos de produção do conhecimento, abordados no artigo de 2015 e retomados no analisado nesta seção. Ou seja, nenhuma abordagem do texto está em vão e o primeiro e segundo artigos conversam entre si.

O autor propõe esclarecer e distinguir o papel central entre os 3 diferentes modos de

produção do conhecimento. Ao introduzir a perspectiva da profissionalização normativa como um processo reflexivo contínuo, visando criar conexões e enriquecer a produção e o uso profissional de acordo com os 3 modos. São indicadas três orientações, provisórias segundo o autor, de inserir os modos do conhecimento em práticas profissionais concretas:

Primeira diretriz: orienta uma reflexão sobre o papel das histórias de vida dos profissionais no desenvolvimento dos seus recursos éticos e morais. Ilustrativamente, indivíduos podem reagir de maneiras diversas às mesmas normas e regras em seus afazeres profissionais. Em outras palavras, certas decisões profissionais exigem qualidades morais individuais - e não organizacionais - para serem tomadas. Um indivíduo dotado de empatia, compaixão ou mesmo coragem pode responder de forma diferente de outro indivíduo submetido à mesma situação. A perspectiva habermasiana é abordada neste item: todo o domínio da ética pessoal é relegado ao domínio privado.

Segunda diretriz: enriquece o modo 1 e 2 com o modo 3 do conhecimento. Está intimamente ligada com a primeira diretriz, porém com abordagem de complexidade diferente, direcionada à cultura das organizações profissionais. O foco da diretriz se dá, essencialmente, no papel das narrativas dentro das organizações, bem como a articulação de suas identidades. Para desenvolver a proposta, Kunneman apoia-se na literatura das organizações contemporâneas e chama a atenção para o fato de que essas narrativas possuem um caráter inerentemente normativo, uma vez que carregam valores éticos e morais, ainda que de forma implícita. Como elementos disputáveis nas imbricações entre os sistemas e o mundo da vida, podem fortalecer uma lógica de legitimação das relações de poder através de uma narrativa única sobre o que seria o bom trabalho, mas também podem operar para legitimar e fomentar narrativas alternativas.

Terceira diretriz: conexões e ciclos de feedback entre o desenvolvimento dos recursos éticos e morais de profissionais individuais e o nível de narrativas organizacionais já expostos nas duas primeiras diretrizes. Apropriando-se da análise de Donald Schön a respeito da reflexividade profissional, Kunneman adiciona complexidade à desordem e aos problemas enfrentados pelos profissionais em seu dia-a-dia. Para além das relações desiguais de poder que caracterizariam o modo de produção 2 e as respectivas narrativas centralizadoras que as legitimam, apresenta-se como necessária uma reflexão mais abrangente sobre as relações desenvolvidas no universo do trabalho, não apenas entre profissionais, mas entre profissionais e gerentes, clientes, consumidores.

Para finalizar a segunda pesquisa, Kunneman diz que, de acordo com a definição de EHI que propôs, visaram conectar o estudo descritivo e explicativo da dinâmica informacional

com a reflexão crítica sobre as questões éticas, morais e políticas internamente conectadas com esta dinâmica. Relembra a complexidade em definir e explicar os diferentes conceitos nas suas pesquisas. Porém, destaca que há uma tradição de pesquisa científica crítica que apoia e orienta esse esforço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta uma proposta sobre os Estudos Humanísticos da Informação, com ênfase nos estudos de Kunneman (2014; 2015/2016). Inicialmente, portanto, apresentou-se o conceito do termo informação e suas origens funcionalistas. A partir daí é discutida a Teoria Matemática da Comunicação, que possui foco funcionalista e as nuances que a informação possui dentro de diferentes áreas do conhecimento, bem como são utilizadas nessas áreas.

Kunneman propõe que os modos de conhecimento só existem quando combinados. Assim, apresentou os 3 Modos do conhecimento na sua primeira contribuição, entre outras discussões sobre os EHI, com o destaque de fornecer estrutura conceitual para estes estudos. Aqui, cita a desconexão entre ciência e tecnologia, o que torna - entre outros aspectos - a discussão dos estudos humanísticos na informação tão complexa e importante na área da CI. Também desafiador ao propor o desenvolvimento de teorias críticas, conforme abordagem ao longo do texto.

Na segunda contribuição, retoma os 3 modos e acrescenta a discussão sobre a profissionalização normativa. Reapresenta algumas das ideias para introduzir a proposta do oferecimento de diretrizes para o exercício das profissões amparadas pelos valores humanísticos.

As contribuições de Kunneman, com suporte de diferentes e importantes pesquisadores durante sua discussão, evidenciam a necessidade de ampliar a discussão dos estudos humanísticos da informação. Também inserir os conceitos no dia a dia do profissional da informação, como alinhar as preocupações éticas e incorporar as questões de vida, agentes externos da sociedade, saindo de um sistema fechado para um com maior visão do compromisso com o avanço da humanidade. Dos modos 3 do conhecimento apresentado, possivelmente o Modo 3 pode auxiliar nesta empreitada, uma vez que vê ciência como uma prática sociocultural e é uma zona de transição entre os outros dois modos, ou seja, com caráter mono e multidisciplinar.

Podemos parafrasear Kunneman que, humildemente, descreve suas contribuições como preliminares. Os artigos estão às vésperas de completar uma década e se mantêm atuais e desafiadores, uma vez que a bibliografia nacional e internacional é tímida se comparada a outros temas tanto da ciência da informação como em diferentes áreas do conhecimento.

Entre os desafios está realizar uma "guinada" humanística e social, saindo do viés humanista. Os próprios termos "humanismo" e "humanístico" podem, de maneira equivocada, ser considerados como sinônimo, porém cada um possui suas particularidades. Logo, é fundamental expor, em estudos futuros, as diferenças para ser possível discutir melhor a temática e apresentar uma proposta conceitual para a ciência da informação.

A ampliação da discussão também pode ocorrer ao se tratar da profissionalização normativa, especialmente devido ao seu caráter interdisciplinar. Para estudos futuros, a realização do levantamento e atualização das pesquisas já realizadas e em quais áreas do conhecimento estão inseridas poderão contribuir com a elucidação de conceitos e práticas ainda aparentemente distantes no nosso dia a dia na academia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985. Acesso em: 27 out. 2023.

ARAÚJO, C. A A. O pensamento funcionalista na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. **Ponto de Acesso**, v. 9, n. 2, p. 2–29, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6995. Acesso em: 09 out. 2023.

BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. The social life of information: updated, with a new preface. **Harvard Business Review Press**, 2000.

CALLON, Michel. Four models for the dynamics of science. *In*: JASANOFF, Sheila *et al* (org.). **Handbook of science and technology studies**. Londres: Sage Publications, 1995. Cap. 2. p. 29-63.

CAPURRO, R; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360. Acesso em: 09 out. 2023.

DAY, Ronald E. **The modern invention of information**: discourse, history, and power. SIU Press, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do

conhecimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior Campinas**, v. 19, n. 3, p. 643-662, nov. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772014000300007. Acesso em: 24 out. 2023.
GIBBONS, M. *et al*. **The new production of knowledge, the dynamics of science and research in contemporary societies**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 1994.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estúdios previos**. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

KUNNEMAN, H.P. Ethical complexity, hermeneutics and mode 3 knowledge. *In*: DERKX, P.; KUNNEMAN. H. (ed.). **Genomics and democracy**. Towards a 'lingua democratica" for the public debate on genomics. Amsterdam/New York: Rodopi, 2013, p. 105-129.

KUNNEMAN, Harry. Humanistic information studies: a proposal. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5–22, 2015. Disponível em: 10.21728/logeion.2015v1n2.p5-22. Acesso em: 30 set. 2023.

KUNNEMAN, Harry. Humanistic information studies: a proposal. Part 2: normative professionalization. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.11-32, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.21728/logeion.2016v2n1.p11-32. Acesso em: 30 set. 2023.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

NOWOTNY, H; Scott, P. K.; Gibbons, M. **Re-thinking science: Knowledge and the public in an age of uncertainty** . Cambridge, UK: Polity, 2001.

SHANNON, Claude E.; A Mathematical Theory of Communication. 1948. Reprinted with corrections from **The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379–423, 623–656, jul./oct., 1948. Disponível em: https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf Acesso em: 09 out. 2023.

SILVESTRI, K. V. T. As teorias do conhecimento: a fundamentação epistemológica das ciências humanas. **Revista Ensaios Pioneiros**, Bragança Paulista, v. 2, n. 2, p. 63–77, 2019. DOI: 10.24933/rep.v2i2.161. Disponível em: https://revistaensaiospioneiros.usf.edu.br/ensaios/article/view/161. Acesso em: 27 out. 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **In the age of the smart machine:** the future of work and power. Basic Books, Inc., 1988

WEAVER, Warren. **Recent contributions to the mathematical theory of communication**, sep. 1949. Disponível em: http://ada.evergreen.edu/~arunc/texts/cybernetics/weaver.pdf. Acesso em: 28 jun. 2011.

WOOD JUNIOR, Thomaz. **Origens do produtivismo acadêmico e o caminho do impacto social do conhecimento**. 2016. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/origens-do-produtivismo-academico- e-o-caminho-do-impacto-social-do-conhecimento. Acesso em: 25 set. 2023.

Capítulo 11

A REGULAÇÃO DEMOCRÁTICA DA INTERNET: AS MUDANÇAS DA ESFERA PÚBLICA E AS NOTÍCIAS FRAUDULENTAS NA PANDEMIA DA COVID-19

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Cássia Gabriele de Mello Angiolis

Lígia Moura Simões de Souza

Resumo: Neste artigo discute-se a regulação da Internet em uma sociedade de- mocrática e pluralista como modo de controle e prevenção de notícias fraudulentas na Internet. A discussão da regulação se faz em um contexto de nova mudança estrutural da esfera pública, caracterizada por intensa comunicação de muitos para muitos e pela oligopolização das plataformas digitais. As notícias fraudulentas são um tipo específico de desinformação que opera com a não correspondência entre a representação das coisas e o mundo objetivo. As fraudes estão interessadas em produzir ações e reações sociais, políticas e econômicas. A regulação da Internet é uma forma de regulação de mercados em sociedades capitalistas complexas, focada nas operadoras e nos produtos. A operação na Internet está fortemente oligopolizada pelas denominadas "big techs", que tem como principais produtos o Google, o Facebook e o Twitter. A discussão da regulação da Internet oscila entre o liberalismo que advoga a liberdade empresarial e o republicanismo que fala em nome do interesse geral. Propõe-se a mediação entre estes pólos nos termos da política deliberativa apresentada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Espera--se assim viabilizar a defesa da sociedade contra as notícias fraudulentas. Um dos modos dessa defesa é a responsabilização civil das operadoras pela publicação e difusão de notícias fraudulentas e desinformação. Conclui-se que, no quadro da digitalização da esfera pública, pode-se ter uma política democrática efetiva de regulação da Internet para combate à desinformação, particularmente na forma de notícias fraudulentas.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discute-se a regulação da Internet em uma sociedade democrá- tica e pluralista como modo de controle e prevenção de notícias fraudulentas na Internet. A discussão sobre a regulação ocorre em um contexto de nova mudança estrutural da esfera pública, caracterizada por intensa comunicação de muitos para muitos e pela oligopolização

das plataformas digitais.

A discussão sobre a regulação da Internet ganha contornos dramáticos a partir do início da pandemia da Covid-19, quando há uma pandemia de desinformações, especialmente de notícias fraudulentas. Essa pandemia de fraudes vem em ondas: a origem do vírus, a prevenção da doença, o isolamento social, o uso de medica- mentos, as vacinas e a vacinação.

As notícias fraudulentas são um tipo específico de desinformação que opera com a não correspondência entre a representação das coisas e o mundo objetivo. Essas fraudes estão interessadas em produzir ações e reações sociais, políticas e econômicas.

No caso da pandemia da Covid-19, as desinformações têm efeitos desastrosos. Deve-se destacar que algumas dessas desinformações são resultado de campanhas orquestradas por grupos políticos, especialmente de extrema-direita. Donald Trump e Jair Bolsonaro são exemplares do fomento às ondas de desinformação, fundadas na negação das evidências científicas.

Cabe destacar que as campanhas de notícias fraudulentas durante a pandemia não são apenas mais episódios de desinformação. Elas têm graves consequências, que podem ser aferidas pelas 700 mil mortes causadas pela Covid-19 no Brasil. São 8% das mortes em 4% da população global, que podem ser creditadas às ondas de desinformação.

A regulação da Internet é uma forma de regulação de mercados em socie- dades capitalistas complexas, focada nas operadoras e nos produtos. A operação na Internet está fortemente oligopolizada pelas denominadas “big techs”, que tem como principais produtos o Google, o Facebook e o Twitter.

Tem sido extremamente difícil controlar os conteúdos na Internet. Os oli- gopolistas defendem seus interesses falando em nome da liberdade individual de expressão. Trata-se de uma grande hipocrisia, pois as empresas se apressam em excluir das redes qualquer coisa que contrarie ou fira seus interesses econômicos, particularmente aqueles relacionados à comercialização e à monetização.

A discussão da regulação da Internet oscila entre o liberalismo, que advoga as liberdades empresarial e de expressão, e o republicanismo, que fala em nome do interesse geral. Frente ao cenário rascunhado propõe-se o desenvolvimento da regulação através da mediação entre os dois pólos, nos termos da política delibe- rativa apresentada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas.

Espera-se que, com a política deliberativa, seja possível viabilizar regulação da Internet em defesa da sociedade contra a desinformação e as notícias fraudulentas. Um dos muitos modos dessa defesa, que tem sido muito discutido, é a responsa- bilização civil das

operadoras pela publicação e difusão de notícias fraudulentas e de desinformação.

No quadro do que pode ser denominado de digitalização da esfera pública, aposta-se em uma política democrática efetiva para a regulação da Internet. Enten- de-se que é uma opção pragmática para combater a desinformação, particularmente na forma de notícias fraudulentas.

O artigo está estruturado em torno de três eixos interconectados: a mudança na esfera pública a partir do uso generalizado na Internet, com a comunicação de muitos para muitos; a emergência e a difusão de desinformação nas redes de comunicações; a regulação pública do mercado das telecomunicações, através de políticas deliberativas com as corporações privadas e a sociedade.

MUDANÇAS DA ESFERA PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

As mudanças no papel histórico da comunicação acontecem primeiro na migração da comunicação oral para a comunicação escrita; em segundo, na intro- dução da impressão mecânica; e, em terceiro, nas últimas décadas, na conexão global das redes de computadores, em que qualquer um pode se comunicar de qualquer lugar com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo. A partir dos anos 1960, houveram diversas mudanças nas ofertas de mídias e como elas são usadas. No começo, a televisão tomou o lugar das rádios e dos jornais diários, e atualmente as telas portáteis - sejam celulares ou computadores - tomaram o lugar da televisão.

Habermas (2022) reflete sobre a digitalização da comunicação pública. Os adventos dos novos fluxos de comunicação aceleram, se espalham e se conectam de forma sem precedentes, de tal modo que esses fluxos se condensam, se diferenciam e se multiplicam de acordo com funções e conteúdos, generalizando-se através de divisões culturais e de classe.

Siebeneichler (2018) debruça-se sobre os conceitos de informação, comuni- cação e intersubjetividade em Habermas e Luhmann, e diz que a análise dos textos representativos dos dois autores exige uma abordagem da teoria da informação como parte integrante da comunicação. Na Teoria do agir comunicativo Habermas declara oposição ao funcionalismo de Luhmann e segue um caminho bastante diverso ao propor uma filosofia que se sustenta na linguagem comum e na racio- nalidade comunicativa.

Habermas privilegia ações comunicativas que têm como pano de fundo um

> horizonte hermenêutico ou mundo da vida formador de contextos para processos racionais de entendimento. Tais processos de entendimento podem desdobrar-se em dois planos: o da comu- nicação trivial no espaço de um mundo da vida; e o de um discurso destinado a resgatar, por argumentos, pretensões de validade questio- nadas, isto é, quando o conteúdo informativo da atividade comunicativa é colocado sob suspeita. (Siebeneichler, 2018, p. 42)

A razão é essencialmente comunicativa e pública, e não uma inteligência exterior que apenas observa ontologicamente. A teoria habermasiana considera que o espaço público intersubjetivo é fundamentado em uma sociedade radical- mente democrática e comunicativa. Assim, a comunicação é a "troca ilimitada de experiências, informações e argumentos sobre três tipos de realidade: o mundo dos objetos e seres naturais, o complexo mundo social e o mundo inextricável dossujeitos." (Siebeneichler, 2018, p. 47)

Habermas (1997) considera o espaço de discussão, fundamentado na capa-cidade de confrontar argumentos racionais com a opinião baseada na razão, como esfera pública. Ele também considera que essa esfera pública existe em uma lógica comunicativa intermediada pelas mídias da época. Habermas (2022) entende que a comunicação na esfera pública hoje é intermediada pelas mídias digitalizadas etem potencial de expansão sem precedentes.

Hoje, jornais, revistas, rádio e televisão são os meios de comunicação da esfera pública. Falamos da esfera pública política em contraste, por exemplo, à literária, quando a discussão pública trata de objetos ligados à atividade do Estado(Habermas, 1964).

Habermas (2022) diz que há um obscurecimento da percepção dos limites entre as esferas pública e privada. Além disso, as novas mídias estão trazendo um fenômeno perturbador de inadequação da regulamentação da política nesse meio,uma vez que a distinção entre os espaços "semipúblicos" e "semiprivados", que an-tes eram delimitadamente separados, estão ficando cada vez mais indistinguíveis. Por um lado, há benefícios para os cidadãos políticos, como a expansão e a aceleração de oportunidades de comunicação e o aumento de alcance publicitário; por outro, essa nova tecnologia tem repercussões ambivalentes e potencialmente disruptivas para a esfera pública. Habermas (2002) define que as "esferas públicas" estão reduzidas aos clico de "likes" e "dislikes", e ganham uma peculiaridade anônima em que não podem ser entendidos nem como públicas e nem como privadas. Elas não produzem, não regulamentam e nem editam quaisquer um desses conteúdos. Elas nada mais são que intermediárias da multiplicação e da aceleração de conteúdo"sem responsabilidade".

As novas mídias, travestidas de comunicação "igualitária-universalista" liberal, não são mídia no sentido pré-estabelecido. Elas diferem da mídia tradicional, emque a relação entre emissor e receptor é assimétrica, pois descentralizam a conexão entre usuários, na medida em que

oferecem o potencial para que qualquer usuário tenha a possibilidade de alcançar status e equidade em relação aos meios midiá- ticos tradicionais. Isso altera profundamente o caráter da comunicação pública, pois promete dar a todos os cidadãos a possibilidade de ter sua voz pública e um potencial mobilizador, na troca anárquica de opiniões espontâneas.

Habermas (2022) observa como a impressão mecânica fez de todos potenciais leitores, e a digitalização das novas mídias hoje, faz de todos potenciais autores.

Essa "esfera pública" plebiscitária, que foi despojada de cliques de "gostar" e "não gostar", está assentada em uma infraestrutura técnica e econômica. Mas nesses espaços de mídia de livre acesso, todos os usuários que são, por assim dizer, dispensados da necessidade de satisfazer os requisitos de entrada na esfera pública editorial e, do seu ponto de vista, foram liberados da "censura", podem, em prin- cípio, dirigir-se a um público anónimo e solicitar a sua aprovação. Esses espaços parecem adquirir uma intimidade anônima peculiar: segundo padrões anteriores não podem ser entendidos nem como públicos nem como privados, mas como uma esfera de comunicação que antes era reservada à correspondência privada, mas que agora está inflada para um novo e íntimo tipo de esfera pública (Habermas, 2022). O condensamento dos fluxos de informação descritos por Habermas (2022) pode ser percebido na forma como a informação é apreendida e divulgada. Chauí (1997) considera que um indivíduo participa da vida social de acordo com a qua- lidade das informações que possui, especialmente em função da sua possibilidade de acesso às fontes de informação e, sobretudo, nas suas possibilidades de poder intervir como produtor do saber.

Demo (2005, p. 104) classifica que: "conhecimento e privilégio são parceiros da mesma trapaça, porque conhecimento geralmente é visto mais como esperteza do que como sabedoria". Nesse sentido, os fluxos de comunicação observados por Habermas (2022) passam por uma situação em que a informação, ao ser democra- tizada, pode ser usada como instrumento de desinformação.

Durante a pandemia da COVID-19, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas tornaram-se foco e meio de disseminação de notícias fraudulentas, as "fake news". A caracterização desse tipo de informação como "notícia fraudulenta" se dá porque elas são produzidas, confirmadas e divulgadas nas redes e mensagens entre usuários em suas esferas públicas autônomas, algo que tem sido apelidado de "bolhas".

Nas mídias tradicionais, há regulamentação e compromisso público com a veracidade das informações. Nas plataformas da Internet, em especial redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, TikTok e aplicativos de mensagens instantâneas, como Whatsapp e

Telegram, não há regulamentação. Assim, elas não têm compromisso ou responsabilidade legal com os conteúdos nelas produzidos, registrados e divulgados.

A regulação pública de mercado, é ela mesma, uma aprendizagem da socie- dade sobre a relação dos operadores entre si e com seus usuários. As normas da regulação demarcam as características dos agentes econômicos e de seus produtos. Contudo, as ditas imperfeições de mercado, neste caso, implicam em tentativas de fuga da demarcação. As redes e as plataformas funcionam como espaço de repro- dução e difusão de notícias fraudulentas, criando uma dinâmica de má informação e desinformação. As corporações, por si só, não são capazes de se autorregular para cumprir as normas regulatórias. O Estado é quem faz e zela por elas.

A DESINFORMAÇÃO NO OCEANO DAS COMUNICAÇÕES DIGITAIS

A construção da Internet sem regulação, por mais de 30 anos, criou uma rede de comunicação extremamente capilarizada e inclusiva. Contudo, criou também um ambiente onde os registros se disseminam rapidamente, sem mediação e controle. Assim, as notícias fraudulentas e outras formas de desinformação se difundem de modo desenfreado.

Wardle e Derakhshan (2017) observam que o termo “fake news” “[...] é ina- dequado para descrever o fenômeno complexo da poluição da informação, uma vez que o termo começou a ser apropriado por políticos ao redor do mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura eles achavam desagradável. O termo se tornou um mecanismo pelo qual poderosos podem reprimir, restringir, minar e contornar a liberdade de imprensa”.

Wardle e Derakhshan (2017) destacam que o conceito das “fake news” com- bina três noções: mis-information, disinformation e mal-information. A primeira é a informação falsa que não foi criada para prejudicar; a segunda é informação falsa que é criada deliberadamente para prejudicar; e a terceira é a informação baseada na realidade que é usada para prejudicar um indivíduo, uma organização ou um país. A revista americana Science publicou, em 2018, uma pesquisa realizada no Twitter pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, de 2006 a 2017. Os dados compreendem cerca de 126.000 histórias, tuitadas por aproximadamente 3 milhões de pessoas, mais 4,5 milhões de vezes. O estudo demonstra que notícias falsas têm 70% mais chances de serem retuitadas que notícias verdadeiras. Uma das explica- ções para esse fenômeno é que as pessoas gostam de novidades, pois elas atraem

a atenção humana, contribuem para o processo de decisão e encorajam o compartilhamento de informação.

Quando a informação não é apenas uma novidade, mas também sensaciona- lista, passa a ser mais valiosa - tanto do ponto de vista da informação (contribuindo para tomada de decisão), quanto da perspectiva social (dando status de que o indivíduo "está por dentro" ou que tem informação "de dentro") (Vosoughi; Roy; Aral, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (2020), no contexto da Pandemia de Co- vid-19, define que o mundo passa também por uma infodemia, ou seja, "um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fon- tes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa" (OPAS, 2020). Le Coadic Maheo (2023) define infodemia como o aumento drástico não só na quantidade de informação, mas também na quantidade de novas e numerosas más práticas informacionais.

Essa situação não é inédita, nem nova: nem no que se refere à analogia entre a difusão de informações e a transmissão de doenças (os processos epidêmicos), nem no que se refere à relação entre o aumento da difusão de informações e a exis- tência de epidemia reais. Há 50 anos, Goffman (1970) apresenta sua Teoria Geral da Comunicação, fazendo analogia entre transmissão da informação e contágio.

Goffman usa sua teoria no desenvolvimento de sistemas de recuperação. É importante destacar o acoplamento que ele faz entre sua teoria e os modelos estatísticos dos estudos de epidemias. Vinte anos depois, Lima (1992) recupera os conceitos de Goffman para dar nome à sua dissertação no IBICT: AIDS - uma epidemia de informações.

Na sua dissertação, Lima (1992) parte da comunicação de massa a partir da epidemia da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, que torna pauta obrigatória para jornais, rádio e TV. Deve-se destacar que, nesta epidemia, uma das questões relevantes é a quebra do sigilo. O problema assume tal dimensão que o Conselho Federal de Medicina resolve que a informação médica é propriedade dos pacientes, com grande repercussão social.

Em julho de 2021, a Cochrane, um banco de dados de revisões sistemáticas e meta-análises que resumem e interpretam resultados da pesquisa médica, publicou uma revisão de 14 estudos sobre o efeito de remédios como Ivermectina, Hidroxi cloroquina e Azitromicina, do chamado "kit covid" ou "tratamento precoce" contra a Covid-19. A revisão conclui que não há evidências disponíveis sobre a eficácia da ivermectina para prevenir ou tratar a infecção pelo coronavírus. Mesmo assim, uma pesquisa do instituto Datafolha confirmou que 1 em cada 4 brasileiros diz ter usado remédios para "tratamento precoce" contra a Covid.

O Monitor de Vacinas, projeto de pesquisa de 2021 que acompanha a per- cepção do público quanto aos imunizantes contra COVID-19, realizado pela KFF (Palowsky, 2021), fundação sem fins lucrativos sobre pesquisas, jornalismos e programas de comunicação nos EUA, revela que 78% dos adultos norte-americanos dizem que conhecem pelo menos uma de oito informações falsas sobre Covid-19 e acreditam que é verdade ou não têm certeza se é verdade ou mentira. Um terço (32%) dos adultos acredita ou está incerto sobre cerca de quatro informações falsas.

O Monitor de Vacinas afirma que "a crença em desinformação sobre Covid-19 está relacionada tanto ao status de vacinação quanto ao partidarismo" (Palowsky, 2021, não paginado). No contexto norte-americano, adultos não vacinados e repu- blicanos são mais propensos a acreditar ou estar incertos sobre informações falsas do que adultos vacinados e democratas.

Em 2022, o relatório "Explorando debates online da Covid-19 e a poluição de informações na América Latina e no Caribe" mostra que a desinformação e a veiculação em massa de notícias falsas funcionam como uma barreira na resposta à pandemia. O documento menciona várias vezes o Brasil, ressaltando que o país apresentou uma das maiores taxas globais de aumento de usuários nas mídias sociais entre 2020 e 2021 (7,1% de usuários a mais, o que representa 10 milhões de pessoas). As grandes corporações oligopolistas calculam que o alcance pode chegar a 74,1% da população. Esse fato torna os brasileiros ainda mais vulneráveis à desinformação e suas consequências, e por isso o relatório apela às instituições de saúde pública que protejam seu status de confiança se quiserem liderar intervenções de saúde eficazes.

Neste artigo, propõe-se a demarcação da epidemia de informações no Brasil em quatro momentos: (1) especulação em torno do surgimento do vírus no mundo, introdução e dispersão do vírus no Brasil; (2) início das políticas de isolamento social, especulação sobre vacinas e tratamentos preventivos; (3) início das políticas de vacinação, com desconfiança e negacionismo científico; e (4) relaxamento das medidas de controle e retomada à "normalidade".

No fim de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebe alerta do surgimento de um novo tipo de coronavírus (que não havia sido identificado antes em seres humanos) em Wuhan, na República Popular da China. No início de 2020, Drauzio Varella, médico oncologista, afirma que a Covid-19 não passa de uma "gri- pezinha" e que "Não acho que se justifique qualquer mudança nos hábitos. [...] de cada 100 pessoas que pegam o vírus, 80, 90 pessoas têm um resfriadinho de nada".

Esta fala é resgatada depois pelos negacionistas para minimizar a gravidade da pandemia. O então presidente da República afirma que “pelo meu histórico de atleta, caso eu fosse contaminado pelo vírus, eu não precisaria me preocupar — ou um ‘resfriadinho’ ou ‘gripezinha’, como disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão” (Brasil, 2020, p. 1).

A publicidade de dados de incidência da Covid-19, de mortalidade, de cober- tura vacinal, entre outras, é de extrema importância para definir e executar políticas públicas, visando a segurança sanitária e à proteção da população. No quadro da pandemia, o governo federal dificulta o acesso a essas informações, através de de- liberado retardo na entrega de boletins sobre Covid-19. Em resposta, criou-se um consórcio inédito de veículos de imprensa – G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL - que trabalham por 965 dias ininterruptos, com o objetivo de publicar rapidamente as informações.

Na tentativa de frear a divulgação de notícias fraudulentas, o Conselho Na- cional de Justiça (CNJ) indica os sites Agência Aos Fatos, Boatos.org, UOL Confere, Agência Lupa, Estadão Verifica, G1/Fato ou Fake para checagem da veracidade das notícias. A gravidade do problema da desinformação no Brasil pode ser mensurada pelas 2.604 declarações falsas sobre a Covid-19 proferidas pelo então presidente da República, conforme apurado pela agência Aos Fatos.

REGULAÇÃO DA INTERNET EM SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS E PLURALISTAS

As sociedades contemporâneas, que estão globalmente integradas ao capitalis- mo das grandes corporações, vêm construindo políticas estratégicas para a regulação de mercados. Quando a perspectiva de sair das relações de produção capitalistas parece se dissipar no horizonte, as sociedades buscam meios de domesticar a ini- ciativa privada, em defesa dos interesses coletivos e comunitários.

O desenvolvimento e a expansão do uso das tecnologias digitais e da Internet, que se aceleram a partir dos anos 80, acontecem como se fosse a realização de uma grande utopia libertária. Era como se a comunicação em rede pudesse dar todas as respostas para uma sociedade global desigual, que encontrou seu limite de susten- tabilidade da produção industrial. Era um sonho, que se acabou.

A realidade atual é que grandes corporações multinacionais dominam os registros, os fluxos e os usos da Internet. Deve-se observar que a maior parte do desenvolvimento e da configuração atual da Internet foi feita por livre iniciativa das corporações, sem os necessários freios da regulação do Estado. Porém, ao invés da utopia libertária prometida, o que entregaram foi uma Internet privatizada, domi- nada por grandes corporações, um espaço para tudo que pode ser transformado em dinheiro.

Após mais de 20 anos de expansão desenfreada, a Internet tornou-se um território de conflitos assimétricos generalizados. Nos últimos anos, impôs-se a necessidade de regular a Internet, especialmente para a defesa dos interesses cole- tivos, mas também para a defesa de interesses individuais contra a onipotência das grandes corporações oligopolistas. A exclusão e a omissão do Estado mostraram-se equivocada. É curioso que, para a defesa da autonomia das corporações, tenha sido usada uma retórica de neutralidade política da Internet. Assim, o meio de regulação prevalente foi o dinheiro.

No Brasil, a discussão sobre a regulação da Internet começou em 2007. Em 2009, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) publicou uma primeira reso- lução com princípios para a Internet no Brasil: (1) Liberdade, privacidade e direitos humanos; (2) Governança democrática e colaborativa; (3) Universalidade; (4) Di- versidade; (5) Inovação; (6) Neutralidade da rede; (7) Inimputabilidade da rede; (8) Funcionalidade, segurança e estabilidade; (9) Padronização e interoperabilidade; (10) Ambiente legal e regulatório.

Em 2009, o Ministério da Justiça, em parceria com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, propõe a construção 8, com base nos princípios do Comitê Gestor. Em 2014, é aprovada a Lei n. 12.965, que dispõe sobre os princípios, garantias, direitos e deveres para a internet no Brasil e determina diretrizes para a atuação do Estado. Em 2016, após consultas públicas, é publicado o Decreto n. 8.771, que busca regular redes sociais e plataformas digitais através do Digital Service Act (DSA). Foi o primeiro passo de um processo de construção de uma legislação para serviços digitais, que visa resolver problemas com as empresas mediadoras e plataformas. Isso inclui vendas online, redes sociais, distribuição de conteúdo e aplicativos de viagem e hospedagem.

Após a pandemia da Covid-19, em 2023, a França regulamenta a atividade dos denominados “influenciadores digitais”, determinando regras para promoções e monetizações nas mídias sociais. O foco é no combate ao tabagismo, às cirurgias estéticas e alguns tipos de dispositivos médicos, e também modalidades de produtos financeiros, como criptomoedas, visando proteger os consumidores, especialmente os mais jovens. Anteriormente, não havia

na lei francesa a regulação da atividade comercial nas mídias sociais, o que tornava os consumidores vulneráveis a golpes e fraudes.

Nos Estados Unidos, não há esforço em nível nacional para a regulação da Internet, função do poder das grandes corporações oligopolistas e de uma defesa genérica da liberdade de expressão na Internet. Contudo, recentemente, uma ques- tão controversa está impondo uma agenda de regulação da responsabilidade das plataformas: os direitos autorais.

As grandes corporações sempre argumentam que não tem responsabilidade legal sobre os conteúdos que nelas se registram e disseminam. Isto, por um lado, tem transferido para os indivíduos usuários a responsabilidade pelos conteúdos. Mas, por outro, retira das plataformas a responsabilidade pelo pagamento de direitos autorais. Em nome da liberdade de expressão, dribla-se esse pagamento de direitos. Logicamente, os produtores de conteúdos não estão satisfeitos.

Em nível estadual, os grandes partidos se mobilizam em torno da regulação de questões políticas e morais controversas. Em 2023, o estado de Montana bloqueia e bane o aplicativo de vídeos curtos TikTok. Isso foi feito com base em preocupa- ções com a segurança de dados e a moderação de conteúdo, mesmo não havendo comprovação de tais alegações.

As discussões sobre o Marco Civil da Internet no Brasil em 2023 estão aconte- cendo em torno do “PL das Fake News”, o Projeto de Lei 2.630 de 2020, que dispõe sobre a regulação das plataformas digitais e a responsabilização das redes sociais pela veiculação de conteúdos em suas plataformas. De um lado, há quem defenda o controle de desinformação e das notícias fraudulentas, mas, de outro, há quem fale em censura e cerceamento da liberdade de expressão.

O projeto de lei, segundo seus defensores, visa fortalecer a democracia e dar transparência às plataformas de Internet, tornando obrigatória a responsabilidade e a moderação de conteúdos publicados. Entre os regulamentos propostos, desta- ca-se a proibição de criação de contas e perfis falsos para esconder a identidade, a proibição do uso de bots (rede de distribuição artificial), a limitação do alcance de mensagens compartilhadas, a manutenção do registro de mensagens encaminhadas em massa, a identificação de anunciantes publicitários e a proibição de que ocu- pantes de cargos públicos bloqueiem o acesso às suas contas a cidadãos comuns. O projeto determina a criação do Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet e também que provedores de redes sociais e de mensagens instantâne- as tenham representantes legais no Brasil, assim como a imposição de sanções e punições, como advertências e multas.

Em março de 2023, uma campanha encabeçada pela operadora Google inclui o link de um manifesto contra o PL 2.630 em sua página de motor de busca. Um texto assinado por Fabio Coelho, presidente do Google no Brasil, fala em nome dos interesses das corporações: “Do jeito que está hoje, o PL 2.630 pode facilitar a ação de pessoas que querem disseminar desinformação, pode tornar mais difícil que veículos de comunicação de todo o País alcancem seus leitores, e pode tornar nossos produtos e serviços menos úteis e menos seguros para os milhões de brasi- leiros e empresas que os usam todos os dias” (Coelho, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresenta-se a emergência da discussão e da implantação de normas de regulação da Internet após a pandemia de Covid-19, que se caracteriza por conflitos sobre as orientações médico-sanitárias das Organização Mundial de Saúde (OMS) e os negacionistas da ciência em diferentes frentes: a origem do vírus e da doença, a própria caracterização como pandemia, as medidas de prevenção, os procedimentos terapêuticos e as campanhas de vacinação.

A pandemia da Covid-19 acontece quando a esfera pública global está forte- mente marcada pelas tecnologias digitais e pela generalização dos usos da Internet. A mudança proporciona que muitos se comuniquem com muitos, e que estes muitos participem das dinâmicas de comunicação como produtores de informação. Assim, há grande diferença em relação à esfera pública dominada pela imprensa, o rádio e a televisão.

A Internet entra na esfera pública prometendo profundas mudanças nas so- ciedades, em torno de utopias sobre redução das desigualdades e o fomento da livre comunicação. Assim, a construção da esfera pública interconectada resulta da iniciativa de empresas privadas e sem regulação pública. Neste cenário, aparecem e se acumulam patologias comunicacionais e informacionais.

Deve-se destacar, mais uma vez, que a expansão da Internet se faz sem freios regulatórios. Numa primeira fase, a liberdade de iniciativa se mistura com a cultura de colaboração dos pequenos empreendedores e programadores universitários. Aos poucos, a entrada e a manutenção no mercado de hardware, softwares e aplicativos requerem cada vez capital e se mostram refratárias a qualquer iniciativa regulatória. O que se observa nos últimos anos são conflitos e mudanças econômicas e sociais decorrentes da pandemia da Covid-19, incluindo o papel da Internet como espaço de registro, difusão e circulação de notícias

fraudulentas. Aparecem fortes críticas à livre iniciativa na Internet como motor de desinformação da sociedade, aumentando a demanda por regulação do mercado da Internet.

Após a pandemia da Covid-19, são visíveis os esforços regulatórios da Internet em nível global. Destaca-se a legislação na Comunidade Europeia, que responsabiliza as plataformas digitais pelos conteúdos publicados. Isso tem impacto imediato no controle e na cobrança de direitos autorais, além de influenciar o controle de conteúdo. Observa-se que alguns países dentro da Comunidade fazem leis mais restritivas e inibidoras de desinformação em geral e de notícias fraudulentas em especial, entre estes cabe citar a Alemanha.

No Brasil, deve-se destacar que, no início de 2023, com o governo Lula, foi resgatado um projeto de lei que estava adormecido no Congresso Nacional desde 2020. Este projeto recebe forte impulso do interesse do governo federal em controlar e prevenir a desinformação e as notícias fraudulentas, que haviam sido intensamente veiculadas na Internet durante o processo eleitoral.

O fato inusitado neste processo legislativo é a forte reação das grandes corporações oligopolistas do mercado em torno da Internet. O Google publicou na sua página inicial uma carta atacando diretamente o projeto, afirmando que ele iria ferir a liberdade de expressão. A ameaça do Google teve resultado, e o projeto de lei foi novamente arquivado no Congresso Nacional. Apesar da aparente quietude, o conflito continua.

As sociedades democráticas e pluralistas devem enfrentar e, quem sabe, equacionar os conflitos entre o Estado e as corporações, entre as políticas públicas e a iniciativa privada. Um desses grandes conflitos contemporâneos é a produção e a circulação de notícias. Habermas havia identificado a mudança na esfera pública com a privatização dos meios de comunicação no desenvolvimento da Moder- nidade. Agora, ele observa que a ampliação da comunicação em rede, de muitos com muitos, também muda a esfera pública. A intensa pulverização da produção de informação e da pluralização dos canais de sua difusão tornam mais complexo o processo de regulação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comitê Gestor da Internet**. CGI. CGI.br/RES/2009/003/P: princípios para a governança e uso da internet no Brasil. São Paulo: CGI, 2009. Disponível em: https://www.cgi.br/resolucoes/documen-to/2009/003/. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Coronavírus**: “Venceremos o vírus”, afirma Bolsonaro em pronunciamento aos brasileiros. Planalto, Brasília, 24 mar. 2020. Não paginado. Disponível em: Disponível em:

https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/venceremos-o-virus-afirma-bolsonaro-em-pronuncia-mento-aos-brasileiros. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Painel de checagem de fake news**. Conselho Nacional de Justiça, Brasília, 2022. Não paginado. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/painel-de-checagem-defake-news. Acesso em: 10 jun. 2023.
CHAUI, M. **Cultura e Democracia**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CUNHA, A. R. *et al*. Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas. **Aos fatos**, [S.l.], 30 dez. 2022. Não paginado. Disponível em: https://www.aosfatos.org/todas-as-de-clara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/. Acesso em: 29 jun. 2023.

DEMO, P**. Argumento de autoridade x autoridade do argumento**: interfaces da cidadania e da epistemologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

G1. O GLOBO. EXTRA. ESTADÃO. FOLHA. UOL. **Criado para divulgar dados sobre Covid, consórcio de veículos de imprensa chega ao fim**. G1, Rio de Janeiro, 28 jan. 2023. Bem estar, não paginado. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2023/01/28/criado-para-divulgar-dados-sobre--covid-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-chega-ao-fim.ghtml. Acesso em: 29 jun. 2023.

G1. **Datafolha**: Um em cada quatro brasileiros diz ter usado remédios para ‘tratamento precoce’ contra a Covid. G1, Rio de Janeiro, 19 maio 2021. Ciência e saúde, não paginado. Disponível em https://g1.globo. com/ciencia-e-saude/noticia/2021/05/19/datafolha-um-em-cada-quatro-brasileiros-usou-remedios-pa-ra-tratamento-precoce-contra-a-covid.ghtml . Acesso em: 29 jun. 2023.

PALOSKY, C. **COVID-19 Misinformation is Ubiquitous**: 78% of the Public Believes or is Unsure About At Least One False Statement, and Nearly a Third Believe At Least Four of Eight False Statements Tested. KFF, Washington DC, 8 nov. 2021. Não paginado. Disponível em: https://www.kff.org/coronavirus-co-vid-19/press-release/covid-19-misinformation-is-ubiquitous-78-of-the-public-believes-or-is-unsure--about-at-least-one-false-statement-and-nearly-at-third-believe-at-least-four-of-eight-false-statements--tested/. Acesso em: 10 mai. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PELO DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Exploring COVID-19 online debates and information pollution in Latin America and the Caribbean**. Constella, [S.l.], 24 mar. 2022. Não pagi- nado. Disponível em: https://www.undp.org/latin-america/publications/exploring-covid-19-online-de-bates-and-information-pollution-latin-america-and-caribbean. Acesso em: 27 jun. 2023.

Capítulo 12

UMA ABORDAGEM HABERMASIANA CRÍTICA DA DESINFORMAÇÃO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Ana Gabriela Clipes Ferreira

Letícia Souza

Cássia Gabriele de Mello Angiolis

Resumo: Neste artigo faz-se uma revisão sistemática da abordagem crítica a partir do filósofo alemão Jurgen Habermas do processo social atual da desinformação, em especial com as teorias do agir comunicativo e do Discurso. Faz-se uma breve apresentação das teorias do agir comunicativo e do Discurso de Habermas, e sua guinada pragmática. O método principal de investigação é uma revisão sistemática nas bases de dados Scopus e Web of Science. São usados como estratégia de busca os termos "Habermas" AND "disinformation OR misinformation OR mis(information)". São apresentados os resultados da busca, após a limpeza dos dados dos artigos duplicados e refinamento para aqueles que abordam a Teoria do Agir Comunicativo. A discussão é realizada em torno dos artigos a partir das teorias de Habermas, da ideia de desinformação e dos meios de combatê-la. Entre os resultados observou-se pontos em comum nos artigos, como o uso dos termos fake news e desinformação como sinônimos, a preocupação com a democracia e como solução adotar medidas para controle e regulação. Conclui-se que a desinformação é movida a interesses, geralmente políticos.

INTRODUÇÃO

Neste artigo faz-se uma abordagem crítica do processo social atual da desinformação a partir do filósofo alemão Jurgen Habermas, em especial do seu trabalho após as guinadas linguística, com as teorias do agir comunicativo e do Discurso e da pragmática.

A desinformação digital é uma praga contemporânea, numa sociedade marcada pelo uso da internet com suas plataformas e redes sociais. A desinformação mostra sua potência nefasta em dois processos sociais relevantes: as disputas políticas eleitorais e a pandemia global da Covid-19.

Uma extrema-direita global se desenvolve a partir de uma estratégia de polarização política a partir de notícias fraudulentas no plebiscito sobre a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia (Brexit). Essa estratégia se repete nas eleições de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil. Esta estratégia exitosa se reproduz em outros contextos e conflitos.

Na pandemia da Covid-19 emerge um negacionismo, em primeiro lugar do próprio problema sanitário. Seguem-se conflitos em torno do enfrentamento das estratégias de controle e prevenção da doença. Grupos políticos de extrema direita refutam as medidas de isolamento social, advogam o uso de medicamentos ineficazes para tratamento e combatem o uso de vacinas para proteção específica.

Esta política de polarização se baseia em uma visão simplória da distribuição estatística normal de eventos. Nela, um dos pólos atrai 25% para uma extremidade e disputa a atração de 50% do centro com os 25% do outro pólo. O que importa é mobilizar e coesionar sua parte da sociedade, para enfrentar a outra. Isso é discutido claramente pelos estrategistas da Cambridge Analítica na campanha do plebiscito Brexit do Reino Unido.

Neste artigo faz-se uma breve apresentação das teorias do Agir Comunicativo e do Discurso de Habermas (Habermas, 2012). Essas teorias têm aspectos cognitivistas, construtivistas que resultam numa abordagem singular da informação. Em primeiro lugar, a informação é uma construção intersubjetiva e não apenas a cognição de um indivíduo. Por outro lado, a veracidade é uma dinâmica social de validação da correspondência com o mundo da vida e não o resultado da eficácia de um método.

Neste artigo são apresentados os resultados de uma revisão sistemática nas bases de dados Scopus e Web of Science. Nela são usados os termos Habermas e desinformação. A discussão dos resultados é realizada a partir das teorias de Habermas, da ideia de desinformação e dos meios de combatê-la.

Espera-se com este artigo abrir uma via de investigação e de reflexão do processo social de desinformação, de nefastas consequências na sociedade. Espera-se principalmente contribuir para buscar e enfrentar a desinformação em todas as suas formas, principalmente as notícias fraudulentas e as falsificações.

HABERMAS, AGIR COMUNICATIVO E DISCURSO

O filósofo alemão Jürgen Habermas é um dos maiores intelectuais vivos neste início de século XXI. Ele faz parte da denominada Escola de Frankfurt, que a partir de 1920 desenvolve estudos da "Teoria Crítica". Habermas é o principal membro vivo dessa Escola e tem uma vasta obra teórica.

A primeira obra relevante de Habermas é "Mudança Estrutural da Esfera Pública", sua tese orientada por Theodor Adorno, publicada em 1963 Nesta sua primeira fase Habermas é profundamente influenciado pelo pensamento marxista.

Em 1981 ela faz a chamada "guinada linguística", e faz a passagem da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem. Neste contexto ele desenvolve sua obra de maior fôlego, a Teoria do Agir Comunicativo (TAC) (Habermas, 2002), onde a partir da discussão com filósofos modernos, ele vai construindo sua teoria, ao mesmo tempo do conhecimento e da sociedade. A partir da Teoria do Agir Comunicativo Habermas desenvolve a sua teoria do Discurso, onde estabelece que a interação pela linguagem está orientada para o entendimento, e que os conflitos podem ser superados pela argumentação. Assim, Habermas faz uma conexão entre linguagem e desenvolvimento moral mediada pelo Discurso.

Em 1992 Habermas publica "Entre facticidade e validade", onde discute a tensão entre fatos e normas a partir da sua Teoria do Discurso. Pode-se dizer que esta obra refaz a discussão de "Mudança Estrutural da Esfera Pública" a partir da filosofia da linguagem. Entre 1981 e 1992 Habermas faz a passagem de uma visão quase anárquica da democracia para uma defesa do Direito como medium das sociedades democráticas (Habermas, 1997).

Habermas usa intensamente o conceito de Discurso, que preconiza para a solução de conflitos, quando interage com outros pensadores. É assim quando desenvolve a Teoria do Agir Comunicativo. É assim também quando responde às críticas a sua "guinada linguística" (Habermas, 1989).

A sua Teoria do Agir Comunicativo sofre objeções sobre a veracidade dos acordos construídos intersubjetivamente. Indaga-se sobre a garantia da correspondência entre o conteúdo dos acordos e o mundo da vida. Habermas faz então uma "guinada pragmática" dentro da sua guinada linguística. Ele advoga que os acordos devem ser validados em relação a sua objetividade, com a verificação dos conteúdos dos Discursos em relação aos fatos. A verdade é tematizada e discutida.

A ideia de verdade como atributo inerente de afirmações é o que sustenta o suposto de que há um mundo de objetos independentes sobre os quais podemos afirmar fatos e

concordar com eles. No entanto, quando essas afirmações não podem ser confrontadas diretamente com o mundo - o caso mais comum no mundo globalizado e com profusão de informação disseminada - as exigências de verdade podem ser comprovadas apenas pelo Discurso.

O contato com o mundo tem mediação linguística que interfere diretamente na intuição e conceito de entendimento. A objetividade do que é informado está arraigada também na intersubjetividade do entendimento compartilhado e não é possível nos afastar dessa relação (Habermas, 2002).

Os objetos no mundo são mediados pela linguagem e a objetividade da realidade se associa intimamente com a intersubjetividade. Um fato no mundo real não é descrito quando se torna informação, ele é defendido e justificado com a perspectiva adotada (Habermas, 2002).

No agir comunicativo, as práticas linguísticas e contextos culturais nos quais os indivíduos estão inseridos influenciam suas justificativas e posições. A racionalidade pura não é uma obrigação, todos os participantes são atores capazes de se justificarem, há um entendimento consensual de que todos têm autonomia e posições (Habermas, 2002).

Na comunicação a verdade assume um papel central pois o falante só alcança seu ato de fala completo - ato ilocucionário - quando o receptor aceita a informação como válida. A compreensão da verdade é feita quando uma proposta pode ser justificada e publicamente aceitável: “A verdade de enunciados descritivos só pode ser fundamentada à luz de outros enunciados, e a de opiniões empíricas só com o auxílio de outras opiniões” (Habermas, 2004).

MÉTODOS E RESULTADOS

Foi realizada uma revisão sistemática, com a escolha dos termos a serem utilizados nas estratégias de busca, em duas bases interdisciplinares internacionais: Scopus e Web of Science (WoS). Os termos utilizados foram: "Habermas" AND "disinformation OR misinformation OR mis(information)" na busca avançada, todos os campos (título, resumo, palavras-chave). Ao refinar a pesquisa com os termos Teoria do Agir Comunicativo e/ou Discurso, não houve recuperação de registros, independente da estratégia.

Exportados e organizados os dados em planilha eletrônica, foram eliminadas as duplicatas. Foram recuperados 9 registros na WoS e 11 na Scopus, ou seja, 19 registros.

Eliminadas as duplicatas restaram 14 registros para a análise, sendo 13 artigos de periódicos e 1 capítulo de livro.

A primeira etapa da análise dos dados ocorre através do resumo de cada artigo com a análise das referências utilizadas pelos autores na pesquisa (Quadro 1). A próxima etapa elimina os registros que não citam conteúdos após a guinada linguística com a Teoria do Agir Comunicativo.

Quadro 1 - Textos de Habermas utilizados nas referências

Artigo/ Autor(es)/Periódico/Ano	**Referências de Habermas utilizadas**
Against Resilience: The (Anti-)Ethics Of Participation In An Unjust And Unequal Public Sphere/Banaji, Shakuntala. **Javnost-the public.** 2024.	Cita Habermas porém através de outros autores.
Communicative Action, Power, And Misinformation In A Site Selection Process/Lauria, M; Soll, Mj. **Journal of planning education and research.** 1996.	Habermas, J. 1979 Communication and the Evolution of Society Boston, Massachusetts Beacon Press Habermas, J. 1984. The Theory of Communicative Action Boston, Massachusetts: Beacon Press
Coping With Disinformation: The Protagonism Of The Judiciary And The Necessary Interdisciplinary Dialogue In The Construction Of A Public Policy/Bezerra, Gizella; Perius, Oneide. **Humanidades & inovação.** 2020.	Habermas, J. Mudança estrutural da esfera pública – Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Editora Unesp, 1990.
Desinformación, Odio Y Polarización En El Entorno Digital: Segregación De La Esfera Pública Y Efectos Sobre La Democracia/Martín Guardado, Sergio. **Revista de estudios en derecho a la informacion.** 2022.	Cita Habermas e a esfera pública mas não tem referências a obras.
Fake News As Systematically Distorted Communication: An Lis Intervention/Buschman, John. **Journal of documentation.** 2023.	Habermas J. Legitimation Crisis, 1975. Habermas J. Critical Sociology, 1976. Habermas J. Communication and the Evolution of Society, 1976. Habermas J. New Left Review, 1979. Habermas J. Philosophical-Political Profiles, 1983. Habermas J. New Left Review, 1985. Habermas J. The Theory of Communicative Action, 1984. Habermas J. Jurgen Habermas on Society and Politics: A Reader, 1989 Habermas J. The Structural Transformation of the Public Sphere, 1989 Habermas J. Communication Theory, 2006 Habermas J. Year 30: Germany's second chance, Merkel's European policy change of course and the German unification process, 2020
Good News, Bad News, And Fake News Going Beyond Political Literacy To Democracy And Libraries/Buschman, John. **Journal of documentation.** 2018.	Cita Habermas porém através de outros autores.

Artigo/ Autor(es)/Periódico/Ano	**Referências de Habermas utilizadas**
Eleições Governamentais e Combate a Fake News no Brasil/Emmendoerfer, Magnus Luiz; Lauriano, Nayara Gonçalves; Teixeira, Lusvanio Carlos; Mediotte, Elias José. **Sociedade e cultura.** 2022.	Habermas, J. Teoría de la Acción Comunicativa. Madrid: Taurus, 1988. Habermas, J. Consciência moral e agir comunicativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Habermas, J. Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Habermas, J. Verdade e Justificação. Petrópolis: Loyola, 2004. Habermas, J. Teoria do Agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1.
Online Public Spheres In The Era Of Fake News: Implications For The Composition Classroom/Ehrenfeld, Dan; Barton, Matt. **Computers and composition.** 2019.	Habermas, J.. The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society. Cambridge, MA:MIT Press, 1991. (T. Burger, Trans.) (Original work published 1962)
Post-Truth Geographies In The Age Of Fake News/Warf, Barney. **Livro. Editora: Springer geography.** 2021.	Habermas, J. Communication and the Evolution of Society.Beacon Press, Boston, 1979.
The End Of The Habermassian Ideal? Political Communication On Twitter During The 2017 Turkish Constitutional Referendum/Furman, Ivo; Tunc, Asli. **Policy and internet.** 2019.	Habermas, J. The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society. Cambridge, UK: Polity Press, 1989.
The Legitimacy Of Judicial Climate Engagement/Kuh, Katrina Fischer. **Ecology law quarterly.** 2020.	Habermas, J. Between Facts And Norms:Contributions To A Discourse Theoryof Law And Democracy 252 (William Rehg trans., 1998.
Pensar Con Habermas, Después De Habermas: El Rol De La Prensa En La Esfera Pública (Digital)/Carriquiry, Andrea. **Sistema.** 2022.	Habermas, J. How to save the quality press?, Sign and sight.com, 21 de mayo de 2007. Habermas, J. Internet and Public Sphere: What the Web Can't Do/ Jürgen Habermas entrevistado por Markus Schwering, Reset Dialogues… Habermas, J. Polítical Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoyan Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory… Habermas, J. Between facts and norms, MIT Press, Cambridge, 1996. Habermas, J. Europe: the faltering projeet, Polity Press, Cambridge, Oxford, Boston, Nueva York, 2009. Habermas, J. Facticidad y validez, Trotta, Madrid, 2000 [1992). Habermas, J. Faktizitlit und Geltung: Beitrlige zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats, Suhrkamp, Frankfurt… Habermas, J. The structural transformation of the public sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society, MIT Press, Cambridge,...
Transforming Communication, Social Media, Counter-Hegemony And The Struggle For The Soul Of Nigeria/Olaniyan, Akintola; Akpojivi, Ufuoma. **Information communication & society.** 2020.	Habermas, J. The theory of communicative action. Volume One. Beacon Press, 1984. Habermas, J. The structural transformation of the public sphere, 1989. Polity, Burger, T and Lawrence F (Translated, 1991)

Artigo/ Autor(es)/Periódico/Ano	**Referências de Habermas utilizadas**
Why Does Disinformation Spread In Liberal Democracies? The Relationship Between Disinformation, Inequality, And The Media/Nieminen, Hannu. **Javnost-the public.** 2024.	Habermas, J. The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964) New German Critique, 3. (Autumn, 1974), 49-55 Habermas, J. The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society. Cambridge: Polity Press

Fonte: Dados da pesquisa.

Sabe-se que as bases de dados possuem vieses - as duas selecionadas são internacionais, logo, recuperam maior número de registros internacionais e com o idioma inglês, provenientes das grandes editoras dos Estados Unidos da América. Apesar disto, foram recuperados artigos em outros idiomas da América Latina, do Brasil em idioma português e outros dois artigos em espanhol, em revistas da Espanha e do México.

O documento mais antigo é de 1996, sendo o segundo mais antigo do ano de 2018 e o mais recente de 2024, além de outros documentos de 2019, 2020 e 2022. Logo, é uma literatura recente: o que sugere o tema como emergente na atualidade.

Observa-se que a Teoria do Agir Comunicativo não é referenciada em todos os trabalhos e em 2 artigos não há citação a nenhuma obra de Habermas. O artigo "Desinformación, Odio Y Polarización En El Entorno Digital" cita no texto Habermas mas não há referências a obras de Habermas. Os artigos "Against Resilience" e "Good News, Bad News, And Fake News Going Beyond Political Literacy To Democracy And Libraries" citam e referenciam pesquisadores que citam Habermas, ou seja, não houve consulta direta em obras do filósofo. Os demais artigos, embora citem Habermas, não citam os trabalhos com a Teoria do Agir Comunicativo ou após a sua publicação.

Após a leitura dos documentos e análise das citações e referências, a amostra reduz a 4 artigos (Quadro 2). O Quadro 2 foi organizado com a referência dos artigos e o respectivo resumo.

Quadro 2 - Resumos dos artigos sobre Desinformação com abordagem da Teoria do Agir Comunicativo

Referência	**Resumo**

Referência	Resumo
BUSCHMAN, John. Fake news as systematically distorted communication: an lis intervention. **Journal Of Documentation**, London, v. 80, n. 1, p. 203-217, 4 jul. 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1108/jd-03-2023-0043. Acesso em: 30 jun. 2024.	O objetivo do artigo foi observar o enquadramento analítico mais amplo da comunicação sistematicamente distorcida e a extração do valor da enorme quantidade de estudos sobre notícias falsas. Desinformação é uma comunicação sistematicamente distorcida. A abordagem apresenta como a massiva literatura sobre notícias falsas têm sido objeto de manual de visões gerais, revisões sistemáticas da literatura, resumos, taxonomias, estudos de citações, entre outros. Para implantação dessas ferramentas é utilizado o conceito de comunicação sistematicamente distorcida de Habermas, apresentada em seu contexto, revisada e colocada em prática para enquadrar as pesquisas sobre fake news. Conclui-se que pesquisa sobre notícias falsas tornou-se repetitiva, girando em torno de temas como o destino do jornalismo, o papel da tecnologia, remediando seus efeitos e aprofundando os componentes de definição (desinformação, desinformação, mentiras e assim por diante). É necessário adotar uma perspectiva sobre a pesquisa de notícias falsas que utilize Habermas como mecanismo de enquadramento.
EMMENDOERFER, M. L.; LAURIANO, N. G. .; TEIXEIRA, L. C. .; MEDIOTTE , E. J. Eleições governamentais e combate a fake news no Brasil. **Sociedade e Cultura,** Goiânia, v. 25, 2022. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/71036. Acesso em: 02 jul. 2024.	A pesquisa discute o contexto vivenciado nas eleições de 2018 no Brasil e a divulgação de fake news no período. Caracteriza as informações falsas em campanhas eleitorais eletrônicas e analisa o posicionamento dos eleitores diante da desinformação. É aplicada pesquisa documental em 35 informações falsas esclarecidas pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Também há análise do conteúdo de comentários realizados em 14 postagens feitas no Facebook do TSE, à luz da Teoria da Ação Comunicativa (TAC). Os resultados indicam que as fake news foram uma preocupação do Brasil nas eleições de 2018, estando associadas às condições de votação, legitimidade das urnas eletrônicas e dos cálculos dos resultados. A influência das fake news nas eleições foi presente ao considerar a opinião pública, com posicionamentos contrários e favoráveis. A experiência brasileira provoca reflexões e ações para as próximas eleições em países democráticos. Como mecanismo para controle de desinformação, sugere a adoção de ações como o Programa de Enfrentamento à Desinformação, a Comissão Parlamentar de Inquérito e a identificação de ações contra a democracia.
KUH, Katrina Fischer. The Legitimacy of Judicial Climate Engagement. **Ecology Law Quarterly**, Berkeley, v. 46, n.3, p. 731-764, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15779/Z38M03XX8R. Acesso em: 28 jun. 2024.	O artigo trata sobre a desinformação climática e o envolvimento judicial através dos tribunais nestas ocorrências. Discute o fortalecimento da democracia quando há participação dos tribunais e pedido de revisão judicial. Descreve-se então como os tribunais exibem uma reticência frustrante em aceitar jurisdição sobre casos que apresentam questões relacionadas com a política climática fundamental. O artigo oferece então uma explicação positiva da razão pela qual o envolvimento nos casos climáticos é consistente com o nosso sistema de democracia, mesmo como entendido por estudiosos seminais que definem limites relativamente estreitos para a revisão judicial contramajoritária. Em particular, o artigo situará argumentos para revisão judicial em casos climáticos no trabalho de John Hart Ely, Jurgen Habermas e Frank Michelman. O Discurso público e a contribuição são necessários para que a lei seja legítima. Um processo público produz direito legítimo quando consiste em formas de comunicação que permitem filtrar motivos e informações, temas e contribuições de tal forma que o resultado de um Discurso goza de uma presunção de aceitabilidade racional. Sugere como ferramenta de controle a desinformação o uso de contenção judicial.

Referência	Resumo
LAURIA, Mickey; SOLL, Michael J. Communicative Action, Power, and Misinformation in a Site Selection Process. **Journal Of Planning Education And Research**, London, v. 15, n. 3, p. 199-211, abr. 1996. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1177/0739456x9601500304. Acesso em: 30 jun. 2024.	Nos projetos de desenvolvimento econômico de grande escala, grupos menos poderosos absorvem a maior parte dos impactos negativos. Uma das razões é que a comunicação entre os atores é distorcida por desinformação. O artigo apresenta adaptação de Forester (1989) da Teoria Crítica de Habermas (1979 e 1984), onde a comunicação é usada para investigar o papel de desinformação e poder. Os métodos utilizados incorporaram tanto abordagens desconstrutivas como abordagens não desconstrutivas. O resultado é um relato do uso de desinformação por intervenientes no processo de seleção do local. s recomendação para neutralizar a desinformação são o controle situacional e equalização das relações de poder.

Fonte: dados da pesquisa.

DISCUSSÃO

A partir das teorias habermasianas, Lima, Gonçalves e Maia (2023) desenvolvem uma abordagem crítica da informação, focada principalmente na intersubjetividade e na validação pragmática da informação por correspondência com o mundo da vida. Na teoria discursiva da informação, esta assume um caráter associado ao agir comunicativa, fundada diante dos propósitos comunicativos. Então, a informação aparece de forma residual, servindo aos intentos consensuais.

Ao analisar a informação a partir da teoria do Discurso, descobre-se que ela não tem forma, ela funciona na determinação de significados e construção de pretensões de validade que devem ser aceitas para que haja o consenso comunicativo sobre a realidade factual e suas diretrizes. Por isso a informação nesse caso é um poder de instabilidade recursiva que permite transportar intersubjetividades. Lima, Gonçalves e Maia (2023) afirmam que a informação "[...] emerge como uma representação social baseada em uma construção seletiva de significado". A formação de sentido da informação é então repleta de acordos intersubjetivos feitos a partir da construção prévia dos indivíduos, suas crenças, experiências pessoais, socialização e a quais grupos pertencem. Logo, a informação só pode ser produzida quando existem acordos comunicacionais.

Na teoria discursiva da informação o processo de ação comunicativa é validado quando é voltado para o entendimento mútuo. Ao concordarem uns com os outros, os indivíduos levantam pretensões de validade - confiando nos princípios de correção e

sinceridade esperados quando se informa sobre algo na realidade material e social. A informação causa mudança nas estruturas cognitivas dos indivíduos ao passo que é analisada já levando em conta processos mentais internalizados (Lima; Gonçalves; Maia, 2023). Espera-se que no processo comunicacional possa se validar as informações com uma negociação equilibrada, e que a intersubjetividade construa um entendimento mútuo.

O processo discursivo tem "o propósito de alcançar um entendimento apoiado por razões ou argumentos entre as pessoas" (Lima; Gonçalves; Maia, 2023). A decisão do quê e como comunicar afetam diretamente na própria construção da informação, que pode ter dois objetivos polares: o argumentativo ou instrumental-estratégicos.

No caso da abordagem discursiva da informação coloca-se o entendimento como intencionalidade do fazer comunicativo entre as partes envolvidas - visando os chamados acordos intersubjetivos. Ao fazer esse acordo os indivíduos confiam também na sinceridade e na honestidade no processo comunicacional, com pretensão de validez da informação (Lima; Gonçalves; Maia, 2023).

A primeira análise dos artigos recuperados apresenta os pontos em comum. O termo "desinformação"/"disinformation" é o mais utilizado. Os termos fake news e desinformação são muito usados como sinônimos. É possível que isso aconteça por proporcionarem os mesmos efeitos ao serem disseminados. Silva, Barros e Bezerra (2023), caracterizam fake news como um fenômeno dentro de desinformação. Na perspectiva dos autores a desinformação está em um nível acima das notícias fraudulentas, pois é o fenômeno cultural de degradação da seleção de sentidos com o objetivo de causar danos; a fake news estão na dimensão micro, pois são o resultado da desinformação, sua manifestação no mundo real.

A intencionalidade da desinformação é um dos principais postulados que a identificam e diferenciam do que se conhece por informação, pois mesmo que esta não seja verídica é o propósito enganoso que permite a especificação como fenômeno disruptivo. Sobre as características de intencionalidade e veracidade se dão então as desordens informacionais com suas distinções: disinformation, misinformation e malinformation (Wardle; Derakhshan, 2017; Fallis, 2015).

A desinformação se refere à informação falsa que é criada e divulgada como verdadeira, na intenção de causar dano a indivíduos, grupos e governos. A criação articulada de fake news se encontra nessa categoria, inclusive sendo muito formalizada e instrumentalizada em diversas mídias digitais.

Misinformation - em busca de uma tradução, mas que pode ser interpretada como "informação errada" - é uma informação falsa compartilhada, muitas vezes por indivíduos

incautos, sem a intenção de causar dano, neste caso pode-se entender o disseminador como também vítima de desinformação; por fim, malinformation - ou "má informação" - é a disseminação de informações verdadeiras com a intenção de dar prejuízos, como divulgar informações privadas para a esfera pública (Wardle; Derakhshan, 2017; Fallis, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alemão Jurgen Habermas é considerado um dos maiores filósofos vivos, talvez o maior. Ele é o principal herdeiro da Escola de Frankfurt e é conhecido por estar sempre participando das discussões contemporâneas sobre temas relevantes para a sociedade: a democracia, a religião, as guerras, e a autodeterminação dos povos…

Entre os temas com grandes controvérsias atuais estão a desinformação e as notícias fraudulentas. Elas sempre existiram, mas agora parecem fazer parte de estratégias políticas em ambientes polarizados. A partir do plebiscito no Reino Unido sobre sair da Comunidade Europeia (Brexit) a polarização parece se consolidar como estratégia política.

A Desinformação é um fenômeno social que se caracteriza principalmente pela disseminação de notícias falsas ou mentiras na esfera pública. Quase sempre estão associadas a interesses e conflitos políticos, e muitas vezes baseadas na negação de conhecimentos científicos. Na pandemia da Covid-19 a partir de 2020 o negacionismo científico assume protagonismo.

A Teoria do Agir Comunicativo de Habermas pode fundamentar estudos, pesquisas e reflexões sobre questões filosóficas e políticas atuais. Lima, Gonçalves e Maia (2023) esboçam uma abordagem discursiva da informação, com foco na construção intersubjetiva e na validação pragmática. Esse exercício sugere que se pode pensar também numa abordagem discursiva da desinformação.

Duas das grandes contribuições teóricas de Habermas podem ser usadas para abordagens críticas da Desinformação: o entendimento intersubjetivo e a pragmática da correspondência entre enunciados e mundo da vida. A construção da informação depende de acordos intersubjetivos teóricos e práticos com sinceridade e honestidade. A veracidade objetiva depende do confronto do conteúdo dos acordos intersubjetivos com os fatos.

REFERÊNCIAS

FALLIS, D. What is disinformation?. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de ; GONÇALVES, Márcio; REBELO MAIA, Mariangela. Notas para uma teoria crítica discursiva da informação**. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1–16, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92925. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, J. L. C.; BARROS, L. G. S.; BEZERRA, F. T. S. A produção sobre desinformação na ciência: estudo realizado na Brapci. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder:** Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

A QUESTÃO PRAGMÁTICA NA VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Ana Gabriela Clipes Ferreira

Nelson Alfredo Salomão Neto

Felipe Teixeira Lourenço Garrido

Resumo: Neste artigo discute-se a questão pragmática na Validação discursiva da Informação em documentos de arquivo. A validação discursiva está fundamentada na teoria do discurso em Habermas. O discurso é um modo especial de agir comunicativo, isto é, de interação mediada pela linguagem. O discurso supõe que os sujeitos podem se entender sobre algo no mundo, em termos teóricos e práticos. Neste caso há co-originariedade entre a subjetivação e intersubjetivação. O discurso é um processo de construção do entendimento a partir da argumentação. É importante destacar que os acordos devem poder ser universalizados. Faz-se então a introdução das bases da guinada pragmática de Habermas dentro da sua guinada linguística. O entendimento e os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade do mundo da vida. Finalmente, apresenta-se as consequências da abordagem pragmática na validação da informação em documentos. A relação positiva entre informação e documento pode ser compreendida como uma solução pragmática construída discursivamente.

INTRODUÇÃO

Neste artigo discute-se a questão pragmática na Validação Discursiva da Informação em documentos de arquivo. A validação discursiva está fundamentada na teoria do discurso em Habermas. O discurso é um modo especial de agir comunicativo, isto é, de interação mediada pela linguagem. O discurso supõe que os sujeitos podem se entender sobre algo no mundo, em termos teóricos e práticos.

Neste caso há co-originariedade entre a subjetivação e intersubjetivação. O discurso é um processo de construção do entendimento a partir da argumentação. É importante destacar que os acordos devem poder ser universalizados.

Faz-se a introdução das bases da guinada pragmática de Habermas dentro da sua guinada linguística. O entendimento e os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade do mundo da vida.

Finalmente, apresenta-se as consequências da abordagem pragmática na validação da informação em documentos. A relação positiva entre informação e documento pode ser compreendida como uma solução pragmática construída discursivamente.

VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO

Para Habermas a informação é constituída em dois pontos de difícil sutura que atuam com a função integradora da linguagem: entre a representação e a abdução linguística e entre os usos sistêmico-administrativos e os usos comunicacionais da linguagem (González de Gómez, 2009).

O primeiro conceito de informação resgatado por Habermas consiste no momento da relação do homem com o mundo. Informações "[...] constituem-se nos processos de objetivação, em contextos de ação, ancorados no tempo e no espaço, e oferecem garantias performáticas à práxis, na lida com objetos" (González de Gómez, 2009, p. 185).

Assim, é criada uma pelas informações uma zona de negociação entre os mundos da vida e o mundo. Todavia, a comunicação intersubjetiva possui dependência do que o mundo decide comunicar, sobre a existência dos objetos a que remetem às informações ou acerca dos estados de coisas no mundo descritos "em proposições assertóricas" (González de Gómez, 2009).

Habermas chama comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validez (Habermas *apud* Lima; Lima; Moreira, 2019).

> As interações sociais mediadas pelo uso linguístico, orientadas para a comunicação, são constitutivas das formas de vida socioculturais. Esta espécie de socialização comunicativa, através da qual os sujeitos se individualizam ao mesmo tempo, funda uma profunda susceptibilidade, pois a identidade dos indivíduos socializados só se pode desenvolver por via da sua integração em dependências sociais cada vez mais abrangentes
> A pessoa só consegue constituir um centro de vida interior, e só percebe a sua identidade, na medida em que se expõe simultaneamente a relações interpessoais

> construídas pela comunicação e em que se deixe envolver numa rede cada vez mais densa e subtil de vulnerabilidades recíprocas e de necessidades explícitas de proteção (Habermas, 1991, p. 215).

O agir comunicativo possui um conceito que presume a linguagem como médium de uma espécie de processos de entendimento ao longo dos quais os participantes, ao se referirem a um mundo, manifestam de parte a parte pretensões de validade que podem ser aceitas ou contestadas (Habermas, 2012, p. 191). É o “telos do entendimento”, isto é "[...] o conceito do acordo obtido discursivamente que se mede pelo reconhecimento intersubjetivo, ou seja, pela dupla negativa de pretensões de validade criticáveis" (Habermas, 2003, p. 211).

A validação discursiva está fundamentada na teoria do discurso em Habermas. O discurso é um modo especial de agir comunicativo, isto é, de interação mediada pela linguagem. O discurso supõe que os sujeitos podem se entender sobre algo no mundo, em termos teóricos e práticos. Neste caso há co-originariedade entre a subjetivação e a intersubjetivação. O discurso é um processo de construção do entendimento a partir da argumentação. É importante destacar que os acordos devem poder ser universalizados. A validação pode ser feita como discurso.

Uma pretensão de validade pode ser manifestada por um falante diante de pelo menos um ouvinte. Uma pretensão de validade é equivalente à afirmação de que as condições de validade de uma exteriorização tenham sido cumpridas. Apesar de o falante manifestar uma pretensão de validade implícita ou explicitamente, o ouvinte tem a única opção de aceitá-la, rejeitá-la ou adiá-la temporariamente (Habermas, 2012).

A disposição de se exposição à crítica, participando de argumentações por parte das pessoas que se portam racionalmente corresponde a capacidade de fundamentação de externacionalização racionais. (Habermas, 2012).

A "força do melhor argumento" decide o resultado de um discurso, não apenas o constrangimento lógico ou empírico. Assim, Habermas designa esta força por motivação racional (Habermas, 2010).

A pretensão de validade implicitamente contida em afirmações levadas a cabo de forma ingênua é explicitamente articulada nas constatações metalinguísticas, sendo, em seguida, ou confirmada ou negada (Habermas, 2010b, p. 184). A ideia da verdade apenas pode ser desenvolvida com referência à revalidação discursiva de pretensões de validade (Habermas, 2010b, p. 189). A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados (Habermas, 2010b, p. 190).

Como “pretensões de validade”, as ofertas enunciativas do falante são colocadas em jogo numa relação intersubjetiva e estão sempre sujeitas à aceitação ou rejeição do ouvinte. Sua validade depende assim das garantias, ou das boas razões que o falante pode oferecer para sustentar suas afirmações. Pretensões ou demandas de validade (entre as quais, a demanda de verdade objetiva), “[...] dependerão sempre das justificativas que as sustentem, sob a premissa de uma racionalidade condicional e histórica” (González de Gómez, 2007).

A comunicação com vistas ao entendimento mútuo, com natureza de caráter discursivo, pode ser diferenciada segundo os níveis do agir e do discurso. As pretensões de verdade são ingenuamente levantadas no agir comunicativo e auto-evidentes no contexto de um mundo da vida comum. Então, as pretensões de verdade se tornam objeto de uma controvérsia com base em argumentos. “Os envolvidos passam (mesmo que de modo rudimentar) do agir comunicativo para outra forma de comunicação, a saber, para uma práxis argumentativa em que eles desejam se convencer mutuamente, mas também aprender uns dos outros” (Habermas, 2004, p. 92). “Sob os pressupostos comunicativos modificados de tal discurso racional, as opiniões, que até então pertenciam ao pano de fundo não problemático do mundo da vida, são examinadas quanto à sua validade” (Habermas, 2004, p. 92).

Habermas fala de pretensões ou demandas de validade, não fala de verdade. Como “pretensões à validade”, as ofertas enunciativas do falante podem estar em risco numa relação intersubjetiva, estando sempre sujeitas à aceitação ou rejeição por parte do ouvinte. A validade depende assim das garantias ou das boas razões que o falante poderá oferecer com o objetivo de sustentar suas afirmações. “Pretensões ou demandas de validade (entre as quais, a demanda de verdade objetiva), dependerão sempre das justificativas que as sustentem, sob a premissa de uma racionalidade condicional e histórica” (González de Gómez, 2007, p. 4).

> O conceito discursivo de verdade deve, de um lado, levar em conta o fato de que a verdade de um enunciado – dada à impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas – não pode ser medida por “evidências peremptórias”, mas apenas por razões justificadoras, se bem que jamais definitivamente obrigatórias; por outro lado, a idealização de determinadas propriedades formais e processuais da práxis argumentativa deve pôr em relevo um procedimento que, mediante uma consideração sensata de todas as vozes, temas e contribuições relevantes, faça justiça à transcendência da verdade em relação a seu contexto, tal como é reivindicada pelo falante para seu enunciado (Habermas apud Gonçalves; Lima, 2014).

As pretensões de validade dão suscetíveis de serem resgatadas cognitivamente. Diferenciam-se em dois aspectos: (a) reivindica-se verdade para enunciados sobre coisas e eventos no mundo objetivo, e (b) correção para enunciados sobre expectativas normativas e

relações interpessoais, que, à mesma altura, por assim dizer, pertencem a um mundo social acessível apenas numa atitude performativa (Habermas, 2004). “A ideia de verdade no sentido de uma pretensão de validade ideal resulta das idealizações inerentes à identidade coletiva” (Habermas, 2012, p. 131).

Um argumento contém razões que se ligam sistematicamente à pretensão de validade de uma exteriorização problemática. A força de um argumento é medida pela percepção das razões; esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja de o argumento ser capaz de motivá-los, ou não, a dar assentimento à respectiva pretensão de validade. Diante disso, é possível também julgar a racionalidade de um sujeito capaz de falar e agir segundo sua maneira de comportar em cada caso enquanto participante da argumentação (Habermas, 2012, p. 48).

A GUINADA PRAGMÁTICA DE HABERMAS

Faz-se agora uma breve introdução das bases da guinada pragmática de Habermas dentro da sua guinada linguística. Nesse aspecto, é necessário que o entendimento e os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade.

A virada linguística (*linguistic turn*) é a superação de uma metodologia introspectiva ou especulativa típica da filosofia moderna. Esse método é centradoproblemática da consciência, pela análise proposicional. O primeiro passo da virada linguística é priorizar a lógica das proposições numa rigorosa análise sintático-semântica e acreditando ser esse um passo prévio indispensável a qualquer estudo filosófico. Já a virada pragmática ocorre posteriormente no interior da virada linguística e se dá em função de um esgotamento da mera análise proposicional da linguagem (Habermas, 1990, p. 77-82).

A grande conquista da virada pragmática, ocorrida no seio da filosofia da linguagem, está na importância atribuída à práxis comunicativa e não somente à representação da realidade, levando-se em conta o caráter “intersubjetivo da linguagem (as interações comunicativas, os usos que se fazem dos sinais linguísticos, em suma, o seu caráter pragmático)” (Habermas, 1990, p. 77-82).

Habermas ora considera a informação como:

> Parte dos processos de objetivação, ora como lastro de representações semânticas em formas não comunicativas de uso da linguagem: em situações monológicas, onde não se priorizam as metas ilocucionárias de entendimento mútuo ou em situações de comunicação estratégica – onde se violam ou se desativam as condições de compartilhamento e as garantias de validação dos enunciados (González de Gómez, 2006, p. 60).

A premissa de Habermas sobre a virada pragmática ocorre a partir do debate que estabelece com Richard Rorty desde a década de 1980, com especial destaque em "Verdade e Justificação" (Habermas, 2004, p. 227). Como ponto fundamental de sua análise, avalia o abandono da metafísica em Rorty e aprofunda o seu trilhar rumo a uma abordagem pragmática de verdade, relacionada à justificação e à aceitabilidade racional. Desse modo, o conceito de Justificação desponta com especial destaque, uma vez que Rorty, segundo Habermas, associa a verdade à capacidade de fornecer argumentos e justificar crenças, imputando um caráter comunicacional à ideia de verdade, no lugar de uma ideia de verdade absoluta e inequívoca.

Nesse mundo onde as ordens discursivas possuem validades relacionais e comunicacionais, as práticas são, em último grau, àquilo que confere coerência e legitimidade à verdade. Entende-se, deste modo, que Rorty abandona a intuição realista na construção de uma filosofia que ligue as lógicas de verdade e justificação, na prática, o abandono de que há uma linha teleológica infalível entre a realidade objetiva e a compreensão de verdade. Ou seja, a verdade é, na visão neopragmática rortyana, um terreno de disputas.

Isso parece presente na virada linguística. A proposta de Rorty vai, em alguma medida, buscar completá-la através de uma crítica acentuada à filosofia da consciência e dos sujeitos. A teoria clássica do conhecimento privilegia a compreensão de que o sujeito cognoscente pode acessar diretamente uma esfera de "vivências imediatas e absolutamente certas".

O argumento de Rorty indica, para Habermas, que não podemos escapar da linguagem do conhecimento. Não existem experiências não interpretadas, acessíveis apenas de forma privada, que evitem a apreciação ou correção pública. Assim, destaca que a compreensão do conhecimento vai além da simples representação de objetos. Para conhecer estados de coisas expressos em proposições, não é suficiente ter um modelo de objetos, e do mesmo modo a verdade não pode ser assegurada apenas pela origem das representações. É necessário justificá-la por meio de razões e está intrinsecamente ligada à criticabilidade dos enunciados.

Habermas (2004) afirma que, de acordo com a filosofia da consciência, é possível alcançar a objetividade quando o sujeito representa corretamente seu objeto, controlando a subjetividade através da referência ao mundo objetivo. Na concepção linguística, a subjetividade das opiniões é controlada pelo acordo público na comunidade de comunicação, substituindo a objetividade pela intersubjetividade do entendimento mútuo. A mudança de paradigma da virada linguística torna obsoletas as questões epistemológicas.

O conceito de subjetividade gera o ceticismo moderno ao introduzir um dualismo entre o mundo interior e o exterior. O ceticismo questiona a realidade do mundo com base na natureza privada das experiências. Com a mudança para o paradigma linguístico, a razão é situada na comunicação entre sujeitos, levando ao questionamento contextualista sobre a verdade e a validade dos enunciados. A virada pragmática rejeita a dúvida cartesiana e enfatiza a fundamentação pública do conhecimento. O debate atual envolve a relação entre opiniões justificadas, verdade e realidade, e o contextualismo problematiza o relativismo cultural como uma solução inadequada.

A relação entre linguagem e realidade é indissolúvel, e não podemos isolar as limitações da realidade que tornam um enunciado verdadeiro das regras semânticas que estabelecem essas condições de verdade. A verdade de um enunciado não pode ser compreendida como correspondência com algo no mundo no paradigma linguístico. Embora a coerência das crenças seja importante, não é suficiente para explicar o conceito de verdade. Existe uma relação interna entre verdade e justificação, mas as abordagens deflacionista e epistêmica têm limitações na explicação dessa relação. O contextualismo levanta a questão de como recuperar a intuição de distinguir o verdadeiro do aparentemente verdadeiro no paradigma linguístico.

Em Habermas (2004), a distinção entre um enunciado justificado e um enunciado verdadeiro é explorada por meio da idealização das condições de justificação. A verdade é considerada aquilo que pode ser justificado em condições ideais de conhecimento, em uma situação de fala ideal ou em uma comunidade de comunicação ideal, onde se encontra acordo por meio da argumentação. No entanto, objeções surgem questionando a viabilidade desse estado ideal e a distância entre verdade e assertibilidade justificada.

Neste artigo, justifica-se a apropriação deste debate entre Habermas e Rorty a partir dos elementos de dissenso entre os autores. Não cabe aqui um aprofundamento em todos os pontos desse embate. Pretende-se demonstrar que Habermas, ao recorrer à virada pragmática, potencializa a relação entre verdade e justificação. Nesse sentido, quer-se destacar um ponto fundamental neste embate.

Rorty, segundo o argumento de Habermas, propôs uma visão naturalista dos seres humanos como seres vivos que desenvolvem instrumentos para se adaptarem ao ambiente. No entanto, essa autodescrição neodarwinista substitui um objetivismo por outro. Rorty busca substituir o modelo representacional do conhecimento por um modelo comunicacional baseado no entendimento mútuo. No entanto, Habermas argumenta que essa abordagem não considera as diferenças entre usos estratégicos e não estratégicos da linguagem, entre convencer e persuadir, e entre motivação por razões e influência causal. Isso leva à perda de critérios críticos relevantes no cotidiano e à falta de sensibilidade para diferenças práticas.

Sob esta perspectiva traçamos um ponto fundamental da discussão às práticas da Ciência da Informação: a questão da correspondência com o mundo da vida. A verdade está além do esclarecimento do sujeito e o entendimento intersubjetivo é necessário que ela se relacione com o mundo.

Habermas diz que: "[...] a idéia de verdade somente pode ser desenvolvida se pressupusermos o resgate discursivo de pretensões de validade." (Habermas *apud* Corbô; Lima, 2013). Desse modo, podemos inferir que não basta, do ponto de vista discursivo pragmático, que um enunciado ou um dado refira-se a um ente ou ação verdadeira, para que este tipo de enunciado verdadeiro corrobore à construção de um discurso, é necessário que se suporte em formas de validação socialmente constituídas.

Habermas privilegia uma perspectiva na qual a relação entre as afirmações que fazemos e os objetos de nossa experiência é mediada por um complexo processo de validação e legitimidade. O cerne de seu argumento gira em torno da ideia de que as pretensões que fazemos em nossas comunicações são fundamentais para a construção do entendimento compartilhado, mas esse entendimento não é automaticamente garantido.

Habermas (2009) distingue as pretensões que podem ser reclamadas e contestadas, daquelas que podem ser reconhecidas como válidas e, mais importante ainda, as que são legítimas. A legitimidade de uma pretensão é fundamental para a confiabilidade das expectativas resultantes dessa pretensão, e Habermas enfatiza que a validade legítima surge quando a razão para reconhecer essa validade pode ser deduzida intrinsecamente da situação em questão. Isso sugere que a legitimidade deriva não apenas de regras sociais ou convenções, mas também de uma conexão direta com a situação e a ação em curso.

Habermas ressalta que a comunicação não é apenas uma troca de informações, mas também um processo dinâmico no qual a validade, legitimidade e a construção do conhecimento são interligadas de maneira intrincada, exigindo a abertura para o debate e a análise crítica para alcançar um entendimento sólido. Igualmente, impõe que a verdade deve

ser sustentada em algo material e concreto, aferível e recuperável (muito embora reconheça a transitoriedade dos objetos que cumprirão tal fim).

O DISCURSO PRAGMÁTICO NA VALIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM DOCUMENTOS

Agora quer-se demonstrar como a validação discursiva das informações contidas em determinados documentos de arquivo podem ser atingidas mediante processos de discussão pragmática, obtidos através de entendimentos intersubjetivos por meio da argumentação e contra argumentação constantes, mas sem deixar de lado o seu confronto empírico com o mundo da vida.

Se a informação é tomada pela abordagem do agir comunicativa, sua forma registrada, o documento, também precisa ser ponderada em suas interações intersubjetivas. Ao criar um documento, e sobretudo o documento de arquivo, um ou mais sujeitos registram suas reivindicações de validade em um suporte estável, com formas socialmente definidas. Tais reivindicações podem ser aceitas para os fins administrativos ou institucionais a que se destina, mas estão potencialmente sujeitas ainda a uma validação coletiva e social quando seu conteúdo for mobilizado como instrumento de prova ou testemunho histórico. Muitos são os exemplos capazes de ilustrar uma validação social, mas são sobretudo nos documentos que remetem à situações políticas atípicas, regimes de exceção e reparação de direitos que podemos observar com maior clareza os benefícios da abordagem pragmática.

Luciana Duranti (1994) identifica as seguintes características nos documentos: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Contudo, nenhuma dessas características diz respeito a seu conteúdo enquanto vinculação e verossimilhança das informações registradas no documento ou no conjunto de documentos. Como reivindicações registradas em ato de poucos atores, um documento pode, por diversos motivos, narrar fatos distorcidos ou até mesmo atestar fatos inexistentes. Isso pode se dar por diversos interesses, incluindo políticos, como os dois casos que discutimos mais à frente.

O caso Vladimir Herzog em meados dos anos 1970 é emblemático para compreender a ditadura militar brasileira. Herzog, jornalista da TV Cultura de São Paulo, professor da Universidade de São Paulo e militante do Partido Comunista Brasileiro, é torturado e morto em 1975 nas dependências do II Exército em São Paulo (DOI-CODI). Em seu atestado de óbito original emitido pelo Instituto Médico Legal de São Paulo, atesta-se a versão de que a

morte é decorrente de suicídio por asfixia mecânica de enforcamento, reforçando e dando suporte assim à nota oficial divulgada pelo comando do II Exército.

A versão oficial sempre foi motivo de discussões por ampla parcela da sociedade brasileira, a começar pela família do jornalista. Entretanto, a contestação formal do documento médico legal se da apenas em 2012, quando a Comissão Nacional da Verdade aprova e submete pedido de retificação do atestado de óbito à Justiça. Ao fazê-lo, sinaliza haver um novo entendimento sobre o conteúdo do documento. O documento é retificado por determinação da 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo e entregue à família do jornalista em seguida.

Um segundo caso, também referente ao período da ditadura militar. Na gênese do golpe que implanta a ditadura, um evento é particularmente relevante: a sessão de dois de abril de 1964 do Congresso Nacional que declara vaga a Presidência da República em virtude de suposto "abandono" por parte do então presidente João Goulart. Assim, é possível empossar como substituto o presidente da Câmara à época, Ranieri Mazzilli. A referida "declaração de vacância" na Câmara tem por objetivo dar ares de legalidade ao o golpe de estado que estava em marcha desde o dia 31 de março.

Registrada em diário, a sessão permanece inalterada em seus efeitos até o projeto de Resolução PNR 4/13, que visa anular a sessão tendo em vista sua flagrante inconstitucionalidade. Após passadas décadas dos acontecimentos, os efeitos de anulação da sessão e a consequente restituição do mandato do presidente João Goulart são apenas simbólicos, de forma a sinalizar à sociedade um novo entendimento sobre os eventos de abril de 1964.

Observa-se, portanto, que o documento arquivístico pode ser submetido a um ou mais processos de validação intersubjetiva, quando grupos de pessoas trabalham com o objetivo de encontrar um melhor entendimento sobre as informações registradas. Assim, cabe pontuar que funções arquivísticas podem ser pensadas à luz dos discursos intersubjetivos e que algumas delas podem ser em si mesmas uma validação ou uma contestação de pretensões de validades.

Santos (2008, p.178) diz que são sete as funções arquivísticas. O autor ainda coloca uma etapa anterior a essas, o diagnóstico, como de suma importância. No entanto, para os propósitos deste artigo, duas funções mostram-se fundamentais: a descrição e a difusão.

A descrição é uma função arquivística que tem como finalidade criar representações, organizar, e difundir acervos, preferencialmente permanentes, e que recorrentemente está ligada à sistematização do acervo através de um quadro de arranjo. A descrição muitas vezes

se confunde com o seu produto, os instrumentos de pesquisa e é amplamente padronizada por normas e manuais. Portanto, é uma função que se refere a controle e representação informacional, bem como análise de contexto e conteúdo do objeto a ser descrito, mas que nos referenciais acima expostos pode facilmente tornar-se meramente técnica, não alcançado de forma plena suas potencialidades.

A visão da descrição como um elemento meramente técnico e padronizado contraria a ideia dos objetos que serão alvo dessa função, pois, segundo Panisset e Assis (p. 81, 2016):

> [...] a verdade contida nos documentos arquivísticos é mais contextual, ela representa o contexto de produção do documento e as relações orgânicas com ele estabelecidas... Assim, a verdade do documento arquivístico está relacionada ao que o documento revela sobre sua produção, seu produtor e sua organicidade.

Os instrumentos de representação da informação são ferramentas capazes de expor o texto por trás do texto, desnudando um aspecto de neutralidade tanto do produtor do documento quanto do arquivista responsável pela sua descrição e ao fazer isso àquela memória se evidencia como "carregado das intencionalidades políticas, institucionais e pessoais intrínsecas aos agentes de sua produção" (Panisset, Assis, p. 87, 2006).

Desta maneira, o próprio instrumento de descrição arquivística pode ser compreendido como local de discussão e entendimento intersubjetivo. No entanto, para que deixe de ser mera possibilidade, a descrição além de ser pensada como uma função de pesquisa nos moldes que Olivera propõe, também deve ser construída de modo colaborativo e discurso, buscando envolver a comunidade de concernidos.

Além disso, é fundamental que os instrumentos de pesquisa provenientes dos processos descritivos sejam disponibilizados de maneira transparente para a sociedade, com isso cumprindo a função arquivística da difusão. Esse processo de transparência permitirá constante discussão tanto pela sociedade quanto por outros pares, que propiciará uma constante argumentação em torno das informações contidas nos documentos arquivísticos, que invariavelmente chegam à contemporaneidade de forma fragmentária.

Ainda que nossa compreensão seja a de que alcançar a completude da realidade factual nem sempre é possível, e de que os entendimentos construídos em processos intersubjetivos são muitas vezes temporários, é possível fazer com que se minimizem equívocos a partir da submissão dos processos de validação a estratégias e métodos discursivos. Cumpre destacar que devido à dificuldade material de aplicar os procedimentos propostos a todo o conjunto documental de um arquivo, deve-se entender que pode ser

aplicado em casos de excepcionalidade como demandas jurídicas, políticas ou científicas, grande clamor popular ou quando a sensibilidade do corpo de arquivistas indicar.

Documentos frutos de recorrentes consultas, ou referente a temas de grande exposição, midiática ou não, podem ter suas pretensões de validade proativamente verificadas de forma a oferecer alguma mediação descritiva aos usuários que busquem os arquivos, reduzindo o risco de descontextualização e desinformação. Tais iniciativas incluem os arquivistas e os arquivos em um contexto de decisões políticas e morais, mas, sobretudo éticas. Demanda que os profissionais se reconheçam cada vez mais necessários em um mundo permeado pela desinformação, de forma a fazer do arquivo e dos documentos, ferramentas pragmáticas de representação do mundo da vida.

Assim, em termos práticos, a descrição arquivística pode ser utilizada como parte da validação pragmática do conteúdo informacional contido nos documentos. Neste sentido, cabe abrir e ampliar a discussão interdisciplinar para planejar, execução e avaliar todo o processo de validação. A descrição feita discursivamente pode lhe conferir melhor fundamento.

A coleta de documentos e de dados conexos a eles para a discussão referente a eles, e seu registro através da descrição arquivística também vão variar de acordo com as especificidades do conjunto documental a ser analisado. No entanto, alguns procedimentos são basilares, tais como: busca e análise da produção bibliográfica e da legislação pertinente a temática concernente ao conjunto documental a ser analisado. Caso existam outros conjuntos documentais que se relacionam com o conjunto alvo de análise, eles também devem ser estudados e considerados, sobretudo se o conjunto citado tiver sido alvo de uma validação pragmática. Sempre que possível recomenda-se entrevistar testemunhas dos fatos relatados na documentação e com pessoas que possam trazer à tona clareza sobre o momento e o contexto de produção dos documentos. Após esse período de coleta as conclusões devem ser registradas em relatório que serve de base norteadora para a realização da descrição arquivística.

A construção de representações descritivas dos arquivos deve considerar a pluralidade de contextos, de produção, uso e custódia e utilizar como diretriz representacional a Norma Brasileira de Descrição Arquivística. A norma é referencial e a definição dos elementos descritivos adequados para a representação do objeto pode advir da junção de outras normas ou mesmo de elementos que a pesquisa pode fornecer.

Após o processo de descrição é fundamental que os instrumentos, registros e relatórios de pesquisa sejam amplamente difundidos e, se possível, o arquivo responsável pela custódia do conjunto documental deve criar canais de comunicação que permitam escutar e

conversar com os seus consulentes e interessados, e acompanhar as pesquisas a partir do uso das informações contidas nos documentos do arquivo. Isso pode abrir discussão e um processo de argumentação entre os concernidos e os interessados. A busca cooperativa dos melhores argumentos pode ser progressivamente ampliada. Portanto, o que se quer demonstrar é que o discurso como modo especial de agir comunicativo, pode ser usado na validação de informação em documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tem como objetivo propor reflexões sobre a aplicação da pragmática na Validação discursiva da Informação em documentos de arquivo. Em um primeiro lugar, fica evidente como Habermas privilegia uma perspectiva na qual a relação entre as afirmações que fazemos e os objetos de nossa experiência é mediada por um complexo processo de validação e legitimidade e que o âmago seu argumento está na ideia de que as pretensões que fazemos em nossas comunicações são fundamentais para a construção do entendimento compartilhado. Esse entendimento não é automaticamente garantido, pois a sua legitimidade depende não apenas de regras sociais ou convenções, mas também da relação direta com o mundo da vida.

Faz-se a introdução das bases da guinada pragmática de Habermas. Assim, destacou-se que os acordos construídos devem não apenas ser realizados intersubjetivamente, mas também guardar correspondência com a realidade.

O artigo propõe que as funções arquivísticas da descrição e da difusão de documentos faca parte do processo de validação pragmática das informações contidas em documentos de arquivo.

No entanto, deixa-se claro que o objetivo é lançar bases para reflexão e discussão do que é proposto. Gostaríamos também de observar o desenvolvimento de ações empíricas, para a análise profunda e mais adequada do processo e dos procedimentos expostos.

REFERÊNCIAS

CÔRBO, Dayo de Araujo Silva; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso. **Informação@Profissões**, v. 2, n. 2, p. 45, 13 dez. 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5433/2317-4390.2013v2n2p45. Acesso em: 14 dez. 2023.

GONÇALVES, Marcio; DE LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. Validação discursiva da informação. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 17, n. 3, p. 901-925, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15319. Acesso em 15 dez. 2023.

GONÇALVES, Marcio; DE LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. Pretensões de validade da informação diante da autoridade do argumento na Wikipédia. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,** v.7, n.2, jul./dez. 2014. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/311. Acesso em 15 dez. 2023.

GONZALEZ de GOMEZ, M. N. A informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens. Questões epistemológicas, conseqüências políticas. *In*: GÓMEZ, Maria Nélida González de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. (org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2006, p. 29-84.

GONZÁLEZ de GOMEZ, M. N. Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Responsabilidade social da Informação. **Anais [...]** João Pessoa, 2009.

GONZÁLEZ de GOMEZ, M. N. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. **Anais [...]** 2007, Salvador, Bahia, 2007.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64, 1994.

HABERMAS, Jürgen. El concepto de dignidad humana y la utopia realista de los derechos humanos. **Diánoia**, v. 55, n. 64, p. 3-25, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana:** a caminho de uma eugenia liberal? 2. ed. São Paulo,: Martins Fontes, 2010b.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo.** Tradução de Paulo Asthor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso.** Lisboa, Instituto Piaget, 1991.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; MOREIRA, Fernanda Kempner. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. *In*: LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **Administração discursiva**. Rio de Janeiro: Salute, 2019 (Habermas, discursos e organizações, 1), p. 44-64.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Descrição e pesquisa:** reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PANISSET, B. T. C.; ASSIS, J. M. F. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, n. 10, p. 81-89, 2016.

SANTOS, Vanderlei Batista de. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. *In*: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUZA, R. T. B. **Arquivística temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 2. ed. Brasília, DF: SENAC, 2008. p. 175-219.

ZAGANELLI, Bárbara Martins; FIGUEIREDO, Marcia Feijão de; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. 50 anos do Golpe Militar de 1964: A busca pela verdade das justiças de transição. **Revista Eco-Pós**, v. 18, n. 3, p. 161-170, 2015. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2772. Acesso em: 15 dez. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Ana Gabriela Clipes Ferreira - Doutora em Educação em Ciências, PPgECi-UFRGS (2018). Mestre em Comunicação e Informação, PPGCOM-UFRGS (2011). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Bibliotecária-documentalista da Biblioteca Setorial de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no IBICT (set. 2023-)

Bárbara Coelho Neves - Barbara Coelho é Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq. Pós-Doutora em Ciência da Informação (UNB), Doutora em Educação (FACED-UFBA) e Mestre em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFBA, onde pesquisa na Linha Política e Gestão da Educação. Docente colaboradora do PPGCI-UFBA na Linha Política e Tecnologia de Informação. Docente do Instituto de Ciência da Informação (ICI), nos cursos de Biblioteconomia e Documentação e Arquivologia. Professora do PPGCI-UFSCar. É Pesquisadora Líder do Laboratório de Pesquisas em Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital). Presidente do Evento internacional CONCITEC, que converge às áreas de Tecnologias, Ciências da Informação e Educação. Desenvolve atividades ligadas ao apoio à pesquisa, atuando principalmente na interrelação entre Ciência-Tecnologia-Sociedade. Embaixadora de Inovação Cívica do Open Knowledge Brasil e compõe o Grupo IFLA Special Interest on Artificial Intelligence, GT de CTI da APUB e do proifes-Federação, Coodenadora do Comitê Inteligência Artificial na Educação da International Association of Artificial Intelligence (I2AI). É autora do livro Tecnologias e Mediação. Em 2010 recebeu o Prêmio Nacional Ações Inovadoras. Escreve para a coluna INFOhome e Planeta Digital do Observatório da Imprensa. Blog Acadêmico: http://inclusaoecognicao.wordpress.com/Site do LTI: http://ltidigital.ufba.br - Instagram: @profa_barbara_coelho.

Bruna Lessa - Concluiu o doutorado em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2019. Possui mestrado em Ciência da Informação pela UFBA, graduada em Biblioteconomia e Documentação também pela Universidade Federal da Bahia. Especialização em Educação à Distância (Fundação Visconde de Cairu/Bahia). Especialização em Humanidades Digitais (Universidade de Ciências Empresariais e Sociais - Buenos Aires/AR). Professora Adjunta do Departamento de Documentação e Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. Foi Chefe do Departamento de Documentação e Informação - DDI/ICI-UFBA (2022-2024). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). É criadora e coordenadora do Projeto de Extensão Sala Aberta. Organizou os livros "Para que serve a Biblioteca Pública? novas configurações para o século XXI" e "Virtualidades Impressas: registros de ensino, pesquisa e extensão do Projeto Sala Aberta". É Líder do Laboratório de estudos em representação do conhecimento, competências e comportamento em informação, e recuperação da informação em meio digital (LabRecriE), certificado pela UFBA no CNPQ.

Pesquisadora nos grupos de pesquisa Modelagem Conceitual Para Organização E Representação Da Informação Hipertextual - (MHTX), da Universidade Federal de Minas Gerais e; Redes, Políticas de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas na área de Ciência da Informação, com ênfase em Representação, Recuperação e Organização da informação e do conhecimento, Fontes de Informação, Comunicação científica, Redes de comunicação e informação; e nas temáticas que envolve Biblioteca Pública, Arquivos, Humanidades Digitais, Mediação da Informação, Análise de Redes Sociais on-line, e Métricas alternativas de impacto científico.

Cássia Gabriele de Mello Angiolis - Mestranda em Ciência da Informação na PPGCI/IBICT/UFRJ, Especialista em Gestão de Comunicação e Marketing na ECA/USP, graduada em Relações Públicas na FCS/UERJ, com experiência nas áreas de desenvolvimento comercial e de vendas, gestão de fluxos, de processos, de CRM e de pessoas.

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima - Graduado em Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (1986). Mestre (1992) e Doutor (2005) em Ciência da Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre (1993) e Doutor (2000) em Administração na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Pós-doutorado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2010). Professor adjunto 2 da Universidade Federal de Santa Catarina (2006 a 2009). É pesquisador titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia desde 2009. Pesquisador visitante na Universiteit voor Humanistiek em Utrecht entre 2013 e 2017. Coordenador do Grupo de Trabalho 5 - Política e Economia da Informação da ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação entre 2011 e 2014. Editor das revistas Logeion - filosofia da informação e P2P&Inovação. Tem experiência nas áreas de Ciência da Informação, Administração e Medicina. Tem abordado os seguintes temas nas suas pesquisas: estudos humanísticos da informação; teorias do agir comunicativo e do discurso; aprendizagem e inovação; liberdade intelectual; regulação; administração de organizações complexas, ética nas organizações e informação em saúde. Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT). E-mail: clovismlima@gmail.com.

Daniela Capri - Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC) (Bolsista Capes-DS). Pós Graduada em Design de Interação pela Universidade do Vale do Itajai (UNIVALI). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Editora Assistente nas Revistas científicas P2P&Inovação e Logeion Filosofia da Informação do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia. Faz parte do grupo técnico da iniciativa Coronawiki. Membro do grupo de pesquisa Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do IBICT e do Núcleo de Pesquisa de Estudos em Arquivos Contemporâneos (NUPEAC) do PGCIN/UFSC.

Dayo de Araújo Silva Côrbo - Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui especialização em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá (2008) e graduação em Biblioteconomia pela

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é bibliotecário no Arquivo Nacional e professor no Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Tem experiência na área de Ciência da Informação com ênfase em Biblioteconomia. Email: dayocorbo@gmail.com.

Eliane Azevedo Gomes - Doutoranda em Ciência da Informação pela parceria Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2017). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é Bibliotecária/Documentalista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização do Conhecimento. Interdisciplinaridade. Métodos Quantitativos. Bibliometria, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do conhecimento, classificação, interdisciplinaridade e estudos métricos. E-mail: elianeagomes@gmail.com.

Felipe Teixeira Lourenço Garrido - Mestre em Memória Social na linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), graduado em História (licenciatura e bacharelado) na Universidade Gama Filho (UGF) e em Arquivologia (Bacharelado) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Trabalhou na Universidade Federal do Ceará (UFC), aonde ocupou o cargo de arquivista e atuou como Diretor na Divisão de Arquivo da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Fez parte como vice-presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFC, como suplente da Subcomissão de Coordenação de Sistema de Gestão de Documentos do Ministério da Educação e do Comitê de Patrimônio Cultural da UFC. Como titular foi membro da Comissão de Implantação e Acompanhamento do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFC e do Grupo de Trabalho para composição do Quadro de Arranjo Arquivístico da UFC. Na UFC também ministrou cursos de capacitação para a utilização do SEI e de Gestão de Documentos Arquivísticos. Atualmente é servidor público no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET - RJ), aonde ocupa o cargo de arquivista e é responsável pelo acervo e gestão documental da Unidade Descentralizada de Maria da Graça. Possui experiência na área de organização, conservação e preservação de acervos, tratamento de massas documentais acumuladas, gestão informação arquivística, preservação de memórias pessoais e institucionais, em gestão pública e em docência. Áreas de interesse e conhecimento: arquivologia, história, filosofia, sociologia, museologia, literatura, ciência da informação, arquivos pessoais, arquivos institucionais, gestão da informação arquivística, gestão pública, memória social, política e docência.

Jorge Calmón de Almeida Biolchini - Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Professor Titular de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRio. Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Medicina Homeopática pela Escuela Médica Homeopática Argentina. Especialização em Medicina Ortomolecular pelo

Centro de Medicina Ortomolecular do Rio de Janeiro. Idealizador e fundador do Simpósio Nacional de Pesquisa em Homeopatia. Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado-sandwich em informática médica, no National Center for Biomedical Communications / National Institutes of Health, EUA. Pós-doutorado na COPPE / UFRJ. Livre-Docente em Clínica Homeopática pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICTUFRJ. Membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

Letícia Vitoria Rodrigues Lima de Souza - Doutoranda em Ciência pelo IBICT/UFRJ, graduada e mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa direcionada para comunicação científica e acesso à informação. Experiência nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da informação e Gestão e Análise de Dados.

Lígia Moura Simões de Souza - Mestre em Gestão e Estratégia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Participa do grupo de pesquisa Laboratório de Práticas de Gestão de TI, Processos e Projetos, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em que desenvolve pesquisa sobre Padrões de Qualidade no desenvolvimento de Objetos de Aprendizagem para Educação a Distância.Bacharel em Comunicação Social (Rádio e Televisão) pela Universidade de Minas Gerais - UFMG, Membro-fundador da CRIA (Empresa Jr de Comunicação da UFMG) e da AIC (Associação Imagem Comunitária). Pós-graduada em Tecnologias do Design Digital - Estéticas Tecnológicas, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP). Jornalista pela Universidade de Vila Velha (UVV) com Graduação Sanduíche em Creative Writing na University of Victoria / Canadá (UVIC). Membro do Comitê Executivo da Rede Alumni Canada Brasil. Atua como Coordenadora Operacional de Ensino na Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).Interessada em Tecnologia, Inovação, Gestão Estratégica, Gestão da Qualidade, Audiovisual, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Teorias da Informação, Educação a Distância (EaD), Inteligência Artificial.

Marcio Gonçalves - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tenho Especialização em Gestão de Negócios em Instituições de Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Sou autor do livro Comunicação para quê? Publicado pela editora All Print, lançado em 2007. No livro Múltiplas Facetas da Comunicação e Divulgação Científicas: transformações em cinco séculos, participo da coletânea com o artigo "Contribuições das mídias sociais digitais na divulgação científica". Sou, também, co-autor do e-book “Para entender as mídias sociais 2”, do livro, pela Editora E-print, Narrativas da cidade: perspectivas multidisciplinares sobre a urbe contemporânea e, pela Editora Atlas, do livro Comunicação Empresarial. Validação discursiva da informação na Wikipédia é a minha mais nova recente publicação pela editora Morebooks. Pesquiso sobre comunicação digital estratégica e validação discursiva da informação. Sou professor de ensino presencial e a

distância na graduação e na pós-graduação lato sensu. Atuo na Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Ibmec/RJ e na Escola Eliezer Max. Sou líder do projeto Aula Sem Paredes (www.aulasemparedes.com.br). Email: marciog.goncalves@gmail.com.

Mariangela Rebelo Maia - Doutora em Ciência da Informação (2013) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense (1990), graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1999) e Mestrado em Odontologia (Odontologia Social - Saúde Coletiva) pela Universidade Federal Fluminense (1997).Foi cirurgiã-dentista da Prefeitura Municipal de Teresópolis (1991-1994), chefe da Clínica de Odontologia Social da Odontoclínica Central do Exército (1997- 2000), Coordenadora dos Programas de Atenção Básica e Coordenadora de Educação Continuada do Centro de Estudos do Pam Cavalcanti (2009-2010), Assessora Técnica em Saúde do CIESZO (2003), da OSS Viva Comunidade(2010) e da OSS Fibra (2011). Cirurgiã-dentista no Espaço Comunitário de Saúde Básica do SESI - RJ, de abril de 2012 a março de 2014. Especialista em Implantação de Projetos na Gerência de Odontologia e Saúde do SESI/Sistema FIRJAN (setembro de 2014 - novembro 2015). Atualmente é Professora Assistente do Curso de Odontologia da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO (2001-2003, 2007-atual) e Professora Substituta no Departamento de Odontologia Social e Preventiva da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Tem experiência na área de Odontologia e Saúde Coletiva. Email: mariangela.saude@gmail.com.

Nelson Alfredo Salomão Neto - Doutorando em Ciência da Informação pelo PPGCI - IBICT/UFRJ (2022); Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2016) e Bacharel em Arquivologia (2011), desenvolveu pesquisa que investigou as participações de Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido na Open Government Partnership. Técnico em arquivo da Universidade Federal Fluminense de 2017 a 2020, foi chefe do Setor de Arquivos Especiais e posteriormente Coordenador de Arquivos da instituição. Desde novembro/2020, é arquivista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Tem experiência também na iniciativa privada, onde atuou como arquivista, consultor e gestor de arquivos de 2011 a 2017.

Tirza Rodrigues – Mestre em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2013), hab. em Gestão da Informação. Trabalha como analista de informação na Promon Engenharia LTDA (desde 2004). Participa do Grupo de Pesquisa Economias Colaborativas e Produção P2P no Brasil do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Participa de projetos de avaliação e análise de requisitos para sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos e projetos de inovação em organizações. Experiência em gestão de informação, documentação técnica de engenharia e sistemas de gestão eletrônica de documentos. Áreas de interesse: estudos humanísticos da informação; organização do conhecimento; comunicação e inovação. Email: tirza@gmail.com.

PUBLICAÇÃO ORIGINAL DOS ARTIGOS

1 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Informação, assismetria de informações e regulação do mercado de saúde suplementar. *In*: MENDONÇA, Valéria; SOUZA, Maria de Fátima de; PARREIRA, Clélia; SIMEÃO, Elmira. (org.). **Comunicação da informação em saúde**: aspectos da qualidade. Brasilia: Departamento de Ciência da Informação da UNB, 2008. p. 75-90.

2 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CORBO, Dayo de Araújo. Comissão da Verdade: os documentos e a verdade. *In*: ENANCIB, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANCIB, 2013.

3 – GONCALVES, Marcio; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Pretensões de validade da informação na Wikipédia. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014. p. 1-5394.

4 – GONCALVES, Marcio; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Validação discursiva da informação. **Linguagem & Ensino (UCPel. Impresso)**, v. 17, p. 875-896, 2014.

5 – GONCALVES, Marcio; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Controvérsia e argumento no ambiente discursivo da Wikipédia. *In*: LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de. (org.). Colóquio Habermas, 10., Colóquio de Filosofia da Informação, 1., 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Salute, 2015, p. 430-451.

6 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; GONCALVES, Marcio; MAIA, Mariangea Rebelo. Notas introdutórias a uma teoria crítica discursiva da informação. *In*: LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (org.) Colóquio Habermas, 16., Colóquio de Filosofia da Informação, 7., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Salute, 2020. p. 79-95.

7 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Linguagem, discurso e humanismo em organizações de saúde. *In*: DUARTE, Zeny; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (org.). **A informação e a medicina em tempos de pandemia**: impactos humanos e sociais. Salvador: EDUFBA, 2022, v. 1, p. 329-336.

8 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida; MAIA, Mariangela Rebelo; GOMES, Eliane Azevedo; CAPRI, Daniela. Informação de qualidade para lidar com a pandemia de COVID-19: as iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, v. 33, p. 1-19, 2022.

9 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; NEVES, Barbara Coelho; LESSA, Bruna; CAPRI,

Daniela. Coronawiki: experiência inovadora de validação da informação e comunicação científica no IBICT. **Revista Folha de Rosto**, v. 8, p. 114-131, 2022.

10 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; FERREIRA, Ana. Gabrieka Clipes; RODRIGUES, Tirza; SALOMÃO NETO, Nelson Alfredo. Estudos humanísticos da informação. **Logeion Filosofia da Informação**, v. 10, p. 387-405, 2023.

11 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; ANGIOLIS, Cássia Gabriele de Mello; SOUZA, Lígia Moura Simões de. A regulação democrática da internet: as mudanças da esfera pública e as notícias fraudulentas na pandemia da covid-19. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 09, 2024. DOI https://doi.org/10.47681/rca.v9i.63731.

12 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; SOUZA, Letícia; ANGIOLIS, Cássia Gabriele de Mello. Uma abordagem habermasiana crítica da desinformação. **Logeion Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 11, ed. especial, p. 1-12, e-7365, nov. 2024. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2024v11e-7365.

13 – LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; SALOMÃO NETO, Nelson Alfredo; GARRIDO, Felipe Teixeira Lourenço. A questão pragmática na validação discursiva da informação em documentos. **Archeion Online**, João Pessoa, v.12 n.2, p. 22-39, jul./dez. 2024. DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2024v12n2.68938.

© 2025 EDITORA Salute

Este trabalho está licençiado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.